Municípios que integram a amostra

Porto Velho (RO); Manaus (AM);
Belém (PA); Juazeiro do Norte (CE);
Campina Grande (PB); Recife (PE);
Salvador (BA); Belo Horizonte (BH);
Juiz de Fora (MG); Rio de Janeiro (RJ);
São José dos Campos (SP); São Paulo (SP);
Curitiba (PR); São José (SC); Porto Alegre (RS);
Cuiabá (MT); Goiânia (GO); Brasília (DF)

Pesquisa

PERCEPÇÃO SOBRE CONDIÇÕES DE VIDA DA MULHER BRASILEIRA

Mulheres Socialistas

SECRETARIA NACIONAL DE MULHERES DO PSB

Mulheres Socialistas
Partido Socialista Brasileiro

PSB 40

FJM 25 ANOS

MIGUEL ARRAES 100 ANOS

EXECUTIVA NACIONAL DE MULHERES

Dora Pires (PE)
Secretária Nacional

Francileide Passos (MT)
Secretária Geral

Sandra Gomes (AL)
Primeira Secretária

Laura Gomes (PE)
Secretária de Finanças

Ely Almeida (AP)
Coordenadora de Formação Política

Anabel Lorenzi (RS)
Coordenadora de Comunicação

Maria Salete Ramos da Silva (SP)
Coordenadora de Movimentos Sociais

Sandra Maria Coelho Nunes (SE)
Coordenadora de Raça e Etnia

Regina Flores (RJ)
Coordenadora de Eventos

Mari Trindade (RS)
Coordenadora de Relações Internacionais

Silvana Teixeira (PI)
Coordenadora de Mobilização

COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PSB
2014 - 2017

Presidente Nacional
Carlos Roberto **Siqueira** de Barros

Primeiro Vice-Presidente
Governador **Paulo** Henrique Saraiva **Câmara**

Vice-Presidente de Relações Governamentais
Deputado Luiz **Roberto** de **Albuquerque**

Vice-Presidente de Relações Interpartidárias
Senador **João Alberto** Rodrigues **Capiberibe**

Vice-Presidente de Relações Parlamentares
Senador **Fernando Bezerra** de Souza **Coelho**

Vice-Presidente para Políticas Públicas
Governador **Ricardo** Vieira **Coutinho**

Vice-Presidente de Relações Institucionais
Governador Rodrigo Sobral **Rollemberg**

Vice-Presidente para Movimentos Sociais
Prefeito **Rubens** José França **Bomtempo**

Secretário-Geral
Governador José **Renato Casagrande**

Primeiro Secretário Nacional
Prefeito **Geraldo Júlio** de Melo Filho

Segundo Secretário Nacional e Líder no Senado Federal
Senador **Antônio Carlos Valadares**

Secretário Nacional de Finanças
Vice-Gov. **Márcio** Luiz **França** Gomes

Segundo Secretário Nac. de Finanças
Severino Nunes de **Araújo**

Secretaria Especial
Deputado **Julio** César **Delgado**

Secretaria Especial
Senadora **Lídice da Mata** e Souza

Secretaria Especial
Prefeito Luciano Ferreira de Souza **(Luciano Leitoa)**

Secretaria Especial
Governador Carlo **Camilo** Góes **Capiberibe**

Secretaria Especial
Governador **Wilson** Nunes **Martins**

Secretaria Especial
Milton Coelho da Silva Neto

Secretaria Especial
Mari Elisabeth **Trindade**

Secretaria Especial
Kátia Born Ribeiro

Secretaria Especial
Cláudio Valverde Santos

Secretaria Especial
Deputado **Cássio** Coelho **Andrade**

Secretaria Especial
Sérgio Maurício Brito Gaudenzi

Secretaria Especial
Prefeito Jonas Donizetti Ferreira

Secretaria Especial
Deputado **Serafim** Fernandes **Correa**

Secretaria Especial
Prefeito **Valdomiro Lopes** da Silva Júnior

Secretaria Especial
Prefeito **Márcio** Araújo de **Lacerda**

Secretaria Especial
Prefeito **Mauro Mendes** Ferreira

Secretária do Movimento Popular
Maria de **Jesus** Matos

Secretário da Juventude
Tony de Siqueira **Sechi**

Secretaria de Mulheres
Auxilia**dora** Maria **Pires** Siqueira da Cunha

Secretária do Movimento Negro
Valneide Nascimento dos Santos

Secretaria Sindical
Joilson Antonio **Cardoso** do Nascimento

LGBT
Otávio de Oliveira Bezerra

Líder na Câmara Federal
Deputado **Fernando B. Coelho**

PERCEPÇÃO SOBRE CONDIÇÕES DE VIDA DA MULHER BRASILEIRA

2016. Secretaria Nacional de Mulheres do Partido Socialista Brasileiro (PSB)

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Elaboração
CIPEC – Centro Integrado de Pesquisa e Comunicação
Rua Primeiro de Março, nº 25 - Santo Antônio, CEP: 50.010-070 - Recife-PE
www.cipecnet.com.br

Análise de dados e redação do livro
Ana Paula Portella - Socióloga

Distribuição
Secretaria Nacional de Mulheres do Partido Socialista Brasileiro (PSB)
CLN 304 - Bloco A - Sobreloja I - Entrada 63 - CEP.: 70.736-510 - Brasília - DF
Fone: (61) 3327-6405

E-mail: mulherespsb40@gmail.com
Site: www.mulheressocialistas.org.br
Facebook: fb.com/secretarianacionaldemulheresdopsb

Impressão
TC Gráfica e Editora Ltda EPP

Tiragem
500 exemplares

Índice

PALAVRAS DO PRESIDENTE 5

APRESENTAÇÃO 6

Ficha Técnica 7

I. Perfil Sócio-Demográfico 9

II. Perfil Ocupacional 20

III. Condição de Migração 34

IV. Situação Econômica e Financeira 40

V. Capacitação e Expectativas de Capacitação 49

VI. Habitabilidade e Infraestrutura de Serviços 55

VII. Percepção sobre a Qualidade de Vida 73

VIII. Acesso a Serviços de Saúde 76

IX. Saúde Sexual e Reprodutiva 91

X. Maternidade e Crianças 115

XI. Fatores de Risco e Práticas Preventivas 129

XII. Discriminação e Violência 138

XIII. Autopercepção sobre a Condição da Mulher e Presença de Organizações e Serviços para a Mulher .. 163

XIV. Confiança nas Instituições e Participação Política e Cidadã 169

PALAVRAS DO PRESIDENTE

Este livro, na forma de pesquisa, se inclui em um processo mais amplo de reflexão sobre as condições de vida da mulher brasileira. Trata-se de uma importante inflexão no processo de sistematização e produção de conhecimento, que tem por objetivo aprofundar algumas constatações iniciais do debate em curso sobre o empoderamento da mulher e responder a algumas demandas urgentes de fundamentação prática e político-pedagógica, na sociedade brasileira.

A pesquisa teve por objetivo "investigar percepções de vida das mulheres, nas cinco regiões do país, em relação a suas atuais condições de vida e expectativas para o futuro". Temário de natureza eminentemente político-pedagógica e de suma importância para os agentes envolvidos diretamente com a participação da mulher no cenário politico nacional.

Por dever, o Partido Socialista Brasileiro, coloca à disposição de todas e todos as informações recolhidas na pesquisa cumprindo assim a função de subsidiar as discussões que vêm sendo travadas e que certamente encontrarão eco na militância. Temas relacionados a questões corriqueiras como moradia, situação econômica, nível de capacitação e outros, até as questões mais complexas como saúde sexual e reprodutiva, discriminação e violência.

Vamos em frente!

Carlos Siqueira
Presidente Nacional do Partido Socialista Brasileiro - PSB

APRESENTAÇÃO

A Secretaria Nacional de Mulheres do Partido Socialista Brasileiro (PSB), tem a imensa satisfação de apresentar esta pesquisa denominada *Percepção sobre Condições de Vida da Mulher Brasileira.*

O que pensam as mulheres sobre as próprias condições de vida e como percebem as expectativas para o futuro é a questão central da referida pesquisa realizada em 18 municípios e abrangendo as cinco regiões do País. O público entrevistado foi de quatro mil mulheres com idade a partir dos 16 anos e os grupos pesquisados foram escolhidos a partir do tamanho da população do município.

O que se pretendia observar, de maneira minuciosa, eram os temas relacionados com o dia a dia das mulheres. Uma leitura sobre a forma desigual de se viver. Sobre as mais densas questões sociais. Questões essas que devem ser tomadas como bandeiras de lutas feministas. Essa análise de dados concretos contribui para um melhor entendimento das raízes da desigualdade de gênero no País e para calçar ações de políticas públicas de gênero.

A partir da construção desse entendimento, embasado cientificamente, podemos elaborar ações assumindo desafios e propondo um novo olhar nas perspectivas, fortalecendo assim, os enfrentamentos femininos diários. Enfrentamentos estes, que envolvem as diversidades que caracterizam as mulheres. É com o olhar de gestões que administrem e garantam o equilíbrio entre os desiguais que se proporciona uma vida com mais equidade.

O resultado aqui exposto fica para observação de todas e todos que se interessarem. Avante, mulheres. A luta permanece!

Dora Pires
Secretária Nacional de Mulheres do PSB

Ficha Técnica

Objetivo	Investigar percepções das mulheres das cinco regiões do país, em relação a suas atuais condições de vida e expectativas para o futuro.
Local	Cinco regiões do país
Período de campo	De 27 de junho a 02 de julho de 2011
Universo	O universo da pesquisa foi definido a partir eleitores do Estado de Pernambuco com 16 anos ou mais.
Amostra	Amostra Probabilística de estágios múltiplos. No primeiro estágio foram selecionados probabilisticamente os municípios que compõem a amostra através do método PPT (Probabilidade Proporcional ao Tamanho), tomando como base a população de cada um. No segundo estágio, foram selecionados por sorteio aleatório os setores censitários a serem pesquisados dentro de cada município. Finalmente, no terceiro estágio foi feita a seleção das residências dentro do setor censitário, utilizando-se quotas para a seleção do entrevistado dentro da residência, em função das seguintes variáveis: Foi aplicada ponderação para compensar a desproporcionalidade ao nível de região.
Número de Entrevistas	4000 entrevistas

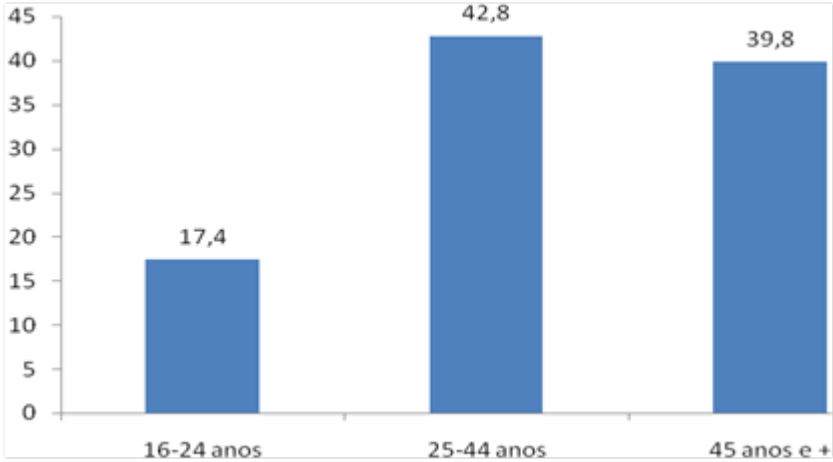
Margem de erro	+ / - 1,58% para os resultados do total da amostra.
Intervalo de confiança	O intervalo de confiança utilizado para o cálculo da margem de erro é de 95,5% para p=q=0,5
Coleta de dados	A pesquisa foi realizada por entrevistadores treinados pelo Cipec, que receberam capacitação especifica para este projeto. Foram checados, no mínimo, 30% dos questionários de cada pesquisador. A Checagem foi feita in loco por supervisores de campo e, posteriormente, por telefone. Internamente, todo o material foi verificado, codificado, digitado e, antes do processamento final, realizou-se a conferência da digitação (consistência dos dados).

Processamento	A base de dados foi processada com SPSS. O sistema de data entry consistiu da digitação de cada questionário utilizando um software específico para efetuar a consistência dos códigos de resposta.
Análise dos dados	Realizou-se análise descritiva dos dados, por meio de frequências simples, tabelas de referência cruzada e médias (quando adequado), aplicando-se o teste do qui-quidrado para avaliar a significância estatística das diferenças encontradas entre as proporções (valor de p < 0,05 assegura que a diferença não se deve ao acaso).
Municípios que integram a amostra	Porto Velho; Manaus; Belém; Juazeiro do Norte; Campina Grande Recife; Salvador; Belo Horizonte; Juiz de Fora; Rio de Janeiro São José dos Campos; São Paulo; Curitiba; São José; Porto Alegre Cuiabá; Goiânia; Brasília.

I. Perfil Sócio-Demográfico[1]

A maior parte da amostra foi composta por mulheres entre 25 e 44 anos (42,8%), seguida por aquelas com mais de 45 anos (39,8%). As jovens representaram apenas 17,4% do total.

Gráfico 1 – Faixa de idade, 2012

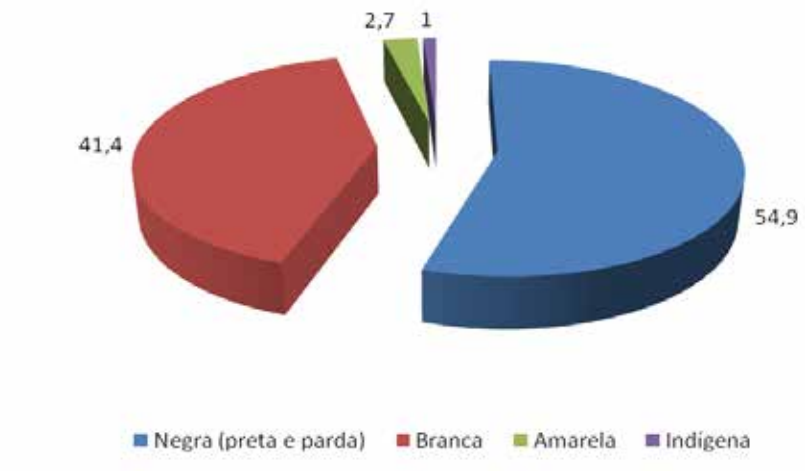


N=3947

A proporção de mulheres negras (pretas e pardas) encontrada nesta pesquisa é ligeiramente superior à encontrada no país: 54,9%, enquanto no país somam 50,7% (IBGE, 2010).

[1] Resultados que não totalizam 100% devem-se à exclusão, nas tabelas, das frequências relativas às categorias 'não informado', 'não respondeu', 'não sabe' e 'não lembra'. Aqueles que totalizam mais de 100% referem-se a questões com múltiplas respostas.

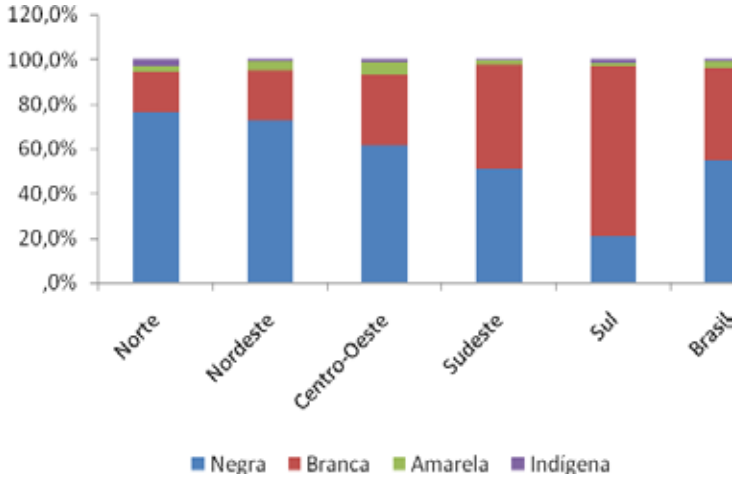
Gráfico 2 – Raça/cor da pele, 2012



N=3947

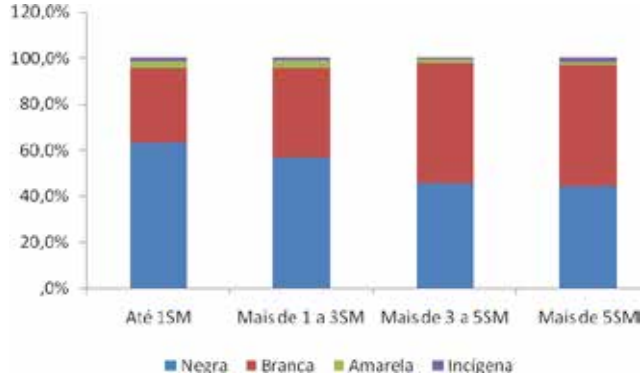
As regiões Norte e Nordeste concentram as maiores proporções de mulheres negras: 75,1% e 72,4%, respectivamente. As regiões Sul e Sudeste concentram os maiores contingentes de mulheres brancas, numa proporção bem maior do que a encontrada para o paíse com um todo.

Gráfico 3 – Raça/cor da pele de acordo com grandes regiões, 2012.



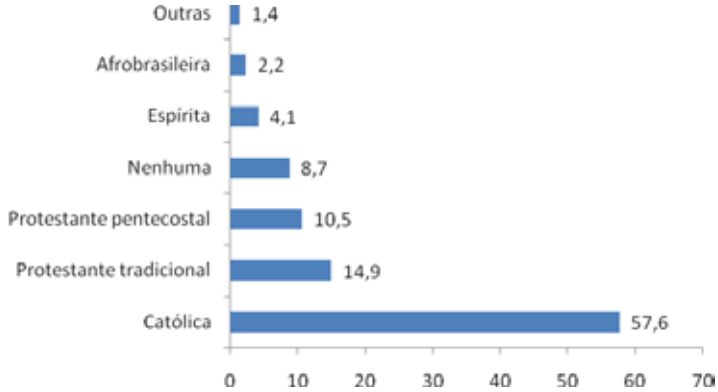
Como esperado, uma vez que no Brasil um dos efeitos do racismo é a relação quase direta entre posição socioeconômica e condição racial e étnica, a menor faixa de renda – de até um salário mínimo – reúne 63,3% de mulheres negras e 32,5% de brancas, enquanto que na maior – mais de cinco salários mínimos – essa proporção é de 44,2% e as brancas representam 52,8%.

Gráfico 4 – Raça/cor da pele de acordo com faixas de rendimento, 2012



Quase 60% das mulheres declararam-se católicas, uma proporção um pouco menor do que a encontrada em 2010 para a população feminina brasileira total, que foi de 67,9%. As denominações protestantes tradicionais foram referidas por 14,9% das mulheres, quase o dobro do identificado pelo IBGE em 2010, que foi 7,9%. Já com as denominações pentecostais, afrobrasileiras e espíritas aconteceu o inverso: de acordo com o IBGE, 14,1% das brasileiras afirma-se pentecostais, 0,36% dizem seguir as religiões afrobrasileiras e 1,9% declararam-se espíritas enquanto na amostra da pesquisa estes percentuais foram, respectivamente, 10,5%, 0,36% e 1,9%.

Gráfico 5 – Religião, 2012



N=3947

A maior proporção de católicas está entre as mulheres mais velhas, enquanto as protestantes distribuem-se de forma equilibrada entre todas as faixas de idade. Chama a atenção, porém, a maior proporção de mulheres sem religião entre as mais jovens (15,5%) quando comparada às mais velhas (4,4%).

As regiões Sul e Nordeste reúnem a maior concentração de católicas, enquanto as protestantes encontram-se mais na região Norte. As regiões Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste apreentam proporções semelhantes de mulheres sem religião, quase duas vezes maiores do que as encontradas no Norte e no Sul. Chama a atenção, ainda, a grande proporção de mulheres que se declarou seguidora de religiões afrobrasileiras no Sul, 8,7%, enquanto nas demais regiões esse percentual não chega a 1,5%.

As distinções mais importantes em termos do rendimento familiar encontram-se nas religiões espírita e afrobrasileira: são nas faixas de renda mais altas em que, proporcionalmente, as mulheres mais declaram seguir essas religiões. Comparando-se com a faixa mais baixa, por exemplo, há quase quatro vezes mais mulheres que afirmam seguir as religiões afrobrasileiras e espírita nas faixas mais altas.

Tabela 1 – Religião, de acordo com características selecionadas, 2012

Características	Religião						
	Católica	Protestante tradicional	Pentecostal	Espírita	Afro Brasileira	Nenhuma	Outras
Idade N=3943 p=0,000							
16-24	51,2	16,5	8,6	3,3	2,3	15,5	1,8
25-44	56,1	14,1	11,6	4,5	1,8	9,9	1,1
45 e +	61,9	15,1	10,2	4,0	2,5	4,4	1,5
Grande região N=3942 p=0,000							
Norte	53,9	20,7	17,2	1,1	0,1	4,5	2,1
Nordeste	62,3	15,2	8,0	2,2	1,0	9,0	1,7
Centro-Oeste	52,2	17,4	12,1	3,1	0,4	9,4	2,7
Sudeste	54,3	14,9	12,6	4,7	1,4	10,4	1,3
Sul	62,7	10,5	5,1	7,4	8,4	5,1	0,3
Raça/cor da pele N=3940 p=0,000							
Branca	63,7	12,4	8,0	4,9	2,2	7,3	1,0
Preta	49,7	15,6	11,1	4,2	4,7	12,7	1,4
Parda	54,9	17,7	13,2	3,3	0,7	8,0	1,8
Amarela	58,1	11,1	10,5	1,0	1,0	12,4	1,9
Indígena	46,2	20,5	7,7	5,1	12,8	7,7	-
Faixa de renda N=3607 p=0,000							
Até 1SM	59,7	14,1	11,3	2,3	1,0	9,3	1,0
1 a 3SM	57,7	15,5	10,3	3,6	2,2	8,9	1,3
3 a 5SM	58,0	13,7	10,8	4,7	2,7	7,5	2,2
+ de 5SM	54,5	12,8	10,7	9,8	3,7	7,5	0,7

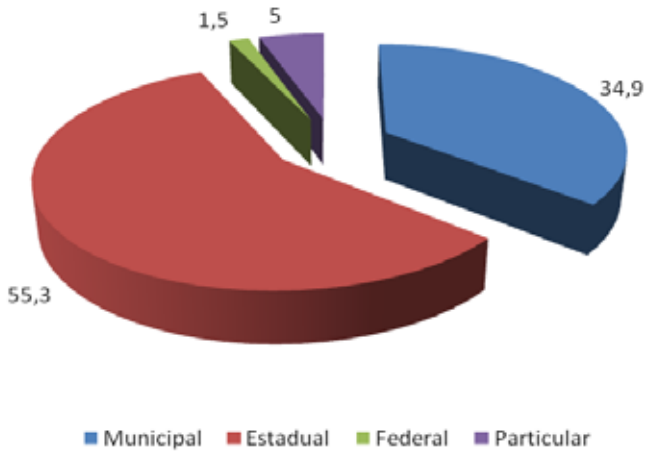
Em geral, é baixo o nível de escolaridades das mulheres. Quase metade não chegou ao ensino médio e cerca de 5% foram apenas alfabetizadas ou sequer chegaram a isso. Tiveram acesso ao ensino superior apenas 8% das mulheres.

Gráfico 6 – Grau de escolaridade, 2012

N=3947

De forma consistente com o nível de escolaridade prevalente – fundamental, que, no sistema público, é de responsabilidade do município - e com o perfil sócio-demográfico aqui esboçado, a maior parte das mulheres realizou seus estudos nas redes públicas municipais e estaduais. Apenas 5% estudaram em escolas privadas.

Gráfico 7 – Tipo de escola em que estudo por mais tempo, 2012



N=3947

Observa-se nos dados os efeitos das mudanças recentes ocorridas no país, com a ampliação das oportunidades de acesso ao mercado de trabalho e à educação para grupos socialmente vulneráveis, nos quais as mulheres pobres se incluem (tabela 2). Assim, é no grupo com mais de 45 anos que encontramos a maior proporção (71,1%) de mulheres com poucos ou nenhum ano de estudo. Na faixa de 25 a 44 anos, encontramos uma proporção duas vezes maior de mulheres que chegaram ao nível superior, quando se compara com as mais velhas. Do mesmo modo, é entre as mulheres brancas que se encontra a maior proporção daquelas que chegaram ao nível superior e as mulheres pretas representam o menor contingente que acedeu a esse nível de ensino. Indígenas e pardas, porém, concentram-se no nível fundamental de escolaridade.

Do ponto de vista da distribuição regional, chama a atenção os resultados encontrados na região Centro-Oeste: 21,8% das mulheres chegaram ao nível superior, uma proporção quase três vezes maior que a encontrada para o total da amostra. Também se destaca aqui, junto com a região Norte, a maior proporção de mulheres que estudou na rede particular de educação: 10,1% no Centro-Oeste e 7,1% no Norte contra 5% para o total da amostra. Do mesmo modo, chama a atenção a maior proporção de mulheres sem estudo ou que cursaram apenas o ensino fundamental na região Sudeste (52,4%), quando comparada ao Centro-Oeste (34%) e ao Norte (39,7%).

Em um contexto de ausência de serviços públicos e de redes sociais de apoio, o exercício da maternidade pode se constituir em um limite importante para o desempenho de atividades profissionais e para a continuidade dos estudos das mulheres. Isso se observa nos resultados abaixo. Entre as mulheres que tem filhos, 25,1% não estudou ou limitou-se ao ensino fundamental contra 15,2% entre as mulheres que não tem filhos. Quase 60% das mulheres sem filhos estão cursando ou já concluíram o ensino médio. Entre as que tem filhos, essa proporção é de 37,3%. No nível superior, observa-se a mesma tendência: apenas 6% das mulheres com filhos conseguiram chegar até aí, contra 14,3% das mulheres sem filhos.

A concentração de mulheres no ensino médio explica a maior proporção de mulheres que estudaram em escolas estaduais (tabela 3).

Tabela 2 – Escolaridade, de acordo com características selecionadas, Brasil, 2012

Características	Escolaridade*					
	EJA	Fundamental	Médio	Superior	Pós-Graduação	Não frequentou
Idade (n=3946 p=0,000)						
16-24	0,1	30,6	60,2	8,9	-	-
25-44	1,4	34,4	52,9	10,7	0,1	0,6
45 e +	7,1	60,6	23,6	4,7	0,2	3,6
Grande região (n=3943 p=0,000)						
Norte	1,4	36,9	49,8	10,3	0,1	1,4
Nordeste	5,8	45,5	41,2	5,5	-	3,1
Centro-Oeste	1,3	29,7	44,0	21,0	0,8	3,0
Sudeste	3,1	48,1	40,5	6,8	0,1	1,2
Sul	2,1	41,1	48,0	8,6	-	0,1
Raça/cor da pele (n=3942 p=0,000)						
Branca	3,1	41,8	42,5	11,1	0,1	1,3
Preta	3,1	47,6	53,7	4,7	-	1,0
Parda	3,6	45,5	42,9	6,5	0,1	2,1
Amarela	6,5	36,4	46,8	7,4	-	3,7
Indígena	-	53,8	38,5	5,1	-	2,6
Tem filhos? (n=3943 p=0,000)						
Sim	4,0	19,2	37,3	6,0	0,1	1,9
Não	1,5	12,6	58,7	14,2	-	1,1

* Níveis completos ou incompletos.

Tabela 3 – Tipo de escola em que estudou por mais tempo, de acordo com características selecionadas, Brasil, 2012

Características	Tipo de Escola			
	Municipal	Estadual	Federal	Particular
Idade (n=3900 p=0,000)				
16-24	28,7	62,9	2,0	6,4
25-44	31,2	60,7	1,7	5,2
45 e +	41,6	45,8	1,1	4,3
Grande região (n=3900 p= 0,000)				
Norte	29,3	60,0	1,0	7,1
Nordeste	31,6	58,1	1,3	4,4
Centro-Oeste	26,0	55,4	6,9	10,1
Sudeste	41,9	49,2	0,9	4,5
Sul	27,2	65,3	1,5	4,4
Renda mensal da família (n=3574 p=0,000)				
Até 1SM	42,4	47,9	0,3	2,2
1 a 3SM	36,9	55,6	1,2	3,0
3 a 5SM	28,4	61,6	1,3	7,3
Mais de 5SM	20,2	59,3	5,0	15,2
Raça/cor da pele (n=3895 p=0,000)				
Branca	33,0	55,7	2,0	6,7
Preta	34,3	58,8	1,1	2,8
Parda	36,1	55,0	1,3	4,1
Amarela	49,0	41,2	1,0	6,9
Indígena	50,0	39,5	-	10,5
Tem filhos? (n=3899 p=0,000)				
Sim	37,2	53,2	1,3	4,2
Não	27,7	61,7	2,2	7,6

Metade das mulheres entrevistadas vivem em famílias cuja renda mensal é de um a três salários mínimos ou, em valores de 2013, de 678 a 2034 reais (valores de 2013). De acordo com recente definição do Governo Federal[2], isso lhes situa nas classes pobre (406 a 810), vulnerável (811 a 1455 reais) e baixa classe média (1456 a 2205 reais).

Não se percebe diferenças importantes nessa distribuição de acordo com a faixa etária das mulheres. Do ponto de vista da distribuição regional, verifica-se a predominância das rendas mais altas nas regiões Sul e Centro-Oeste e uma maior proporção de pobres na região Nordeste. Embora as proporções sejam diferentes, como se pode ver claramente no gráfico 8, com exceção da faixa de até um salário mínimo, a distribuição regional encontrada na pesquisa corresponde àquela encontrada para a população brasileira como um todo.

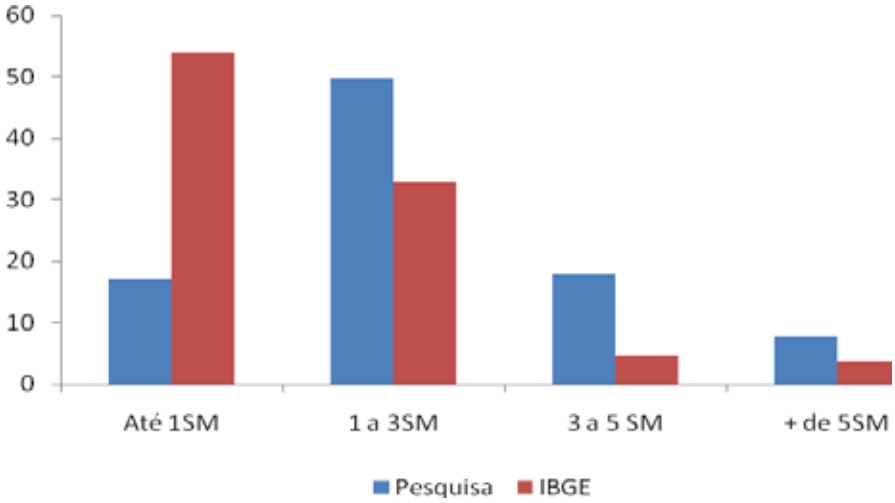
Além das distinções regionais, é a distribuição de acordo com a raça/cor da pele que chama mais a atenção na tabela 4. As mulheres brancas representam menos de 15% das mulheres pobres, enquanto mais da metade das negras e amarelas situam-se na faixa de um a três salários mínimos. É grande também a diferença entre brancas e os demais grupos raciais nas duas faixas mais altas, o que pode ser tomado com um efeito do racismo na sociedade brasileira, que coloca barreiras à melhoria da qualidade de vida da população negra.

Tabela 4 – Faixa de renda, de acordo com características selecionadas, 2012.

Características	Faixa de renda			
	Até 1SM	1 a 3SM	3 a 5SM	+ de 5SM
Idade (n=2775 p=0,000)				
16-24	16,4	51,6	15,9	7,5
25-44	17,0	48,8	19,8	8,2
45 e +	17,2	50,0	16,8	7,4
Grande região (n=2772 p=0,000)				
Norte	20,3	46,4	21,7	7,8
Nordeste	29,8	49,8	7,1	5,8
Centro-Oeste	10,4	35,8	21,3	16,8
Sudeste	13,2	51,9	19,8	6,3
Sul	6,4	51,5	28,6	11,5
Raça/cor da pele (n=2768 p=0,000)				
Branca	14,3	50,8	24,2	10,7
Preta	21,6	57,1	14,0	7,3
Parda	21,1	55,1	17,3	6,6
Amarela	20,6	63,9	11,3	4,1
Indígena	22,9	48,6	14,3	14,3

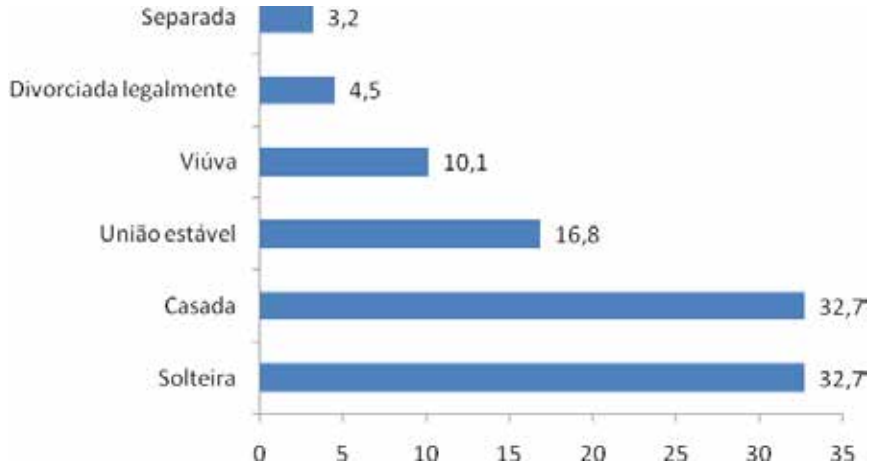
[2] http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/04/parte-da-classe-alta-quer-ser-vista-como-classe-media-diz-sae.html O cálculo da renda familiar foi feito com base em famílias com cinco membros.

Gráfico 8 – Faixa de renda de acordo com grande região, amostra da pesquisa, 2012 e Brasil, IBGE, 2011



Quase metade das mulheres é unida ou casada, um terço é solteira e as demais já viveram em situação de conjugalidade, estando agora separadas, divorciadas ou viúvas.

Gráfi1co 9 – Estado civil, Brasil, 2012



N=3947

Como esperado, considerando a dinâmica do ciclo de vida, a maior parte das jovens é é solteira, a maior proporção de casadas e unidas está entre as mulheres da faixa intermediária e entre as mais velhas encontra-se

a maior proporção de viúvas, separadas e divorciadas. No que se refere à distribuição regional, o dado mais importante é a menor proporção de mulheres casadas e divorciadas e uma maior proporção de unidas nas regiões Norte e Nordeste, o que pode se dar em razão de limites financeiros para a realização dos procedimentos legais do casamento e do divórcio.

As faixas de maior renda concentram as maiores proporções de casadas e unidas, situação que pode concorrer para a elevação do orçamento familiar pela presença de, pelo menos, duas fontes de rendimentos. Entre as mais pobres encontramos as maiores proporções de solteiras e viúvas.

Cerca de 20% das mulheres solteiras já tem filhos. Somadas às divorciadas, separadas e viúvas, temos que, provavelmente, 41,1% das mulheres criam e educam seus filhos sozinhas. No outro extremo, há também cerca de 20% de mulheres casadas ou unidas que não tem filhos.

Tabela 5 – Estado civil, de acordo com características selecionadas, 2012.

Características	Estado Civil			
	Solteira	Casada/Unida	Separada/Divorciada	Viúva
Idade				
16-24	70,1	28,7	0,7	0,4
25-44	32,4	60,7	5,4	1,5
45 e +	16,7	46,6	13,2	23,5
Grande região				
Norte	35,7	52,1	4,7	7,4
Nordeste	35,0	49,4	5,7	9,8
Centro-Oeste	32,2	49,8	8,1	9,9
Sudeste	31,4	49,9	7,8	10,9
Sul	31,3	47,1	12,1	9,4
Raça/cor da pele				
Branca	29,4	40,3	9,6	10,8
Preta	38,9	44,5	6,0	10,6
Parda	32,7	52,0	6,3	9,0
Amarela	39,3	46,7	5,6	8,4
Indígena	42,5	32,5	10,0	15,0
Faixa de renda				
Até 1SM	38,6	37,8	7,2	14,4
1 a 3SM	31,8	50,9	7,3	10,0
3 a 5SM	27,9	56,0	7,4	7,7
Mais de 5SM	28,0	57,6	7,9	6,6
Tem filhos?				
Sim	19,1	58,9	9,4	12,6
Não	75,8	19,8	2,3	2,1

No total, 75,9% das mulheres tem filhos e, destas, 42,6% tem filhos que não moram com elas e 19,3% tem filhos de pais diferentes. Quase 90% das mulheres com mais de 45 anos são mães e, entre as mais jovens, 37,1% também já tiveram filhos e, entre estas, 11,1% não residem com todos ou algum dos filhos. Essa proporção aumenta de acordo com a idade da mulher, chegando a 70,2% entre as mais velhas que, provavelmente, são

mães de filhos adultos. Curiosamente, e comprovando a hipótese dos filhos adultos das mulheres mais velhas, é praticamente a mesma a proporção de mulheres que tem filhos de diferentes pais e que não moram com elas. É provável que esta situação tenha produzido a necessidade de filhos criados por núcleos familiares distintos.

É na região Sul, onde são menores as taxas de fecundidade, que se encontra a menor proporção de mulheres com filhos, mas a diferença é pequena com relação às outras regiões, como se vê na tabela 43. E é no Nordeste onde está a maior proporção de mulheres que tem filhos que não residem com elas e, junto com a região Norte, de diferentes pais.

Entre as mulheres mais pobres, é maior a proporção de mulheres com filhos, provavelmente pelas dificuldades de acesso a informações e a métodos contraceptivos. E é também entre essas mulheres que se encontra a maior proporção de filhos que não moram com as mães e de filhos de diferentes pais. No primeiro caso, quando comparado à situação daquelas que estão na faixa maior de renda a diferença é de 18% a mais entre as mais pobres, sugerindo que essa é uma situação produzida pela insuficiência de recursos para a manutenção da família. Há mais pardas e indígenas com filhos e é entre essas últimas que se encontra a maior proporção de mulheres que não moram com seus filhos. Filhos de pais diferentes são uma realidade para pouco mais de um quinto das mulheres negras, amarelas e indígenas; entre as brancas, essas proporção é de 14,8%.

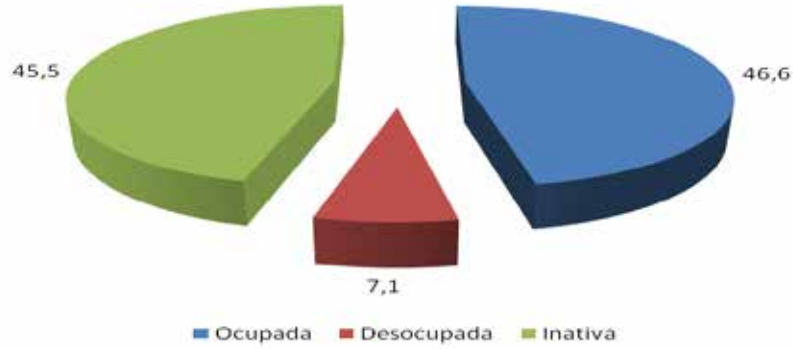
Tabela 6 – Filhos, de acordo com características selecionadas, 2012.

Características	Filhos			
	Tem	Não tem	Não moram com ela	Pais diferentes
Idade			(n=3236 p=0,000)	(n=2976 p=0,000)
16-24	37,1	62,9	11,1	11,4
25-44	79,5	20,5	23,6	23,9
45 e +	89,0	11,0	70,2	16,2
Grande região			(n=3235 p>0,05)	(n=2796 p<0,05)
Norte	76,7	23,3	40,6	24,7
Nordeste	75,9	24,1	46,8	22,2
Centro-Oeste	73,8	26,2	42,1	15,8
Sudeste	77,5	22,2	40,6	18,4
Sul	71,7	28,3	42,8	15,0
Raça/cor da pele			(n=3235 p<0,05)	(n=2976 p<0,05)
Branca	75,1	24,9	45,3	14,8
Preta	74,9	25,1	37,5	22,3
Parda	77,6	22,4	42,8	22,5
Amarela	68,2	31,8	32,1	23,9
Indígena	77,5	22,5	46,9	23,3
Renda menal familiar			(n=2969 p=0,000)	(n=2730 p=0,000)
Até 1SM	82,6	17,4	48,5	26,8
1 a 3SM	76,4	23,6	43,7	19,2
3 a 5SM	71,1	28,9	39,6	16,2
Mais de 5SM	72,1	27,9	30,2	12,2
Total				

II. Perfil Ocupacional

De maneira geral, o perfil ocupacional das mulheres entrevistadas reflete as mudanças pelas quais o país passou nos últimos anos. Cerca de metade das mulheres é ativa e, entre as inativas, 36,7 são aposentadas ou pensionistas e 12,3 são estudantes. Do total de 3930 mulheres, apenas 916, ou 23, dedicavam-se apenas às atividades domésticas, sem ter experiência profissional anterior ou condição física ou mental impeditiva do exercício de uma ocupação profissional.

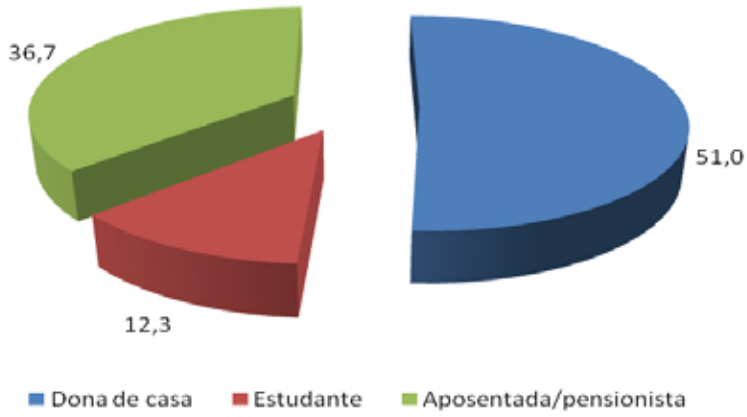
Gráfico 10 – Condição de atividade, Brasil, 2012



N=3947

Assim, é minoritária (cerca de 25% do total da amostra) a proporção de mulheres que se dedica apenas às atividades domésticas, situação que se impõe na vida das mulheres no momento em que os filhos são pequenos, sendo, muitas vezes, revertida quando os filhos crescem. Quase 60 das mulheres inativas que tem filhos estão nesta condição.

Gráfico 11 – Categorias de inativas, , Brasil, 2012



N=1797

O maior nível de ocupação encontra-se entre as mulheres de 25 a 44 anos, que já terminaram os estudos – ao menos nos níveis fundamental e/ou médio. As inativas, por sua vez, concentram-se na faixa de 45 anos e mais, situação em que é mais provável que já tenham trabalhado e se aposentado ou, sendo mais velhas, tenham tido menos oportunidades de ingressar no mercado de trabalho em função das também menores oportunidades de acesso a graus mais altos de escolarização. As regiões Sul e Centro-Oeste concentram as maiores proporções de mulheres ocupadas, cerca de 54. A menor proporção está no Nordeste, 42,2, ainda que, junto com a região Norte, esta região venha apresentando os maiores índices de crescimento econômico nos últimos anos. O desenvolvimento econômico, portanto, ainda não produziu impactos suficientes para que as mulheres dessas regiões alcancem as demais no que se referem ao grau de ocupação. Como esperado, a faixa de renda mais baixa concentra a maior proporção de mulheres inativas (59,3) e desocupadas (14,3) e, inversamente, na faixa mais alta há uma proporção semelhante de ocupadas (60,3), expressando o peso dos rendimentos do trabalho das mulheres na composição da renda familiar.

Observe-se, porém, que é entre as mulheres que tem filhos que se encontra a maior proporção de inativas (48,3). É provável, portanto, que essas mulheres não contem com o apoio para as obrigações com a maternidade e a família que lhes permite desempenhar atividades profissionais rentáveis. De modo geral, esses resultados demonstram que, em contextos de ausência de apoio institucional para os cuidados e a educação dos filhos, a maternidade na juventude pode impactar negativamente sobre a vida escolar, a carreira profissional e os rendimentos das mulheres. Como se verá, outros resultados dessa pesquisa corrobaram essa afirmação.

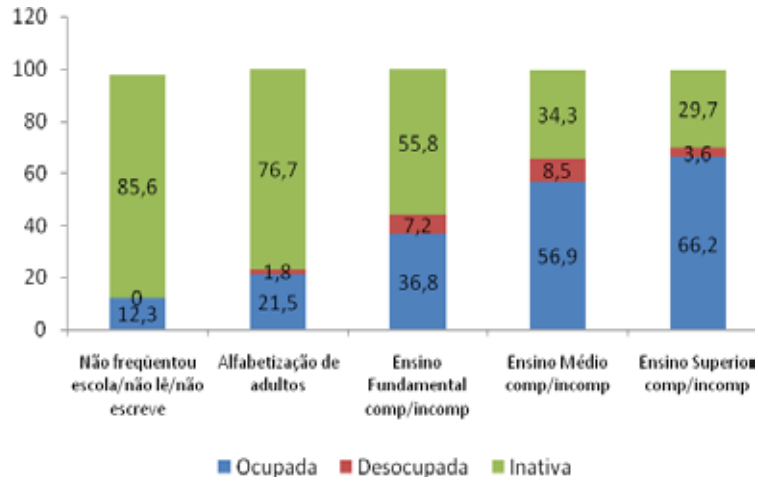
A proporção de mulheres desocupadas varia de 5,3%, entre as brancas, a 15,4%, entre as indígenas, o que pode evidenciar as menores barreiras encontradas pelas brancas para a inserção no mercado de trabalho. Isso pode ser melhor avaliado na tabela 8.

Tabela 7 – Situação ocupacional, de acordo com características selecionadas, 2012.

Características	Situação Ocupacional		
	Ocupada	Desocupada	Inativa
Idade (n=3916 p=0,000)			
16-24	37,2	16,2	46,3
25-44	62,3	8,2	29,3
45 e +	34,4	2,1	63,0
Grande região (n=3919 p=0,000)			
Norte	43,6	7,9	48,0
Nordeste	42,2	8,1	49,5
Centro-Oeste	54,7	7,0	36,2
Sudeste	46,4	7,8	45,6
Sul	54,1	3,4	42,5
Renda menal familiar (n=3594 p=0,000)			
Até 1SM	26,4	14,3	59,3
1 a 3SM	46,9	6,4	46,7
3 a 5SM	63,5	4,2	32,3
Mais de 5SM	60,3	3,3	36,3
Raça/cor da pele (n=3916 p=0,000)			
Branca	46,4	5,3	48,2
Preta	51,5	9,2	38,7
Parda	46,3	7,9	45,8
Amarela	39,2	9,5	51,4
Indígena	41,1	15,4	43,5
Tem filhos? (n=3914 p=0,000)			
Sim	45,5	6,0	48,3
Não	50,8	11,0	37,8
Total	**46,8**	**7,2**	**45,7**

Observa-se, ainda, a relação direta entre grau de escolaridade e ocupação: quanto maior a escolarização maior a proporção de mulheres ocupadas e, inversamente, quanto menor a escolarização maior a proporção de inativas. Entre as mulheres que nunca frequentaram a escola, 85,6 estão nesta condição. A escolaridade, portanto, parece ser uma condição importante para que as mulheres tenham acesso ao mercado de trabalho e a melhores rendimentos.

Gráfico 12 – Situação ocupacional de acordo com grau de escolaridade, Brasil, 2012



N=3610

Quase metade das mulheres ocupadas, porém, encontra-se em situação de precariedade, ou seja, sem acesso a direitos trabalhistas e às condições de trabalho de que gozam as pessoas que estão inseridas no mercado formal. Essas mulheres são autônomas, prestadoras de serviços, diaristas ou empregadas sem carteira de trabalho assinada. No outro extremo do grupo, há aquelas que têm seu próprio negócio (5,4%) e são profissionais liberais (2%). As demais mulheres (44%) são servidoras públicas ou trabalhadoras contratadas com carteira profissional assinada.

Gráfico 13 – Tipo de ocupação, Brasil, 2012

N=1840

As mudanças mais recentes na economia e no mercado de trabalho refletem-se de forma mais clara no perfil das mulheres ocupadas. Ainda que seja muito significativa a proporção de mulheres (48,6%) que ainda se encontra em situação ocupacional precária, observa-se que é entre as mulheres mais velhas, cujo déficit de escolaridade é maior, que essa situação é mais frequente. Quanto mais jovens e, provavelmente, mais beneficiadas pela ampliação das possibilidades de acesso à educação e formação profissional, maior a inserção no mercado formal de trabalho.

Ao que parece, isoladamente, o crescimento econômico – consolidado ou recente – não tem produzido melhores oportunidades de inserção das mulheres no mercado formal de trabalho. Assim, a região Nordeste – que experimentou as maiores taxas de crescimento econômico do país nos últimos anos - é a que apresenta a maior proporção (58%) de mulheres em situação ocupacional precária, seguida pela região Sudeste (51,8%), cujo processo de desenvolvimento está consolidado desde o final do século XIX. Nas demais regiões, cujos processos de crescimento econômico são distintos, há menos precarização e predomina o emprego formal, os pequenos negócios e o exercício das profissões liberais.

Como seria de se esperar, quando se observa apensa o grupo das mulheres ocupadas, verifica-se que a grande maioria das mulheres (70,9) em ocupações precárias tem rendimentos de até um salário mínimo e, contrariamente, pouco mais de 60 daquelas que estão nas situações ocupacionais formalizadas auferem mais do que cinco salários mínimos mensais.

Do mesmo modo, o fato de não ter filhos parece favorecer a entrada ou permanência no mercado formal: 59,7% das mulheres sem filhos estão no mercado formal, são servidoras, pequenas empresárias ou profissionais liberais; entre as que tem filhos, essa proporção é de 48,3.

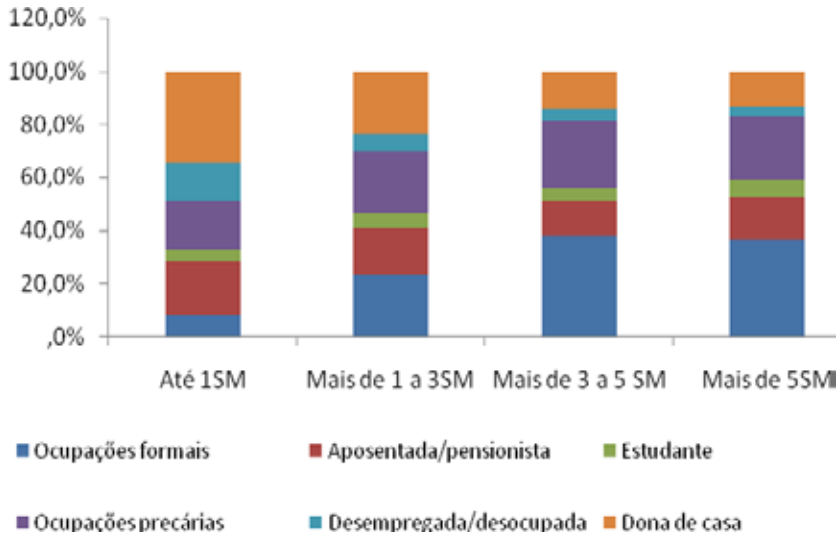
As diferenciais raciais e étnicas são importantes no campo ocupacional, como os dados anteriores já demonstraram. Assim, as mulheres brancas são o único grupo em que menos da metade das mulheres estão em ocupações precárias. Em todos os demais grupos étnicos/raciais mais da metade das mulheres realizam trabalhos precarizados e entre negras e indígenas pouco mais de um terço estavam inseridas no mercado de trabalho formal.

Tabela 8 – Tipo de ocupação, de acordo com características selecionadas, 2012.

Características	Tipo de Ocupação				
	Emprego formal	Trabalho precário	Servidora pública	Empresária Empreendedora	Profissional liberal
Idade (n=3916 p=0,000)					
16-24	48,0	47,9	0,4	1,5	2,3
25-44	43,8	44,4	4,3	5,7	1,7
45 e +	27,6	57,2	6,3	6,6	2,3
Grande região (n=3919 p=0,000)					
Norte	28,5	48,6	9,6	12,5	0,9
Nordeste	32,3	58,0	4,0	5,5	0,3
Centro-Oeste	40,1	36,5	11,4	9,0	3,1
Sudeste	38,4	51,8	3,5	3,3	3,0
Sul	57,2	33,4	1,6	5,9	1,9
Raça/cor da pele (n=3916 p=0,000)					
Branca	43,0	42,4	4,6	6,4	3,6
Preta	36,7	55,2	3,0	4,1	1,1
Parda	38,6	51,5	5,2	4,3	0,5
Amarela	26,8	53,7	2,4	14,6	2,4
Indígena	37,5	56,3	-	6,3	-
Faixa de renda (n=3594 p=0,000)					
Até 1SM	18,9	70,9	0,9	6,1	3,3
1 a 3SM	41,5	50,6	2,5	3,6	1,9
3 a 5SM	46,4	40,2	5,6	6,2	1,5
Mais de 5SM	32,7	39,6	14,9	10,4	2,4
Tem filhos? (n=3914 p=0,000)					
Sim	36,4	51,7	4,4	5,4	2,2
Não	48,6	40,3	4,3	5,3	1,5

O gráfico 14 apresenta a distribuição das mulheres de acordo com todas as situações ocupacionais, incluindo as inativas, nas classes de rendimento. Nele, observa-se a maior concentração de postos formais entre as mulheres com maior renda e, inversamente, a maior proporção de donas de casa entre as mais pobres.

Gráfico 14 – Tipo de ocupação de acordo com faixas de renda, Brasil, 2012



Como se viu, pouco mais de 45% das mulheres eram inativas, ou seja, não desenvolviviam atividades profissionais e, portanto, não auferiam rendimentos provenientes do trabalho. As inativas foram distribuídas nas categorias de donas de casa, estudantes, aposentadas ou pensionistas, mas é importante ressaltar as diferenças qualitativas entre as duas primeiras e as duas últimas categorias. As donas de casa realizam o trabalho reprodutivo não remunerado, necessário à manutenção de toda a família, e as estudantes desenvolvem uma atividade de formação pessoal, mas ambas dependem finaceiramente de outras pessoas – em geral, dos maridos ou pais. As pensionistas podem ter acesso ao benefício social em função de uma dependência passada – de maridos ou pais -, mas também podem ter direito ao benefício em razão de uma condição pessoal, como uma necessidade especial. Já as aposentadas fazem jus a um direito previdenciário, garantido por uma condição anterior de trabalhadora; não há aqui, portanto, relação de dependência financeira passada ou atual com outra pessoa adulta e isso faz diferença para os processos de construção da autonomia das mulheres.

Como esperado, entre as mulheres mais jovens predominam as estudantes e, entre as mais velhas, as aposentadas e pensionistas. A faixa mediana de idade, na qual é mais provável a existência de filhos ainda pequenos, concentra a maior proporção de donas de casa: quase 90% das mulheres inativas de 25 a 44 anos de idade são donas de casa. É nas regiões Norte e Nordeste que se encontram as maiores proporções de donas de casa, o que pode revelar a ausência de estruturas de apoio para o trabalho reprodutivo, que dificulta para as mulheres o desenvolvimento de atividades remuneradas. As regiões Sul e Sudeste, cujo mercado formal de trabalho é estruturado há mais tempo do que no restante do país, apresentam as maiores proporções de aposentadas e pensionistas. Corroborando os achados acima, cerca de 60% das mulheres que tem filhos são donas de cada e

apenas 1% é estudante. Entre as que não tem filhos, 57,5% são estudantes, o que, mais uma vez, chama a atenção para as dificuldades encontradas pelas mulheres para conciliarem os cuidados com as crianças e os seus projetos pessoais e profissionais.

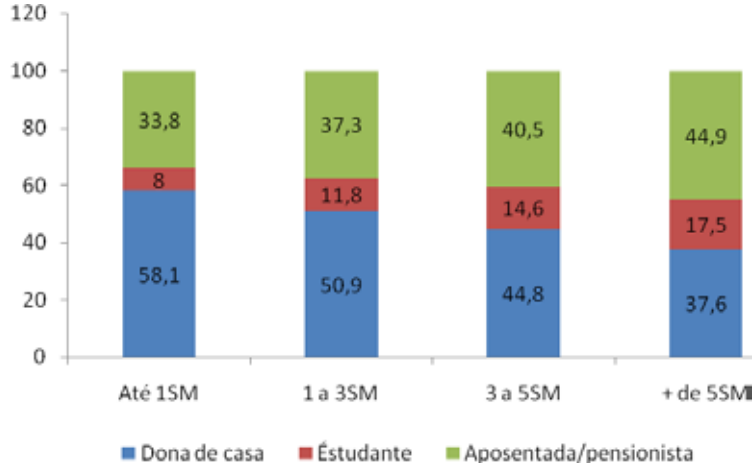
Entre as mulheres pardas e negras encontra-se as maiores proporções de donas de casa e entre brancas e indígenas, a maior proporção de aposentadas ou pensionistas. Quase 60% das mulheres pardas inativas são donas de casa, o que pode indicar dificuldades de diferentes ordens para ter acesso ao trabalho remunerado formal ou informal.

Tabela 9 – Situação de inatividade, de acordo com características selecionadas, 2012.

Características	Situação de inatividade		
	Dona de casa	Estudante	Aposentada/pensionista
Idade (n=1897			
16-24	37,3	61,1	1,6
25-44	88,2	5,0	6,7
45 e +	36,9	0,2	63,0
Grande região (n=1797			
Norte	61,3	16,6	22,1
Nordeste	56,8	13,2	30,0
Centro-Oeste	51,0	16,6	32,4
Sudeste	49,3	10,3	40,4
Sul	38,3	12,2	49,5
Raça/cor da pele (n=1775			
Branca	45,1	11,9	43,0
Preta	49,6	11,6	38,8
Parda	59,2	12,2	28,7
Amarela	51,9	22,2	25,9
Indígena	41,2	11,8	47,1
Tem filhos? (n=1796			
Sim	59,0	1,0	40,0
Não	18,8	57,5	23,7

A proporção de mulheres aposentadas aumenta de acordo com a faixa de renda, provalemente como resultado do peso desse rendimento específico na renda total da família. No grupo de renda mais alta, quase 50% das mulheres são aposentadas ou pensionistas, confirmando a importância dos benefícios sociais e previdenciários para a melhoria das condições econômicas das mulheres. No outro extremo, nas faixas mais baixas de renda, mais de 60% das mulheres são donas de casa ou estudantes: a ausência do rendimento feminimo, portanto, impacta negativamente sobre a renda familiar.

Gráfico 15 – Condição de inatividade de acordo com faixa de Faixa de renda, Brasil, 2012



Perguntadas sobre as razões de não estarem trabalhando, as mulheres elencaram motivos ligados ao casamento e à maternidade, à dinâmica do mundo do trabalho e a situações pessoais diversas - além das situações já mencionadas das aposentadas, pensionistas e estudantes. Excluídas essas situações, o principal grupo de motivos que impediu o acesso das mulheres ao trabalho remunerado é aquele ligado ao casamento e à maternidade, referido por 25,9%. Isoladamente, são os cuidados com os filhos que mais afastam as mulheres da atividade remunerada, mas a isso associa-se o casamento em si, o fato de ter engravidado e, para 1,6% das mulheres, a proibição do marido. Esse conjunto de razões tem mais força justamente entre as mulheres de 25 a 44 anos, que ainda devem ter filhos pequenos. Entre as mais jovens, parte importante ainda não casou ou tem filhos e, entre as mais velhas, os filhos já devem estar crescidos ou já não estão mais casadas. Entre as pretas e pardas a maternidade também tem grande importância como motivo de afastamento do trabalho, quando se compara com os outros grupos étnico-raciais.

As razões ligadas diretamente ao mundo do trabalho – demissão, ausência de posto de trabalho ou de qualificação – levaram quase 17% das mulheres à inatividade, em proporções semelhantes nas faixas mais jovem e mediana (cerca de 25%). Entre as mulheres brancas e amarelas, cerca de metade referiram esses motivos como impedimentos para o trabalho remunerado. Os outros motivos, entre os quais sobressaem as razões de saúde, responderam por 19,3% das situações que afastaram as mulheres das atividades remuneradas, apresentando-se em maior proporção nas faixas mediana e mais velha. Entre as regiões do país, as razões de inatividade ligadas ao casamento e à maternidade variaram de 23,9% no Sul a 31,1% no Norte, evidenciando o provável efeito da ausência de redes de apoio para o trabalho reprodutivo sobre a capacidade de inserção das mulheres no mundo do trabalho remunerado. Apesar disso, em todas as regiões essas foram as razões mais referidas pelas mulheres para permanecerem na condição de donas de casa. As razões ligadas ao mundo do trabalho predominam nas regiões Norte e Nordeste, chamando novamente a atenção para a possibilidade de existência de um mercado que oferece menos oportunidades para as mulheres.

Em todas as faixas de renda predominaram as razões ligadas ao casamento e à maternidade, mas, entre

as mais pobres, essas razões se apresentam em proporção maior do que entre as de maior rendimento, especialmente no que se refere aos cuidados com os filhos. Do mesmo modo, o motivo 'não conseguiu emprego' apresenta-se em uma proporção duas vezes maior entre as mais pobres do que nas outras faixas de renda, o que pode denotar dificuldades ligadas à qualificação ou à ausência de informações e canais para o acesso a trabalho, próprias de populações e contextos socialmente precários. Mas é quando comparamos as mulheres que tem e as que não tem filhos que se verifica o peso diferencial das razões ligadas à vida familiar: entre as primeiras, 31,8% atribuíram a essas razões o seu afastamento do desenvolvimento de atividades remuneradas, mas, entre as segundas, essa proporção não chegou a 5%. Essas respostas indicam que é menos a pressão dos maridos ou do status de mulher casada – sugerindo a existência de relações mais igualitárias nesse campo especifico – e mais a existência das necessidades concretas dos cuidados requeridos pelas crianças o que mais concorre para colocar as mulheres na condição de donas de casa.

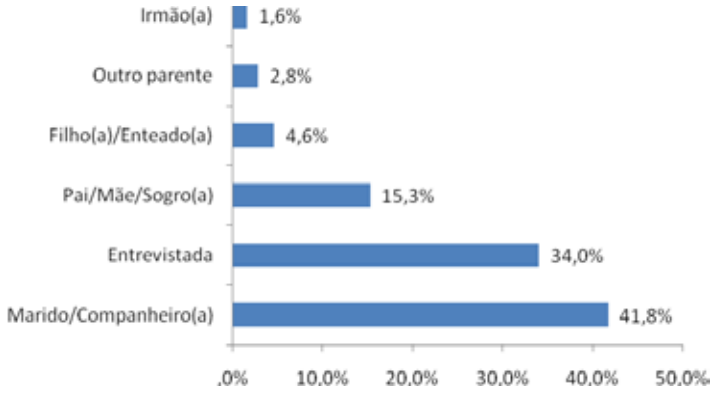
Tabela 10 – Razões de inatividade, de acordo com características selecionadas, 2012.

Características	Razões de Inatividade				
	Maternidade[1]	Casamento[2]	Mundo do trabalho[3]	Estudos [4]	Outras[5]
Idade (n=2016 p=0,000)					
16-24	25,7	2,4	25,5	37,8	8,4
25-44	40,2	6,4	28,5	3,8	20,8
45 e +	5,0	6,7	64,3	0,9	23,0
Grande região (n=2016 p=0,000)					
Norte	28,7	2,3	29,6	9,5	29,7
Nordeste	19,7	6,6	44,2	8,6	20,7
Centro-Oeste	21,9	5,5	37,0	11,2	20,7
Sudeste	19,4	5,6	46,7	9,2	19,0
Sul	18,8	5,1	55,3	10,3	10,5
Raça/cor da pele (n=2016 p=0,000)					
Branca	17,8	7,0	50,1	10,3	14,6
Preta	20,5	3,6	46,1	7,2	22,3
Parda	22,8	5,1	39,7	8,9	23,4
Amarela	20,9	4,8	35,5	16,1	22,6
Indígena	13,6	9,0	50,0	9,1	18,1
Faixa de renda (n=1838 p=0,000)					
Até 1SM	20,7	7,7	46,7	3,7	21,0
1 a 3SM	22,2	4,6	45,4	10,1	17,7
3 a 5SM	15,7	6,4	47,3	12,2	18,3
Mais de 5SM	15,0	6,2	48,1	12,9	17,5
Tem filhos? (n=2018 p=0,000)					
Sim	25,5	6,3	45,8	1,3	21,0
Não	1,1	3,3	43,1	38,7	13,2

[1] Maternidade inclui as categorias 'cuidados com os filhos', 'engravidou' e 'não foi aceita com filhos'
[2] Casamento inclui as categorias 'casou' e 'marido não deixou'
[3] Mundo do trabalho inclui as categorias 'foi demitida', 'não tem qualificação', 'não conseguiu emprego' e 'aposentada/pensionista'
[4] Estudos inclui as categorias 'parou para estudar' e 'estuda e não tempo para trabalhar'
[5] Outras inclui as categorias 'não precisa', 'problemas de saúde' e 'outros motivos'

Cerca de um terço das mulheres é responsável pelo sustento do domicílio, o que está próximo da realidade encontrada no país, em que 37,3% das famílias são chefiadas por mulheres (IBGE, 2012). Mas 41,8% das mulheres ainda vivem em famílias em que o principal provedor é o homem, ainda que a renda feminina também componha o orçamento familiar.

Gráfico 16 – Principal provedor/a da renda familiar, Brasil, 2012.



N=3947

É entre as servidoras públicas, aposentadas e pensionistas (muitas das quais, certamente, foram servidoras), que se encontra as maiores proporções de mulheres que são as principais provedoras da família, ultrapassando os 60%. Mas, embora em menor proporção, também entre as empregadas no setor formal, as profissionais liberais e entre as mulheres ocupadas no trabalho precário é maior a proporção de famílias em que a renda das mulheres é a principal. Essa situação se inverte no caso das desempregadas e donas de casa: entre as primeiras, predominam as situações em que os pais ou o companheiro são as principais fontes de sustento familiar, e entre as segundas, é o companheiro que cumpre essa função. Entre as empresárias e empreendedoras, há equilíbrio entre as famílias sustentadas por mulheres e pelos seus companheiros.

Tabela 11 – Principal provedor/a da família de acordo com tipo de ocupação da entrevistada, Brasil, 2012

Tipo de Ocupação	Principal Provedor					
	Entrevistada	Marido/companheiro	Filho/enteado(a)	Pai/mãe/sogro(a)	Irmã/o	Outro parente
Formal	39,7	36,4	1,8	17,0	2,5	2,5
Precária	43,3	40,9	2,0	10,3	0,7	2,8
Servidora pública	62,8	28,2	1,3	5,1	2,6	-
Profissional liberal	47,2	27,8	5,6	16,7	-	2,8
Desempregada	10,2	35,4	4,7	40,5	1,8	7,3
Dona de casa	8,5	73,1	7,2	7,3	2,1	1,8
Estudante	1,4	5,6	2,8	80,5	1,4	8,4
Aposentada	65,8	21,9	8,3	1,4	1,1	1,5
Total	**34,0**	**41,8**	**4,6**	**15,3**	**1,6**	**2,8**

N=3947

Como esperado, a proporção de mulheres provedoras da família aumenta de acordo com a idade. Entre as mais jovens, ainda estudantes e, portanto, com restrições de acesso ao mercado de trabalho, os principais provedores são os pais. Na faixa mediana de idade, em que predominam as mulheres casadas ou unidas e com filhos, os principais provedores são os companheiros, mas já há 31% de mulheres provedoras. E na faixa mais alta, em que há mais separadas e divorciadas, com filhos crescidos, predominam as familias em que a renda das mulheres é a principal fonte de sustento.

É na região Sul, onde são maiores os rendimentos e é maior a proporção de empregadas no setor formal, que se encontra a maior proporção de mulheres como principais provedoras da família. A menor proporção encontra-se na região Norte. Há variação na proporção de famílias chefiadas por mulheres, mas isso não acontece com relação à chefia masculina, que apresenta proporções semelhantes em todas as regiões: variando apenas de 39,4% no Sul para 42,4% no Sudeste. Os diferenciais aparecem nas outras categorias de provedores, referentes a outros familiares.

Mas é na situação de ausência de um homem na família, ou seja, entre as divorciadas, separadas e viúvas, que se encontra a maior proporção de mulheres que são as principais provedoras. Cerca de 70% das famílias destas mulheres são sustentadas principalmente pelos seus rendimentos, situação que se inverte entre as casadas e unidas, quando as mulheres respondem pelo provisão do sustento familiar em menos de 20% dos casos.

Mas entre as que tem filhos, independentemente da situação conjugal, a proporção de provedoras aproxima-se da realidade nacional - 36,6% -, o que pode evidenciar o fato de que, nas situações de separação, as mulheres continuam responsáveis pelo sustento das crianças.

A chefia feminina do domicílio é maior entre pretas e indígenas, sendo que, para as últimas, é bem menor a proporção de domicílios em que o marido ou companheiro é o principal provedor: apenas 25%, enquanto entre brancas e pardas essa proporção ultrapassa os 40%. Essa diferença pode produzir efeitos sobre a melhoria da renda domiciliar, colocando pretas e indígenas em situação de maior precariedade.

Finalmente, o contexto de mulheres separadas e com filhos que, provavelmente, são a fonte única de rendimento familiar, leva à compressão da renda das famílias, como já verificado pela PNAD há vários anos. Assim, na faixa menor de renda cerca de metade das famílias é chefiada por mulheres e nas faixas mais altas essa proporção é menor do que 30%, mais baixa, portanto, do que a encontrada para o total da amostra e para o país.

Tabela 12 – Principal provedor, de acordo com características selecionadas, 2012.

Características	Principal Provedor					
	Entrevistada	Marido Companheiro	Filho/a Enteado/a	Pai Mãe Sogro/a	Irmã/o	Outro/a parente
Idade (n=3887 p=0,000)						
16-24	10,9	23,7	1,1	52,7	2,4	8.3
25-44	31,0	52,3	1,1	11,6	1,5	1,6
45 e +	46,5	37,3	9,8	2,6	1,2	1,8
Grande região (n=3887 p=0,000)						
Norte	28,1	40,8	4,6	15,9	2,4	7,2
Nordeste	30,9	41,2	5,2	16,3	2,0	3,5
Centro-Oeste	33,3	40,5	5,7	14,0	1,4	2,1
Sudeste	34,6	42,4	3,9	14,7	1,5	2,3
Sul	39,4	39,4	4,9	14,5	0,6	1,4
Raça/cor da pele (n=3884 p=0,005)						
Branca	33,6	43,0	4,5	15,2	1,2	2,0
Preta	37,0	37,4	3,8	15,3	2,0	3,8
Parda	32,0	42,4	5,1	14,7	1,7	3,0
Amarela	33,3	38,1	1,0	20,0	1,0	5,7
Indígena	43,6	25,6	7,7	12,8	2,6	5,1
Estado civil (n=3888 p=0,000)						
Solteira	39,2	4,8	-	41,3	3,8	7,0
Casada	14,3	82,3	1,5	1,6	0,2	0,1
Unida	19,5	76,2	0,8	2,8	-	0,8
Divorciada	72,1	3,5	18,0	5,8	-	0,6
Separada	71,3	3,3	11,5	7,4	3,3	3,3
Viúva	34,0	41,7	4,6	15,2	1,6	2,9
Faixa de renda (n=3571 p=0,000)						
Até 1SM	48,5	31,3	5,2	10,3	1,1	3,3
1 a 3SM	33,9	42,7	4,4	14,8	1,6	2,1
3 a 5SM	22,4	50,0	5,5	16,3	2,3	3,0
Mais de 5SM	29,9	41,6	4,6	15,1	1,6	2,8
Tem filhos? (n=3884 p=0,000)						
Sim	36,6	49,2	5,7	5,3	0,7	1,7
Não	24,6	16,2	1,1	46,2	4,2	6,6

Apesar destas condições nada favoráveis, é pequena a proporção de mulheres com acesso ao Programa Bolsa-Família (21,5%), ao Programa Saúde da Família (22,3%) e a outros programas assistenciais governamentais (3,1%). Considerando as condicionalidades do Bolsa-Família, que requerem a presença de crianças em idade escolar na família, compreende-se a maior proporção de mulheres jovens que são preceptoras do programa.

No caso dos dois primeiros programas, a maior proporção de usuárias está no Nordeste, com 35,3% e 38,5% cada um. A região Centro-Oeste apresenta a maior proporção de mulheres com acesso a programas assistenciais, mas é muito baixa: 6,8% apenas.

É entre as faixas de renda mais baixas que encontramos as maiores proporções de usuárias do programas sociais governamentais que, se constituindo como políticas compensatórias, dirigem-se exatamente a esse público. Surpreende, portanto, que quase dois terços das mulheres mais pobres não tenham acesso aos mesmos e, no caso da faixa de um a três salários mínimos, que ainda se constitui como situação de vulnerabilidade, esse número chega a três quartos. Do mesmo modo, cerca de 75% das mulheres com filhos não tem acesso aos programas.

Mulheres negras (pretas e pardas) consitituem o grupo que tem maior acesso ao Bolsa Família, o que é consistente com as características de precariedade sócio-econômica já identificadas. Inversamente, e de modo também consistente com os demais dados, as mulheres brancas reúnem a menor proporção de beneficárias do programa: apenas 15,7%. Pelas mesmas razões, o mesmo se repete com relação ao Programa Saúde da Família: 18,3% das mulheres brancas utilizam o programa, contra mais de 20% nos outros grupos. Em menor medida, também se observa padrão similar quanto ao acesso a programas assistenciais estaduais.

Tabela 13 – Acesso a programas de governo, de acordo com características selecionadas, 2012.

Características	Programas de Governo		
	BF	PSF	Programas estaduais
Idade	N=3920 p=0,000	N=3928 p>0,05	N=3924 p>0,05
16-24	22,5	20,1	2,6
25-44	27,5	21,5	3,3
45 e +	14,7	24,1	3,0
Região	N=3928 p=0,000	N=3927 p=0,000	N=´3924 p=0,000
Norte	24,8	6,8	5,5
Nordeste	35,3	38,5	1,9
Centro-Oeste	16,4	15,3	6,8
Sudeste	16,1	20,5	3,5
Sul	13,2	8,7	1,3
Raça/cor da pele	N=3928 p=0,000	N=3927 p=0,000	N=3923 p<0,05
Branca	15,7	18,3	2,2
Preta	26,9	21,9	4,3
Parda	25,4	26,1	3,4
Amarela	21,7	34,9	3,8
Indígena	23,7	23,1	-
Faixa de renda	N=3597 p=0,000	N=3592 p=0,000	N=3591 p<0,05
Até 1SM	38,6	31,2	5,0
1 a 3SM	23,3	25,6	3,3
3 a 5SM	9,5	14,1	2,1
+ de 5SM	7,3	11,5	0,4
Tem filhos?	N=3927 p=0,000	N=3924 p=0,000	N=3921 p>0,05
Sim	24,5	24,2	3,2
Não	12,3	16,2	2,8

III. Condição de Migração

Entre as mulheres entrevistadas, 28% eram migrantes. Quanto maior a faixa de idade, maior a proporção de migrantes. A região que concentra a migração é o Centro-Oeste, com 42,9% das mulheres nesta condição, seguida pelo Norte, com 34%. O Sudeste, região de tradicional recepção de fluxos migratórios, parece ter perdido espaço para essas outras regiões, uma vez que apenas 26,6% das mulheres declararam-se nessa condição.

Os dados relativos aos rendiments sugerem que a migração pode ter produzido efeitos positivos sobre a situação econômica das famílias, uma vez que é na faixa de rendimentos superiores a cinco salários mínimos que se encontra a maior proporção de migrantes – ainda que um terço das mulheres que vivem em famílias muito pobres também sejam migrantes.

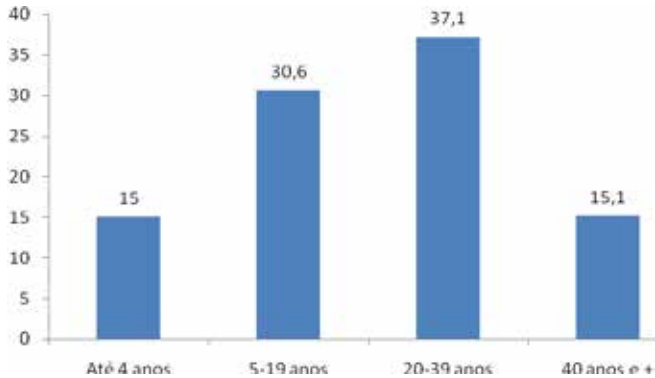
Pouco mais de 30% das mulheres que tem filhos são migrantes, mas os dados não permitem estabelecer se migraram antes ou depois da maternidade, ou seja, se o fato de ter filhos pode ter sido um fator impulsionador ou limitante da migração.

Tabela 14 – Condição de migração, de acordo com características selecionadas, 2012.

Características	Condição de Migração	
	Migrante	Não migrante
Idade		
16-24	16,9	82,5
25-44	26,5	73,1
45 e +	34,4	71,4
Região		
Norte	34,0	65,5
Nordeste	30,8	69,2
Centro-Oeste	42,9	52,0
Sudeste	26,6	72,9
Sul	16,7	83,2
Faixa de renda		
Até 1SM	30,1	69,6
1 a 3SM	28,7	70,7
3 a 5SM	22,5	76,8
+ de 5SM	33,9	65,4
Tem filhos?		
Sim	30,5	68,9
Não	19,9	79,6

A grande maioria das mulheres migrou há mais de cinco anos para o município de residência atual, sendo que 52,2% se estabeleceram há mais de 20 anos no atual local de moradia. Apenas 15% residem há menos de quatro anos no município atual.

Gráfico 17 - Tempo de residência no município atual, Brasil, 2012



N=3947

A região Centro-Oeste é a de migração mais recente e apresenta a menor proporção de mulheres residindo no município atual há mais de 20 anos. Junto com o Norte, também apresentam a maior concentração de mulheres que se mudou há menos de quatro anos. O Sul, o Sudeste e o Nordeste, por as vez, apresentam as maiores proporções de mulheres residindo no município há mais de 40 anos. O tempo de migração parece não afetar diretamente os níveis de renda das mulheres, pois não se observam variações significativas a esse respeito, como se pode ver na tabela 29. Já no que se refere aos filhos, observa-se que as mulheres que são mães vivem há mais de 20 anos no município, enquanto as demais migraram mais recentemente (Tabela 30).

Tabela 15 – Tempo médio de residência no município, de acordo com características selecionadas, 2012.

Características	Tempo médio de residência no município			
	Até 4 anos	5-19 anos	20-39 anos	40 anos e mais
Região n=3930 p=0,000				
Norte	21,0	28,4	36,8	12,3
Nordeste	14,6	32,3	37,1	16,0
Centro-Oeste	18,8	36,1	26,8	7,8
Sudeste	13,2	28,3	40,1	16,7
Sul	14,2	30,9	36,6	17,5
Faixa de renda N=3595 p=0,000				
Até 1SM	16,7	28,2	40,4	13,6
1 a 3SM	14,0	28,5	39,9	15,5
3 a 5SM	14,3	37,6	28,9	16,1
+ de 5SM	17,3	34,8	33,5	12,5
Tem filhos? N=3925 p=0,000				
Sim	11,9	29,7	40,1	16,2
Não	29,2	35,7	22,8	10,0

A principal razão para a mudança de cidade é a busca por emprego, seguida pela necessidade de ajudar familiares ou viver perto da família.

Gráfico 18 – Razão de migração, 2012

N=1050

A proximidade com os familiares é uma razão mais importante para as mais jovens, provavelmente por que parentes mais velhos migraram antes, enquanto que para as demais predominou a busca por um emprego. Em função da idade, as mais jovens também são motivadas pela busca de estudo e qualificação profissional.

Compreensivelmente, dado o maior grau de industrialização, urbanização e desenvolvimento, as regiões Sudeste e Sul são aquelas que mais receberam mulheres em busca de emprego. A região Nordeste aparece como a terceira mais procurada com essa intenção. No Norte e no Centro-Oeste, a procura por emprego e a proximidade da família foram, em igual medida, as principais motivações para a migração.

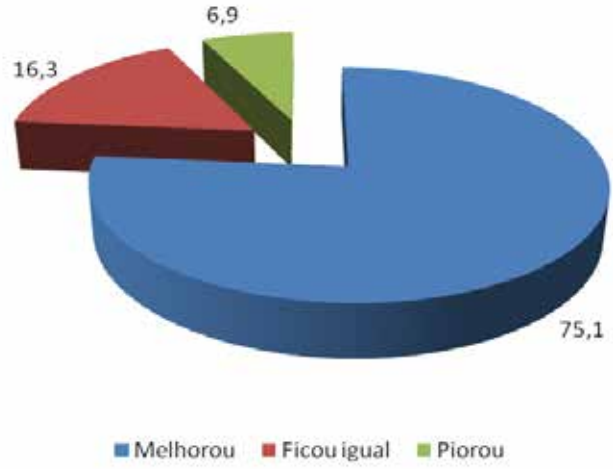
Com exceção das indígenas, para as mulheres de todos os grupos étnico-raciais, a busca por um trabalho é o principal motivo de migração, mas essa razão é mais forte entre mulheres pardas e amarelas. As razões familiares e a existência de um emprego já assegurado no local de destino tem maior importância para as mulheres brancas e, novamente, para as mulheres amarelas.

Tabela 16 – Razão de migração, de acordo com características selecionadas, 2012.

Características	Razão de migração						
	Busca de emprego	Estudo Qualificação profissional	Saúde	Família	Emprego já assegurado	Segurança	Outras
Idade N=1051 p<0,05							
16-24	31,7	10,2	1,7	34,3	0,9	0,9	17,9
25-44	39,3	6,6	1,2	19,8	6,0	0,7	25,3
45 e +	38,0	5,0	2,2	23,6	7,6	1,5	21,6
Região N=1051 p=0,000							
Norte	25,6	10,3	5,8	21,1	6,3	1,4	29,1
Nordeste	35,0	5,8	1,8	25,3	6,7	0,5	23,5
Centro-Oeste	24,6	7,2	3,6	25,7	5,2	2,2	30,3
Sudeste	45,7	3,9	-	21,7	6,2	1,3	20,2
Sul	36,8	12,3	4,1	21,5	6,8	0,8	17,6
Raça/cor da pele N=1048 p=0,000							
Branca	35,8	8,0	1,2	25,6	7,8	0,9	20,2
Preta	44,7	3,1	1,2	18,6	3,7	1,9	24,8
Parda	38,2	5,3	2,4	22,2	5,8	0,7	24,4
Amarela	48,5	6,1	-	24,2	6,1	-	15,2
Indígena	14,3	7,1	7,1	14,3	-	7,1	50,0
Faixa de renda N=968 p=0,000							
Até 1SM	39,3	4,4	2,2	23,5	5,5	-	25,1
1 a 3SM	43,1	5,2	2,1	24,1	6,0	0,7	18,8
3 a 5SM	30,1	9,2	0,7	25,5	3,9	2,6	28,1
+ de 5SM	21,1	11,6	2,1	20,0	13,7	4,2	27,4

Para a grande maioria das mulheres, a mudança de cidade trouxe melhorias às suas vidas, quando comparadas à situação anterior. Apenas 7% das mulheres consideraram que sua vida piorou com a mudança.

Gráfico 19 – Percepção de mudança na qualidade de vida após a migração, Brasil, 2012



N=1068

A percepção de melhoria é maior entre as mais velhas, provavelmente pelo maior tempo vivido que permite uma compreensão mais acurada das mudanças no médio e longo prazo. Entre as mais jovens, quando comparadas às outras, prevalece a idéia de que não houve mudanças, nem para pior nem para melhor. Embora seja alta em todas as regiões, é no Sul que se encontra a maior proporção de mulheres que considera que sua vida melhorou após a mudança. O Sudeste registrou a maior proporção de respostas indicando a piora na qualidade de vida.

Uma vez que a qualidade de vida é, via de regra, medida a partir da melhoria das condições materiais de existência, do acesso a bens de consumo e a serviços, era esperado que as mulheres de maior renda apresentassem uma maior percepção de melhoria no município atual quando comparado ao anterior. Assim, na faixa de três a cinco salários mínimos 85% das mulheres consideram que sua qualidade de vida melhorou após a mudança. Na faixa mais elevada, esse percentual é de 74,4%. Já na faixa de renda mais baixa essa proporção é de 68,3% e 27,2% das mulheres acreditam que o fato de ter migrado ou não alterou suas condições de vida ou levou a uma piora.

Finalmente, chama a atenção a proporção de mulheres indígenas (21,4%) e amarelas (14,7%) que acham que sua vida piorou depois da mudança de cidade.

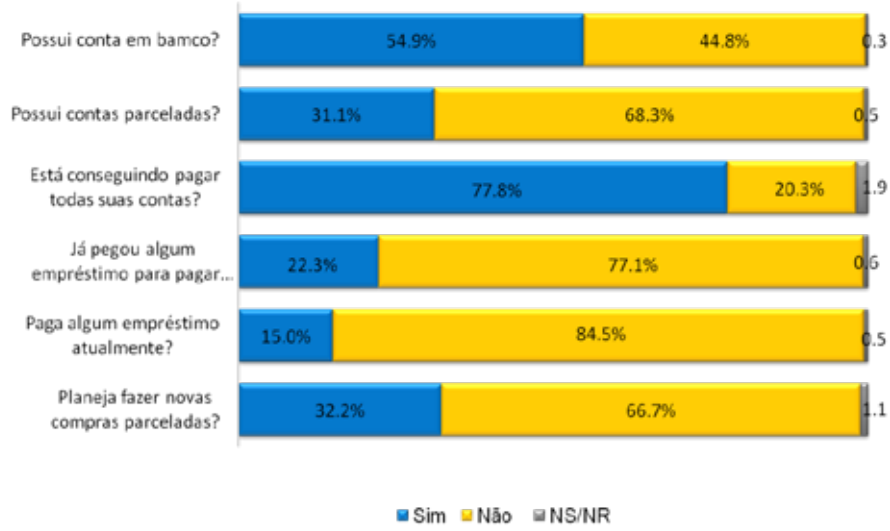
Tabela 17 – Qualidade de vida após a migração, de acordo com características selecionadas, 2012.

Características	Qualidade de vida após a mudança		
	Melhorou	Ficou Igual	Piorou
Idade (n=1069 p>0,05)			
16-24	68,7	23,9	7,1
25-44	75,0	16,8	6,3
45 e +	76,5	14,5	7,4
Região (n=1070 p<0,05)			
Norte	73,4	20,6	5,2
Nordeste	76,1	13,6	6,7
Centro-Oeste	75,2	17,1	5,1
Sudeste	73,5	17,8	8,7
Sul	80,7	13,7	3,2
Raça/cor da pele (n=1067 p>0,05)			
Branca	77,0	17,2	5,1
Preta	71,6	18,5	7,4
Parda	77,1	13,3	7,5
Amarela	61,8	23,5	14,7
Indígena	57,1	21,4	21,4
Faixa de renda (n=987 p<0,05)			
Até 1SM	68,3	18,7	8,5
1 a 3SM	74,9	16,1	7,8
3 a 5SM	85,0	12,9	1,9
+ de 5SM	74,4	18,1	7,4

IV. Situação Econômica e Financeira

De um modo geral, os dados da pesquisa mostram que a maioria das mulheres possui conta bancária e consegue pagar as suas contas. Indicam também que, em sua absoluta maioria, as mulheres não costumam pegar empréstimos nem fazer compras parceladas. Com isso a pesquisa pode indicar uma primeira tendência que caracteriza o *comportamento econômico* da amostra que corresponde a uma responsabilidade financeira que evita os grandes riscos.

Gráfico 22 – Situação econômica e financeira de acordo com contas e compras, Brasil, 2012



N=3947

A tabela 22 mostra algumas características da situação econômica das mulheres, segundo as diferentes faixas de idade. Pode-se observar que entre as mais jovens (certamente por não terem ainda autonomia econômico-financeira) é menor a proporção das que possuem contas em bancos (37.6% contra 59.5% entre as que estão na faixa de 25 a 44 anos e 57.5% para aquelas que tem mais de 45 anos). Um percentual expressivo de mulheres na faixa entre 25-44 anos não possui contas parceladas: 62.6%. Destaca-se ainda o fato de que quase 80% das mulheres com mais de 24 anos dizem estar conseguindo honrar com todas as suas contas.

Nesse sentido, não é exagerado ponderar sobre a existência de um comportamento prudente das mulheres em relação às formas de gastar o dinheiro e organizar suas finanças. Exemplo mais forte disso está no elemento projetivo do uso de seu dinheiro. Quando perguntadas se planejavam fazer compras parceladas, mesmo na faixa

entre 25 e 44 anos (as que mais disseram já ter feito parcelamento), o percentual das que disseram não pretender fazer uso do parcelamento foi de 60.2%, chegando a 70.3% entre aquelas com mais de 45 anos.

Embora se saiba que o recurso de parcelamento de contas decorre das dificuldades produzidas, na grande maioria das vezes, pelos baixos salários, pelo alto custo de vida em algumas cidades, pela impossibilidade, enfim, de se fazer o pagamento à vista, é possível perceber que a região com maior percentual de mulheres com contas em banco, região Sul (81,4%), é também a região com a maior proporção de mulheres que realizam compras parceladas (48.4%), de mulheres que já recorreram a empréstimos para pagar contas (29.9%) e com empréstimos atuais (20.3%) e, junto com aquelas que residem na região Centro-Oeste, são as que mais pretendem realizar novas compras parceladas (cerca de 35%). No pólo oposto, ou seja, no Norte e no Nordeste, observa-se percentuais menores de mulheres que afimaram possuir conta em banco: 42,7%, para a primeira região, e 37,6% para a segunda. Nesse pólo também possuem menos contas parceladas e o Nordeste, além disso, revelou maior percentual de mulheres que afirmaram estar conseguindo pagar todas as suas contas, 80,5%. Essas regiões não apenas revelaram menores percentuais de mulheres que recorreram a empréstimos para pagar contas, mas mostram também que, atualmente, estão pagando empréstimos. Ao que parece, as regiões mais pobres revelam consumidoras mais conscientes e prudentes com os gastos e a administração dos seus recursos financeiros.

Sem grandes surpresa, quem ganha mais tende a ter mais possibilidade de possuir conta bancária, uma vez que, a não ser quando o empregador realiza pagamento através de conta-salário, de outro modo fica difícil abrir uma conta em banco sem comprovação de rendimentos. Por isso, é maior a proporção de mulheres que possuem conta bancária nas faixas de renda que vão de três a mais de cinco salários mínimos. Nessas duas faixas de renda encontra-se um equilíbrio entre o percentual de compras parceladas, a capacidade de pagar todas as contas, o uso de empréstimo para pagar contas e o desejo de fazer novas compras parceladas. Ganhar mais implica em uma maior facilidade de acesso ao mercado de consumo. No entanto, mulheres que disseram receber até um salário mínimo não apenas revelaram possuir contas parceladas (19,3%), terem recorrido a empréstimos para pagar contas (15,3%), estarem pagando algum empréstimo atualmente (10,2%), mas ainda manifestarem o desejo de fazerem novas compras parceladas (24%). Ao que parece, nesse caso, uma luz amarela começa a piscar, posto que é sabido que a associação de várias parcelas, bem como as do empréstimo (e de seus juros) para pagar contas não necessariamente essenciais, tende a se tornar uma bola de neve quando não devidamente administrada. Mas, de maneira geral, os dados revelam mais a prudência do que a ousadia das mulheres com relação à utilização dos rendimentos.

No entanto, cumpre mencionar que existe um equilíbrio entre as várias faixas de rendimento quanto ao pagamento das contas assumidas. Os dados revelam ainda que entre as mulheres que ganham até um salário mínimo é menor a proporção de uso de empréstimos para pagamento de dívidas, quando comparadas às que possuem rendimentos superiores. Dado corroborado pela situação em relação ao pagamento atual de empréstimo. Além do que, as que ganham mais tendem a se arriscar mais no universo das compras parceladas em detrimento das que ganham menos: 40,9% das que recebem mais de cinco salários mínimos disseram planejar fazer novas compras parceladas contra 24% entre as que ganham até um salário mínimo.

Em relação à manutenção de conta em banco, há um equilíbrio entre as mulheres que tem filhos e as que não

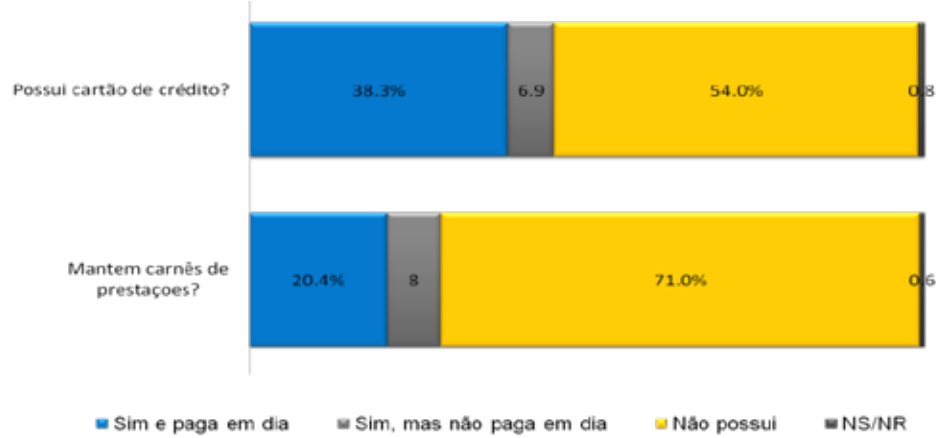
tem. É compreensível a necessidade das mulheres com filhos de manejar recursos limitados e, por isso, recorrerem mais ao parcelamento de contas do que aquelas que não tem filhos. No entanto, a condição de ter filho parece aumentar ainda mais a segurança ou controle com as contas, pois, ainda que sutil, o percentual de mulheres que afirmaram pagar todas as suas contas revelou-se maior entre as que possuem filhos, 79,4%, que as que não possuem (72,9%). O que pode revelar que a atuação da mulher vai além da organização do lar, mas também engloba o controle financeiro dos gastos da família. As mulheres sem filhos possuem menos contas parceladas, pegaram menos empréstimos para pagar contas, pagam menos empréstimo atualmente e, mesmo assim, quando comparadas às demais, honram menos o compromisso com o pagamento de todas as suas contas.

O recorte étnico-racial acompanha as diferenciações identificadas a partir das faixas de renda, sugerindo a associação entre população negra e precariedade socioeconômica. Assim, as mulheres brancas tem maior acesso a instituições financeiras e ao crédito, quando comparadas aos demais grupos e também apresentam um maior grau de adimplência.

Tabela 18 – Situação de contas e compras, de acordo com características selecionadas, 2012.

Características	Contas e compras					
	Conta bancária	Compras parceladas	Contas pagas	Já pegou empréstimo	Empréstimo atual	Planeja compras parceladas
Idade	n=3941 p=0,000	N=3941 p=0,000	N=3943 p=0,000	N=3943 p=0,000	N=3942 p=0,000	N=3940 p=0,000
16-24	37,6	18,2	68,9	7,0	2,9	24,3
25-44	59,5	36,6	79,8	23,4	14,0	39,0
45 e +	57,5	30,9	79,5	28,0	21,4	28,4
Região	N=3943 p=0,000	N=3940 p=0,000	N=3943 p=0,000	N=3943 p=0,000	N=3941 p=0,000	N=3940 p=0,000
Norte	42,7	27,7	67,9	15,9	10,6	28,5
Nordeste	37,6	22,4	80,5	17,6	13,2	26,8
Centro-Oeste	63,0	33,6	76,8	20,1	14,2	36,0
Sudeste	57,3	30,9	77,8	24,1	15,2	34,6
Sul	81,4	48,4	78,0	29,9	20,3	35,0
Faixa de renda	n=3605 p=0,000	N=3608 p=0,000	N=3607 p=0,000	N=3608 p=0,000	N=3607 p=0,000	n=3605 p=0,000
Até 1SM	31,6	19,3	69,5	15,3	10,2	24,0
1 a 3SM	53,3	29,6	77,0	22,7	15,3	30,8
3 a 5SM	74,2	43,1	85,4	25,1	17,5	43,1
+ de 5SM	77,5	46,1	85,7	29,1	21,1	40,9
Raça/cor da pele	N=3939 p=0,000	N=3940 p=0,000	N=3941 p=0,000	N=3941 p=0,000	N=3939 p=0,000	N=3935 p=0,000
Branca	64,1	37,6	81,1	24,9	16,9	33,7
Preta	47,5	24,9	73,9	22,0	14,8	34,5
Parda	49,6	27,5	76,6	19,4	12,9	30,1
Amarela	39,8	28,2	75,7	20,3	16,6	26,6
Indígena	56,3	25,8	77,0	29,3	19,5	33,7
Tem filhos?	N=3939 p>0,05	N=3939 p>0,05	N=3937 p=0,000	N=3939 p=0,000	N=3938 p=0,000	N=3936 p<0,05
Sim	55,8	32,2	79,4	25,1	16,8	33,7
Não	52,2	28,1	72,9	13,6	9,5	27,7

Gráfico 23 – Situação econômica e financeira de acordo com a manutenção de cartão de crédito ou carnês de prestações



N=3947

Quanto aos meios de financiamento de compras à vista ou parceladas, verifica-se novamente o controle do risco de envidamento entre as mulheres permanece. Entre as mulheres que afirmaram possuir cartão de crédito, a maior parte disse pagar em dia as faturas; a mesma prudência ocorre com as que afirmaram manter carnês de prestações, modalidade de parcelamento com juros embutido em detrimento ao parcelamento de contas "sem juros", por vezes oferecidos pelas administradoras de cartões de crédito. Além disso, é elevada a proporção de mulheres que não possui cartões de crédito (54%) ou carnês de prestações (71%).

O cuidado com o controle dos gastos permanece equilibrado entre as faixas etárias das mulheres pesquisadas no tocante ao uso de cartão de crédito ou carnês de prestações. Quase um quarto das jovens com idade entre 16 a 24 anos possuem cartão de crédito e pagam as faturas ou prestações em dia. Entre as mulheres de 25 a 44 anos essa proporção é bem mais alta, provavelmente devido à maior inserção no mercado formal de trabalho e à maior complexidade e volume de despesas com a família.

É evidente, na região Sul, o percentual elevado de mulheres que possuem cartão de crédito e fazem o pagamento das faturas em dia. A região Centro-Oeste revelou percentual semelhante ao da região Sudeste com relação a este item, mas também apresentou o maior percentual de pagamento em atraso.

As mulheres pretas e pardas foram as que mais referiram não conseguir pagar em dia suas faturas, o que é consistente com os dados anteriores referentes à sua situação de precariedade ocupacional e financeira. Mulheres amarelas e indígenas, por sua vez, são as que menos fazem uso desse meio de pagamento.

Finalmente, observa-se uma ligeira diferença no comportamento das mulheres sem filhos, que apresentam um maior grau de adimplência, quando comparadas àquelas que são mães.

Esses padrões se repetem no uso dos carnês de compras parceladas, como se observa na tabela 24.

Tabela 19 – Uso de cartão de crédito, de acordo com características selecionadas, 2012.

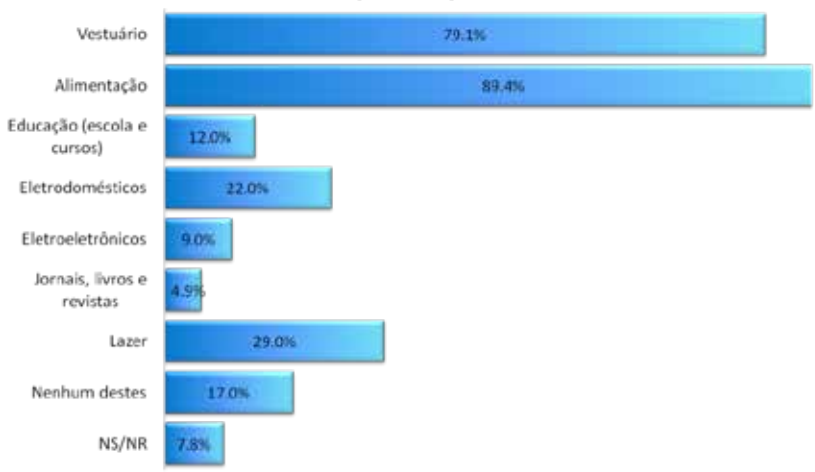
Características	Cartão de crédito		
	Tem e paga em dia	Tem e não paga em dia	Não tem
Idade (n=3942 p=0,000)			
16-24	24,9	5,1	69,4
25-44	43,3	8,5	47,5
45 e +	38,8	6,1	54,1
Região (n=3942 p=0,000)			
Norte	24,1	6,8	68,2
Nordeste	32,4	7,0	60,4
Centro-Oeste	39,3	12,0	44,0
Sudeste	39,4	6,6	53,4
Sul	52,5	5,4	41,5
Faixa de renda (n=3609 p=0,000)			
Até 1SM	19,6	5,9	73,9
1 a 3SM	35,6	7,1	56,9
3 a 5SM	53,5	6,7	38,9
+ de 5SM	61,4	7,9	30,4
Raça/cor da pele (n=3936 p=0,000)			
Branca	46,4	5,9	46,7
Preta	30,4	9,1	59,8
Parda	34,2	7,4	58,0
Amarela	29,7	3,0	65,8
Indígena	31,4	5,1	62,6
Tem filhos? (n=3941 p=0,000)			
Sim	37,7	7,5	54,1
Não	40,1	5,4	53,6

Tabela 20 – Compras parceladas, de acordo com características selecionadas, 2012

Características	Carnês de prestação		
	Tem e paga em dia	Tem e não paga em dia	Não tem
Idade (n=3941 p=0,000)			
16-24	12,1	3,7	83,8
25-44	23,3	9,0	66,9
45 e +	20,8	8,7	69,8
Região (n=3943 p=0,000)			
Norte	21,6	7,6	70,2
Nordeste	12,5	4,8	82,4
Centro-Oeste	28,5	14,2	52,3
Sudeste	19,0	9,4	71,4
Sul	34,2	6,9	58,4
Faixa de renda (n=3605 p=0,000)			
Até 1SM	13,0	4,7	81,7
1 a 3SM	19,5	9,3	70,9
3 a 5SM	27,5	7,4	64,4
+ de 5SM	31,4	5,4	62,9
Raça/cor da pele (n=3936 p=0,000)			
Branca	25,0	7,9	66,4
Preta	16,1	8,9	74,4
Parda	17,6	7,8	74,4
Amarela	19,9	6,6	72,2
Indígena	15,0	6,0	78,0
Tem filhos? (n=3938 p<0,05)			
Sim	21,2	8,4	69,8
Não	17,7	6,6	74,9

Os principais itens de despesa pessoal das mulheres são alimentação, 89,4%; vestuário, 79,1% e lazer, 29%.

Gráfico 24 - Itens de despesa pessoal com que mais gasta, Brasil, 2012



N=3947

A análise dos dados de acordo com a faixa etária confirma, de certo modo, o senso comum: isto é, que a faixa de idade que tem as roupas como gasto principal é a de 16 a 24 anos, na qual esse item responde por quase 50% das respostas, ao passo que as mulheres adultas invertem a prioridade, sendo a alimentação o principal item de despesa, seguida pelo vestuário. O menor gasto com vestuário está na faixa etária de mais de 45 anos, 23,3%. O lazer está em terceiro lugar para as mulheres da faixa etária de 25 a 44 anos. O estudo vem em terceiro entre as mais jovens, 3,5%, não ficando distante dos gastos com lazer, 3,1%. No entanto, gastos com livros, revistas e jornais está mais presente entre aquelas de mais idade.

Os gastos com alimentação foram semelhantes nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste, em torno de 63%, e menores no Sul e Centro-Oeste, em torno dos 45%. Já quanto aos gastos com vestuário, as mulher da região Sul revelaram este item como sendo o de gasto principal, 48,8%. Nas demais regiões, este é o segundo item de despesa. Todos os demais itens de despesa apresentaram proporções muito baixas em todas as regiões, o que demonstra que os recursos das mulheres ainda destinam-se quase que exclusivamente para o suprimento das necessidades básicas. Não sem grandes razões, o item que se sobressai em todas as faixas de renda, sendo ainda maior entre os que percebem até um salário mínimo (73%), é a alimentação. O gasto com vestuário fica em segundo lugar em todas as faixas de renda.

Como era de se esperar, mulheres com filhos tendem a gastar mais com alimentação, 66,2%, do que aquelas que não tem filhos, 41%. Enquanto as que são mães gastam com alimentação, as que não são costumam concentrar seus gastos principalmente com vestuário (47,3%), alimentação e lazer. É interessante observar como, entre

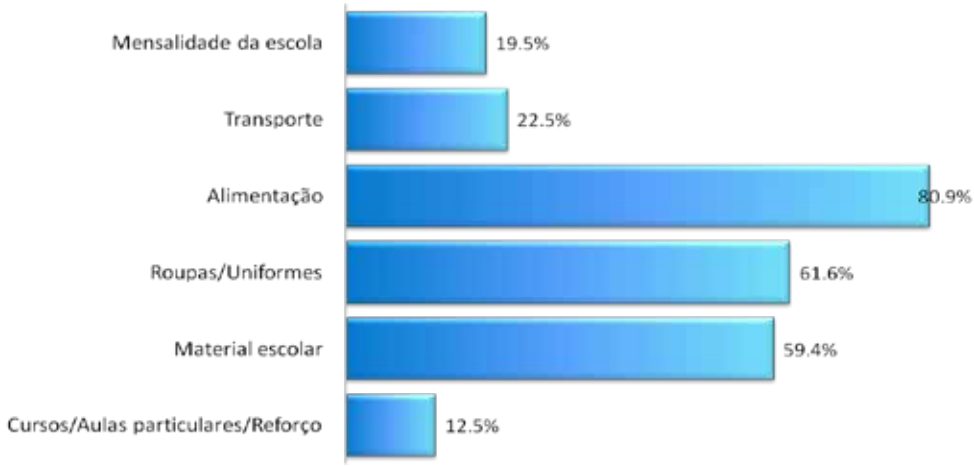
as mulheres que são mães, o gasto com educação é baixo em detrimento as que não são. Talvez isso se deva em virtude do tempo demandado pela criação e acompanhamento dos filhos, situação da qual as segundas estão liberadas. De modo que o investimento em si mesma é maior entre as mulheres que disseram não possuir filhos.

Os gastos com alimentação tem maior peso entre as mulheres pardas e indígenas, enquanto o vestuário consome mais recurso das mulheres amarelas e indígenas.

Tabela 21 – Principais despesas, de acordo com características selecionadas, 2012.

Características	Itens de despesa					
	Vestuário	Alimentação	Educação Livros Jornais Revistas	Eletrodomésticos Eletrônicos	Lazer	Outros
Idade						
N=3938 p=0,000						
16-24	49,0	41,3	3,9	1,6	3,1	0,6
25-44	30,9	59,0	2,8	2,4	2,9	1,8
45 e +	23,3	69,5	1,0	1,3	1,7	2,7
Região						
N=3935 p=0,000						
Norte	26,6	62,1	4,1	2,1	2,7	2,2
Nordeste	25,6	65,8	2,1	1,5	1,9	2,3
Centro-Oeste	40,2	45,2	4,6	2,1	2,7	3,9
Sudeste	27,6	63,9	2,2	2,1	2,5	1,5
Sul	48,8	44,5	0,8	1,4	3,1	1,3
Faixa de renda						
N=3602 p=0,000						
Até 1SM	20,1	73,0	1,3	1,4	0,9	2,7
1 a 3SM	32,7	59,9	2,2	1,5	2,0	1,6
3 a 5SM	35,2	54,6	3,6	1,9	3,6	1,0
+ de 5SM	37,6	47,3	3,7	2,5	6,1	2,7
Raça/cor da pele						
N=3938 p<0,05						
Branca	34,4	57,1	1,8	1,5	3,1	1,8
Preta	31,1	59,9	2,2	1,8	1,8	3,1
Parda	27,2	62,8	3,0	2,9	2,2	1,7
Amarela	37,1	55,2	1,0	2,9	2,9	1,0
Indígena	20,5	76,9	-	-	-	-
Tem filhos?						
N=3934 p=0,000						
Sim	25,8	66,2	1,8	1,8	1,9	2,1
Não	47,3	41,0	3,9	1,8	4,2	1,4

Gráfico 25 – Principais gastos com a educação dos filhos, Brasil, 2012



N=3947

Os principais gastos das mulheres com a educação dos filhos foram a alimentação (80,9%), roupas/uniformes (61,6%) e material escolar (59,4%). No entanto, cumpre observar que tanto as roupas/uniformes quanto o material escolar são gastos que não são mensais, diferentemente das mensalidades escolares e do transporte.

Entre as mulheres de 16 a 24 anos, o gasto com alimentação dos filhos na escola chega quase a 90%. Já o gasto com material escolar nessa mesma faixa etária foi menor (44,3%) em relação às demais, que ficou em torno de 60%. No item roupas/uniformes houve equilíbrio nos gastos em todas as faixas de idade. A faixa etária das mulheres que menos gasta com mensalidade escolar dos filhos, provavelmente pelo fato dos filhos serem mais velhos e trabalharem para bancar seus estudos ou já terem concluído o processo, é a das mulheres com mais de 45 anos, 14,1%. De todo modo, o que salta os olhos é o gasto elevado com a alimentação dos filhos na escola, o que sugere que as crianças ou estudam na rede privada de educação ou a rede pública não está cumprindo com o seu dever de oferecer a alimentação para os estudantes.

Nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul mais de 80% das mulheres afirmaram realizar gastos com a alimentação dos filhos, enquanto no Norte e Centro-Oeste este item ficou acima de 60%. No entanto, nestas últimas regiões os gastos com material escolar assumiram o primeiro lugar. No caso do gasto com roupas/uniformes o Nordeste também foi a região que revelou menores gastos, 36,9% e a Sul com maiores gastos, 75,9%. Em relação a outros gastos, a exemplo da mensalidade escolar houve praticamente um equilíbrio entre a região Centro-Oeste e Nordeste, na ordem de 27%, maior que as demais regiões. No tocante ao transporte escolar, a região Sul apresentou maiores gastos, 31,4%, seguida pela região Norte, 24,1%.

Para cerca de 80% das mulheres com renda familiar de até três salários mínimoc, a alimentação na escola é o principal gasto com os filhos. Os gastos com roupas/uniformes é bem menor entre as mulheres de melhor

renda (50%). Já no tocante ao gastos com material escolar as famílias mais pobres gastam menos com esse item, embora seja o terceiro maior gasto com a educação dos filhos, 54,7%. Entre as mulheres de maior rendimento as despesas com mensalidades alcançaram 41,5%, o que sugere que seus filhos estão na rede privada de ensino e, provavelmente, em escolas com mensalidades mais altas.

O gasto com transporte é mais presente entre as mulheres brancas e o reforço escolar, entre as mulheres amarelas.

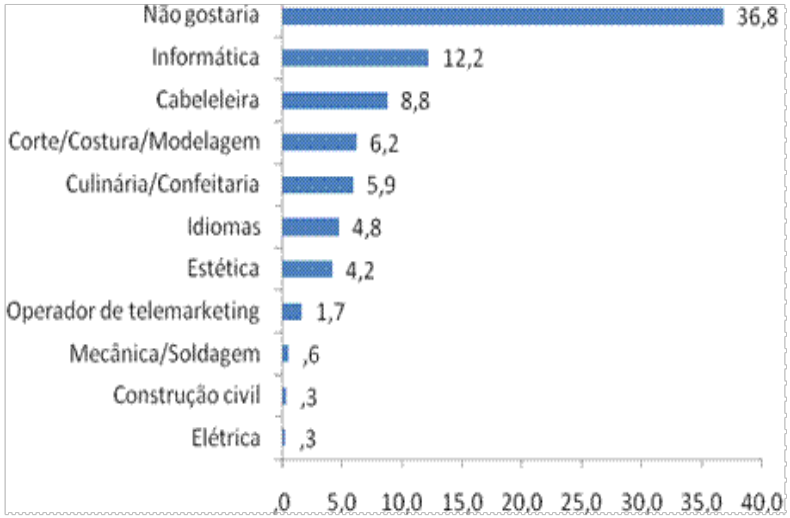
Tabela 22 – Principais gastos com a educação dos filhos, de acordo com características selecionadas, 2012.

Características	Principais gastos com a educação dos filhos					
	Mensalidade	Transporte	Alimentação	Roupas	Material	Reforço
Idade (n=1614 p=0,000)						
16-24	18.2	16,9	88,7	62,6	44,3	4,9
25-44	21,1	22,9	79,3	61,5	62,2	12,3
45 e +	14,1	24,9	82,1	61,1	59,3	19,3
Grande região (n=1617 p=0,000)						
Norte	16,0	24,1	66,0	64,9	79,7	12,4
Nordeste	27,3	16,5	82,7	36,9	45,0	13,1
Centro-Oeste	27,5	23,3	63,7	56,7	65,2	12,8
Sudeste	13,0	22,7	84,6	72,6	62,8	14,9
Sul	22,1	31,4	84,0	75,9	61,8	4,5
Raça/cor da pele (n=1613 p>0,05)						
Branca	15,4	11,8	54,3	7,8	9,0	1,7
Preta	14,0	7,1	53,4	11,5	12,1	1,9
Parda	13,0	8,2	51,2	8,5	14,7	4,3
Amarela	14,6	7,3	41,5	12,2	14,6	9,8
Indígena	13,3	6,7	53,3	13,3	13,3	-
Faixa de renda (n=1509 p=0,000)						
Até 1SM	12,2	15,6	85,4	62,5	54,7	8,6
1 a 3SM	16,3	24,2	82,2	61,8	58,7	13,9
3 a 5SM	26,8	27,8	74,6	68,7	65,9	11,1
Mais de 5SM	41,5	24,1	75,8	50,0	62,6	16,1

V. Capacitação e Expectativas de Capacitação

É significativo o número de mulheres que procurou fazer algum tipo de capacitação profissional: 40,8%. Aquelas que têm mais educação e renda procuram com capacitar-se mais frequência. À exceção do curso de informática mais citado com 12,3%; ainda persiste no Brasil a forte marca do tipo de socialização e marca de gênero nos outros cursos com maiores percentuais. Com bastante frequência são escolhidos pelas mulheres aqueles curso tidos como de característica feminina como o de cabeleireira, 8,8%; corte/costura/modelagem, 6,3%; culinária/confeitaria, 6%, conforme tabela abaixo. O gráfico abaixo ilustra o tipo de formação que as mulheres gostariam de obter:

Gráfico 26 – Cursos de capacitação desejados, Brasil, 2012

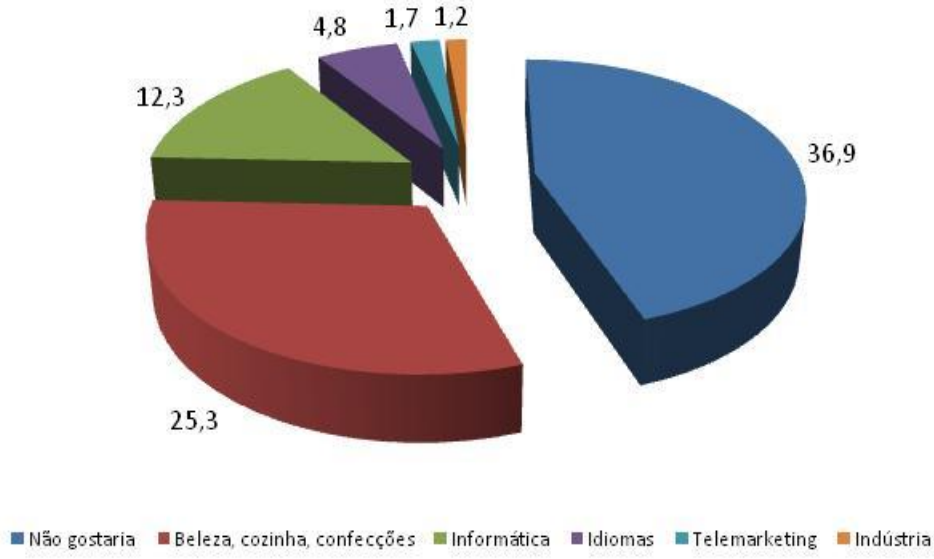


N=3947

As regiões Sudeste, 40,7%, e Sul, 39,6%, concentram o maior percentual proporcional de mulheres que não gostariam de fazer curso profissionalizante/capacitação, em terceira colocada está a região Nordeste. A informática, como curso mais citado, tem maior percentual proporcional na região Norte. Isso não indica menor acesso das mulheres do Norte às ferramentas informáticas, já que o maior percentual proporcional de mulheres que revelaram não possuir computador com acesso à internet em suas casas está no Nordeste, 66,9%.O que esse dado pode nos sugerir é a percepção dessas mulheres quanto à importância do domínio dessa ferramenta no mundo do trabalho. O curso de cabeleireira tem maior procura na região Sudeste, com 10,1%,nas demais o percentual propocional é bastante equilibrado.

Se observarmos a escolha dos cursos de acordo com as áreas, veremos que são aqueles mais ligados às atividades tradicionais femininas – cozinha, costura e estética – que se sobressaem no conjunto das opções das mulheres: um quarto das mulheres gostaria de ser capacidade para desenvolver este tipo de atividade. No outro extremo, estão as atividades industriais, referidas por apenas 1,2% das mulheres.

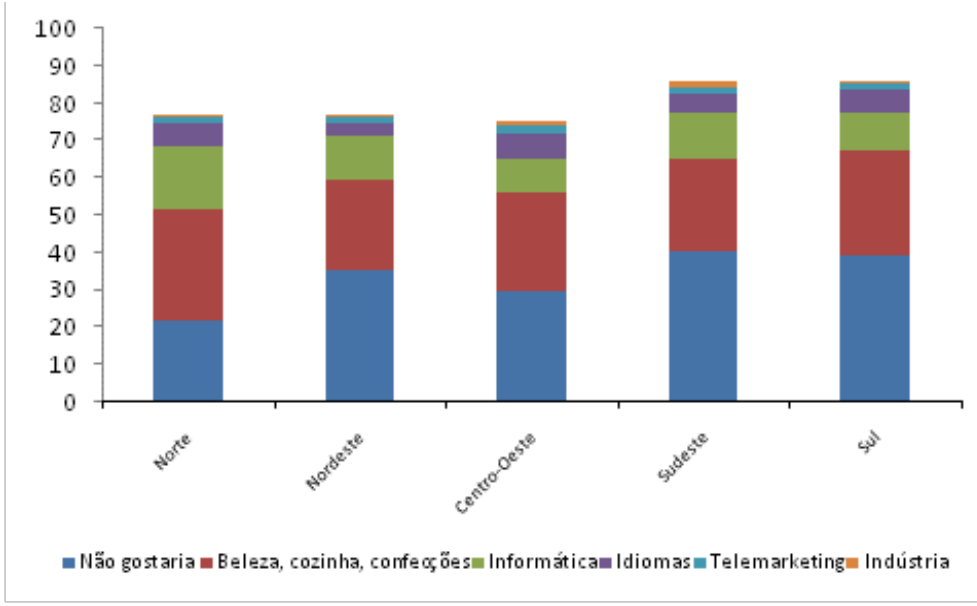
Gráfico 27 – Áreas de capacitação desejadas, Brasil, 2012



N=3947

A distribuição das respostas de acordo com as regiões não apresenta diferenças muito importantes: uma menor ênfase para a informática no Centro-Oeste, maior interesse por idiomas no Sul e também no Centro-Oeste, a já observada preponderância da informática no Norte e um maior interesse pela área industrial no Sudeste.

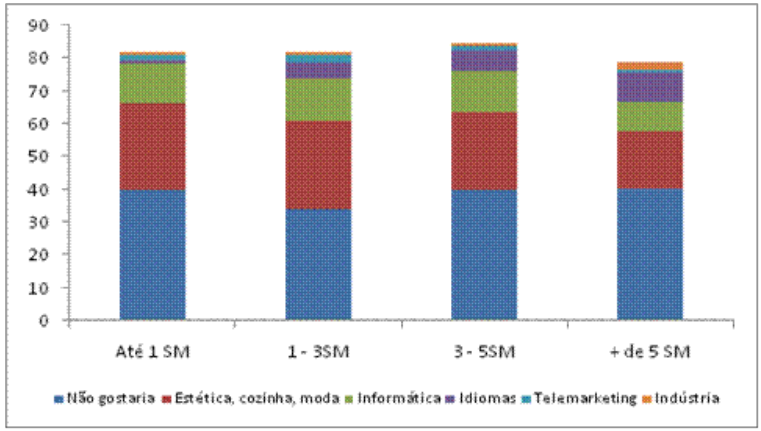
Gráfico 28 – Áreas de capacitação desejadas, de acordo com Grande Região, Brasil, 2012



N=3233 p=0,000

É comum observarmos uma grande quantidade de salões de beleza em bairros mais pobres. A grande maioria tem início na própria residência e leva em conta competências geralmente associadas ao gênero feminino. Com um secador, uma chapinha, algumas escovas, esmaltes, alicate de unha etc., dá-se início a trabalhos executados em amigas, vizinhas, conhecidas a fim de se incrementar a renda familiar. Disso talvez se possa dizer que a proporção de mulheres que desejam fazer curso profissionalizante é mais alto entre aquelas cuja renda familiar é de até três salários mínimos, dada a precariedade dessa situação, que acentua a impressão de facilidade em empreendimentos cuja escolha se baseia na familiaridade com o tipo de atividade associada à natureza do gênero. No entanto, é nessa faixa de renda que também encontramos uma proporção significativa de mulheres que referiram o desejo de se capacitar na área de informática. É provável que isso decorra da menor oportunidade de acesso à informática (computador, internet, domínio de programas básicos como os editores de textos, planilhas etc.) por pessoas com baixa renda familiar e do reconhecimento da importância desse tipo de conhecimento para a qualificação profissional. Chama a atenção, ainda, o maior interesse das mulheres de maior renda pelo aprendizado de idiomas e pela área industrial. É possível que isso se dê pelo fato de já terem acesso ao uso de computadores e à internet, o que amplia o conhecimento sobre as diferentes alternativas de crescimento profissional. Mais uma vez, a associação entre maior escolaridade e nível de renda parece ampliar e diversificar as possibilidades de escolha para as mulheres.

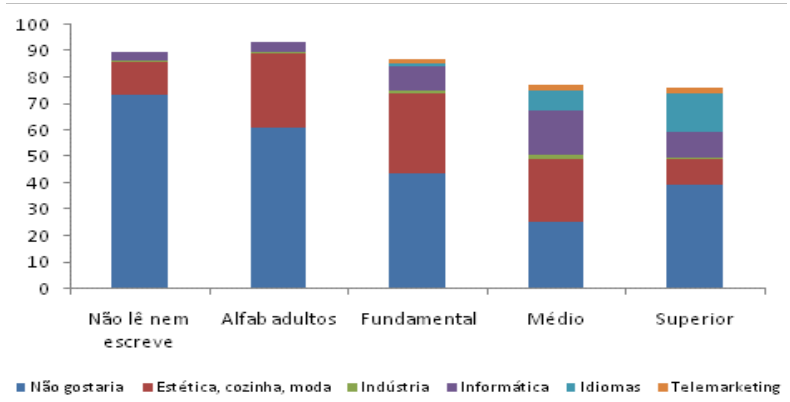
Gráfico 29 – Áreas de capacitação desejadas, de acordo com Faixa de renda, Brasil, 2012



N=2960 p=0,000

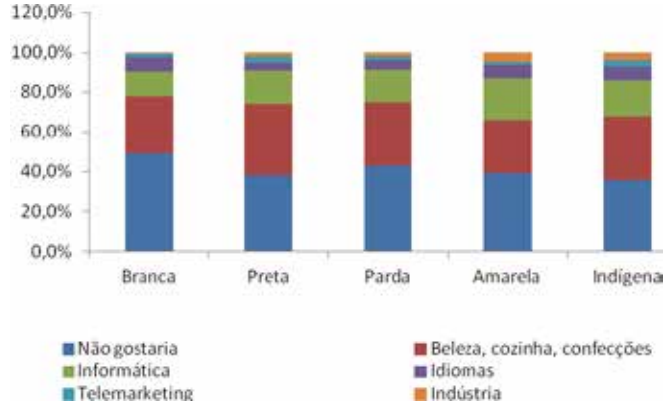
Nessa mesma direção, quanto menor o nível de escolaridade maior é o desinteresse quanto à realização de cursos prossionalizantes - 73,3% entre as que não lêem nem escrevem e 61,2% entre as que frequentaram alfabetização de adultos -, o que reforça a sugestão de que a escolarização amplia os horizontes e as possibilidades de novos projetos pessoais e profissionais. Quanto maior o nível educacional maior o interesse por cursos como os de idiomas e informática. O conhecimento dessas áreas aumentam as chances de se conseguir não apenas um emprego, mas também a melhoria do salário. Por outro lado, não se deve esquecer que as mulheres com menor escolaridade são também as de menor renda e com estruturas de apoio familiar mais frágeis. É possível, portanto, que suas aspirações modestas estejam bem assentadas na realidade de seu contexto sócio-econômico que, efetivamente, lhes dificulta ou impede a materialização dos desejos. Além disso, devem ser conhecedoras de que a maior parte dos cursos de capacitação requerem um grau de escolaridade que elas não alcançaram.

Gráfico 30 – Áreas de capacitação desejadas, de acordo com o nível de escolaridade, Brasil, 2012



Chama a atenção a maior proporção de mulheres brancas que não desejam fazer capacitação profissional. É provável que isso se dê pelas maiores oportunidade de ingresso no ensino superior e/ou no mercado de trabalho. A menor proporção encontra-se entre mulheres pretas e indígenas, que são aquelas que apresentam os maiores déficits em termos de escolaridade e perfil ocupacional. A capacitação, portanto, pode vir a corrigir essa deficiência. Isoladamente, os cursos tradicionalmente associados às habilidades femininas são os de maior preferência das mulheres, independentemente da raça/cor da pele, mas em uma proporção próxima ao conjunto das outras preferências, o que pode indicar mudanças nas aspirações profissionais das mulheres.

Gráfico 31 – Áreas de capacitação desejadas, de acordo com raça/cor da pele, Brasil, 2012



N=3224 p=0,000

Cursos profissionalizantes possibilitam a aquisição e/ou o aperfeiçoamento de habilidades e, consequentemente, aumentam as chances de ingresso ou permanência no mercado de trabalho daquelas que os procuram. Assim, é entre as mulheres de 25 a 44 anos, de idade, das quais 62% trabalham (tabela 27), que se encontra a maior proporção daquelas que fizeram cursos profissionalizantes (47,1%). Entre as mais velhas, a taxa de ocupação é de 34,4%, similar à proporção das que realizaram curso profissionalizante (33,1%).

O alto índice de mulheres que fizeram capacitação profissional no Nordeste, por exemplo, pode informar sobre uma melhoria ou busca por melhores condições de trabalho. O curso profissionalizante pode ser visto, contudo, como marca da própria precariedade do mercado profissional para mulheres nessa região. Em outras regiões, como Sul e Sudeste, as mulheres procuram menos esse tipo de formação, provavelmente por que nessas regiões é menor a precariedade no mercado de trabalho, tornando menos relevante a procura por capacitação. Como esperado, a renda e o grau de escolaridade das mulheres que procuram a capacitação repercutem na conclusão do curso: 86,5% das que tem renda familiar de três e cinco salários mínimos concluem seus cursos e, entre as que tem renda maior do que cinco salários, essa proporção chega a 90,8 %. Maiores rendimentos, conhecimento e informação certamente contribuem para a estruturação de apoios domésticos e familiares que, por sua vez, conferem maior autonomia às mulheres.

O mesmo ocorre para educação, isto é, quase 90% das mulheres que fizeram e concluíram algum curso superior concluíram seus cursos profissionalizantes: mais do que o dobro encontrado entre aquelas que disseram nunca ter frequentado uma escola ou saber ler ou escrever (43,5%). Isso revela que a educação continua a funcionar como filtro reprodutor das oportunidades (já que as mais educadas tem um percentual maior de conclusão do curso) e que, em nosso país, a despeito das dificuldades limitadoras geradas pelo sistema educacional, as mulheres não se sentem totalmente inibidas e insistem em continuar avançando. Outro aspecto importante é que mais da metade das mulheres (61,4 %) com filhos não procuram curso de profissionalização, o que indica os limites colocados pelo fato das mulheres serem responsáveis exclusivas pelos cuidados com as crianças. Essa condição, porém, não parece afetar as possibilidades de conclusão dos cursos, como se vê nas tabelas abaixo.

Entre as mulheres indígenas e pretas é maior a proporção de conclusão de cursos profissionalizantes, provavelmente em decorrência da maior necessidade de superar as condições de precariedade ocupacional e financeira.

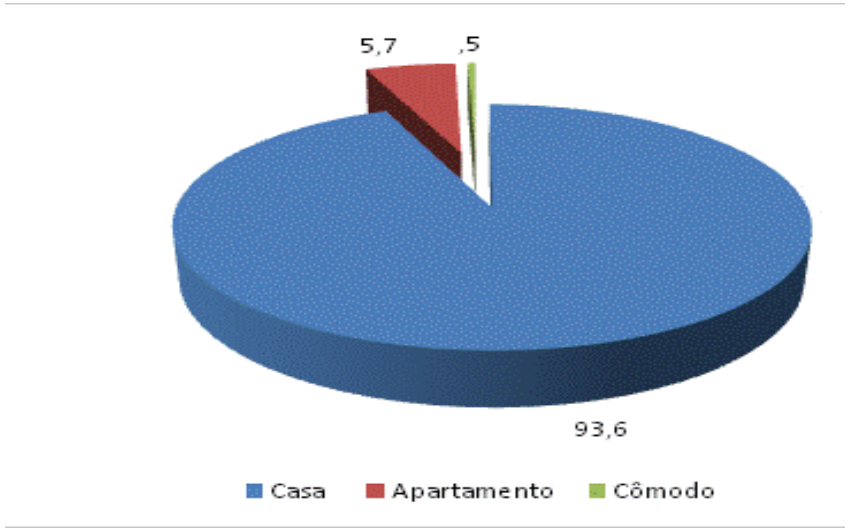
Tabela 23 – Realização de curso profissionalizante, de acordo com características selecionadas, 2012

Características	Curso Profissionalizante	
	Realizou	Concluiu
Idade	N=3931 p=0,000	N=1653 p=0,000
16-24	43,3	71,0
25-44	47,1	84,5
45 e +	33,1	80,8
Grande região	N=3932 p<0,05	N=1653 p=0,000
Norte	45,0	80,6
Nordeste	42,0	79,9
Centro-Oeste	45,6	82,1
Sudeste	39,9	79,5
Sul	37,2	85,8
Raça/cor da pele	N=3932 p=0,000	N=1650 p>0,05
Branca	37,7	81,8
Preta	45,0	82,9
Parda	43,3	79,0
Amarela	31,8	73,0
Indígena	51,3	89,5
Faixa de renda	N=3597 p=0,000	N=1516 p<0,05
Até 1SM	30,3	73,5
1 a 3SM	41,0	79,5
3 a 5SM	47,4	86,5
Mais de 5SM	47,7	90,8
Nível de escolaridade		
EJA	8,3	43,6
Fundamental	29,4	70,6
Médio	56,9	84,8
Superior	12,5	90,6
Analfabetismo	0,3	43,5
Tem filhos?	N=3927 p=0,000	N=1652 p>0,05
Sim	38,4	81,1
Não	48,5	79,8

VI. Habitabilidade e Infraestrutura de Serviços

Mais de 90% das entrevistadas moravam em casas, o que é consistente com a realidade dos bairros de periferia da maior parte das cidades brasileiras. Pouco mais de 5% moravam em apartamentos e as demais, em cômodos isolados.

Gráfico 32 – Tipo de moradia, 2012



N=3947

São pequenas as variações observadas entre os diferentes grupos de mulheres. Na região Centro-Oeste, a proporção de mulheres que residem em casas é um pouco menor que nas outras regiões e na região Nordeste, onde é um pouco mais elevada, chegando a 98,4%.

Mas, os dados indicam a aproximação entre nível de renda e tipo de moradia: quanto maior a renda, maior a proporção de mulheres que moram em apartamentos - chega a 13,6% entre as que vivem em famílias com renda superior a cinco salários mínimos. Entre as que ganham até um salário mínimo, apenas 2,1% residem em apartamentos. Entre as mulheres indígenas, é maior a proporção das que residem em apartamento.

Tabela 24 – Tipo de domicílio, de acordo com características selecionadas, 2012.

Características	Tipo de domicílio		
	Casa	Apartamento	Cômodo
Grande região (n=3938 p=0,000)			
Norte	93,9	5,5	0,6
Nordeste	98,4	1,5	0,1
Centro-Oeste	88,8	9,2	0,2
Sudeste	92,1	7,3	0,6
Sul	92,9	7,0	0,1
Raça/cor da pele (n=3936 p<0,05)			
Branca	92,5	7,1	0,4
Preta	95,2	4,5	0,3
Parda	94,7	4,5	0,8
Amarela	92,5	6,5	0,9
Indígena	87,2	12,8	-
Faixa de renda (n=3602 p=0,000)			
Até 1SM	96,8	2,8	0,4
1 a 3SM	94,4	4,9	0,7
3 a 5SM	93,5	6,2	0,3
Mais de 5SM	86,4	13,6	-

Quase 93% de todos os domicílios tem paredes externas de alvenaria, o que revela a qualidade aceitável da moradia. Do ponto de vista regional, a alvenaria predomina mais na região Sudeste e menos na região Sul, onde a madeira emparelhada e aproveitada é mais utilizada. Curiosamente, não se observa variação entre as faixas de renda quanto ao material das paredes dos domicílios, o que aponta para a melhoria da qualidade da habitação entre os estratos mais pobres da população. A homogeneidade também encontrada entre os grupos étnico-raciais pode ser indicativa desse mesmo processo.

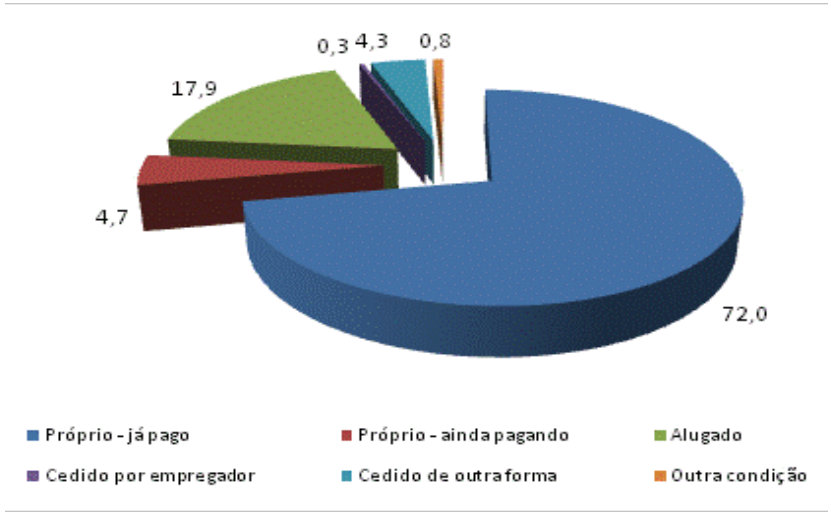
Tabela 25 – Material das paredes do domicílio, de acordo com características selecionadas, 2012.

Características	Material das paredes		
	Alvenaria	Madeira emparelhada	Materiais precários*
Grande região (n=3937 p=0,000)			
Norte	88,2	9,5	2,3
Nordeste	93,9	0,4	5,6
Centro-Oeste	87,5	0,4	3,6
Sudeste	96,0	3,0	1,0
Sul	83,8	12,2	3,8
Raça/cor da pele (n=3932 p=0,000)			
Branca	92,7	5,1	1,8
Preta	92,2	3,4	3,7
Parda	93,0	3,4	3,1
Amarela	91,5	0,9	2,7
Indígena	87,2	7,7	5,1
Faixa de renda (n=3600 p>0,05)			
Até 1SM	91,4	4,2	4,0
1 a 3SM	91,6	4,4	3,6
3 a 5SM	93,2	3,9	2,9
Mais de 5SM	93,1	4,7	0,8

* Taipa não revestida, madeira aproveitada, palha e outros.

Indicativo deste mesmo processo de mudança social pode ser o fato de a maioria das mulheres viver em casa própria (71.8%), já paga. Além disso, reforça a estabilidade e segurança destacadas no quesito "Situação econômica e financeira". Vale ressaltar ainda que 4.7% das mulheres estão em vias de comprar suas casas, pagando as prestações, enquanto apenas 17.9% moram em imóvel alugado. Não se pode esquecer, porém, que esta é uma condição associada aos baixos rendimentos da maior parte da população brasileira, que não suportam despesas com aluguel. A casa própria, em geral precária, em situação de ilegalidade quanto ao uso do solo e situada em áreas de periferia e pouco valorizadas, é, paradoxalmente, a alternativa possível à despesa fixa com aluguel.

Gráfico 33 – Forma de propriedade do domicílio, Brasil, 2012.



N=3947

Como esperado, é entre as mulheres mais velhas que se encontra a maior proporção de residentes em imóveis próprios e já quitados. Mas cabe observar que quase 70% das mulheres na faixa etária de 16 a 24 anos afirmaram que seus imóveis são próprios e já quitados, o que pode indicar que residem ainda com as famílias de origem.

Nesse aspecto, porém, há variações importantes entre as regiões. Na região Centro-Oeste, apenas 58,3% das mulheres estavam residindo em imóveis próprios e já quitados e uma em cada quatro viviam em imóveis alugados, enquanto 10% ainda estavam pagando as mensalidades do imóvel. Nas demais regiões, as proporções de residentes em casas próprias ficou acima de 70%.

O nível de renda, porém, não determinou diferenças importantes quanto à posse do imóvel de residência. Na faixa mais baixa de renda, 67,7% viviam em imóveis próprios e quitados e nas mais altas essa proporção foi de 75,3%. É provável que as diferenças entre os dois grupos esteja no tipo e na localização do imóvel, mas os dados

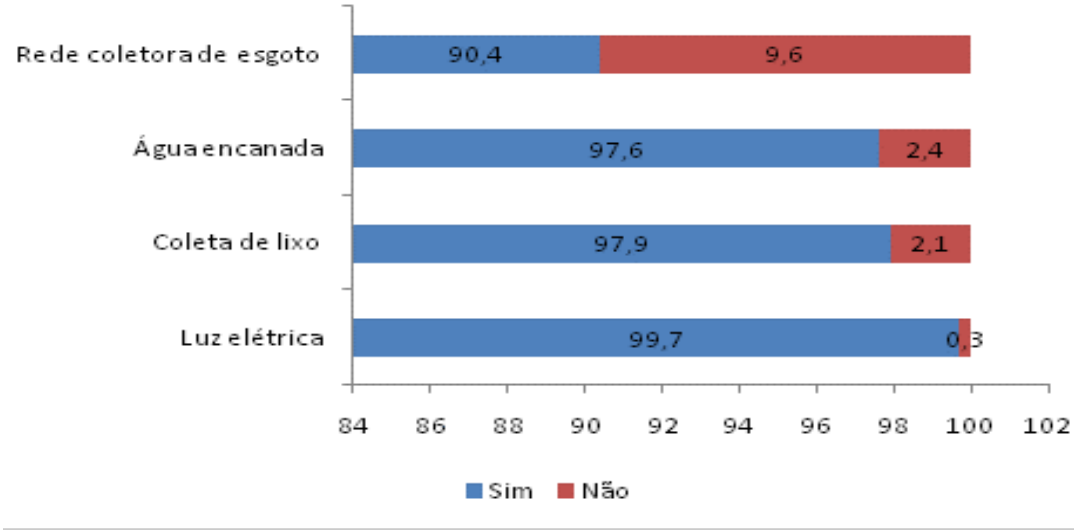
levantados pela pesquisa não permitem averiguar isso. Mas há diferenças com relação à raça/cor da pele: proporcionalmente, há menos mulheres brancas residindo em imóveis alugados e mais residindo em imóveis próprios e quitados.

Tabela 26 – Situação do imóvel, de acordo com características selecionadas, 2012.

Características	Situação do imóvel				
	Próprio quitado	Próprio, não quitado	Alugado	Cedido	Outra condição
Idade N=3944 p=0,000					
16-24	68,6	4,6	22,1	3,8	0,7
25-44	64,6	6,1	22,3	5,7	1,3
45 e +	81,0	3,2	11,3	4,1	0,2
Grande região N=3944 p=0,000					
Norte	76,3	0,6	17,0	5,1	0,8
Nordeste	72,2	1,4	20,9	4,3	1,3
Centro-Oeste	58,3	9,1	25,3	4,3	1,3
Sudeste	71,0	6,0	16,8	5,7	0,6
Sul	77,7	7,0	12,7	2,3	0,1
Raça/cor da pele N=3938 p=0,000					
Branca	74,6	5,3	15,5	4,0	0,6
Preta	72,2	4,5	18,0	4,6	0,6
Parda	69,1	4,3	20,3	5,2	1,1
Amarela	67,9	1,9	20,8	9,4	-
Indígena	78,9	2,6	18,4	-	-
Faixa de renda N=3604 p=0,000					
Até 1SM	67,7	1,9	21,4	6,9	2,2
1 a 3SM	71,0	4,3	19,0	5,0	0,5
3 a 5SM	75,3	7,6	14,1	2,7	0,3
Mais de 5SM	75,3	5,1	16,3	2,5	0,5

É alto o acesso das mulheres a serviços básicos de infraestrutura. Quase 100% das mulheres residem em domicílios com luz elétrica e água encanada, havendo coleta de lixo em seus bairros. O menor acesso é a rede coletora de esgoto, mas, ainda assim, fica em torno de 90%. Deve-se mencionar, porém, que este percentual está englobando a destinação direta dos dejetos na rede pública e a utilização de fosssa séptica, ligada ou não á rede pública.

Gráfico 34 – Acesso a serviços básicos



N=3947

Novamente, a faixa etária não determina diferenças no acesso a estes serviços, mas as discrepâncias regionais aparecem de forma clara no item coleta de esgoto, que é um problema maior nas regiões Norte e Centro-Oeste. A região Norte, por exemplo, apresenta quase 38% de residências sem acesso à rede coletora de esgoto. Mesmo assim, percebe-se um bom acesso à infraestrutura de serviços de água encanada, luz elétrica e coleta de lixo em todas as regões. Nas regiões Nordeste, Sul e Sudeste, mais de 96% dos domicílios possuem água encanada, luz elétrica, coleta de lixo e rede coletora de esgoto. Observe-se que nas regiões Sul e Sudeste a cobertura destes serviços está quase universalizada.

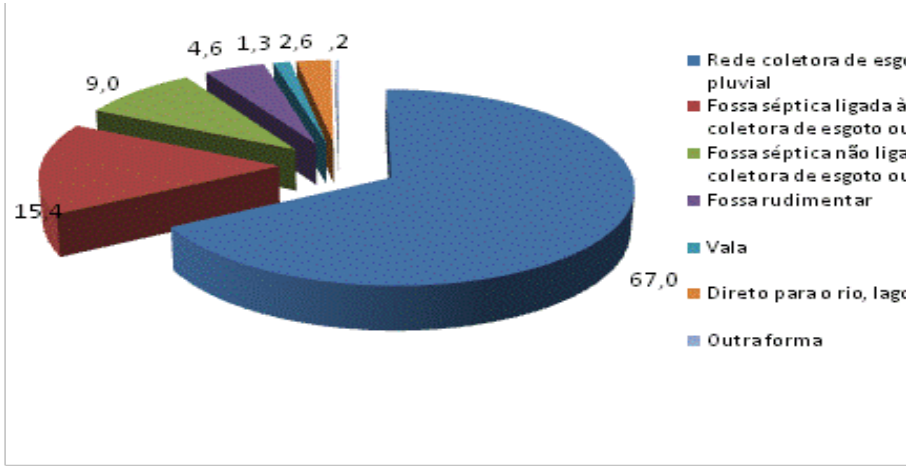
A renda também opera uma pequena variação no acesso aos serviços. Entre as mulheres que têm renda familiar de até um salário mínimo a proporção de domicílios com rede coletora de esgoto é de 85%, enquanto nas faixas mais altas chega a 97,7%. Essa pequena diferença percentual pode representar grande número de residência sem este serviço básico tão importante e que afeta principalmente as pessoas com renda mais baixa. Do ponto de vista étnico-racial, destaca-se a menor proporção de indígenas com acesso à rede coletora de esgoto.

Tabela 27 – Acesso a serviços básicos, de acordo com características selecionadas, 2012.

Características	Acesso a serviços básicos			
	Água encanada	Eletricidade	Coleta de lixo	Rede coletora de esgoto
Grande região	N=3942 p=0,000	N=3940 p=0,000	N=3936 p=0,000	N=3938 p=0,000
Norte	82,4	99,8	95,3	61,7
Nordeste	98,3	99,9	96,3	88,8
Centro-Oeste	97,2	99,2	97,7	76,8
Sudeste	99,0	99,6	98,7	96,3
Sul	99,7	99,7	99,7	96,5
Raça/cor da pele	N=3937 p=0,000	N=3942 p>0,05	N=3938 p=0,000	N=3941 p=0,000
Branca	98,9	99,8	99,3	94,7
Preta	98,1	99,7	97,1	92,2
Parda	96,0	99,8	97,4	85,2
Amarela	97,0	97,7	93,6	89,8
Indígena	93,2	100,0	99,0	72,0
Faixa de renda	N=3608 p>0,05	N=3604 p>0,05	N=3603 p<0,05	N=3605 p=0,000
Até 1SM	96,9	99,4	95,5	84,6
1 a 3SM	97,2	99,7	98,0	90,3
3 a 5SM	98,2	99,9	98,8	94,2
Mais de 5SM	97,7	99,9	99,4	93,7

Como se mencionou acima, apenas 67% das residências estão ligadas à rede coletora de esgoto, as demais se utilizam de fossa séptica ou fossa rudimentar, valas ou despejam os dejetos diretamente em rios, lagos ou no mar.

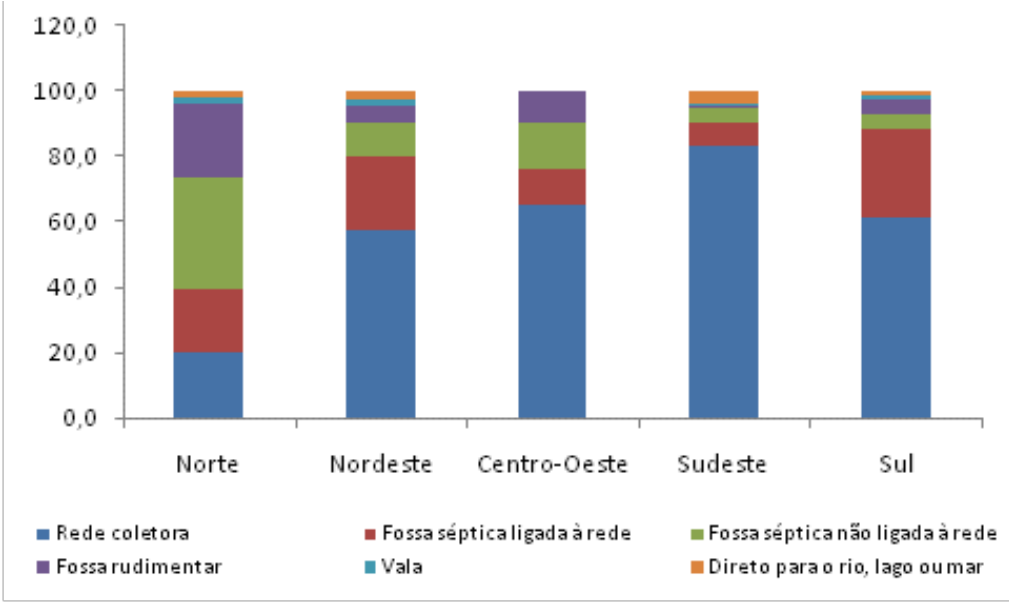
Gráfico 35 – Destinação dos dejetos sanitários, Brasil, 2012



N=3947

São evidentes as discrepâncias regionais. A situação da região Norte salta aos olhos por revelar a maior deficiência em relação ao saneamento básico: apenas 19,7% dos domicílios estão ligadis à rede coletora de esgoto ou pluvial e quase 33% possuem fossa séptica não ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial. Sem mencionar que 26% utilizam-se de fossa rudimentar ou jogam os dejetos diretamente no ambiente. A melhor situação encontra-se na região Sudeste, onde 83,5% dos domicílios estão ligados à rede coletora.

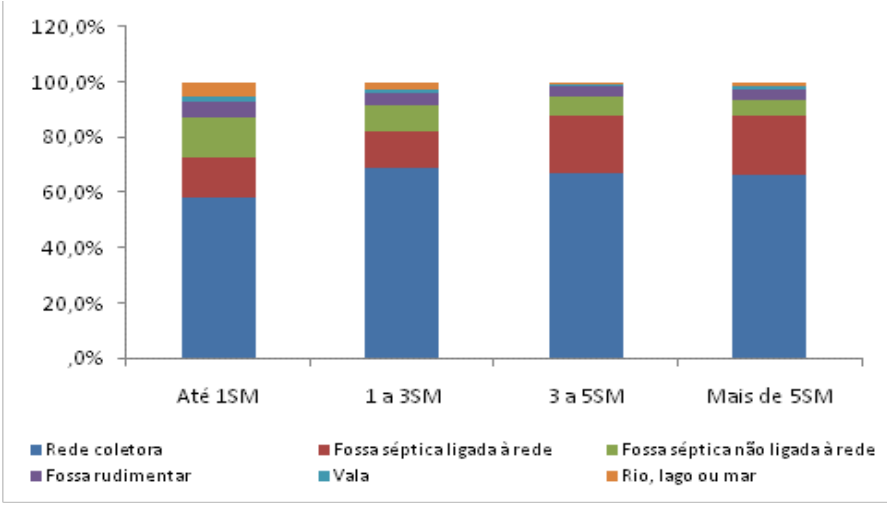
Gráfico 36 – Destinação dos dejetos sanitários, de acordo com a grande região, Brasil, 2012



N=3941

Observando-se a distribuição das respostas de acordo com as faixas de renda, verifica-se que a principal variação refere-se à ligação da fossa séptica à rede coletora de esgotos. Quanto maior renda, maior a proporção de residências cujas fossas estão ligadas à rede, o que pode ser indicativo de processos de qualificação urbana nessas áreas.

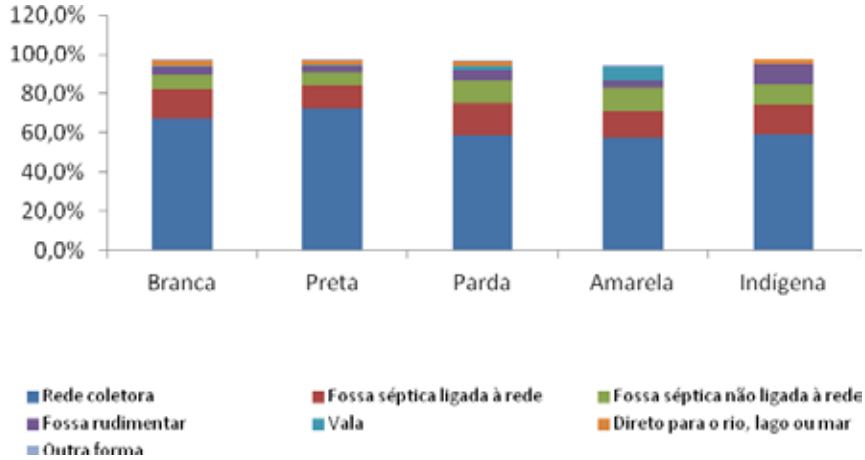
Gráfico 37 – Destinação dos dejetos sanitários, de acordo com faixa de renda, Brasil, 2012



N=3604

A fossa séptica não ligada à rede coletora de esgoto está mais presente entre as mulheres pardas e amarelas e, entre essas últimas, também houve referência ao uso da vala como local de dejetos. Entre as indígenas, houve maior referência ao uso da fossa rudimentar do que nos outros grupos.

Gráfico 38 - Destinação dos dejetos sanitários, de acordo com raça/cor da pele, Brasil, 2012



N=3941

Quase 95% das mulheres relataram que o lixo de suas residências é coletado diretamente pela prefeitura, não se encontrando variações regionais, por raça/cor da pele ou por faixa etária e Faixa de renda. Quase 13% afirmaram ter problemas com o abastecimento de água no domicílio e, nesse caso, a variação regional é importante: 26,6% das mulheres residentes na região Norte, 21,6% das residentes na região Nordeste e 19,7% das que vivem na região Centro-Oeste reportaram a existência desse problema. Nas regiões Sul e Sudeste, estas proporções foram de 4,2% e 6,6%, respectivamente.

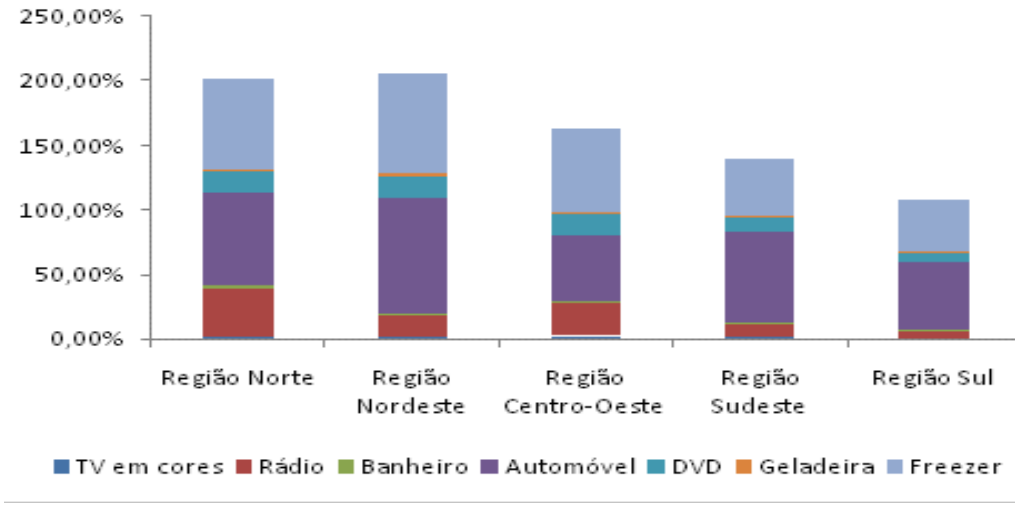
O maior acesso a bens de consumo por parcelas maiores da população é resultado da associação entre as políticas de melhoria da renda – dado pelos aumentos reais de salário e pela maior disponibilização de benefícios sociais – e de redução de preços de grande parte dos produtos industriais, incluindo o automóvel, implementadas na última década. Isso é ilustrado pelos dados sobre a posse de bens, apresentados abaixo. Como já se viu anteriormente, apenas 0,7% das mulheres reside em domicílios sem banheiro, o que atesta a melhoria da qualidade da moradia. É também bastante reduzida a proporção daquelas que não possuem TV em cores ou geladeira - 1% e 1,4% respectivamente – e mais de 80% possuem DVD. Finalmente, quase um terço das mulheres tem automóvel.

Tabela 28 – Posse de bens, Brasil, 2012

Bens pessoais	Não tem	1	Mais de 1
Banheiro	0,7	80,1	19,2
TV em cores	1,0	46,6	52,3
Geladeira	1,4	98,6	0,0
DVD	13,4	86,6	0,0
Rádio	15,0	66,0	19,1
Freezer	56,3	43,7	0,0
Automóvel	71,7	23,8	5,5

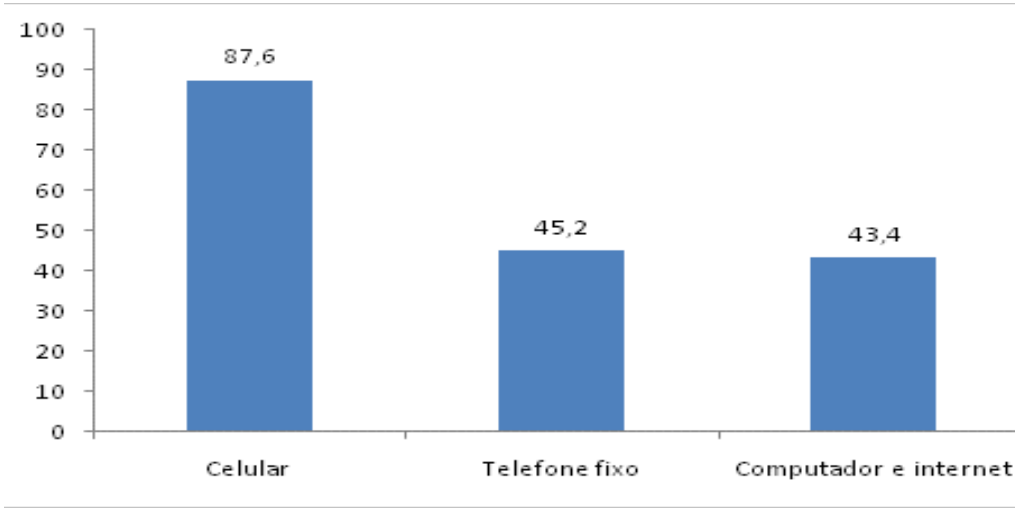
Assim como os demais aspectos relativos à habitação, também aquí não se encontra variações de acordo com os grupos de idade. E do mesmo modo, a região de residência é um fator importante de variação. As regiões Norte e Nordeste são aquelas em que há as maiores proporções de mulheres que não possuem bens de consumo, como se vê no gráfico na próxima página.

Gráfico 39 – Ausência de bens de consumo no domicílio, de acordo com grande região, Brasil, 2012



O acesso à telefonia e à internet é relativamente alto. Quase 90% das mulheres tem telefone celular e cerca de metade tem telefone fixo e computador com acesso à internet.

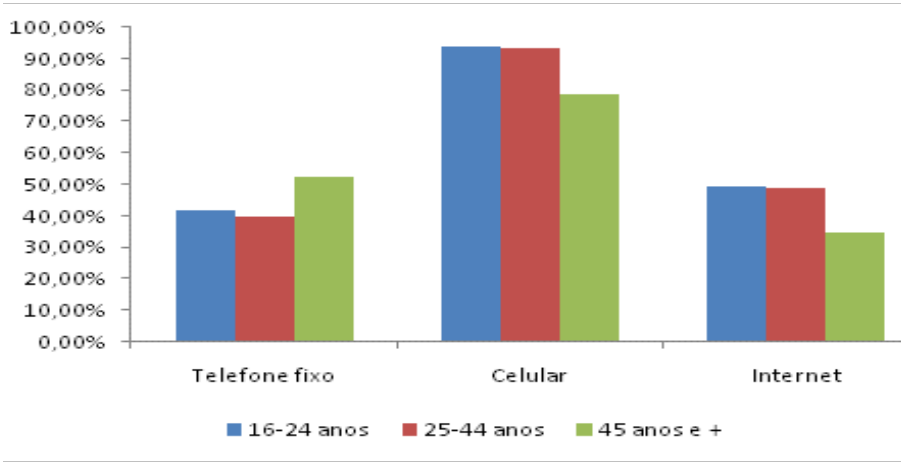
Gráfico 40 – Acesso à telefonia e internet, Brasil, 2012.



N=3947

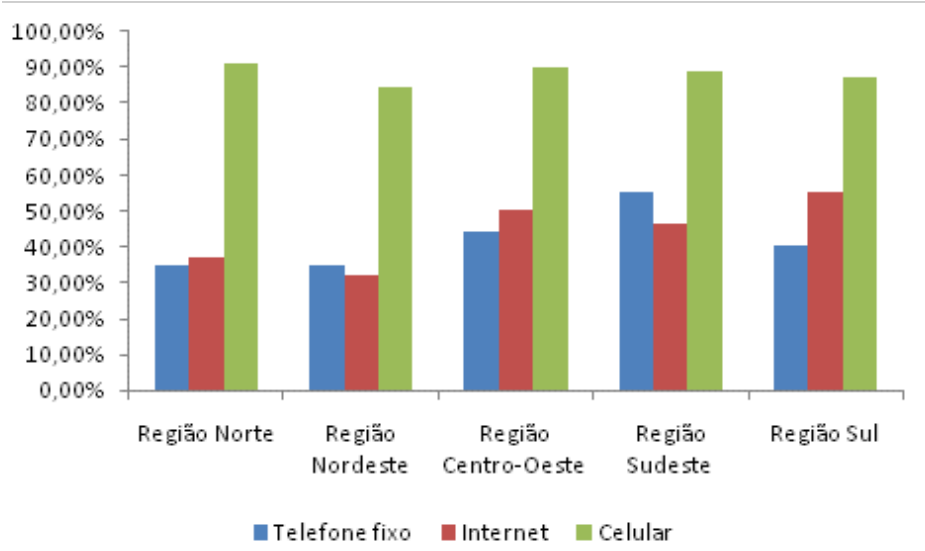
Nesse caso, a faixa etária faz diferença: quanto mais jovens, maior a proporção de uso de celular e internet. Na direção contrária, é entre as mais velhas que se encontra a maior presença de telefones fixos.

Gráfico 41 – Acesso à telefonia e à internet, de acordo com a faixa etária, Brasil, 2012.



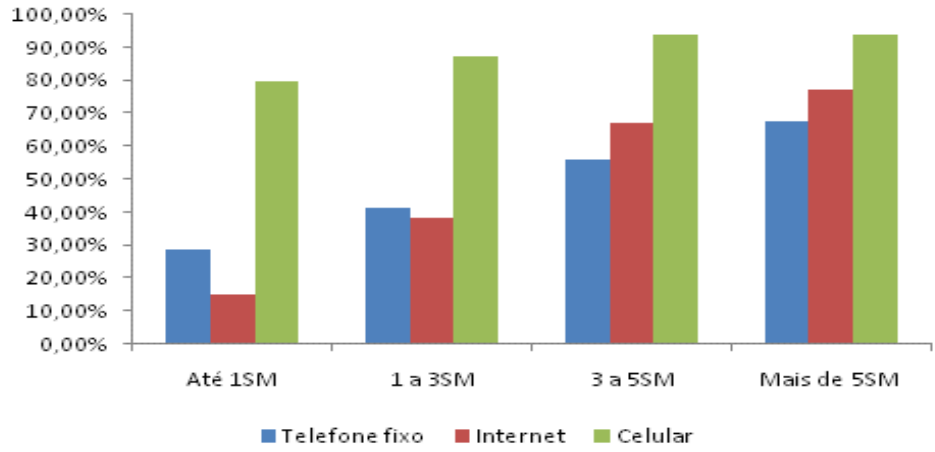
Do mesmo modo, há também diferenças relacionadas à região de residência. As regiões Norte e Nordeste apresentam as menores proporções de mulheres com acesso à internet e ao telefone fixo – substituído pelo celular, que tem presença semelhante em todas as regiões.

Gráfico 42 – Acesso à telefonia e internet, de acordo com grande região, Barsil, 2012.



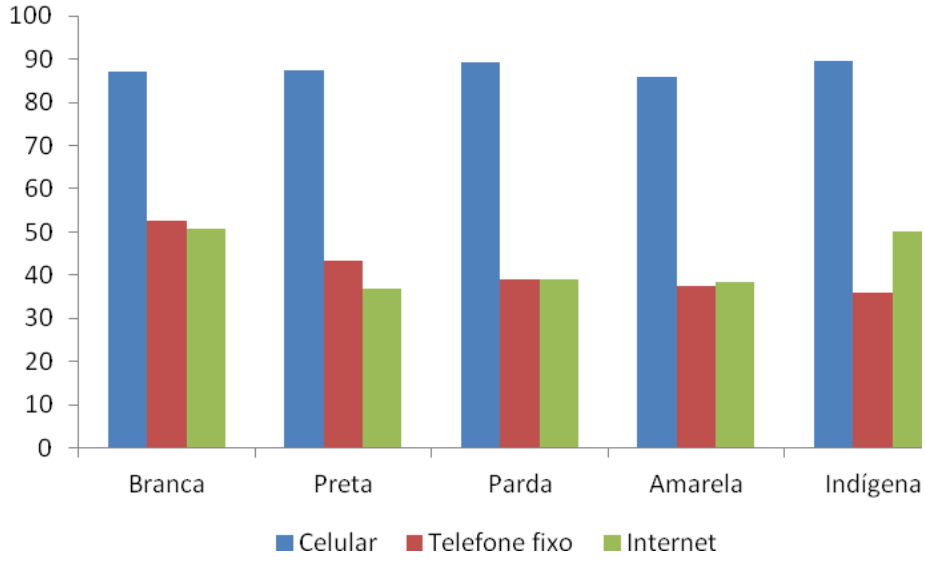
Mas é entre as diferentes faixas de renda que se encontram as maiores diferenças no acesso à telefonia e à internet. Como esperado, quanto maior a renda maior a acesso a estes serviços.

Gráfico 43 – Acesso à telefonia e à internet, de acordo com faixas de renda, Brasil 2012.



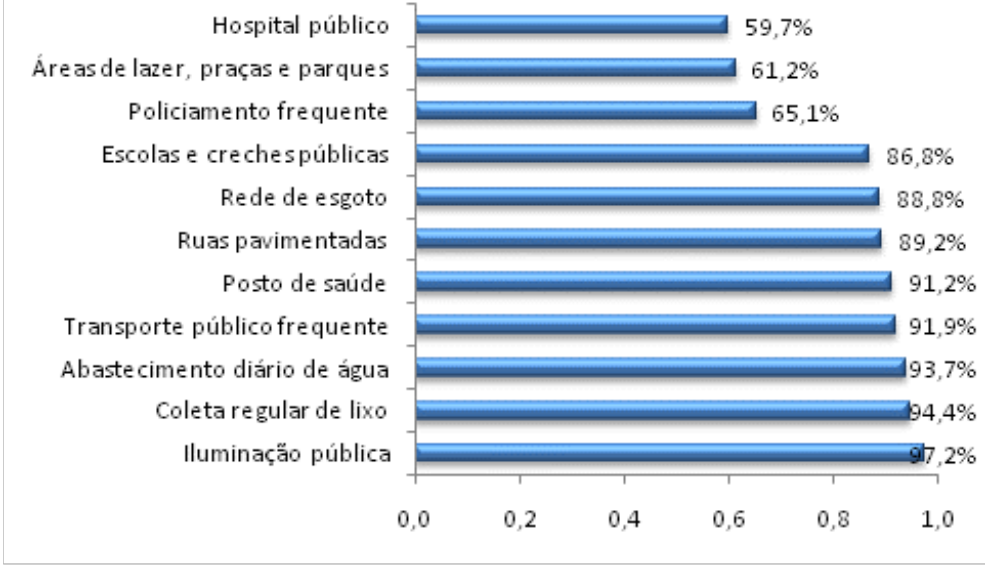
O padrão de acesso à telefonia e internet não apresenta variações importantes entre os grupos étnico-raciais, a não ser pela maior proporção de mulheres brancas com acesso à telefone fixo e internet, o que é consistente com o seu perfil socioeconomico identificado previamente.

Gráfico 44 – Acesso à telefonia e à internet, de acordo com raça/cor da pele, Brasil 2012.



Mais de 90% das mulheres residem em áreas com iluminação pública, coleta de lixo e abastecimento d'água regulares, transporte público frequente e posto de saúde. Uma parte muito significativa – entre 80% e 90% - reside próxima a escolas e creches públicas, em bairros com ruas pavimentadas e rede de esgoto. As principais ausências observadas em seus locais de moradia é o policiamento e as áreas de lazer, como parques e praças públicas. No conjunto, essas características representam bem o perfil das áreas urbanas brasileiras. A menor proporção daquelas que referiram não haver hospital público em sua área de moradia não é, por si só, um problema, uma vez que é a assistência nas unidades básicas de saúde – presentes em mais de 90% das respostas – que deve garantir o acesso às unidade de alta complexidade.

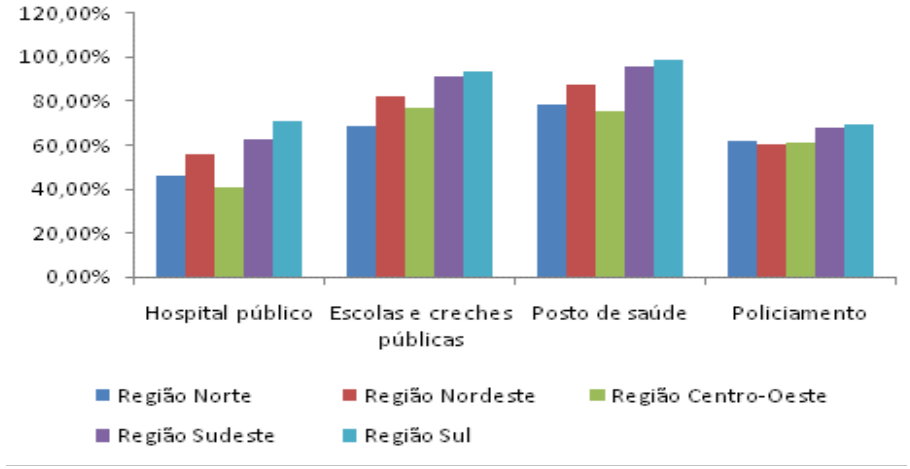
Gráfico 45 – Características do bairro de moradia, Brasil, 2012.



N=3947

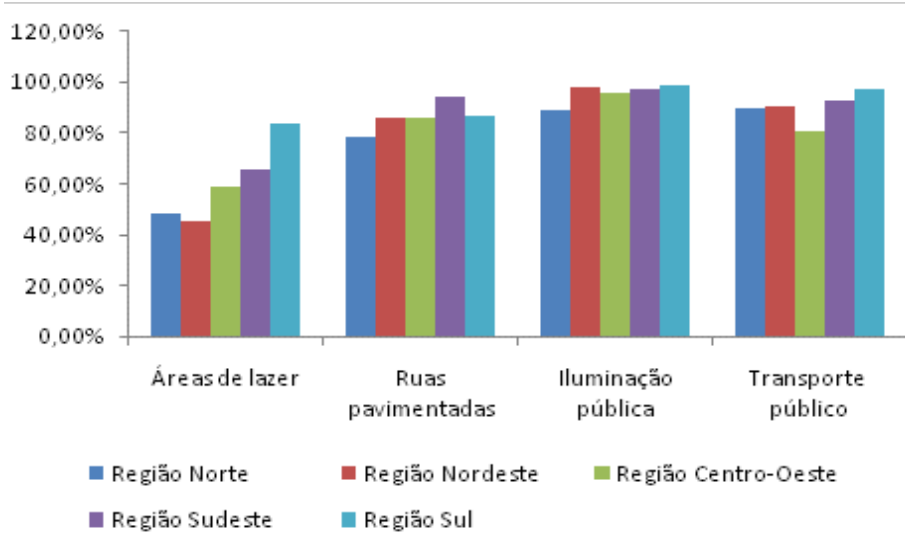
A análise regional, porém, revela diferenças associadas às conhecidas desigualdades existentes em nosso país. Assim, no que se refere à oferta de serviços sociais básicos, verifica-se que ela é sempre maior nas regiões Sul e Sudeste. A região Nordeste ocupa uma posição intermediária nesse quadro e as regiões Norte e Centro-Oeste apresentam as maiores deficiências no acesso a estes serviços públicos. Há uma maior homogeneidade regional apenas no que se refere ao policiamento.

Gráfico 46 – Existência de serviços públicos selecionados, de acordo com grande região, Brasil, 2012



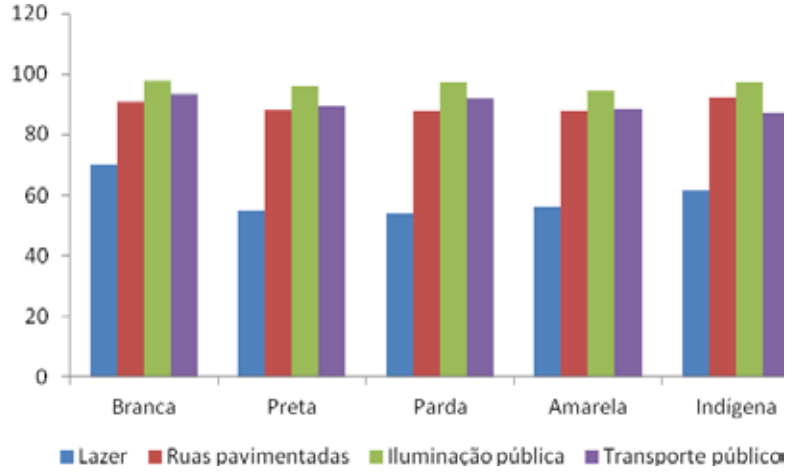
A infraestrutura urbana é mais homogênea no que se refere à pavimentação das ruas, à iluminação e ao transporte público. Aqui, as diferenças se localizam na oferta de áreas de lazer, parques e praças públicas, que denotam um patamar mais avançado de qualidade de vida, ao estimular a conviência comunitária no espaço público e possibilitar a adoção de hábitos saudáveis. Esses equipamentos estão muito mais presentes na região Sul e, em menor medida, nas regiões Sudeste e Centro-Oeste. Nas regiões Norte e Nordeste menos da metade das mulheres conta com essas áreas em seus bairros.

Gráfico 47 – Infraestrutura urbana, de acordo com grande região, Brasil, 2012



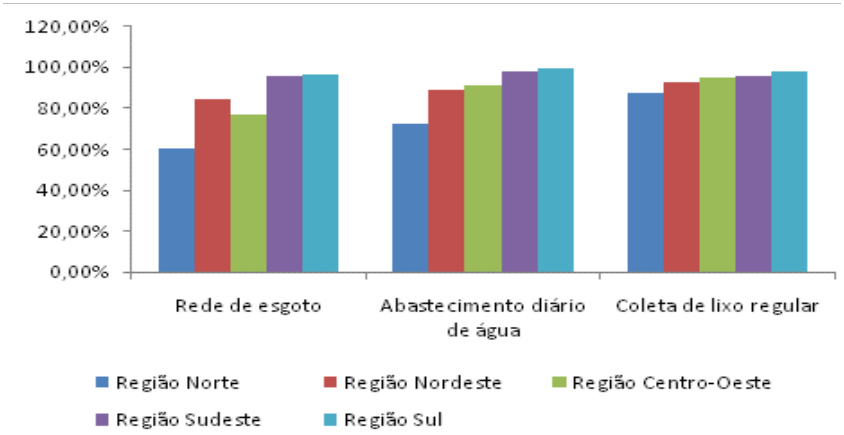
A existência de áreas de lazer também é um diferencial importante nas áreas de moradia das mulheres brancas, quando comparadas aos outros grupos étnico-raciais. Cerca de 70% das mulheres brancas referiram morar em locais onde há esses equipamentos, enquanto entre as mulheres de outras raças/cor da pele essa proporção foi de cerca de 50%.

Gráfico 48 – Infraestrutura urbana, de acordo com raça/cor da pele, Brasil, 2012



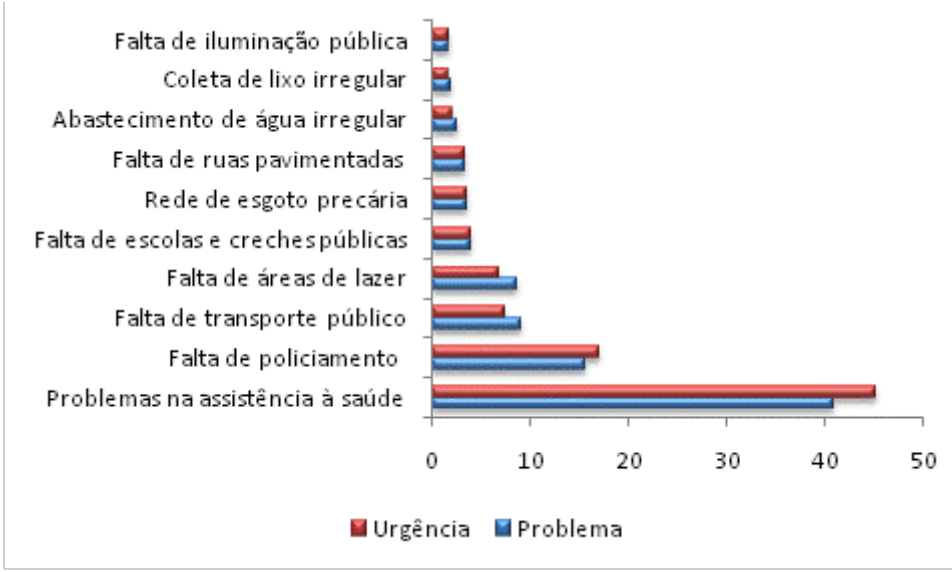
Finalmente, e apenas complementando informações já tratadas anteriormente, quase todas as mulheres afirmaram contar com coleta regular de lixo em seus bairros. A água é um problema na região Norte, assim como a inexistência de rede coletora de esgoto, que também ocorre para muitas mulheres residentes na região Centro-Oeste.

Gráfico 49 – Serviços básicos, de acordo com grande região, Brasil, 2012



As mulheres apontam a falta de policiamento e a assistência à saúde como os principais problemas que afetam as suas vidas. No caso da saúde, é possível que os problemas estejam ligados à baixa qualidade da assistência e à fragilidade – ou inexistência – de mecanismos de referência das unidades básicas de saúde para as unidades especializadas e para os grandes hospitais. Falta de áreas de lazer e problemas com o transporte público foram outros aspectos também ressaltados pelas mulheres. Do mesmo modo, ao serem perguntadas sobre os problemas que devem ser resolvidos de forma mais urgente, mantém-se a correspondência com a ordem dos problemas citados, como se vê no gráfico abaixo.

Gráfico 50 – Problemas que mais afetam as mulheres, Brasil, 2012



N=3947

As diferenças entre as regiões são pequenas, mas algumas chamam a atenção, como é o caso da maior referência à falta de policiamente no Sul, região cujos índices de criminalidade e violência são menores do que os do Nordeste e Sudeste. Nesta mesma região, os problemas com o transporte público foram referidos por uma proporção de mulheres semelhante à da região Centro-Oeste e quase duas vezes maior do que o observado nas outras regiões. Mas respostas dessa natureza devem ser olhadas com cuidado, pois podem indicar a existência real dos problemas, mas também uma maior capacidade crítica e conhecimento das respondentes quanto às possibilidades de melhoria do que existe. Também na região Sul, a falta de ruas pavimentadas foi referida por uma proporção de mulheres duas vezes maior (ou mais) do que nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste. No que se refere às áreas de lazer, foram as mulheres da região Sudeste que mais relataram problemas. E, finalmente, chama a atenção o fato de quase 10% das mulheres do Nordeste não tenham identificado problemas em suas áreas de moradia.

A renda opera como um diferenciador importante para o tipo de problema enfrentado pelas mulheres. Assim, entre aquelas de renda mais baixa, que dependem dos dos serviços públicos de saúde e educação, foi maior a proporção que referiu problemas nessas áreas. A falta de policiamento segue a direção inversa, sendo mais referida pelas mulheres de maior renda e pelas mulheres brancas que, além do risco de violência que é comum a todas as mulheres, são mais vulneráveis aos crimes contra o patrimônio.

Do mesmo modo, as respostas relativas às áreas de maior urgência para a solução dos problemas (tabela 34) reproduzem o padrão de prioridades e as proporções observadas na identificação dos problemas e não sofreram variações importantes – para além das observadas acima - de acordo com os diferenciais regionais, raciais e de rendimento, como se pode ver nas tabeças abaixo.

Tabela 29 – Principais problemas que afetam as mulheres, de acordo com características selecionadas, 2012.

Características	Principais problemas que afetam as mulheres					
	Saúde	Segurança	Transporte	Lazer	Nenhum	Outros*
Grande região N=3940 p=0,000						
Norte	40,8	12,5	6,9	4,0	3,8	20,8
Nordeste	40,0	14,8	6,7	8,3	9,2	18,7
Centro-Oeste	39,3	14,5	17,4	5,3	6,2	14,9
Sudeste	40,6	15,8	7,9	11,7	8,5	19,2
Sul	43,1	18,3	14,1	4,2	5,4	14,0
Raça/cor da pele N=3931 p=0,000						
Branca	41,0	17,5	10,1	9,2	6,5	14,3
Preta	42,3	13,0	9,9	8,9	9,2	14,5
Parda	39,8	15,6	7,7	8,3	8,5	18,7
Amarela	42,5	11,3	9,4	4,7	5,7	24,5
Indígena	51,4	5,4	2,7	2,7	5,4	29,7
Faixa de renda N=3597 p=0,000						
Até 1SM	44,0	13,6	5,8	6,9	7,3	20,5
1 a 3SM	41,6	13,2	10,2	9,9	7,3	16,8
3 a 5SM	42,0	18,7	8,7	7,7	6,4	15,0
Mais de 5SM	37,0	22,0	8,7	7,6	10,4	12,6

* Pavimentação de ruas, iluminação pública, escolas e creches, abastecimento de água, rede de esgoto, coleta de lixo – todos com frequências em torno de 5%.

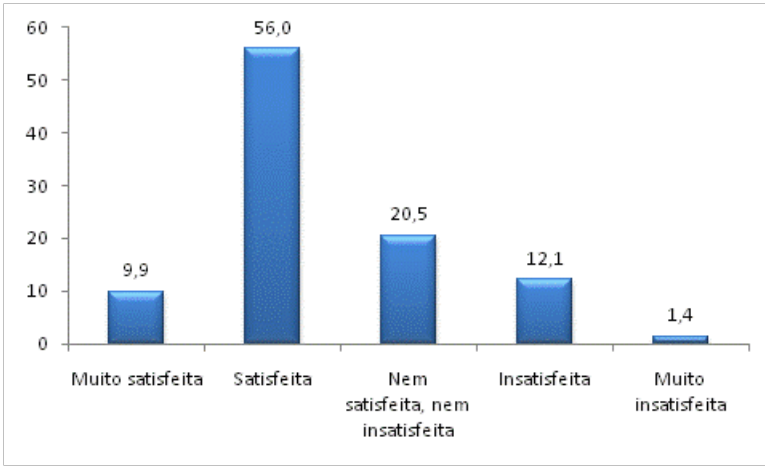
Tabela 30 – Problemas mais urgentes, de acordo com características selecionadas, 2012.

Características	Problemas mais urgentes				
	Saúde	Segurança	Transporte	Lazer	Outros*
Grande região N=3935 p=0,000					
Norte	42,9	16,8	6,7	2,9	28,1
Nordeste	46,2	17,1	4,5	6,4	17,9
Centro-Oeste	44,3	16,0	16,9	3,6	15,3
Sudeste	45,2	16,1	6,4	9,6	14,2
Sul	44,6	20,7	11,1	2,9	14,9
Raça/cor da pele N=3932 p=0,000					
Branca	42,3	20,2	8,1	7,6	15,3
Preta	51,0	13,8	8,1	6,5	13,6
Parda	45,5	16,0	5,8	6,7	17,9
Amarela	44,8	12,4	11,4	3,8	21,9
Indígena	56,4	7,7	5,1	2,6	23,1
Faixa de renda N=3605 p=0,000					
Até 1SM	48,0	13,6	6,6	6,3	19,2
1 a 3SM	46,3	15,9	7,6	7,6	16,1
3 a 5SM	45,5	20,4	6,1	5,4	16,7
Mais de 5SM	38,8	20,7	8,5	6,9	16,3

VII. Percepção sobre a Qualidade de Vida

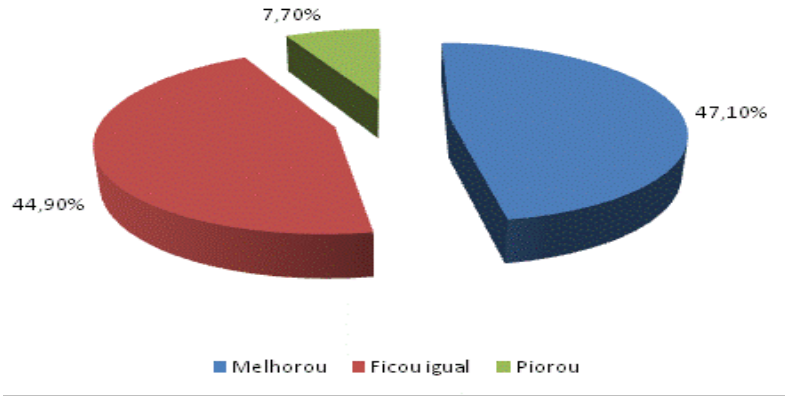
Pouco mais de metade das mulheres declarou-se satisfeita com sua qualidade de vida atual. Se somarmos estas às que se disseram muito satisfeitas, temos que 65,9% das mulheres avaliam positivamente sua qualidade de vida. Quase metade das mulheres avalia que sua qualidade de vida melhorou no último ano; apenas 7,7% considera que a situação piorou.

Gráfico 51 – Avaliação da qualidade de vida, Brasil, 2012



N=3947

Gráfico 52 – Percepção de mudança da qualidade de vida no último ano, Brasil, 2012



N=3947

Na região Sul, uma em cada cinco mulheres afirmou estar muito satisfeita com a sua qualidade de vida e a região Norte foi a que concentrou o maior grau de insatisfação. Mas é a renda familiar que parece mais influenciar a satisfação em seu nível mais alto: quase 20% das mulheres com rendimentos maiores do que cinco salários mínimos declararam-se muito satisfeitas com a sua qualidade de vida. Entre as de menor renda, essa proporção foi de 7,3%. Curiosamente, porém, o padrão não se repete quando se trata da insatisfação, o que pode sugerir que a insatisfação está ligada a outros aspectos, que não os materiais.

Pouco mais de 72% das mulheres brancas declararam-se satisfeitas ou muito satosfeitas com suas vidas. Entre as mulheres pretas, essa proporção cai para cerca de 57% e entre as pardas para cerca de 63%. Esses resultados são consistentes com as diferenças no perfil socioeconômico e ocupacional identificadas previamente.

Tabela 31 – Avaliação da qualidade de vida, de acordo com características selecionadas, 2012.

Características	Avaliação da qualidade de vida				
	Muito satisfeita	Satisfeita	Indiferente	Insatisfeita	Muito insatisfeita
Faixa de idade (n=3942 p>0,05)					
16-24	10,5	56,2	20,5	11,7	1,0
25-44	9,8	24,5	21,5	12,6	1,4
45 e +	9,7	57,5	19,3	11,7	1,5
Grande região (n=3941 p=0,000)					
Norte	12,6	53,0	17,7	15,0	1,1
Nordeste	8,1	59,9	18,9	12,8	0,3
Centro-Oeste	12,5	47,0	24,7	12,5	2,4
Sudeste	5,7	56,5	22,2	13,2	2,2
Sul	22,6	53,2	17,6	5,9	0,7
Raça/cor da pele					
Branca	12,3	60,4	17,5	9,1	0,7
Preta	8,2	49,4	23,0	17,3	1,8
Parda	8,3	54,9	22,4	12,8	1,5
Amarela	6,5	54,2	21,5	10,3	6,5
Indígena	12,8	43,6	25,6	15,4	2,6
Faixa de renda (n=3606 p=0,000)					
Até 1SM	7,3	50,7	24,6	15,0	2,3
1 a 3SM	7,5	57,1	22,0	11,9	1,4
3 a 5SM	14,8	58,9	17,0	8,4	0,3
Mais de 5SM	19,5	52,2	15,5	12,0	0,6
Tem filhos? (n=3939 p<0,05)					
Sim	9,0	55,8	21,1	12,4	1,5
Não	12,7	56,4	18,6	11,0	1,0
Total	**9,9**	**56,0**	**20,5**	**12,1**	**1,4**

A percepção quanto à melhoria da qualidade de vida no último segue a mesma tendência dos resultados apresentados acima: maior impacto da renda sobre a avaliação, pequenas variações regionais e homogeneidade das respostas com relação a grupos de idade e ao fato de ter ou não ter filhos. No que se refere à raça/cor da pela, chama a atenção a maior proporção de mulheres indígenas e amarelas que perceberam piora em suas vidas no último ano e a semelhança entre mulheres brancas e pardas na percepção de melhoria.

Na região Norte encontramos a maior proporção de mulheres que identificou melhorias em suas vidas no último ano e a percepção de melhoria aumenta de acordo com a renda, sugerindo a relação entre qualidade de vida e acesso a bens materiais e serviços. De forma consistente, foi entre as mulheres de menor renda que se encontrou uma maior avaliação negativa sobre a qualidade de vida no último ano.

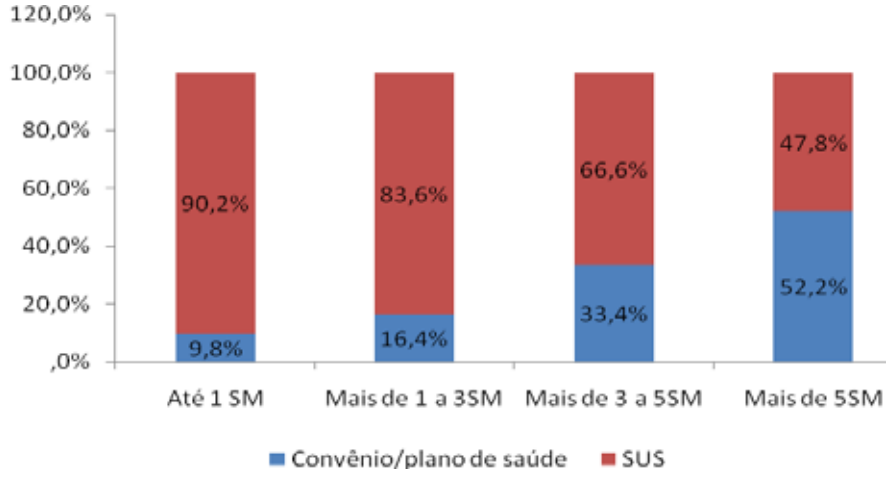
Tabela 32 – Avaliação da qualidade de vida no último ano, de acordo com características selecionadas, 2012.

Características	Qualidade de vida no último ano		
	Melhorou	Está igual	Piorou
Faixa de idade (n=3941 p=0,000)			
16-24	50,8	43,7	5,0
25-44	48,5	44,5	6,9
45 e +	44,0	45,9	9,8
Grande região (n=3946 p=0,000)			
Norte	59,3	31,9	8,2
Nordeste	46,2	46,7	7,1
Centro-Oeste	51,6	39,9	7,6
Sudeste	44,3	46,9	8,6
Sul	49,1	44,8	6,0
Raça/cor da pele (n=3939 p<0,05)			
Branca	48,7	44,5	6,5
Preta	42,9	49,9	7,2
Parda	48,3	42,7	8,9
Amarela	39,3	48,6	11,2
Indígena	42,5	45,0	12,5
Faixa de renda (n=3607 p=0,000)			
Até 1SM	35,5	53,6	10,7
1 a 3SM	45,6	46,4	7,7
3 a 5SM	56,1	39,9	3,9
Mais de 5SM	58,6	35,4	5,9
Tem filhos? (n=3940 p<0,05)			
Sim	46,6	44,9	8,4
Não	49,1	44,8	5,6
Total	**47,2**	**44,9**	**7,7**

VIII. Acesso a Serviços de Saúde

Como esperado, a maior parte das entrevistadas é usuária do SUS: 77,7% das mulheres não tem plano de saúde e 80,3% recorrem a unidades públicas de saúde quando precisam de atendimento médico. Compreensivelmente, a renda parece ser o determinante mais importante do acesso à rede pública de saúde, uma vez que a proporção de usuárias do SUS é maior entre as mulheres com menores rendimentos. Cerca de 90% daquelas que ganham até um salário mínimo são usuárias do SUS contra 47,8% das que ganham mais de cinco salários mínimos.

Gráfico 53 – Tipo de serviço de saúde utilizado, de acordo com faixa de rendimento familiar, 2012



N=3590

Como decorrência dos diferenciais de renda, identifica-se variações de acordo com a região, a raça/cor da pele e o fato de ter ou não ter filhos. A região Nordeste é a que concentra a maior proporção de usuárias do SUS (84,1%) e o Centro-Oeste reúne a maior proporção de usuárias de planos de saúde (33,2%). As mulheres brancas e indígenas constituem o grupo que mais utilizam convênios. Mais de 80% das mulheres negras (pretas e pardas) e amarelas são usuárias do SUS.

Do mesmo modo, as despesas aumentadas pela presença dos filhos dificultam a aquisição de convênios ou planos de saúde. Uma em cada quatro mulheres sem filhos usa os serviços privados de saúde. Entre as que tem filhos, apenas uma em cada cinco o fazem.

Tabela 33 – Serviço de saúde utilizado, de acordo com características selecionadas, 2012.

Características	Serviço de saúde utilizado	
	SUS	Convênio
Faixa de idade (n=3940 p>0,05)		
16-24	79,2	20,8
25-44	76,3	22,7
45 e +	78,5	21,5
Grande região (n=3941 p=0,000)		
Norte	78,7	21,0
Nordeste	84,1	15,5
Centro-Oeste	66,1	33,2
Sudeste	76,3	23,4
Sul	75,1	24,3
Raça/cor da pele (n-3938 p=0,000)		
Branca	73,2	26,3
Preta	82,0	17,4
Parda	80,5	19,3
Amarela	81,1	18,9
Indígena	71,8	28,2
Faixa de renda (n=3606 p=0,000)		
Até 1SM	90,2	9,8
1 a 3SM	83,6	16,4
3 a 5SM	66,8	33,2
Mais de 5SM	48,2	51,8
Tem filhos? (n=3939 p<0,05)		
Sim	79,1	20,9
Não	74,6	25,4

São as mulheres que tem de 25 a 44 anos, muitas das quais ainda tem filhos crianças, aquelas que mais fazem planos de saúde para todos os filhos. Entre as mais velhas é maior a proporção das que tem alguns filhos se utilizando dos serviços privados de saúde, provavelmente os mais jovens.

Novamente, a renda é a variável que irá diferenciar a situação das mulheres nesse aspecto: 57,3% das mulheres de maior renda tem filhos que usam os serviços privados de saúde , contra apenas 7,3% daquelas que ganham até um salário mínimo. E assim como no item anterior, o diferencial de renda reflete-se também na distribuição regional das respostas das mulheres, como se vê na tabela 38. É maior a proporção de mulheres brancas e indígenas que tem convênios de saúde para todos os filhos, quando se compara aos outros grupos étnico-raciais.

Tabela 34 – Filhos que tem convênio de saúde, de acordo com características selecionadas, 2012.

Características	Filhos com convênio		
	Todos	Alguns	Nenhum
Faixa de idade (n=3068 p=0,000)			
16-24	13,6	6,9	79,5
25-44	20,6	5,7	73,7
45 e +	15,8	15,6	68,6
Grande região (n=3067 p=0,000)			
Norte	16,8	11,7	71,4
Nordeste	11,7	7,3	81,0
Centro-Oeste	25,6	14,2	60,2
Sudeste	20,4	12,1	67,5
Sul	17,6	8,0	74,3
Raça/cor da pele (n=3067 p<0,000)			
Branca	21,4	11,9	66,7
Preta	13,9	8,6	77,5
Parda	15,8	9,3	75,0
Amarela	14,9	10,8	74,3
Indígena	31,2	9,4	59,4
Faixa de renda (n=2813 p=0,000)			
Até 1SM	7,3	8,4	84,3
1 a 3SM	12,2	9,8	78,0
3 a 5SM	29,4	12,7	57,9
+ de 5SM	46,1	11,2	42,7

O principal problema encontrado pela mulheres quando precisam de atendimento médico para ela ou para seus filhos é o tempo de espera para marcar consultas. Independentemente, portanto, de serem usuárias do sistema público ou privado de saúde, há um problema de acesso à assistência, que é enfrentado por 35,3% das mulheres, sendo maior nas regiões Norte e Sudeste, onde 40% das mulheres fizeram referência a esse problema. Para um quarto das mulheres, esse problema se estendeu para o atendimento de emergência que, na sua percepção, também é muito demorado. Aqui, o problema parece ser maior na Sul, onde foi referido por 39,2% das mulheres.

Gráfico 54 – Principais problemas na assistência à saúde, Brasil, 2012 (n=3835)

Foram citados ainda como problemas importantes a indisponibilidade de médicos especialistas, o atendimento em geral e a falta de médicos, também em geral. Curiosamente, porém, as mulheres parecem não associar os problemas de tempo de espera à falta de médicos, uma vez que é muito menor a proporção de mulheres que indicou essa ausência como problema. É possível que atribuam os problemas ligados à demora na assistência à questões de organização do serviço.

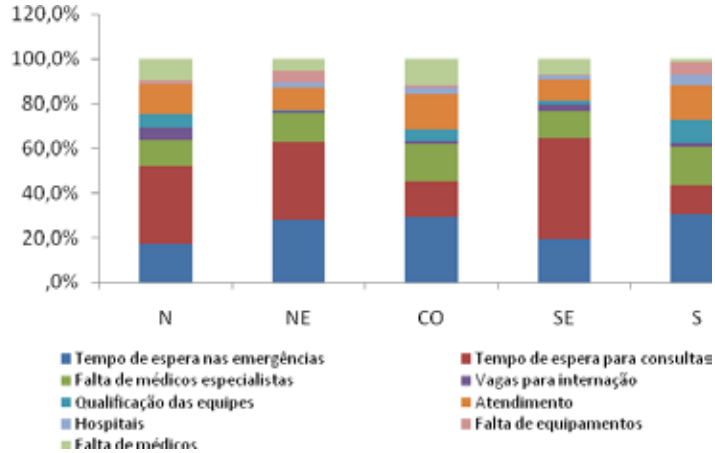
As mulheres mais jovens enfrentam mais problemas para o atendimento emergencial e geral, provavelmente pela presença de filhos pequenos e pela maior recorrência de situações ligadas à saúde reprodutiva, próprias dessas faixas etárias. Para as mais velhas, que necessitam mais de especialistas, o problema maior é a marcação de consultas. Quanto menor a renda das mulheres, maior é o problema com a demora na marcação de consultas, mas é menor a espera para as emergências. É provável que isso indique um padrão de utilização de serviços diferenciado de acordo com o rendimento: as mais pobres enfrentariam maiores dificuldades para o acesso a uma assistência mais preventiva e continuada, limitando-se aos cuidados emergenciais em situações críticas, enquanto as mulheres de maior renda teriam maiores possibilidades de acesso a cuidados antes do agravamento da situação de saúde.

Tabela 35 – Principais problemas na assistência à saúde, de acordo com características selecionadas, 2012.

Características	Principais problemas na assistência à saúde					
	Consultas	Emergências	Especialistas	Atendimento em geral	Falta de médicos	Outros*
Faixa de idade (n=3925 p=0,000)						
16-24	33,8	26,6	11,2	10,4	8,8	6,6
25-44	34,3	26,0	14,0	9,9	7,6	6,7
45 e +	37,0	22,1	13,8	7,4	8,3	8,1
Grande região (n=3928 p=0,000)						
Norte	40,5	13,2	13,3	12,6	10,2	6,3
Nordeste	37,3	23,0	11,3	8,5	10,3	6,2
Centro-Oeste	23,4	23,2	12,0	14,8	11,8	8,7
Sudeste	40,2	22,6	14,0	7,2	7,9	6,7
Sul	19,5	39,2	16,5	10,6	2,0	10,9
Raça/cor da pele (n=3921 p<0,05)						
Branca	34,8	27,2	13,6	8,1	5,6	4,6
Preta	37,4	22,8	11,9	9,7	8,4	6,0
Parda	35,4	21,9	14,0	9,8	10,2	4,6
Amarela	31,1	33,0	10,4	10,4	8,5	5,5
Indígena	29,7	29,7	21,6	2,7	10,8	5,4
Faixa de renda (n=3592 p=0,000)						
Até 1SM	38,8	21,9	8,7	9,1	13,9	5,7
1 a 3SM	35,4	25,9	14,6	8,3	7,3	6,8
3 a 5SM	34,5	25,6	14,6	9,2	5,6	8,2
+ de 5SM	30,5	24,9	13,5	12,5	5,1	8,1

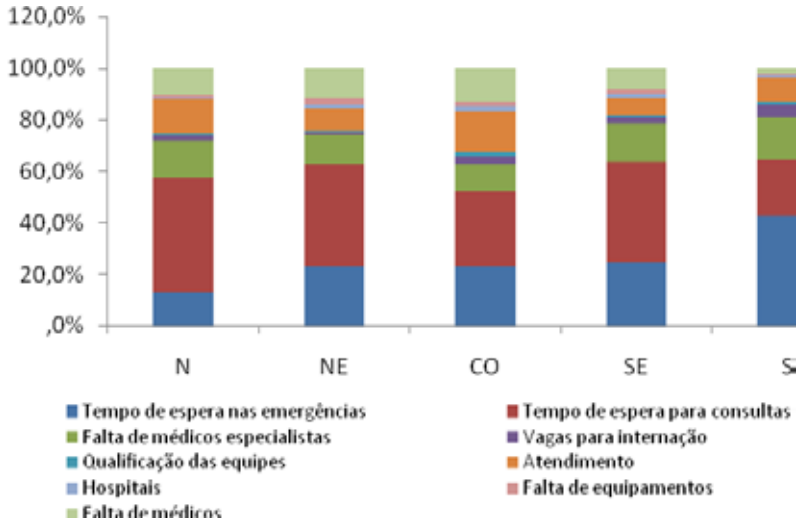
Observe-se que há algumas diferenças entre os problemas enfrentados pelas usuárias de planos privados e pelas usuárias do SUS. As primeiras enfrentam mais demora no atendimento emergencial e, para as segundas, essa dificuldade é maior na marcação de consultas – com exceção do Sul do país. Quanto aos demais problemas, a realidade dos dois grupos de mulheres é bastante semelhante, independentemente do tipo de sistema utilizado.

Gráfico 55 – Principais problemas do atendimento à saúde, usuárias de planos privados de saúde, 2012.



N=792

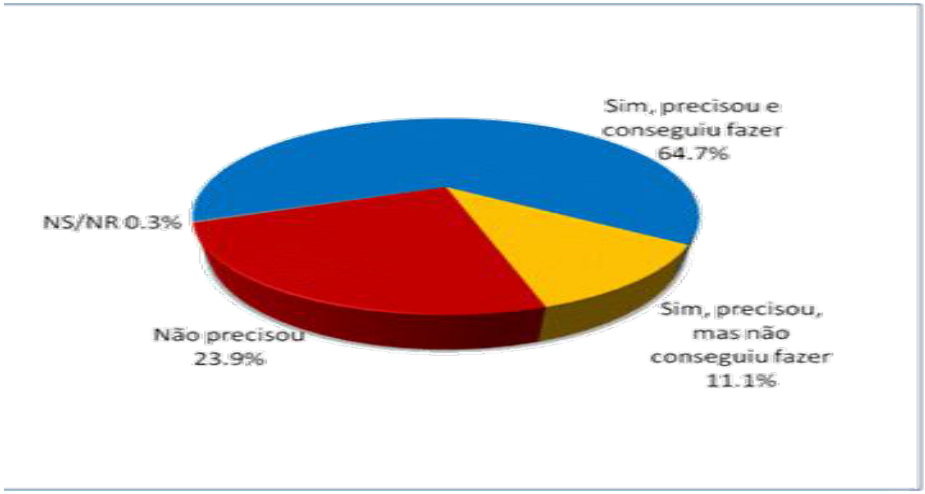
Gráfico 56 – Principais problemas do atendimento à saúde, usuárias do SUS, 2012.



N=3016

Pouco mais de 75% das mulheres precisou consultar um médico, fazer algum exame ou tratamento nos 12 meses anteriores à realização da pesquisa, mas, destas, quase 11,1% não conseguiu obter a assistência necessária.

Gráfico 57 – Necessidade e obtenção de assistência nos 12 meses anterior à pesquisa, Brasil, 2012



N=3947

São as mulheres de 25 a 44 anos, as indígenas e negras as que mais experimentaram a situação de precisar e não obter atendimento médico. Na regiões Norte e Nordeste, cerca de um quarto de todas as mulheres passaram por esta situação, que é também mais frequente entre as mulheres que ganham até um salário mínimo.

Novamente, a faixa de renda é um marcador importante para o acesso a direitos e serviços: pouco mais de 25% das mulheres mais pobres já passou pela situação de precisar e não obter atendimento médico, enquanto entre aquelas de maior renda, essa proporção ficou em 13,6%, quase a metade.

E do mesmo modo, a região de moradia acompanha o padrão do rendimento: nas regiões Norte e Nordeste, cerca de um quarto das mulheres passaram por essa situação, enquanto que na região Sul menos de 10% das mulheres reportaram o mesmo.

As mulheres mais jovens precisaram menos de assistência e, do mesmo modo, encontraram menor dificuldade para obtê-la quando procuraram. Quase três quartos das mulheres mais velhas precisou de assistência e, apesar disso, pouco mais de 10% não conseguiu a consulta, exame ou tratamento.

É na região Norte que se encontra a maior proporção de mulheres que não obteve a assistência necessária: 21,4%. A melhor situação encontra-se na região Sul, onde apenas 5,4% das mulheres reportaram não ter obtido assistência quando precisaram.

A renda, como já visto, produz efeitos sobre acesso aos serviços de saúde. Assim, é entre as mulheres mais pobres que se encontra a maior proporção daquelas que precisaram, mas não conseguiram obter assistência à saúde – exatamente o dobro da proporção encontrada entre aquelas que tem renda familiar acima de cinco salários mínimos.

Tabela 36 – Acesso a serviços de saúde, de acordo com características selecionadas, 2012.

Características	Assistência à saúde			
	Precisou e não conseguiu	Últimos 12 anos		
		Conseguiu	Precisou e não conseguiu	Não precisou
Faixa de idade	N=3925 p<0,05	n=3942 p=0,000		
16-24	16,5	50,1	8,7	41,1
25-44	20,2	62,8	12,1	25,0
45 e +	16,6	73,3	11,2	15,2
Grande região	N=3925 p=0,000	n=3941 p=0,000		
Norte	25,1	56,8	21,4	21,4
Nordeste	27,3	63,5	11,5	24,6
Centro-Oeste	20,0	54,5	12,0	31,9
Sudeste	14,8	65,9	10,9	23,2
Sul	7,0	72,3	5,4	22,3
Raça/cor da pele	N=3924 p=0,000	n=3941 p<0,05		
Branca	12,2	66,4	9,1	24,4
Preta	22,6	62,5	12,7	24,7
Parda	21,6	64,9	12,1	22,7
Amarela	21,0	56,6	16,0	27,4
Indígena	25,6	69,2	15,4	15,4
Faixa de renda	N=3591 p=0,000	n=3608 p>0,05		
Até 1SM	25,5	62,3	14,4	23,0
1 a 3SM	17,6	65,8	11,5	22,6
3 a 5SM	13,5	66,1	9,7	24,0
+ de 5SM	13,6	67,9	7,2	24,5

As razões de não obtenção de assistência podem ser organizadas em dois conjuntos: aquelas que dizem respeito à falhas dos serviços de saúde e aquelas que podem ser tomadas como razões pessoais das mulheres. No conjunto, os problemas relativos aos serviços respondem por 76,7% de todos os motivos apontados pelas mulheres para não terem conseguido a assistência necessária. De forma consistente com as respostas anteriores, as principais razões indicadas foram a ausência de especialistas e a necessidade de entrar em lista de espera para a marcação de consultas, realização de exames ou de tratamentos. Os outros dois motivos deste grupo são estruturais – falta de dinheiro e falta de transporte ou distância dos serviços do local onde as mulhers residem - e demonstram a incapacidade dos serviços em atender aos que deles mais necessitam. Nesses casos, as unidades de saúde não se localizam em áreas acessíveis para as mulheres, exigindo-lhes sacrifícios que impedem a obtenção de assistência.

No grupo dos motivos pessoais, sobressai o medo de médicos, exames ou tratamentos, que pode ser resultante de experiências negativas anteriores junto aos serviços, podendo, portanto, ser creditado à baixa qualidade da assistência. A falta de tempo foi o segundo motivo mais citado e, certamente, liga-se à sobrecarga de trabalho – profissional e doméstico – das mulheres, associada ao fato de que os serviços de saúde só funcionam em horário comercial e, provavelmente, à precariedade do emprego de muitas das mulheres, que lhes dificulta ou impede o gozo das ausências ou licenças para os cuidados com a saúde.

Gráfico 58 – Razões de não obtenção de assistência nos 12 meses anteriores à pesquisa, Brasil, 2012

N=711

A ausência de especialistas é mais frequente na região Norte e para as mulheres indígenas e amarelas. Curiosamente, dado o melhor perfil socioeconômico, a falta de dinheiro foi mais citada pelas mulheres da região Sul. Nessa mesma região, o medo também foi reportado por uma proporção maior de mulheres do que nas outras regiões. A falta de dinheiro, porém, foi apontada como motivo de não obtenção de assistência principalmente pelas mulheres na faixa de três a cinco salários mínimos, o que demanda uma exploração maior da informação para uma interpretação adequada. A lista de espera é um problema maior para as mulheres pardas e para aquelas que vivem na região Centro-Oeste.

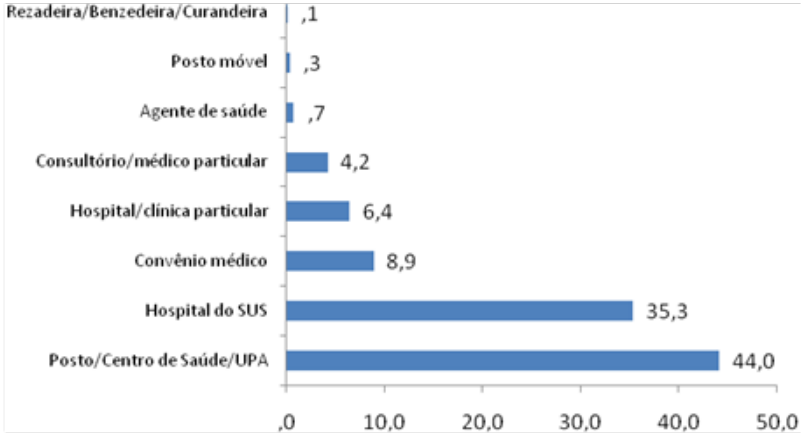
Tabela 37 – Razões de não obtenção de assistência à saúde, de acordo com características selecionadas, 2012.

Características	Razões de não obtenção de assistência				
	Falta de especialista	Lista de espera	Medo	Falta de dinheiro	Outras*
Faixa de idade (n=447 p>0,05)					
16-24	47,5	25,4	5,1	6,8	15,3
25-44	31,6	33,5	97,	6,3	18,9
45 e +	43,4	26,9	4,9	7,1	17,5
Grande região (n=448 p<0,05)					
Norte	48,3	24,0	3,5	5,9	11,2
Nordeste	37,9	23,2	6,1	4,0	11,3
Centro-Oeste	33,0	38,3	3,7	7,3	8,4
Sudeste	39,7	33,5	7,8	6,8	5,5
Sul	22,4	29,5	7,2	6,6	8,3
Raça/cor da pele (n=443 p>0,05)					
Branca	36,8	27,1	10,3	7,1	7,1
Preta	40,9	22,7	10,2	8,0	7,9
Parda	37,1	36,6	4,0	5,7	9,7
Amarela	52,9	28,6	-	5,9	-
Indígena	57,1	28,6	-	-	14,3
Faixa de renda (n=417 p<0,05)					
Até 1SM	35,3	26,4	7,7	8,5	10,9
1 a 3SM	40,2	27,7	8,9	3,9	9,5
3 a 5SM	29,7	37,1	5,4	14,8	2,5
+ de 5SM	32,0	38,6	1,5	5,4	11,4

* Falta de tempo, distância, falta de transporte, quis esperar para ver se melhorava.

De forma consistente com as informações anteriores, cerca de 80% das mulheres procuram a rede pública de saúde quando precisam de assistência.

Gráfico 59 – Tipo de serviço utilizado pelas mulheres, Brasil, 2012



N=3947

Há uma ligeira diferença no tipo de unidade de saúde utilizada entre as regiões, que pode ser atribuída à forma de estruturação da rede pública. Assim, na região Sudeste, metade das mulheres procura os Postos, Centros de Saúde ou Unidades de Pronto Atendimento, o que é indicativo da existência de uma rede básica de saúde acessível à população. No Centro-Oeste, apenas um terço das mulheres recorre a esse nível do sistema público de saúde, mas a alternativa a isso são os serviços privados. Na região Nordeste, as mulheres procuram igualmente a rede básica e os hospitais, o que pode ser revelador da distribuição desigual dos serviços no território.

As mulheres de menor renda acessam mais as unidades básicas de saúde e a rede de cuidados secundários, como as UPAs, o que é consistente com o padrão de implementação da estratégia de Saúde da Família, cuja prioridade tem sido as famílias de baixa renda. Do mesmo modo, quase metade das mulheres que vivem em famílias com rendimentos maiores do que cinco salários mínimos, utilizam-se dos serviços privados, em todos os níveis da assistência.

A raça/cor da pelo não foi um diferencial importante para o uso dos hospitais do SUS, mas a rede de atenção básica é mais utilizada pelas mulheres negras, indígenas e amarelas do que pelas mulheres brancas. Estas, inversamente, utilizam mais os convênios de saúde.

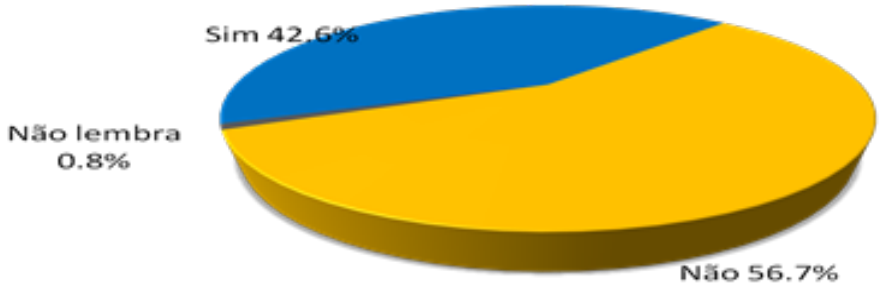
Tabela 38 – Tipo de serviço de saúde utilizado, de acordo com características selecionadas, 2012.

Características	Tipo de serviço utilizado				
	Hospital SUS	Rede básica SUS	Convênio	Particular	Outros*
Faixa de idade (n=3939 p=0,000)					
16-24	33,6	48,9	7,2	9,4	1,0
25-44	36,7	41,9	9,3	11,2	0,8
45 e +	34,5	44,2	9,3	7,1	1,4
Grande região (n=3941 p=0,000)					
Norte	32,4	43,0	9,9	12,0	2,4
Nordeste	41,0	41,1	4,0	12,7	1,2
Centro-Oeste	36,1	33,3	11,5	17,8	0,6
Sudeste	30,6	49,8	10,2	8,2	1,1
Sul	39,4	38,2	12,1	9,9	0,4
Raça/cor da pele (n-3933 p=0,000)					
Branca	36,3	38,8	12,8	10,9	1,1
Preta	37,2	46,0	5,6	10,2	1,0
Parda	33,1	49,0	6,4	10,4	0,9
Amarela	33,0	43,4	6,6	12,3	4,7
Indígena	31,6	47,4	5,3	15,8	-
Faixa de renda (n=3602 p=0,000)					
Até 1SM	38,0	52,0	3,7	4,2	2,1
1 a 3SM	37,1	48,2	5,9	7,7	1,0
3 a 5SM	34,4	33,8	15,7	15,1	1,1
+ de 5SM	24,8	24,6	21,2	18,4	0,8

* Posto móvel, agente de saúde, rezadeira, benzedeira, curandeira.

Pouco mais de 40% das mulheres entrevistadas receberam a visita de um agente comunitário de saúde no último mês, o que significa que residem em áreas de cobertura da estratégia Saúde da Família.

Gráfico 60 – Visita de agente comunitário de saúde nos 12 meses anteriores à realização da pesquisa, Brasil, 2012



N=3947

São as mulheres mais velhas, pardas, aquelas de menor renda e as que tem filhos que mais relataram ter recebido visitas de agentes comunitários de saúde. A estratégia Saúde da Família, que tem nos agentes comunitários de saúde a sua principal linha de contato direto com a comunidade para as ações de prevenção em saúde, dirige-se prioritariamente para áreas de baixa renda e tem a saúde materno-infantil como um de seus principais campos de intervenção. Os resultados encontrados, portanto, são consistentes com a realidade do SUS no país. Chama a atenção, no entanto, a situação da região Sul que, de acordo com os resultados anteriores, parecia ter um sistema público de saúde mais organizado e com maior cobertura. A reduzida proporção de mulheres que recebeu visita de ACS – semelhante à encontrada na região Norte – pode indicar, porém, que o modelo do SUS na região incorporou menos a estratégia Saúde da Família do que nas regiões Nordeste e Sudeste.

Tabela 39 – Visita de agente comunitário de saúde nos 12 meses anteriores à realização da pesquisa, de acordo com características selecionadas, 2012

Características	Visita de ACS	
	Sim	Não
Faixa etária (n=3934 p=0,000)		
16 a 24	39,2	60,3
25 a 44	37,9	61,3
Mais de 45	49	50,1
Região (n=3932 p=0,000)		
Norte	27,1	72,3
Nordeste	53,5	45,1
Centro-Oeste	28,6	68,7
Sudeste	46,6	53,2
Sul	25,2	74,6
Faixa de renda (n=3598 p=0,000)		
Até 1SM	48,3	51,2
1 a 3SM	45,1	54,2
3 a 5SM	36,5	63,0
Mais de 5SM	34,0	64,9
Filhos (n=3929 p=0,000)		
Sim	44,8	54,6
Não	35,5	63,4
Raça/cor da pele (n=3930 p<0,05)		
Branca	42,5	56,6
Preta	40,0	59,7
Parda	44,6	54,9
Amarela	42,9	54,3
Indígena	30,0	65,0

Apesar de cerca de 70% nas mulheres serem usuárias do SUS, apenas 41,7% tem acesso aos medicamentos gratuitos oferecidos pela rede pública de saúde. Uma proporção semelhante compra os medicamentos em farmácias comerciais, pelo preço de mercado, e pouco mais de 15% os adquirem em farmácias populares, a preços subsidiados. A pesquisa não explorou as razões para isso, mas é provável que seja pela falta de medicamentos no cotidiano dos serviços. Diante da possibilidade de adiar o tratamento e das idas constantes e inúteis aos serviços em busca dos medicamentos, é compreensível que as mulheres recorram às farmácias comerciais.

Gráfico 61 – Fonte de obtenção de medicamentos, Brasil, 2012.

N=3947

São as mulheres mais jovens que mais utilizam as farmácias comerciais, provavelmente por fazerem uso esporádico de medicamentos, utilizados para enfermidades agudas. As mulheres mais velhas, que necessitam mais de medicação continuada para doenças crônicas, que pesam no orçamento doméstico, utilizam mais o SUS e as farmácias populares.

Curiosamente, desta vez, as variáveis renda e região não estão sobrepostas, provavelmente pela melhor organização da rede pública de saúde nas regiões mais ricas, que pode garantir a oferta continuada de medicamentos. Assim, nas regiões Sul e Sudeste, quase metade das mulheres obtem medicamentos diretamente do SUS e menos de 40% compram em farmácias comerciais. Na região Norte, apenas 22,8% consegue os medicamentos gratuitos do SUS, o que pode indicar a fragilidade ou a baixa cobertura do sistema nessa região.

Já a renda, como esperado, produz o mesmo efeito observado nos resultados anteriores, identificando-se o setor público como a fonte preferencial das mulheres mais pobres e o setor privado para aquelas de maior renda. Cerca de 70% das mulheres mais pobres adquirem os medicamentos no SUS ou nas farmácias populares, enquanto 60% das de maior renda adquirem-nos em farmácias comerciais. De forma distinta dos demais resultados, porém, são as mulheres brancas que mais utilizam o SUS e menos recorrem às farmácias comerciais.

Como observado anteriormente também, as mulheres que tem filhos vivem em famílias com menor renda

do que aquelas que não tem filhos e, assim, elas também usam menos as farmácias comerciais para adquirir medicamentos. Quase 62% das mulheres com filhos utilizam-se do SUS e das farmácias populares para isso. Entre as que não tem filhos essa proporção é de 49,5%.

Tabela 40 – Fonte de obtenção de medicamentos, de acordo com características selecionadas, 2012.

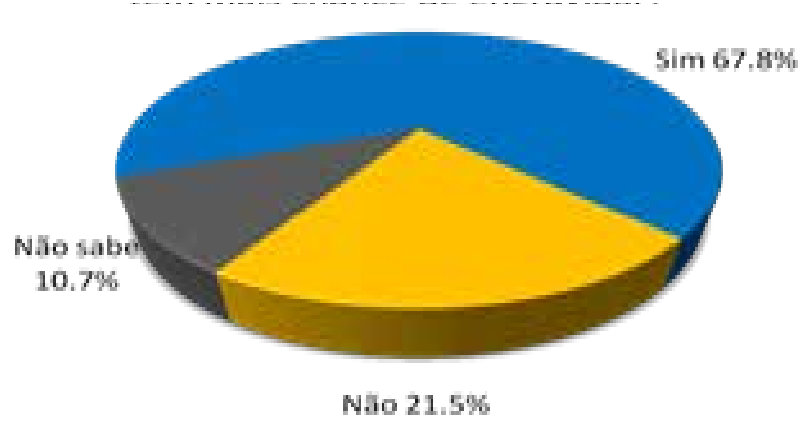
Características	Fonte de obtenção de medicamentos			
	SUS	Farmácia popular	Farmácia comercial	Outras
Faixa etária (n=3938 p=0,000)				
16 a 24	38,8	13,8	46,8	0,6
25 a 44	40,1	15,3	43,8	0,5
Mais de 45	44,7	18,4	36,1	0,5
Região (n=3938 p=0,000)				
Norte	22,8	15,6	60,0	1,4
Nordeste	37,3	22,4	39,9	-
Centro-Oeste	22,3	20,9	54,6	1,4
Sudeste	49,2	11,8	38,4	0,6
Sul	46,4	16,3	36,8	0,4
Faixa de renda (n=3605 p=0,000)				
Até 1SM	51,1	18,4	30,0	0,4
1 a 3SM	44,4	17,9	37,3	0,3
3 a 5SM	35,6	11,1	52,7	0,6
Mais de 5SM	22,5	17,5	59,6	0,5
Filhos (n=3937 p=0,000)				
Sim	44,6	16,7	38,1	0,4
Não	32,6	14,9	51,4	0,8
Raça/cor da pele (n=3939 p>0,05)				
Branca	43,5	17,0	38,7	0,6
Preta	42,3	14,9	42,3	0,4
Parda	40,0	16,2	43,1	0,5
Amarela	38,3	18,7	43,0	-
Indígena	40,0	17,5	42,5	-

IX. Saúde Sexual e Reprodutiva

Surpreendentemente, quase um terço das mulheres desconhece a existência do período de ovulação e, consequentemente, da maior possibilidade de engravidar nesses dias. As mulheres mais informadas a esse respeito são aquelas que tem entre 25 e 44 anos, mas, ainda assim, 23,9% delas ignoram a existência do período ovulatório. Entre as mais velhas, essa proporção é de 41% e entre as mais jovens, de 32,3%. Há, portanto, um contingente altíssimo de mulheres que desconhece os processos reprodutivos. Essa ignorância, naturalmente, afeta os processos de escolha reprodutiva, seja para evitar uma gravidez ou para ter filhos.

Novamente, é na região Sul que encontramos a melhor situação, certamente dada pelo melhor grau de escolaridade, maior acesso à informação e melhor organização dos serviços de saúde nesta região. A pior situação está na região Nordeste, com 37,1% das mulheres desconhecendo a existência do período ovulatório. Essa é quase a mesma proporção que encontramos entre as mulheres que tem Faixa de renda de até um salário mínimo, o que revela, novamente, a sobreposição entre renda e região. Entre as mulheres de maior renda, 17,8% ignoram a existência do período ovulatório.

Gráfico 62 – Conhecimento sobre período ovulatório, de acordo com renda familiar, 2012



N=3947

Tabela 41 – Conhecimento sobre o período ovulatório, de acordo com características selecionadas, 2012.

Características	Conhecimento sobre período ovulatório		
	Conhece	Não conhece	Não sabe
Faixa etária (n=3928 p=0,000)			
16 a 24	67,6	22,6	9,7
25 a 44	76,1	16,9	7,0
Mais de 45	59,0	26,0	15,0
Região (n=3926 p=0,000)			
Norte	72,3	16,9	10,7
Nordeste	62,9	27,8	9,3
Centro-Oeste	68,3	19,0	12,7
Sudeste	67,4	20,3	12,2
Sul	75,6	16,9	7,5
Faixa de renda (n=3593 p=0,000)			
Até 1SM	60,4	27,8	11,8
1 a 3SM	67,9	21,7	10,4
3 a 5SM	73,8	16,6	9,6
Mais de 5SM	82,2	12,3	5,5
Filhos (n=3925 p>0,05)			
Sim			
Não			
Raça/cor da pele (n=3926 p=0,000)			
Branca	68,2	20,0	11,8
Preta	69,9	21,6	8,5
Parda	67,6	22,6	9,8
Amarela	62,6	24,3	13,1
Indígena	69,2	23,1	7,7

No entanto, mesmo entre aquelas que dizem saber da existência de um período no mês em que é maior a possibilidade de engravidar, é reduzida a proporção (24,4%) das que indicaram o momento correto da ovulação.

Gráfico 63 - Conhecimento correto sobre período ovulatório, Brasil, 2012

N=3947

É entre as mulheres de 25 a 44 anos que encontramos a maior proporção de referências corretas ao período ovulatório, mas, ainda assim, não chega 30%.

O padrão se repete quando observamos as respostas de acordo com a região das mulheres. A região Centro-Oeste apresenta a maior proporão de respostas corretas, mas também não chega a 30%. O pior resultado está na região Nordeste, onde apenas 17,7% das mulheres indicou a época correta da ovulação.

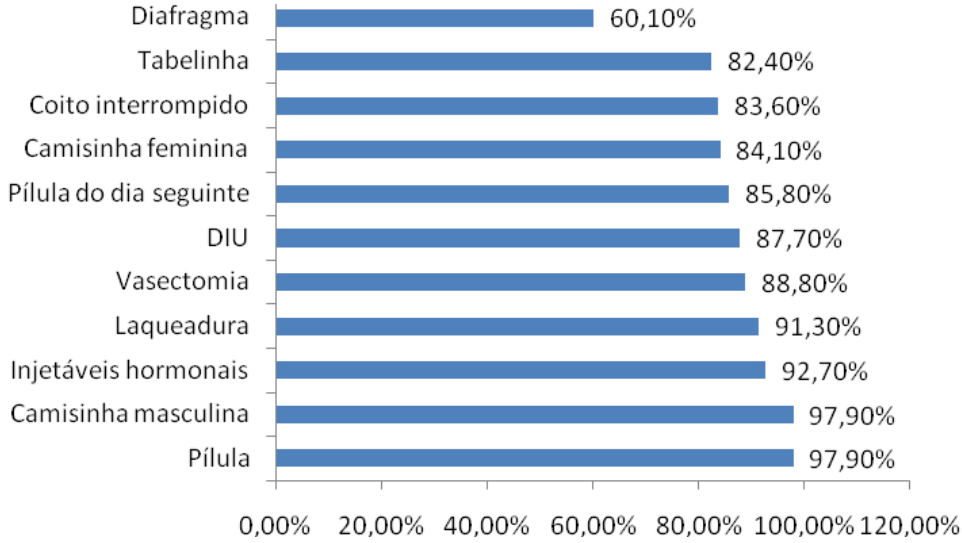
A melhor proporção de respostas entre todos os grupos de mulheres, foi encontrada entre aquelas que tem renda familiar entre três e cinco salários mínimos: 32,8%. Isso, porém, não altera o fato de que duas entre cada três mulheres ignora processos corporais que são fundamentais para a sua autonomia e para a tomada de decisões no campo da sexualidade e da reprodução.

Tabela 42 – Conhecimento correto sobre o período ovulatório, de acordo com características selecionadas, 2012

Características	Conhecimento correto sobre período ovulatório				
	Durante a menstruação	Depois da menstruação	Meio do ciclo	Antes da menstrução	Qualquer momento
Faixa etária (n=2796 p=0,000)					
16 a 24	1,7	36,4	24,5	15,1	7,5
25 a 44	1,9	39,6	27,9	13,7	6,9
Mais de 45	3,3	41,4	19,7	8,0	7,9
Região (n=2797 p=0,000)					
Norte	1,0	52,0	19,5	7,3	8,2
Nordeste	3,2	46,5	17,7	13,4	4,5
Centro-Oeste	1,2	32,4	29,6	16,5	6,9
Sudeste	1,5	33,0	27,4	12,0	10,7
Sul	4,6	43,6	26,8	9,6	3,0
Faixa de renda (n=2593 p=0,000)					
Até 1SM	3,9	41,3	16,1	12,1	8,3
1 a 3SM	2,0	41,9	22,6	10,0	8,5
3 a 5SM	2,2	35,7	32,8	12,8	5,7
Mais de 5SM	1,5	36,7	30,3	16,2	5,4
Raça/cor da pele (n=2796 p=0,000)					
Branca	2,9	39,4	28,1	10,1	7,5
Preta	2,5	42,5	18,3	17,8	5,9
Parda	1,8	39,4	24,5	10,3	7,9
Amarela	2,8	25,0	20,8	18,1	6,9
Indígena	-	54,8	6,5	16,1	9,7

A pesquisa indagou sobre o conhecimento e uso de métodos contraceptivos alguma vez na vida. A grande maioria das mulheres conhece a maior parte dos métodos, sendo os mais conhecidos a pílula e a camisinha masculina. O menos conhecido é o diafragma, que, apesar de sua alta eficácia, baixo custo e de não provocar efeitos colaterais, está ausente dos programas de planejamento familiar já há alguns anos e também não costuma ser recomendado na rede privada de saúde.

Gráfico 64 – Conhecimento de métodos contraceptivos, Brasil, 2012.



N=3947

Não há variações significativas quanto ao conhecimento de métodos entre os grupos de idade, a não ser pelo fato de que as mulheres na faixa de 25 a 44 anos apresentarem um conhecimento ligeiramente maior do que as outras, seguramente por que fazem maior uso dos mesmos. Para todos os métodos, o conhecimento é maior na Região Sul, o que deve estar associado à maior escolaridade das mulheres e à organização e cobertura da rede de saúde.

Do mesmo modo, o conhecimento sobre os métodos aumenta de acordo com o aumento da faixa de renda, o que pode indicar a associação entre melhores condições de vida e acesso a informação e conhecimento.

Há variações importantes no padrão de uso de contraceptivos de acordo com a região de residência das mulheres. A pílula é mais utilizada pelas mulheres da região Sudeste e menos na região Norte, onde é maior a utilização da camisinha masculina. Os injetáveis hormonais já foram utilizados por quase metade das mulheres na região Norte e por menos de 20% das mulheres que residem na região Sul.

Chama a atenção a maior proporção de uso de pílula e da pílula do dia seguinte pelas mulheres indígenas e dos injetáveis hormonais pelas mulheres pretas. A renda também faz diferença quanto ao uso de métodos. Quanto maior a renda, maior a proporção de mulheres que já usou o preservativo masculino e o DIU. No que se refere à pílula do dia seguinte, 25% das mulheres com maior rendimento já recorreram a este método, contra 19,2% daquelas que ganham até um salário mínimo. Isso pode sinalizar para a deficiência de oferta do método na rede pública de saúde. No grupo de menor renda é maior a proporção de mulheres esterilizadas.

Tabela 43 – Conhecimento e uso de métodos contraceptivos hormonais, de acordo com características selecionadas, 2012.

Características	Conhecimento e uso de métodos contraceptivos hormonais					
	Pílula		Injetáveis		Pílula do dia seguinte	
	Conhecimento	Uso	Conhecimento	Uso	Conhecimento	Uso
	N=3936	N=3824	N=3932	N=3675	N=3935	N=3448
Faixa etária	p=0,000	p=0,000	p=0,000	p=0,000	p=0,000	p=0,000
16 a 24	98,7	57,7	95,6	30,3	91,6	33,1
25 a 44	98,9	72,6	96,7	38,4	93,3	29,2
Mais de 45	96,4	59,1	87,2	13,4	75,1	10,7
	N=39,36	N=3823	N=3931	N=3674	N=3933	N=3446
Região	p=0,000	p=0,000	p=0,000	p=0,000	p=0,000	p<0,05
Norte	96,8	53,8	93,6	44,8	89,2	24,5
Nordeste	95,2	57,1	92,3	29,2	79,6	20,5
Centro-Oeste	96,5	65,9	90,6	25,6	86,6	34,2
Sudeste	99,5	70,3	91,6	27,4	87,3	22,8
Sul	99,3	65,9	97,5	18,4	90,2	25,0
	N=3601	N=3505	N=3599	N=3379	N=3599	N=3171
Faixa de renda	p=0,000	p<0,05	p=0,000	p>0,05	p=0,000	p>0,05
Até 1SM	97,2	59,3	90,7	27,9	79,2	18,4
1 a 3SM	97,8	65,1	92,4	28,0	85,0	24,3
3 a 5SM	99,4	65,6	96,1	27,2	93,5	22,5
Mais de 5SM	98,4	70,2	95,7	27,2	93,9	24,5
	N=3933 p>0,05	N=3821	N=3928 p>0,05	N=3673		N=3447
Filhos		p=0,000		p=0,000	N=3931 p<0,05	p>0,05
Sim	97,9	68,0	92,6	29,2	84,8	22,1
Não	97,9	53,7	93,4	22,0	89,1	24,6
	N=3934 p<0,05	N=3825	N=3932 p>0,05	N=3674	N=3932	N=3447
Raça/cor da pele		p<0,05		p=0,000	p=0,000	p<0,05
Branca	98,3	64,2	92,0	24,2	85,8	20,6
Preta	98,3	67,4	94,7	32,6	90,5	24,6
Parda	97,6	64,5	92,8	29,1	84,4	23,4
Amarela	93,4	49,0	89,7	20,0	79,2	24,4
Indígena	100,0	71,8	87,2	25,7	76,9	46,7

A camisinha masculina é mais utilizada pelas mulheres de 25 a 44 anos, nas regiões Norte e Sudeste, por aquelas que se situam nas faixas de renda mais altas e pelas mulheres pretas e indígenas. A camisinha feminina tem um baixo padrão uso, destacando-se apenas na região Centro-Oeste e entre as mulheres amarelas e indígenas, provavelmente pela existência de programas governamentais ou de ONGs para a distribuição gratuita desse insumo, que é pouco distribuído pelas redes comerciais. O diafragma foi utilizado por menos de 6% das mulheres, em quaisquer dos grupos populacionais estudados.

Tabela 44 – Conhecimento e uso de métodos contraceptivos de barreira, de acordo com características selecionadas, 2012.

Características	Conhecimento e uso de métodos de barreira					
	Camisinha masculina		Camisinha feminia		Diafragma	
	Conhecimento	Uso	Conhecimento	Uso	Conhecimento	Uso
	N=3935	N=3819	N=3934	N=3403	N=3926	N=2640
Faixa etária	p=0,000	p=0,000	p=0,000	p<0,05	p=0,000	p>0,05
16 a 24	98,8	67,7	91,7	7,0	54,3	0,6
25 a 44	98,9	72,2	90,1	7,6	70,0	1,4
Mais de 45	96,3	42,3	74,3	4,3	52,0	1,6
	N=3935	N=3818	N=3935 p<0,05	N=3402	N=3926	N=2640
Região	p=0,000	p=0,000		p>0,05	p=0,000	p<0,05
Norte	97,8	65,6	86,1	5,0	58,5	0,7
Nordeste	96,4	50,2	80,3	6,3	51,0	1,3
Centro-Oeste	94,6	60,0	83,3	10,2	60,8	5,8
Sudeste	98,8	64,2	86,2	6,1	63,0	0,8
Sul	99,1	60,0	84,3	6,0	68,5	1,3
	N=3600 p>0,05	N=3499	N=3601	N=3123	N=3591	N=2436
Faixa de renda		p=0,000	p=0,000	p>0,05	p=0,000	p>0,05
Até 1SM	97,0	52,6	82,1	6,2	45,0	1,1
1 a 3SM	98,2	58,8	81,9	6,8	58,1	1,6
3 a 5SM	98,7	64,5	91,1	5,4	75,0	1,8
Mais de 5SM	97,5	67,6	90,5	8,3	77,5	1,2
	N=3932 p>0,05	N=3815	N=3931	N=3398		N=2638
Filhos		p>0,05	p=0,000	p>0,05	N=3922 p<0,05	p>0,05
Sim	97,8	58,7	82,7	6,4	59,2	1,7
Não	98,3	61,4	88,4	6,6	62,8	1,1
	N=3933 p>0,05	N=3818	N=3933 p>0,05	N=3401		N=2639
Raça/cor da pele		p=0,000		p<0,05	N=3924 p<0,05	p>0,05
Branca	97,9	55,9	84,2	5,2	62,6	1,3
Preta	98,5	68,1	86,1	8,4	59,8	2,1
Parda	97,7	59,4	83,7	6,0	58,5	1,5
Amarela	96,2	51,0	77,6	11,6	52,3	4,6
Indígena	92,3	66,7	76,9	18,8	56,4	-

Os métodos comportamentais – tabelinha e coito interrompido – foram utilizados por menos da metade das mulheres. O coito interrompido foi mais referido pelas mulheres mais jovens, residentes nas regiões Centro-Oeste e Sudeste, com filhos e pretas e indígenas. Já a tabelinha, foi mais utilizada pelas mulheres mais velhas, com filhos e renda mais alta.

Tabela 45 – Conhecimento e uso de métodos contraceptivos comportamentais, de acordo com características selecionadas, 2012.

Características	Conhecimento e uso de métodos comportamentais			
	Coito interrompido		Tabelinha	
	Conhecimento	Uso	Conhecimento	Uso
	N=3929	N=3423	N=3932	N=3352
Faixa etária	p=0,000	p=0,000	p=0,000	p=0,000
16 a 24	79,6	46,8	77,8	10,4
25 a 44	90,2	48,7	88,9	22,7
Mais de 45	78,2	36,5	77,4	20,7
	N=3928	N=3424	N=3930 p<0,05	N=3351
Região	p=0,000	p=0,000		p=0,000
Norte	79,4	33,3	84,4	16,0
Nordeste	76,3	38,8	79,2	16,3
Centro-Oeste	75,3	46,5	78,2	23,9
Sudeste	89,1	47,7	84,6	23,9
Sul	86,8	42,7	82,6	14,4
	N=3595	N=3155	N=3596	N=3071
Faixa de renda	p=0,000	p>0,05	p=0,000	p>0,05
Até 1SM	77,3	39,2	76,2	14,9
1 a 3SM	83,3	42,2	81,2	19,4
3 a 5SM	90,8	41,7	88,9	18,1
Mais de 5SM	92,2	42,6	91,0	22,7
	N=3925 p<0,05	N=3412	N=3927 p=0,05	N=3352
Filhos		p=0,000		p=0,000
Sim	84,6	44,0	83,1	21,2
Não	80,4	34,1	80,3	12,4
	N=3926	N=3421	N=3930 p<0,05	N=3352
Raça/cor da pele	p=0,000	p=0,000		p>0,05
Branca	86,3	39,0	81,8	19,4
Preta	85,6	51,4	84,2	19,9
Parda	80,9	40,2	83,4	18,7
Amarela	69,8	35,4	69,2	21,0
Indígena	78,9	51,5	74.4	6,1

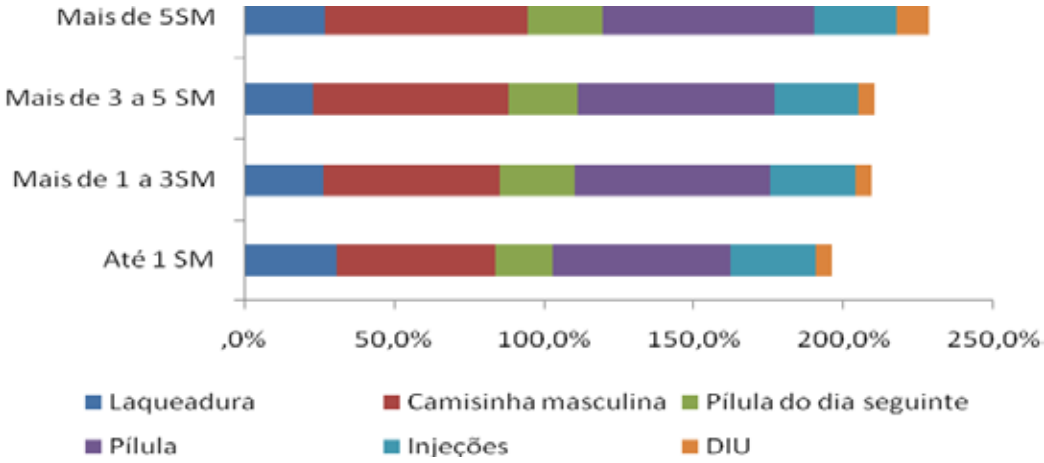
Como esperado, uma vez que a legislação determina limites de idade para a sua utilização, a laqueadura está mais presente para as mulheres mais velhas. É possível que as mulheres mais jovens que referiram estar esterilizadas (1,7%) tenham mais de três filhos, tal como prevê a legislação. É entre as mulheres mais pobres, residentes no Centro-Oeste e com filhos que se encontrou a maior proporção de esterilizadas. A vasectomia é pouquíssimo utilizada pelos companheiros das mulheres e o DIU também tem um padrão de uso muito baixo.

Tabela 46 – Conhecimento e uso de métodos contraceptivos cirúrgicos, de acordo com características selecionadas, 2012.

Características	Conhecimento e uso de métodos cirúrgicos					
	Laqueadura		Vasectomia		DIU*	
	Conhecimento	Uso	Conhecimento	Uso	Conhecimento	Uso
	N=3936	N=3660	N=3930	N=3507	N=3932	N=3513
Faixa etária	p=0,000	p=0,000	p=0,000	p<0,05	p=0,000	p=0,000
16 a 24	78,5	1,7	82,8	1,5	82,9	1,4
25 a 44	95,7	23,2	95,4	4,2	93,2	6,7
Mais de 45	92,3	38,8	84,5	3,1	83,9	7,7
	N=3926	N=3661	N=3930	N=3507	N=3931	N=3511
Região	p=0,000	p=0,000	p=0,000	p<0,05	p=0,000	p<0,05
Norte	85,8	25,7	80,6	1,2	80,4	2,6
Nordeste	87,9	30,7	85,8	3,2	84,1	7,4
Centro-Oeste	92,2	33,7	85,4	8,3	83,5	8,0
Sudeste	92,3	23,7	91,4	3,5	89,9	6,4
Sul	96,8	23,2	92,6	2,3	93,2	4,4
	N=3602	N=3356	N=3597	N=3215	N=3599	N=3212
Faixa de renda	p=0,000	p>0,05	p=0,000	p>0,05	p=0,000	p<0,05
Até 1SM	86,1	30,1	82,4	4,0	82,9	5,9
1 a 3SM	91,0	25,8	87,8	3,9	87,1	5,7
3 a 5SM	95,2	22,7	95,3	3,2	91,0	5,1
Mais de 5SM	96,8	26,8	95,7	4,6	93,8	10,3
	N=3934	N=3658	N=3927 p<0,05	N=3502	N=3930	N=3509
Filhos	p=0,000	p=0,000		p<0,05	p=0,000	p=0,000
Sim	93,7	32,8	89,5	4,1	88,9	7,6
Não	83,6	2,1	86,7	2,1	83,7	2,2
	N=3935	N=3659	N=3928 p<0,05	N=3505	N=3931	N=3509
Raça/cor da pele	p=0,000	p<0,05		p>0,05	p=0,000	p>0,05
Branca	94,1	26,8	89,8	3,7	88,4	5,7
Preta	90,4	19,4	90,3	3,6	91,6	6,8
Parda	90,0	28,4	88,1	3,7	86,5	7,0
Amarela	80,2	17,8	77,4	2,5	67,9	-
Indígena	84,6	27,3	84,6	-	84,6	6,1

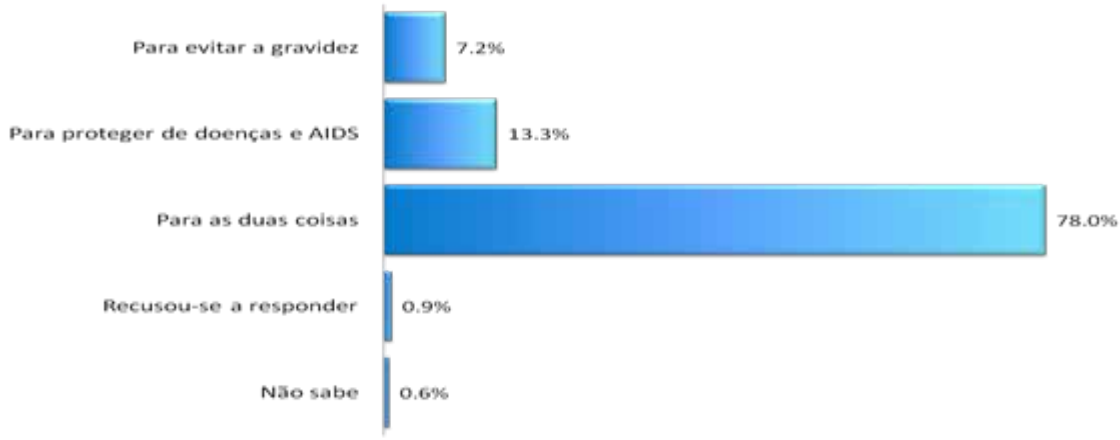
* O DIU não é um método cirúrgico, mas sua introdução só pode ser feita por profissional médico, por isso foi mantido nesse grupo.

Gráfico 65 – Uso de métodos contraceptivos selecionados, de acordo com renda familiar, 2012



No que se refere à dupla proteção oferecida pela camisinha, as mulheres mostraram-se bem informadas: quase 80% indicaram corretamente as funções contraceptiva e preventiva de DST/Aids. Esse resultado, que também aparece em inúmeras outras pesquisas nacionais, deve-se às massivas campanhas informativas promovidas pelo Ministério da Saúde nos últimos 20 anos. O impacto generalizado dessas campanhas evidencia-se também pelo fato de que não há variações importantes nas respostas das mulheres quando se observam os grupos de idade, a região de moradia, raça/cor da pele ou a faixa de renda.

Gráfico 66 – Conhecimento sobre dupla proteção do preservativo, Brasil, 2012



N=3947

O conhecimento correto varia de 71,5%, entre as mulheres cujo rendimento familiar mensal é de até um salário mínimo, a 84,1% entre aquelas com rendimento de três a cinco salários mínimos.

Tabela 47 – Conhecimento sobre usos do preservativo, Brasil, 2012

Características	Conhecimento sobre usos do preservativo		
	Contraceptivo	Prevenção de DSTs	Dupla proteção
Faixa etária (n=3936 p=0,000)			
16 a 24	7,3	10,6	81,5
25 a 44	4,5	13,4	81,4
Mais de 45	10,0	14,5	72,6
Região (n=3936 p=0,000)			
Norte	9,3	12,1	76,1
Nordeste	4,8	16,5	76,5
Centro-Oeste	4,7	10,5	80,0
Sudeste	7,7	13,8	77,8
Sul	10,0	8,1	81,2
Faixa de renda (n=3600 p=0,000)			
Até 1SM	8,6	17,6	71,5
1 a 3SM	7,8	13,6	77,3
3 a 5SM	5,7	9,6	84,1
Mais de 5SM	6,6	11,9	80,8
Filhos (n=3932 p>0,05)			
Sim	7,4	14,0	77,1
Não	6,5	11,3	80,9
Raça/cor da pele (n=3934 p<0,05)			
Branca	8,0	11,8	78,8
Preta	5,7	16,0	76,6
Parda	6,3	13,3	78,9
Amarela	14,2	15,1	68,9
Indígena	7,7	17,9	71,8

O conhecimento sobre a dupla proteção, porém, não é suficiente para levar as mulheres a usarem este método. Apenas 27,5% delas usaram o preservativo em sua última relação sexual. Como é alta a prevalência de uso de contraceptivos, como vimos anteriormente, é possível que as mulheres acreditem não ser necessária a proteção a mais contra as DSTs.

Gráfico 67 – Uso de preservativo masculino na última relação sexual, Brasil, 2012

N=3947

São as mulheres mais jovens, pretas e indígenas as que mais usaram o preservativo na última relação, seguindo um padrão já identificado em outras pesquisas, segundo o qual mulheres jovens, solteiras e sem filhos usam mais preservativo do que mulheres com outro perfil. O uso entre as diferentes regiões variou de 23,6%, na região Nordeste, a 34,4%, na região Sul.

Repete-se também aqui o padrão relacionado à renda: é menor a adoção de práticas protetivas entre as mulheres de menor renda e maior entre aquelas de maior renda. Novamente, a renda parece facilitar o acesso a recursos simbólicos e materiais que reduzem a vulnerabilidade das mulheres no campo da saúde, ainda que, nesse caso, a variação não seja muito ampla.

Tabela 48 – Uso de preservativo na última relação sexual, de acordo com características selecionadas, 2012.

Características	Uso de preservativo na última relação sexual		
	Sim	Não	Não lembra
Faixa etária (n=3931 p=0,000)			
16 a 24	41,6	51,0	0,6
25 a 44	33,2	63,4	0,9
Mais de 45	15,1	74,3	3,4
Região (n=3931 p=0,000)			
Norte	33,6	56,3	2,5
Nordeste	23,6	70,4	1,3
Centro-Oeste	26,7	58,0	3,2
Sudeste	26,6	68,6	2,1
Sul	34,4	56,3	1,3
Faixa de renda (n=3594 p=0,000)			
Até 1SM	22,4	70,2	2,9
1 a 3SM	27,9	65,0	1,8
3 a 5SM	29,9	65,0	1,0
Mais de 5SM	30,0	65,1	1,5
Filhos (n=3927 p=0,000)			
Sim	41,5	51,0	0,6
Não	33,2	63,4	1,0
	15,1	74,3	3,5
Raça/cor da pele (n=3929 p<0,05)			
Branca	28,0	65,1	1,8
Preta	30,7	62,0	1,8
Parda	26,0	67,8	1,9
Amarela	22,4	72,0	1,9
Indígena	31,6	55,3	7,9

Apesar da maior parte das mulheres ser usuária do SUS, apenas uma minoria (27,1%) procurou a rede pública de saúde em busca de pílulas anticoncepcionais e, destas, uma parte não conseguiu obter o método.

Gráfico 68 – Acesso à pílula no SUS, Brasil, 2012

N=3947

Entre as mulheres mais velhas foi maior a proporção das que nunca procuraram o SUS com esse objetivo, o que pode ser explicado pela menor necessidade de controle da fecundidade dada pela idade, associado ao fato de que os programas de planejamento familiar só foram universalizados nos últimos 15 anos. É possível que parte dessas mulheres já estivesse esterilizada quando isso ocorreu ou já tivesse incorporado a prática de obtenção da pílula em farmácias comerciais.

Novamente, repete-se o padrão regional: é no Sul que se encontra a maior proporção de mulheres, quase 40%, que procurou o SUS e obteve a pílula. E é no Norte que encontra-se a menor proporção, pouco mais de 10% das mulheres procuraram a rede pública de saúde em busca de pílula.

No que se refere à renda, encontrou-se o padrão esperado: é maior a procura pelo SUS entre aquelas mulheres de menor renda e, inversamente, é menor a procura entre as que tem rendimento familiar de três ou mais salários mínimos.

Tabela 49 – Acesso à pílula no SUS, de acordo com características selecionadas, 2012.

Características	Acesso à pílula no SUS		
	Procurou e conseguiu	Procurou e não conseguiu	Não procurou
Faixa etária (n=3937 p=0,000)			
16 a 24	26,1	3,9	68,6
25 a 44	32,1	4,0	63,1
Mais de 45	13,6	2,4	82,1
Região (n=3938 p=0,000)			
Norte	9,0	2,9	86,0
Nordeste	22,8	1,6	74,2
Centro-Oeste	16,5	3,9	74,7
Sudeste	23,0	4,7	71,5
Sul	37,9	2,5	58,8
Faixa de renda (n=3601 p<0,05)			
Até 1SM	27,9	3,9	67,2
1 a 3SM	25,9	3,7	68,8
3 a 5SM	19,6	3,0	77,0
Mais de 5SM	18,4	2,9	77,8
Filhos (n=3934 p=0,000)			
Sim	25,6	3,4	69,9
Não	17,7	3,3	77,0
Raça/cor da pele (n=3937 p=0,000)			
Branca	25,2	3,2	70,7
Preta	25,3	4,3	69,1
Parda	21,6	3,0	74,1
Amarela	22,6	1,9	72,6
Indígena	12,8	10,3	74,4

Menos da metade das gestações foram planejadas, sendo que, entre as mais jovens, essa proporção chega a 66%. Essa proporção foi maior nesse grupo provavelmente pelo menor conhecimento a respeito dos processos reprodutivos e dos métodos contraceptivos e da menor capacidade de negociação de práticas preventivas com os parceiros, e entre aquelas residentes na região Norte. No caso da região Norte é possível que haja dificuldades de acesso a métodos contraceptivos, em função das fragilidades na implementação do SUS. O nível de renda determinou uma pequena diferença na ocorrência da gravidez não planejada, que é maior entre as mais pobres, provavelmente pela maior dificuldade de acesso a métodos contraceptivos. As mulheres brancas foram aquelas que menos reportaram a gravidez não planejada, o que sugere maior acesso a métodos.

Tabela 50 – Ocorrência de gravidez não planejada, de acordo com características selecionadas, Brasil, 2012.

Características	Gravidez não planejada
Idade (n=2985 p=0,000)	
16 a 24 anos	66,0
25 a 44 anos	53,9
Mais de 45 anos	46,7
Região (n=2987 p=0,000)	
Norte	64,4
Nordeste	52,9
Centro-Oeste	56,9
Sudeste	50,4
Sul	43,7
Faixa de renda (n=2742 p=0,006)	
Até 1SM	56,5
1 a 3SM	51,8
3 a 5SM	45,5
Mais de 5SM	49,7
Raça/cor da pele (n=2984 p=0,000)	
Branca	43,6
Preta	55,9
Parda	57,0
Amarela	67,6
Indígena	69,0

As principais razões para a gravidez inesperada são: ausência de preocupação com gravidez no momento da relação sexual (33,3%), sexo inesperado (16,8%) e engano quanto à possibilidade de engravidar naquele momento (14,7%). Apenas 12,3% referiram não conhecer métodos para evitar a gravidez.

Gráfico 69 – Razões de não uso de métodos quando da ocorrência da gravidez inesperada, Brasil, 2012

N=3946

Entre as mulheres mais jovens, mais inexperientes, foi mais frequente a menção à idéia de que não engravidariam na ocasião em que tiveram relações sexuais. Diferentemente das mais velhas, que apontaram o desconhecimento dos métodos como motivo para a gravidez não planejada, as jovens afirmam conhecer os métodos, mas não os utilizaram por avaliarem indevidamente os processos reprodutivos. Esse mesmo motivo e o sexo inesperado foram mais frequentes na região Sul do que nas demais regiões. Mas os outros motivos se distribuem regionalmente com pouca variação. A renda, como já vimos anteriormente, afeta o conhecimento sobre os métodos contraceptivos, mas, curiosamente, não marca distinções importantes com relação ao acesso aos métodos. Mas o motivo mais frequente em todos os grupos foi a ausência de preocupação com a possibilidade de engravidar.

Tabela 51 - Razões de não uso de métodos quando da ocorrência da gravidez inesperada, de acordo com características selecionadas, Brasil, 2012

Características	Motivos						
	Sexo inesperado	Desconhecia métodos	Não se preocupou	Sem acesso a métodos	Achava que não engravidava	Responsabilidade do parceiro	Outros
Idade (n=1561 p=0,000)							
16 a 24 anos	17,7	0,4	39,6	2,7	18,2	1,9	19,2
25 a 44 anos	18,1	5,5	34,7	3,1	16,7	1,2	20,4
Mais de 45 anos	15,3	22,6	30,3	6,5	11,6	1,5	11,8
Região (n=1558 p=0,000)							
Norte	11,4	13,5	36,8	4,4	9,7	0,3	23,2
Nordeste	12,4	13,9	34,4	4,4	15,2	1,5	17,9
Centro-Oeste	12,3	7,9	37,5	4,2	15,0	1,8	18,8
Sudeste	16,7	13,4	31,3	5,8	14,7	1,5	16,6
Sul	34,7	6,4	32,7	0,9	17,0	1,4	7,1
Faixa de renda (n=1428 p>0,05)							
Até 1SM	15,9	17,0	31,1	3,2	13,4	2,4	17,1
1 a 3SM	17,1	12,2	32,8	5,6	15,6	1,4	15,0
3 a 5SM	17,8	7,6	38,5	3,5	14,4	0,0	18,1
Mais de 5SM	16,6	7,3	37,5	5,9	11,1	1,2	19,8
Raça/cor da pele (n=1557 p>0,05)							
Branca	20,1	13,7	31,2	4,8	12,4	1,3	16,1
Preta	11,8	11,4	36,6	4,2	17,0	2,0	16,7
Parda	15,7	11,3	34,3	4,8	16,1	1,1	16,2
Amarela	18,4	10,2	30,6	2,0	16,3	2,0	20,4
Indígena	30,0	15,0	20,0	-	5,0	-	30,0

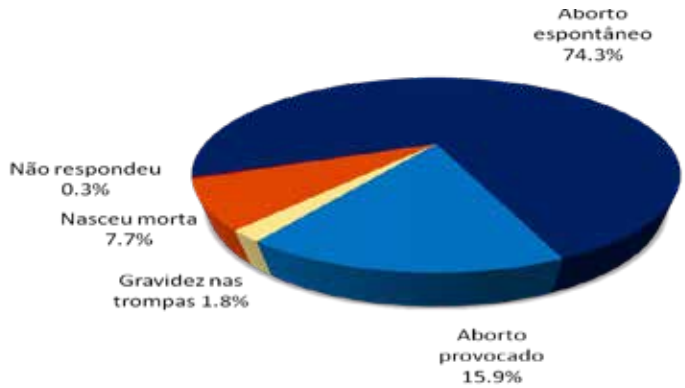
Uma em cada quatro mulheres experimentou pelo menos uma gravidez que não foi a termo, sendo essa situação mais frequente nas regiões Nordeste e Sudeste, entre as mulheres que tem filhos, as negras e aquelas com mais de 45 anos. Entre as mais pobres essa situação também foi mais frequente do que nas outras faixas de renda.

Tabela 52 – Gestações que não foram a termo, de acordo com faixas de idade e renda, grande região e paridade, Brasil, 2012

Características	Gravidez que não foi a termo (%)
Idade (n=3924 p=0,000)	
16 a 24 anos	7,6
25 a 44 anos	20,8
Mais de 45 anos	36,5
Região (n=3925 p=0,000)	
Norte	21,7
Nordeste	29,8
Centro-Oeste	18,6
Sudeste	25,4
Sul	18,0
Renda (n=3591 p<0,05)	
Até 1SM	29,1
1 a 3SM	24,9
3 a 5SM	20,2
Mais de 5SM	22,2
Paridade (n=3921 p=0,000)	
Com filhos	29,8
Sem filhos	8,9
Raça/cor da pele (n=3922 p>0,05)	
Branca	22,6
Preta	26,2
Parda	27,0
Amarela	18,9
Indígena	28,2

O aborto espontâneo foi a situação mais comum para a interrupção da gravidez, relatado por 74,3% das mulheres, sendo mais frequente entre as mulheres mais jovens. Para 15,9% das mulheres o desfecho da gravidez foi um aborto provocado, mais frequente entre as mulheres de 25 a 44 anos.

Gráfico 70 – Motivo de interrupção da gravidez



N=1002

As regiões Sul e Nordeste são as que apresentam a maior proporção de mulheres que tiveram abortos provocados: 18,6% e 17,6%, respectivamente. É nas faixas intermediárias de renda que se encontra a maior proporção de mulheres que interrompeu voluntariamente a gestação, com cerca de 17% em cada uma das faixas, contra 11,4% na faixa mais baixa e 15,2% na faixa mais alta. É possível que a menor proporção entre as mais pobres se deva a dificuldades de acesso a métodos de interrupção da gravidez e na faixa mais alta, ao maior acesso à contracepção segura. Chama a atenção, no entanto, a alta proporção de pretas que referiu ter vivenciado um aborto provocado, quando comparado aos outros grupos.

Ter filhos não marca diferenças importantes no que se refere ao aborto provocado: nos dois grupos, cerca de 16% das mulheres tiveram pelo menos um aborto deste tipo. Há uma maior frequência de aborto espontâneo entre as mulheres que tem filhos e, contrariamente, uma maior proporção de gravidez tubária entre aquelas que não tem filhos.

Tabela 53 – Motivos de interrupção da gestação, de acordo com características selecionadas, 2012.

Características	Motivos de interrupção da gestação			
	Aborto espontâneo	Aborto provocado	Gravidez ectópica	Natimorto
Idade (n=1002 p>0,05)				
16 a 24 anos	86,3	12,4	-	0,6
25 a 44 anos	74,2	17,2	2,1	6,3
Mais de 45 anos	73,3	15,3	1,9	9,2
Região (n=1004 p=0,000)				
Norte	74,3	11,7	1,8	11,7
Nordeste	74,1	17,6	1,7	6,6
Centro-Oeste	80,1	7,7	1,4	6,1
Sudeste	75,9	15,5	0,9	7,8
Sul	66,0	18,6	6,5	9,0
Faixa de renda N=908 p>0,05				
Até 1SM	81,4	11,4	1,3	5,9
1 a 3SM	71,6	17,9	2,2	8,1
3 a 5SM	72,6	17,2	1,5	8,5
Mais de 5SM	74,7	15,2	4,0	6,1
Tem filhos (n=1002 p>0,05)				
Sim	75,0	15,7	1,6	7,5
Não	67,7	17,0	4,7	9,8
Raça/cor da pele N=999 p<0,05				
Branca	77,2	10,8	2,2	9,7
Preta	63,0	28,6	3,1	4,7
Parda	77,6	15,1	1,3	5,8
Amarela	73,7	5,3	-	21,1
Indígena	63,6	9,1	-	27,3
Brasil	74,3	15,9	1,8	7,7

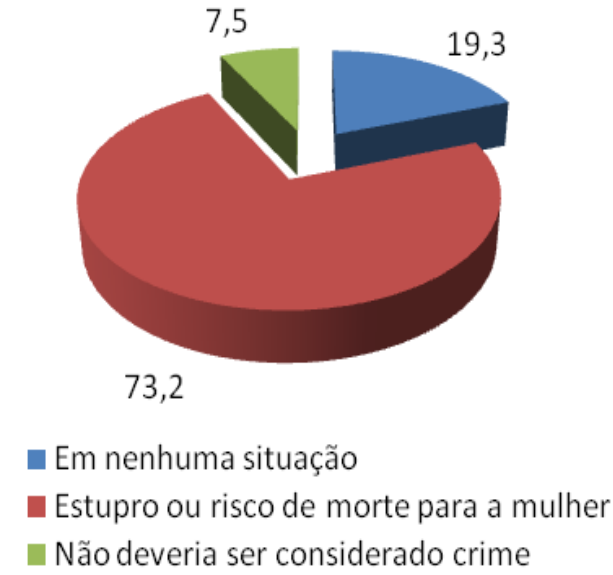
Pouco mais de 90% das mulheres afirmaram que a legislação brasileira criminaliza o aborto e as demais afirmaram o contrário. Como a pergunta foi feita de forma genérica – ou seja, pressupondo que se trata de todo e qualquer tipo de aborto – os dois grupos de mulheres estão certos: a legislação brasileira autoriza a realização de aborto nos casos de estupro, risco de morte para a mãe e anencefalia e criminaliza todas as demais situações. Observa-se na tabela abaixo que é pequena a variação nas respostas das mulheres nos diferentes grupos. A opinião de que o aborto é crime no Brasil variou de 79,3%, entre as mulheres residentes na região Sul, a 94,5%, entre aquelas que residem na região Norte.

Tabela 54 – Conhecimento sobre criminalização do aborto, de acordo com características selecionadas, 2012

Características	Aborto é crime
Idade (n=3935 p<0,05)	
16 a 24 anos	87,1
25 a 44 anos	88,5
Mais de 45 anos	87,3
Região (n=3937 p=0,000)	
Norte	94,5
Nordeste	89,2
Centro-Oeste	89,0
Sudeste	88,5
Sul	79,3
Faixa de renda (n=3599 p>0,05)	
Até 1SM	89,4
1 a 3SM	86,4
3 a 5SM	89,3
Mais de 5SM	90,1
Tem filhos (n=3931 p>0,05)	
Sim	88,3
Não	86,2
Raça/cor da pele (n=3933 p<0,05)	
Branca	86,9
Preta	86,2
Parda	89,4
Amarela	90,7
Indígena	97,4

A pergunta seguinte investiga a posição das mulheres com relação à criminalização do aborto e o que se observa é que a grande maioria concorda com os permissivos legais atuais, acreditando que, nos casos de estupro e risco de morte, o aborto deve ser permitido. Pouco mais de 7% defenderam a descriminalização para todos os casos e perto de 20% defenderam a posição contrária, de criminalização de todos os casos.

Gráfico 71 – Situações em que o aborto deveria ser autorizado



N=3947

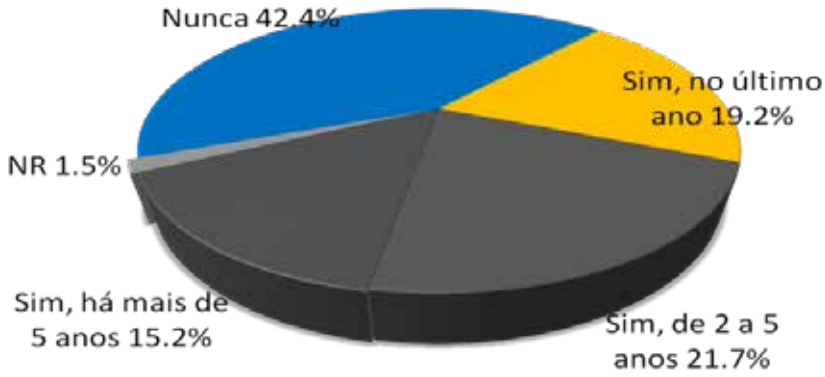
É na região Centro-Oeste que se encontra a maior proporção de mulheres (31,9%) que defendem a criminalização geral do aborto. No outro extremo, na defesa da descriminalização geral, estão as mulheres jovens: 22,6% delas defendem essa posição. Como esse é um tema frequentemente associado à religião, cujos fundamentos procuram orientar as práticas das fiéis no campo da sexualidade e da reprodução, a tabela abaixo apresenta as respostas das mulheres de acordo com o credo que professam. O que se observa é que, em todas as denominações há mulheres que defendem a descriminalização, mas essa proporção é mais alta entre as espíritas e aquelas que seguem as religiões afrobrasileiras. Nesses dois casos, a proporção das que defendem a descriminalização é maior do que a encontrada entre as mulheres sem religião. Católicas e evangélicas se aproximam nessa resposta: cerca de 6,5% nesse grupo acreditam que o aborto não deve ser crime. Diferem, porém, na defesa da criminalização geral, para todos os casos de aborto: cerca de 25% das evangélicas defendem uma legislação absolutamente restritiva e, entre as católicas, essa proporção é de 18,5%. Chama a atenção novamente, a posição liberalizante das espíritas e das mulheres ligadas às religiões afrobrasileiras: apenas 12,7% e 7,1%, respectivamente, defendem a criminalização geral.

Tabela 55 – Posição a respeito de situações de descriminalização do aborto, de acordo com faixas de idade e renda, região, paridade e religião, Brasil, 2012.

	Situação de descriminalização		
Características	Nenhuma	Estupro ou risco de morte	Não devia ser crime
Idade (n=3936 p=0,000)			
16 a 24 anos	15,4	77,0	7,6
25 a 44 anos	16,8	75,6	7,6
Mais de 45 anos	23,8	69,0	7,2
Raça/cor da pele (n=3932 p=0,000)			
Branca	17,5	70,8	8,9
Preta	14,9	73,9	7,5
Parda	21,6	69,8	4,9
Amarela	19,8	65,1	9,4
Indígena	12,5	65,0	17,5
Região (n=3936 p=0,000)			
Norte	16,1	72,5	4,1
Nordeste	18,7	73,0	3,8
Centro-Oeste	31,9	57,1	4,6
Sudeste	19,2	69,5	9,0
Sul	11,7	75,1	11,2
Faixa de renda (n=3600 p<0,05)			
Até 1SM	19,6	70,4	5,5
1 a 3SM	17,8	70,1	7,8
3 a 5SM	16,4	74,6	7,5
Mais de 5SM	19,5	70,8	7,5
Tem filhos (n=3930 p=0,000)			
Sim	19,8	70,2	6,4
Não	14,9	71,9	9,8
Religião			
Católica	18,5	75,2	6,2
Evangélica tradicional	24,1	70,1	5,9
Pentecostal	24,7	68,6	6,7
Espírita	12,7	70,1	17,2
Afrobrasileira	7,1	77,6	15,3
Nenhuma	14,8	73,0	12,2
Outras	25,9	63,0	11,1

Pouco mais de 50% das mulheres já fez o teste anti-HIV, mas 42,4% nunca foram testadas. Esta última situação é mais presente nos dois extremos dos grupos etários e entre as mulheres sem filhos, o que pode indicar que o teste está sendo realizado no momento das consultas de pré-natal, como forma de prevenção da transmissão vertical do HIV. É na região Nordeste que se encontra a maior proporção (51,6%) de mulheres que nunca fez o teste. No outro extremo, está a Sul, com apenas 28,1% das mulheres na condição de não-testadas.

Gráfico 72 – Realização do teste de HIV, 2012



N=3947

Quadro 1 – Mulheres que nunca fizeram o teste de HIV, 2012

Nunca fizeram o teste de HIV
64,1% das mulheres que não tem filhos
55,7% das mulheres com mais de 45 anos
51,6% das residentes na Nordeste
47,1 das mulheres com renda familiar de até 1SM

Cerca de 40% das mulheres fizeram o teste nos últimos cinco anos, o que pode indicar a ampliação da cobertura da testagem no período mais recente. Como esperado, é maior a proporção de jovens que fez o teste no último ano.

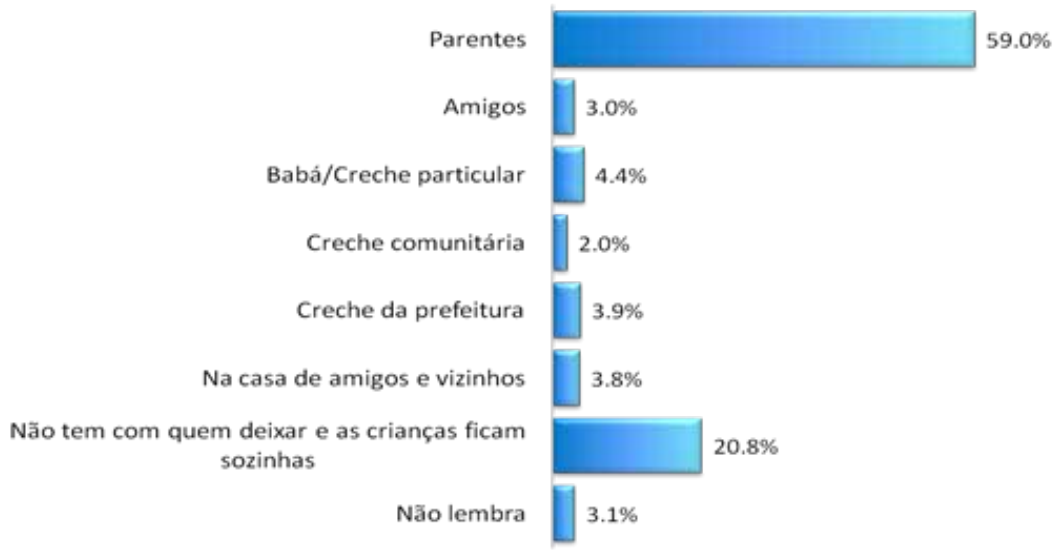
Tabela 56 – Realização do teste de HIV, de acordo com características selecionadas, 2012.

Características	Realização do teste de HIV			
	Nunca fez	Fez no último ano	Fez, de 2 a 5 anos	Fez há mais de 5 anos
Faixa etária (n=3938 p=0,000)				
16 a 24	52,6	26,4	17,8	1,5
25 a 44	25,8	25,8	30,6	17,2
Mais de 45	55,7	9,1	13,7	19,2
Região (n=3938 p=0,000)				
Norte	39,3	24,1	18,6	16,6
Nordeste	51,5	14,9	18,3	14,2
Centro-Oeste	34,8	22,8	22,5	13,4
Sudeste	43,3	19,7	20,6	15,2
Sul	28,1	21,7	31,6	17,4
Faixa de renda (n=3601 p>0,05)				
Até 1SM	47,0	19,7	19,4	12,7
1 a 3SM	41,5	19,0	22,5	15,6
3 a 5SM	39,9	21,3	22,3	15,3
Mais de 5SM	39,7	18,7	20,7	19,3
Filhos (n=3936 p=0,000)				
Sim	35,4	20,4	84,5	18,6
Não	64,1	15,8	15,5	4,7
Raça/cor da pele (n=3936 p<0,05)				
Branca	42,3	18,1	22,3	15,9
Preta	39,6	22,3	22,4	14,6
Parda	43,6	18,9	20,8	15,1
Amarela	49,1	14,2	22,6	12,3
Indígena	33,3	33,3	20,5	12,8

X. Maternidade e Crianças

Quando perguntadas sobre quem cuida de seus filhos quando elas precisam sair, as respostas das mulheres dão a indicar um cenário previsível: com a diversificação das atividades das mulheres ocorrida nos últimos tempos e a redução do tempo dedicado exclusivamente às tarefas domésticas, na ausência das mães, o cuidado com os filhos é feito prioritariamente pelos parentes, como foi referido por 59% das mulheres.

Gráfico 73 – Responsáveis pelos cuidados com as crianças na ausência da mãe, Brasil, 2012



N=3947

São as mães mais jovens, até 24 anos, que mais deixam os filhos aos cuidados de parentes: 80,6% delas dizem fazer isso. Nas mães entre 25 e 44 anos esse número cai para 59.8% e entre as com mais de 45 anos é de apenas 35.1%. Nota-se também que entre as mães mais velhas, sendo esse arranjo mais raro, 46% delas precisam deixar as crianças sozinhas, mas os filhos provavelmente são mais velhos.

No geral são precárias, portanto, as condições de cuidado das entrevistadas e, especialmente, das mais jovens, que precisam recorrer à rede familiar de apoio para garantir os cuidados com os filhos; apenas 10,3 % tem

babás e 4,4% usam creches privadas (gráfico 8.1.1). As mães mais velhas, embora enfrentem a mesma dificuldade estrutural da ausência de uma rede institucional para os cuidados dos filhos, contam menos com a ajuda dos parentes para isso. É possível que, no contexto das novas configurações familiares, as jovens mães não precisem sair da casa da família de origem, contando com a estrutura já existente ali. Outra possibilidade é que as mulheres mais velhas podem ter sido mães mais cedo e, no momento da pesquisa, já tinham filhos maiores, que requerem menos cuidados.

Quando observamos esse cenário a partir das regiões percebemos outras nuances. Se no quadro geral apena 2% das mulheres recorrem a creches comunitárias, chegando a 3,9% quando se trata das creches públicas, nota-se que a utilização de babás é maior nas regiões Sul (6,2%) e Centro-Oeste (6,5%). Nas regiões Norte e Nordeste, apesar da proporção de uso de babás e creches particulares ser próxima da nacional, utiliza-se muito menos creches comunitárias e públicas, o que informa sobre o tipo de precariedade da rede de apoio das mulheres nessas regiões. Na Região Norte o percentual de mães que deixam filhos com parentes é de 73,6%, percentual que destoa tanto da media geral (59%) como também do percentual das outras regiões, sendo mais de 10% superior ao da Região Nordeste, que é o segundo mais alto e é de 62,5%.

Além disso, parece haver distorção no acesso a esses serviços, uma vez que as mães que tem renda familiar maior do que cinco salários mínimos têm mais acesso a creches da prefeitura, 6,2%, do que as mulheres com menor renda. Percebe-se também que a segunda opção das mulheres é sempre as creches particulares, observando-se que entre as mulheres de menor renda é mais equilibrada a proporção entre recurso à creches comunitários e particulares, enquanto entre aquelas com renda superior a 5 salários há um significativo aumento pela escolha das creches particulares (10,6%) em detrimento das creches comunitários (0,4%). Era de se esperar que entre as mais pobres fosse maior a porcentagem de mães que precisam deixar suas crianças sozinhas, entretanto o maior percentual (27%) se dá entre as mães com renda familiar de 3 a 5 salários mínimos.

Tabela 57 – Quem cuida das crianças na ausência da mulher, de acordo com características selecionadas, 2012.

Características	Quem cuida das crianças, na ausência da mulher					
	Parentes	Amigos	Babá/creche particular	Creche comunitária	Creche pública	Ficam sozinhas
Faixa etária (n=1538 p=0,000)						
16 a 24	80,6	4,5	4,6	2,8	5,0	1,5
25 a 44	59,8	7,5	4,9	2,1	4,4	19,3
Mais de 45	35,1	6,0	1,9	0,5	0,9	46,1
Região (n=1544 p=0,000)						
Norte	73,6	3,8	3,8	0,3	0,8	10,1
Nordeste	62,5	7,6	2,8	1,4	0,7	24,2
Centro-Oeste	53,2	3,8	6,5	2,2	2,4	15,8
Sudeste	59,5	7,2	4,3	2,3	6,3	18,6
Sul	46,6	7,7	6,2	2,9	4,6	30,6
Faixa de renda (n=1428 p<0,05)						
Até 1SM	57,1	8,6	1,9	2,1	4,7	22,2
1 a 3SM	60,9	7,7	4,3	2,3	3,5	19,0
3 a 5SM	53,7	4,1	5,1	2,1	4,3	27,0
Mais de 5SM	59,9	3,0	10,6	0,4	6,2	18,4
Raça/cor da pele (n=1542 p<0,05)						
Branca	57,5	7,3	6,1	1,4	2,7	22,3
Preta	61,1	5,0	5,6	4,3	6,3	15,6
Parda	59,5	7,5	2,1	1,3	3,7	22,0
Amarela	59,0	2,6	7,7	2,6	10,3	12,8
Indígena	53,3	13,4	6,7	-	-	20,0

De maneira geral, quando se trata da educação dos filhos, as principais formas de corrigir a conduta dos mesmos são a conversa com explicação do erro (33,8%) e o castigo (29,4%). Para 10,9% das mulheres, as palmadas e os gritos ainda são meios para corrigir os filhos.

Gráfico 74 – Principal atitude para corrigir os filhos, Brasil, 2012

N=3947

Quanto mais jovens, mais as mães utilizam gritos e palmadas como recurso e, quanto mais velhas, mais adotam a conversa. Por exemplo, na tabela abaixo percebemos que a idade é um fator determinante para explicar o tipo de atitude escolhida para corrigir os erros e desobediência dos filhos. Como podemos observar as mães com 45 anos e mais, recorrem com muito mais frequência à conversa do que a média geral. Isso pode ocorrer porque as mães mais velhas têm filhos de maior idade.

De uma maneira geral, as Regiões não são um fator determinante para explicar o modo pelo qual as mães repreendem os filhos. Se comparados com os dados nacionais, há pouca variação. Percebe-se, porém, que a Região Norte, há uma variação importante em relação à média nos quesitos castigo(18,1% contra 29.4% da média nacional) e conversa (42,8% contra 33,8% da médias nacional). Outra discrepância visível ocorre na Região Sul onde 40,4% recorrem à conversa para corrigir os erros dos filhos.

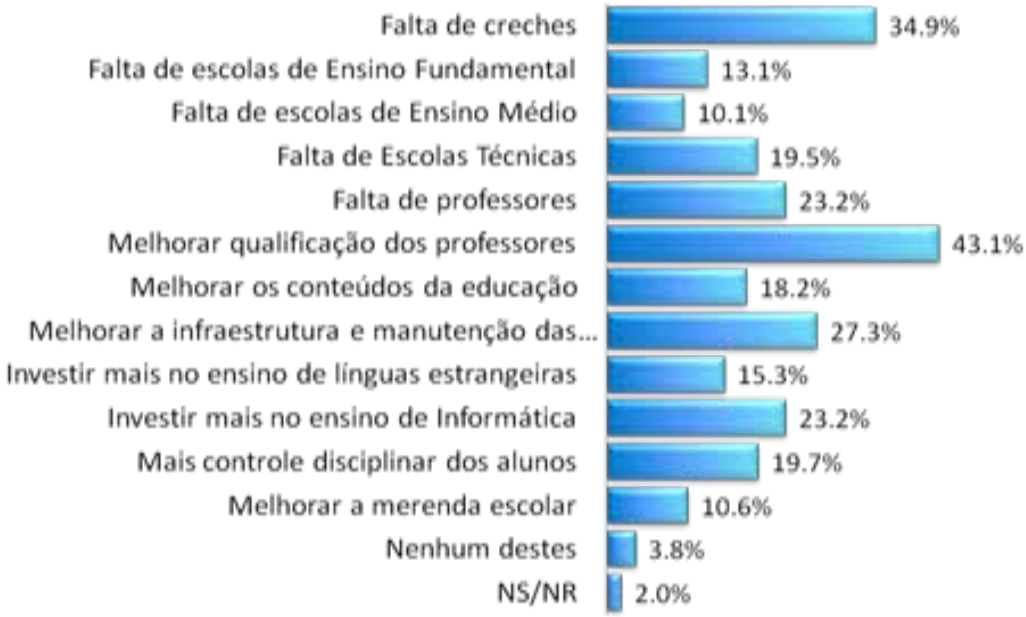
Em todas as faixas de renda a maior parte das mulheres declarou utilizar métodos menos violentos para correção dos filhos: os índices das que escolhem conversar, colocar o filho de castigo ou tirar-lhe algo de que goste é sempre superior ao das que gritam com ele ou lhe dão palmadas. Nota-se que a opção mais citada entre as mulheres que tem Faixa de renda de até 5 salários mínimos é a conversa, diferente daquelas com renda superior entre as quais 34,9% optam pelo castigo contra apenas 25,6% que optam pela conversa. Este é um dado importante uma vez que seria de se esperar que a maior instrução que costuma acompanhar o índice de renda induzisse a uma maior incidência da opção pela conversa na educação dos filhos.

Tabela 58 – Principal atitude para corrigir erros e desobediência dos filhos, de acordo com características selecionadas

Características	Atitude para corrigir erros e desobediência dos filhos				
	Castigo	Grito	Palmadas	Conversa	Retira algo*
Faixa etária (n=1696 p=0,000)					
16 a 24	24,6	14,4	18,4	25,5	7,0
25 a 44	32,7	10,1	10,7	31,2	13,5
Mais de 45	20,2	11,0	5,9	50,4	8,8
Região (n=1695 p<0,05)					
Norte	18,1	9,7	13,7	42,8	10,8
Nordeste	28,9	13,0	12,2	29,9	12,6
Centro-Oeste	25,7	7,2	12,6	32,3	15,2
Sudeste	31,5	11,2	9,8	32,4	12,5
Sul	32,9	8,7	9,0	40,4	7,3
Faixa de renda (n=1576 p<0,05)					
Até 1SM	31,4	12,6	12,0	31,6	9,0
1 a 3SM	30,6	10,6	11,3	33,7	11,2
3 a 5SM	24,1	11,8	8,1	39,3	13,5
Mais de 5SM	34,9	7,2	8,5	25,6	19,9
Raça/cor da pele (n=1694 p<0,05)					
Branca	30,0	9,0	9,9	37,6	10,7
Preta	28,0	12,5	15,8	28,0	13,4
Parda	30,5	10,8	10,0	34,0	10,9
Amarela	20,5	25,0	2,3	18,2	27,3
Indígena	18,8	6,3	6,3	50,0	18,8

De uma maneira geral os problemas que a maioria das mulheres elencou como sendo os mais urgentes de serem resolvidos para uma melhor educação de seus filhos podem ser lidos como resultado da falta de estrutura dos serviços. Dessa maneira, 43,1% indicou melhorar a qualificação dos professores como problema a ser resolvido com urgência. Cerca de 35% apontou a falta de creches como prioridade. Ainda na ótica da precariedade das estruturas de serviço, melhorar a infraestrutura e manutenção das escolas 27,3% e a falta de professores 23% aparecem como problemas urgentes a serem resolvidos.

Gráfico 75 – Problemas urgentes relativos à educação dos filhos, Brasil, 2012



N=3947

A falta de creches é um problema estrutural que aparece indicado pela maioria das mulheres mais jovens, que, com filhos pequenos, precisam com mais frequência do serviço. Os dados anteriores demonstram que apenas 5% das mulheres mais jovens utilizam creche da prefeitura e a maioria absoluta (80,6%) deixa os filhos com parentes. A alta proporção de jovens que indica a falta de creche como problema urgente de ser resolvido demonstra que deixar as crianças com os parentes é uma necessidade gerada pela falta de estrutura de serviços. Entre as mulheres pretas também é alta a proporção das que apontam as creches como problema urgente.

Na Região Norte destaca-se a infraestrutura e manutenção das escolas como problema urgente. Já a merenda escolar aparece com mais força nas Regiões Norte e Nordeste. É entre as mulheres com renda mensal entre três e cinco salários mínimos que se concentra a maior proporção que aponta a falta de escolas técnicas como problema.

A merenda também é o principal problema para os mais pobres. A preocupação com problemas relacionados à qualidade de ensino tais como qualificação dos professores, conteúdos ensinados e investimento no ensino de informática e línguas, aumenta de acordo com a renda familiar das mulheres.

Tabela 59 – Problemas estrututais relativos à educação escolar dos filhos, de acordo com características selecionadas, 2012.

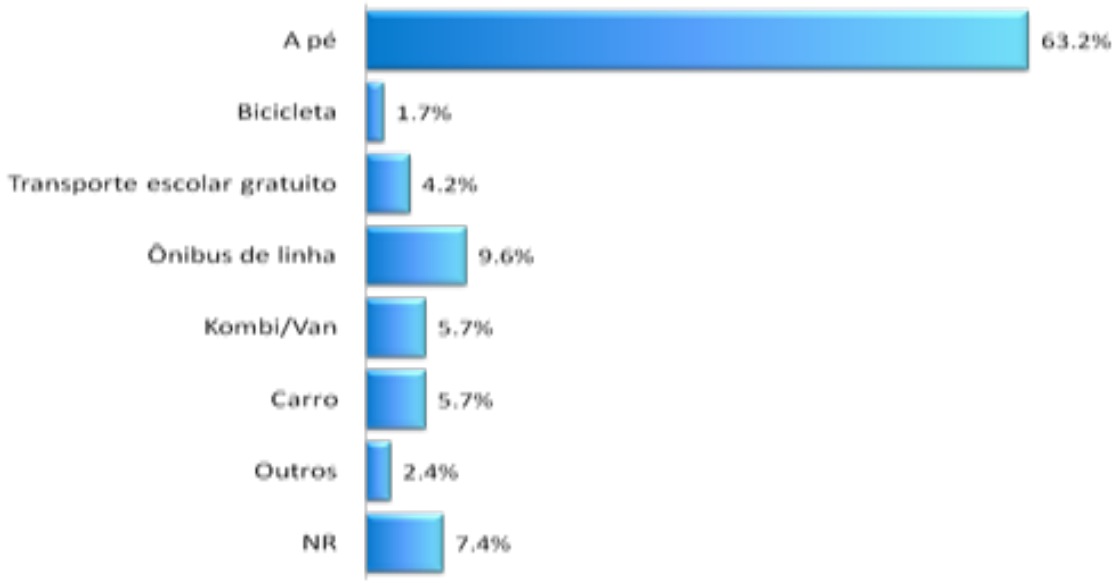
Características	Problemas estruturais na educação escolar dos filhos					
	Ausência de escolas				Baixa qualidade	
	Creches	Fundamental	Médio	Técnicas	Estrutura e manutenção	Merenda
Faixa etária (n=1964 p=0,000)						
16 a 24	63,7	11,7	3,9	6,3	25,0	16,6
25 a 44	32,8	13,6	11,0	20,2	29,0	10,4
Mais de 45	18,2	12,4	12,2	28,1	22,0	6,5
Região (n=1693 p=0,000)						
Norte	31,9	11,4	9,2	20,2	39,3	14,2
Nordeste	28,5	12,0	10,0	19,0	19,3	13,6
Centro-Oeste	37,5	12,6	12,2	12,6	29,6	4,6
Sudeste	39,1	11,6	7,7	19,3	31,5	9,8
Sul	34,4	21,0	17,4	24,3	21,4	8,6
Faixa de renda (n=1573 p<0,05)						
Até 1SM	40,1	15,5	10,7	14,9	21,2	17,4
1 a 3SM	36,5	13,0	10,7	19,8	29,0	10,9
3 a 5SM	31,0	10,9	10,4	24,3	31,7	4,0
Mais de 5SM	24,0	11,8	7,7	19,9	26,2	9,0
Raça/cor da pele (n=1689 p=0,000)						
Branca	35,3	15,0	11,8	18,3	21,4	9,6
Preta	39,0	7,5	7,4	17,3	25,4	12,7
Parda	31,6	14,0	9,4	21,3	34,3	10,7
Amarela	36,8	15,6	14,3	17,0	30,4	5,0
Indígena	41,8	17,8	12,4	43,3	11,7	10,9

Tabela 60 – Problemas relativos ao ensino e a aprendizagem dos filhos, de acordo com características selecionadas, 2012

Características	Problemas relativos ao ensino e aprendizagem					
	Ausência		Baixa qualidade			
	Professores	Controle disciplinar	Formação dos professores	Conteúdos	Idiomas	Informática
Faixa etária						
16 a 24	18,7	12,3	33,5	19,1	6,8	11,3
25 a 44	23,1	20,8	45,8	18,7	25,7	23,7
Mais de 45	28,0	21,9	40,5	15,2	21,0	31,5
Região						
Norte	18,7	15,3	41,2	14,4	14,9	20,4
Nordeste	28,4	14,4	39,0	17,0	13,3	20,2
Centro-Oeste	15,4	15,7	41,1	21,7	13,5	12,2
Sudeste	20,1	24,0	45,9	20,3	16,4	27,6
Sul	29,9	21,5	44,8	14,5	16,7	23,0
Faixa de renda						
Até 1SM	26,0	19,2	34,9	16,9	9,0	18,6
1 a 3SM	25,5	17,2	44,4	17,0	15,9	23,6
3 a 5SM	20,5	24,7	47,3	19,3	18,0	23,9
Mais de 5SM	17,2	21,4	51,2	24,7	23,9	25,0
Raça/cor da pele						
Branca	22,8	22,0	42,4	17,7	16,8	24,0
Preta	22,7	22,8	43,6	22,3	16,3	21,7
Parda	24,4	16,4	43,7	17,5	13,4	23,6
Amarela	22,7	21,1	42,5	8,1	17,7	23,8
Indígena	16,2	9,4	47,2	15,7	17,2	18,7

O principal meio de locomoção dos filhos das mulheres para a escola é a caminhada a pé, 63,2%. Isso poderia representar um aspecto positivo que seria a disponibilidade de vagas em escolas próximas às residências, mas levando-se em conta que a distância e dificuldade de transporte são apontadas como importantes razões para impedir que os filhos frequentem a escola, conforme se verá a seguir, o gráfico aponta na verdade um aspecto preocupante que é a falta de acesso aos meios de locomoção.

Gráfico 76 – Meio de locomoção dos filhos para a escola, Brasil, 2012



N=3947

É equilibrada a distribuição dos principais meios de locomoção dos filhos para a escola de acordo com a idade das mulheres. Verifica-se variação somente na principal opção que é o deslocamento a pé. A porcentagem de mulheres entre 16 e 24 anos cujos filhos vão à escola a pé é de 47,2%, enquanto entre as mulheres com mais de 25 anos é superior a 60%, provavelmente pela maior idade dos filhos, que lhes confere mais autonomia.

Em regiões menos urbanizadas como o Norte e o Centro-Oeste é menor a proporção de mulheres cujos filhos se deslocam a pé, 55,3% e 39,4% respectivamente, quando a proporção nacional é de 63,2%. A distância entre moradia e escola é um dos fatores que pode explicar esta discrepância. Este fato pode explicar também a forte incidência do carro como meio de transporte principal para os filhos irem à escola, que chega a 18,0%, 12,1

pontos acima da proporção nacional de 5,7%. Já na região Nordeste, a caminhada a pé é o principal meio de locomoção dos filhos para 70,7% e pode estar relacionada à baixa renda da população e a menor oferta de outros meios de transporte.

É ainda importante ressaltar que o acesso ao transporte escolar gratuito é maior nas regiões Centro-Oeste, 5,9%, e Sudeste, 6,7%, e menor nas regiões Nordeste, 2,7%, Norte e Sul, onde não passa de 2,7%.

Reforçando a idéia de que os deslocamentos a pé são feitos por necessidade e não por opção, o índice é decrescente conforme a renda: enquanto 71,4% das mulheres com renda familiar até um salário mínimo disseram que este é o principal meio de locomoção de seus filhos até a escola, apenas 43,5% das mulheres com renda familiar superior a cinco salários mínimos disse o mesmo. Entre as mulheres pretas, 67,3% informaram que seus filhos usavam esse meio para ir à escola.

O uso de transporte coletivo através de ônibus de linha e kombi também é crescente conforme a renda, mas não nas mesmas proporções. A variação não passa de 10,0%.

Já o acesso ao transporte escolar gratuito é maior entre as mulheres mais pobres, mas não corresponde à diferença de demanda que é compensada pelo alto índice de deslocamentos a pé já mencionado. Vai de 6,1% entre as que tem renda familiar inferior a um salário mínimo para 2,2% entre as que tem renda familiar superior a cinco salários mínimos.

O uso do carro permite verificar como a renda é fator determinante no acesso e nas opções relativas aos meios de locomoção dos filhos para a escola. Este é o segundo meio mais utilizado entre as mulheres com renda de 3 salários mínimos ou mais, (13,5% das mulheres com renda familiar entre três e cinco salários mínimos e 22,0% das mulheres com renda familiar superior a cinco salários). Por outro lado é o meio menos utilizado como transporte principal dos filhos das mulheres com renda inferior a um salário mínimo, 1,2%, e o segundo menos utilizado entre aquelas com renda familiar entre três e cinco salários mínimos, 2,5%, ficando acima somente da bicicleta com 2,1%.

Tabela 61 – Meio de locomação dos filhos para a escola, de acordo com características selecionadas, 2012.

Características	Meio de locomoção dos filhos para a escola						
	A pé	Bicicleta	Transporte escolar gratuito	Õnibus	Kombi/van	Carro	Outros
Faixa etária (n=1644 p=0,000)							
16 a 24	47,2	1,6	0,9	2,4	6,4	3,8	10,3
25 a 44	65,9	1,6	4,4	9,9	6,1	6,6	1,4
Mais de 45	64,1	2,2	6,2	14,0	3,4	3,4	0,7
Região (n=1644 p=0,000)							
Norte	55,3	5,6	1,1	13,4	1,6	7,6	8,3
Nordeste	70,7	1,8	2,7	9,5	2,7	2,1	2,3
Centro-Oeste	39,4	2,7	5,9	14,3	5,3	18,0	3,2
Sudeste	64,1	0,8	6,7	6,9	9,1	4,3	1,8
Sul	63,1	1,4	1,1	13,0	4,1	9,4	1,0
Faixa de renda (n=1534 p=0,000)							
Até 1SM	71,4	1,6	6,1	7,6	2,1	1,2	2,2
1 a 3SM	66,6	2,1	3,9	9,2	5,0	2,5	2,3
3 a 5SM	51,1	0,5	4,6	13,5	9,2	13,5	2,9
Mais de 5SM	43,5	1,5	2,2	11,2	11,8	22,0	1,4
Raça/cor da pele (n=1642 p>0,05)							
Branca	59,0	2,0	2,9	10,8	8,0	7,5	2,2
Preta	67,3	-	5,2	8,2	3,9	5,2	2,1
Parda	65,0	2,4	4,9	8,8	4,7	4,6	2,6
Amarela	65,0	-	2,5	17,5	-	5,0	7,5
Indígena	57,1	-	14,3	7,1	14,3	7,1	-

É pequeno o número de crianças fora da escola, apenas 3,7%. Esse fato pode estar relacionado às diversas políticas de incentivo à frequência escolar por parte do governo federal.

O número de mulheres que tem algum filho sem estudar distribui-se de maneira relativamente equitativa entre as regiões. Assim temos 4,6 % de mulheres da Região Norte que tem filhos que não esteja estudando, contra 4% na Região Nordeste, 3,2 % na Região Sul e 3,1% na Região Sudeste. Destoante um pouco desses desse equilíbrio aparece a Região Centro-Oeste com 7,5 % das mulheres que dizem ter filhos de 4 a 17 anos que não esteja estudando.

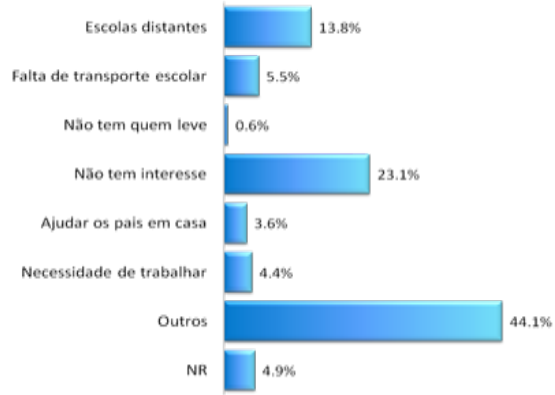
Podemos observar na tabela abaixo que a situação de ausência dos filhos na escolha é um pouco mais grave para as mães com renda familiar mais baixa, entre as que ganham até um salário mínimo, entre as negras e para as que ganham entre um e três salários mínimos. Para as mulheres com melhor renda o percentual de filho na faixa de idade entre 4 e 14 anos fora da escola cai para 1,7% para as que recebem entre 3 e 5 salários mínimos e 2,7 % para as que ganham mais de 5 salários mínimos.

Tabela 62 – Filhos entre 4 e 17 anos sem estudar, de acordo com características selecionadas, 2012

Características	Filhos fora da escola	
	Sim	Não
Região (n=2894 p<0,05)		
Norte	4,6	92,5
Nordeste	4,0	95,4
Centro-Oeste	7,5	90,7
Sudeste	3,1	96,0
Sul	3,2	96,6
Raça/cor da pele (n=2892 p>0,05)		
Branca	3,1	96,3
Preta	5,1	93,6
Parda	4,0	94,9
Amarela	1,6	98,4
Indígena	3,4	96,6
Faixa de renda (n=2659 p>0,05)		
Até 1SM	4,1	94,9
1 a 3SM	4,4	94,7
3 a 5SM	1,7	97,4
Mais de 5SM	2,7	96,3

Mesmo residindo em áreas urbanas, onde supõe-se que os problemas da mobilidade e da oferta de escolas estão minimamente resolvidos, 19,3% das mulheres apontaram a distância ou a falta de transporte como impedimentos para o acesso dos filhos à educação formal como indicado no gráfico acima. É relevante o percentual da falta de interesse como motivo para que o filho não estude, 23,1 %. O que pode revelar que existe uma espécie de falta de sentido vinculado à escola, que não consegue se firmar como um lugar de experiência e de formação, menos ainda de inserção no mundo social.

Gráfico 77 – Motivo pelo qual os filhos não estudam, Brasil, 2012



N=130

Quanto mais jovens as mulheres maior a incidência das que dizem que a distância das escolas é o motivo pelo qual o filho não está estudando. Em quase um quarto dos casos, o motivo apontado para que o filho não esteja estudando foi a falta de interesse, aparecendo com mais força nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste. É importante ressaltar que para a Região Norte e Centro Oeste, o alto índice de respostas outros, indica a existência de motivos importantes para o filho não ir a escola que não foram mencionados à pesquisa.

Os problemas relacionados à dificuldade de acesso à escola não aparecem entre os motivos citados pelas mães com renda superior a cinco salários mínimos, o que sugere, como esperado, que nessa faixa de renda os problemas de oferta e meios de acesso à escola estão resolvidos. Dos que não estudam para essa faixa de renda, 22,3% não estudam por falta de interesse, 77,7% não estudam por razões que não aparecem na pesquisa. Assim como na tabela anterior, o alto índice de respostas outros, indica que existem para todas as faixas de renda, especialmente a mais alta, motivos importantes para o filho não ir a escola que não foram mencionados pela pesquisa.

A necessidade de ajudar os pais em casa e trabalhar é o principal motivo para que os filhos das mulheres com renda mensal inferior a um salário mínimo não vão à escola, 22,9%, índice muito superior ao das demais faixas onde não passa de 7,2% (para os filhos das mulheres com renda familiar entre 3 e 5 salários mínimos).

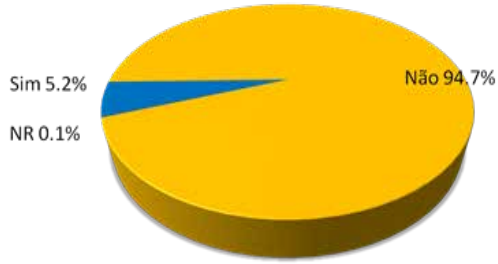
Ainda em relação a esse aspecto, a faixa de renda entre três e cinco salários mínimos destoa do padrão decrescente dos percentuais de necessidade de exercer outras atividades como motivo para os filhos não irem à escola que se verifica das faixas de renda mais baixas para as mais altas. E concentra integralmente o índice no trabalho (7,2%) já que a ajuda aos pais não aparece como motivo nesta faixa de renda.

Tabela 63 – Motivo pelo qual os filhos não estudam, de acordo com características selecionadas, 2012.

Características	Motivo pelo qual filho não estuda					
	Escola distante	Falta de transporte	Não tem quem leve	Não tem interesse	Ajuda os pais em casa	Precisa trabalhar
Faixa etária (n=131 p>0,05)						
16 a 24	27,0	-	-	4,5	-	1,9
25 a 44	11,9	4,5	0,9	27,5	5,7	4,3
Mais de 45	11,7	11,4	-	21,4	-	5,9
Região (n=130 p>0,05)						
Norte	14,1	3,6	3,6	7,2	-	7,3
Nordeste	13,9	7,0	-	31,3	6,9	3,5
Centro-Oeste	12,9	-	2,7	5,4	-	5,1
Sudeste	14,2	7,6	-	22,5	3,8	3,8
Sul	12,8	-	-	31,5	-	6,4
Faixa de renda (n=117 p>0,05)						
Até 1SM	9,8	-	-	20,3	11,2	11,7
1 a 3SM	13,4	6,9	0,5	27,0	2,6	2,2
3 a 5SM	27,7	3,6	3,4	7,0	-	7,2
Mais de 5SM	-	-	-	22,3	-	-
Raça/cor da pele (n=124 p>0,05)						
Branca	13,3	4,4	-	28,9	6,7	4,4
Preta	7,1	10,7	-	14,3	3,6	-
Parda	14,6	4,2	-	27,1	-	-
Amarela	100,0	-	-	-	-	-
Indígena	-	-	-	-	-	-

Pouco mais de 5,0% das mulheres disseram possuir algum tipo de limitação psicomotora que dificulta ou entrava suas atividades diárias e 8,7% afirmaram ter alguém com necessidade especial que depende dela ou de alguém da família.

Gráfico 78 – Presença de dificuldades que limitam ou dificultam as atividades diárias, Brasil, 2012



N=3947

O percentual de mulheres que declararam ter alguma necessidade especial é equilibrado segundo as Regiões. Existe uma concentração de mulheres que responderam ter alguma necessidade especial nas faixas de renda mais baixas, entre as mulheres de raça amarela e preta e entre aquelas que tem filhos. É maior a proporção de familiares com algum tipo de necessidade especial e que dependem da mulher, sendo mais frequente nas famílias das mulheres mais velhas, pretas, residentes no Norte e Nordeste e nas faixas de menor renda.

Tabela 64 – Necessidades especiais da mulher e de familiares, Brasil, 2012.

Características	Necessidade especial	Familiar com necessidade especial
Idade	(n=3937 p=0,000)	N=3934 p<0,05
16 a 24 anos	1,0	7,9
25 a 44 anos	3,1	7,7
Mais de 45 anos	9,2	10,2
Raça/cor da pele	(n=3933 p=0,000)	N=3933 p>0,05
Branca	4,7	7,4
Preta	5,7	11,3
Parda	5,4	8,7
Amarela	6,6	10,4
Indígena	5,1	10,3
Região	(n=3937 p<0,05)	N=3935 p<0,05
Norte	5,9	10,0
Nordeste	6,3	10,5
Centro-Oeste	6,5	7,6
Sudeste	4,0	8,9
Sul	5,8	4,9
Faixa de renda	(n=3601 p=0,000)	N=3599 p=0,000
Até 1SM	8,2	9,8
1 a 3SM	5,5	9,6
3 a 5SM	2,4	6,2
Mais de 5SM	3,3	8,0
Tem filhos	(n=3934 p<0,05)	N=3931 p>0,05
Sim	5,7	8,6
Não	3,5	9,1

XI. Fatores de Risco e Práticas Preventivas

Cerca de 20% das mulheres fuma cigarros habitualmente, prática que é mais comum entre as mulheres que ganham até um salário mínimo, entre as mulheres pretas e indígenas e entre aquelas que residem na região Sudeste. As mais jovens, possivelmente influenciadas pelas campanhas de saúde pública, fumam menos que as mais velhas, mas a menor proporção de fumantes encontra-se na região Norte, assim como a menor média diária de cigarros consumidos. É na região Sul que se encontra a maior média de cigarros consumidos diariamente: 17,6. Chama a atenção, ainda, a maior proporção de fumantes entre as mulheres que tem filhos quando comparada àquelas que não tem filhos. É grande ênfase das campanhas informativas sobre os melefícios do fumo para as crianças mas, ao que parece, não produz efeitos importantes sobre as mulheres que são mães. É possível que haja aí a influência de fatores já identificados nos resultados dessa pesquisa que são associados ao estresse, como a precariedade nas condições de vida e a ausência de apoio para os cuidados com as crianças, e que podem levar ao tabagismo.

Tabela 65 – Uso habitual e média diária de cigarros, de acordo com características selecionadas, 2012.

Características	Uso habitual de cigarros	Média diária
Idade (n=3939 p<0,05)		
16 a 24 anos	16,6	12,4
25 a 44 anos	21,4	14,5
Mais de 45 anos	21,7	16,0
Raça/cor da pele (n=3937 p=0,000)		
Branca	22,5	12,0
Preta	26,9	6,0
Parda	15,5	7,0
Amarela	19,6	1,0
Indígena	28,2	-
Região (n=3940 p=0,000)		
Norte	10,6	9,5
Nordeste	15,3	14,3
Centro-Oeste	13,0	12,3
Sudeste	23,4	14,3
Sul	20,7	17,6
Faixa de renda (n=3602 p>0,05)		
Até 1SM	24,2	14,1
1 a 3SM	21,6	14,7
3 a 5SM	18,6	16,6
Mais de 5SM	18,3	14,5
Tem filhos (n=3935 p=0,000)		
Sim	22,1	14,7
Não	16,5	15,1

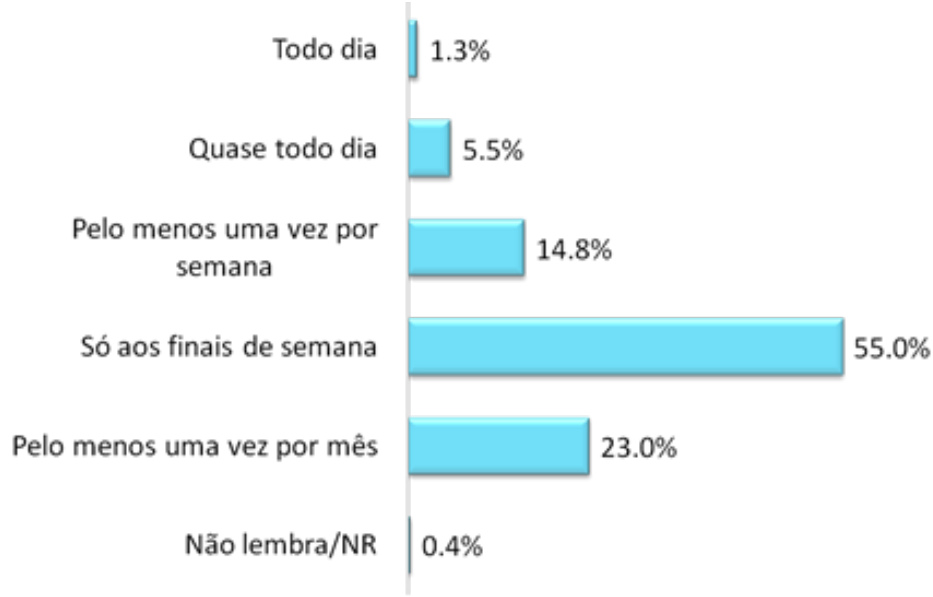
No caso do consumo de bebidas alcoólicas, um terço das mulheres afirmou fazer uso dessas substâncias e, aqui, as situações se invertem: é entre as mais jovens e entre aquelas que não tem filhos que se encontram as maiores proporções de mulheres que consomem álcool. Como o álcool está associado a situações de convívio social, compreende-se que seja mais acessível para esses grupos de mulheres, que tem menos responsabilidades familiares. A região Nordeste apresenta a maior concentração de mulheres que consomem álcool e a renda produz o efeito inverso ao encontrado com relação ao cigarro, onde a maior proporção de fumantes estava entre as mais pobres, concentrando o uso do álcool no grupo das mulheres cuja Faixa de renda é maior do que cinco salários mínimos. Chama a atenção a alta propoção de mulheres pretas que afirmaram consumir álcool.

Tabela 66 – Uso de álcool, de acordo com características selecionadas, 2012.

Características	Consumo de álcool
Idade (n=3934 p=0,000)	
16 a 24 anos	40,9
25 a 44 anos	39,1
Mais de 45 anos	23,4
Raça/cor da pele (n=3933 p=0,000)	
Branca	27,3
Preta	46,3
Parda	33,1
Amarela	41,1
Indígena	30,8
Região (n=3932 p=0,000)	
Norte	25,6
Nordeste	39,8
Centro-Oeste	32,3
Sudeste	31,5
Sul	30,3
Faixa de renda (n=3600 p>0,05)	
Até 1SM	32,3
1 a 3SM	33,0
3 a 5SM	33,3
Mais de 5SM	38,4
Tem filhos (n=3930 p=0,000)	
Sim	30,9
Não	40,5

A maior parte das mulheres (55%) só consome bebidas alcoólicas nos finais de semana. Mas 6,8% consomem álcool quase todos os dias ou diariamente.

Gráfico 79 – Frequência de consumo de bebidas alcoólicas, Brasil, 2012.



N=3947

O uso diário é maior entre as mulheres pretas, com renda mais baixa, entre as residentes na região Nordeste e aquelas com 25 anos ou mais e o uso quase diário é maior entre as mais velhas, as residentes na região Centro-Oeste e, novamente, entre as mais pobres. Inversamente, o uso recreativo dos finais de semana é maior entre as mais jovens, as mulheres residentes na região Sudeste e aquelas que não tem filhos. A única variação importante com relação ao uso esporádico está na região Norte, onde 46,1% consomem bebidas alcoólicas apenas uma vez por mês, uma proporção muito maior do que a encontrada para o conjunto das mulheres (33,2%).

Tabela 67 – Frequência de uso de álcool, de acordo com características selecionadas, 2012.

Características	Frequência de uso de álcool				
	Diária	Quase diária	Semanal	Final de semana	Mensal
Idade (n=1329 p>0,05)					
16 a 24 anos	0,5	5,5	14,0	57,4	22,5
25 a 44 anos	1,5	5,3	15,2	55,9	22,0
Mais de 45 anos	1,3	5,8	14,9	51,5	25,1
Raça/cor da pele (n=1330 p>0,05)					
Branca	0,9	4,7	16,4	56,7	20,2
Preta	1,8	7,1	15,0	57,2	18,9
Parda	1,4	5,0	14,3	50,9	28,2
Amarela	-	11,4	9,1	61,4	18,2
Indígena	-	-	-	63,6	36,4
Região (n=1331 p=0,000)					
Norte	0,4	1,4	8,1	43,0	46,1
Nordeste	2,1	5,8	19,3	51,0	21,1
Centro-Oeste	0,0	6,4	13,7	54,5	24,9
Sudeste	1,1	5,7	11,6	62,0	19,2
Sul	0,5	5,5	16,9	48,8	28,4
Faixa de renda (n=1227 p<0,05)					
Até 1SM	2,7	7,4	16,1	53,0	20,8
1 a 3SM	0,4	5,6	14,2	56,9	22,3
3 a 5SM	0,9	6,3	17,3	49,5	26,0
Mais de 5SM	0,0	2,0	14,3	54,3	28,0
Tem filhos (n=1330 p>0,05)					
Sim	1,4	5,2	15,5	53,5	23,9
Não	0,8	6,2	13,1	58,5	20,9

Como esperado, uma vez que é menor a ocorrência na população em geral e, por se tratar de comportamento ilícito que dificulta a revelação, foi muito menor a proporção de mulheres que relatou ter usado substâncias ilícitas nos 12 meses anteriores à realização da pesquisa. Do mesmo modo, seguindo a tendência populacional, quanto mais jovens e quanto mais pobres as mulheres maior a proporção delas que fez uso de drogas ilícitas. A região que apresentou a maior proporção de uso foi o Sul, provavelmente pelo maior acesso ás drogas que chegam pela fronteira do Paraná com o Paraguai, rota tradicional de entrada de cocaína e pasta base de cocaína no Brasil. Quase o dobro das mulheres que não tem filhos, comparadas às que são mães, referiram ter usado drogas ilícitas – mas é provável que isso se dê mais pelo efeito do fator idade do que pela paridade, embora o fato de não ter filhos favoreça os encontros sociais nos quais as drogas ilícitas circulam. Mulheres pretas, amarelas e indígenas foram as que mais referiram o uso desse tipo de droga tanto por elas mesmas quanto por algum familiar.

Perguntadas sobre o uso danoso de drogas ilícitas por algum familiar, 26,7% das mulheres responderam afirmativamente, com pequenas variações entre os grupos. São maiores as proporções de mulheres que vivenciaram esse problema entre as jovens, as residentes na região Sudeste, as mais pobres e aquelas que tem filhos.

Tabela 68 – Uso de drogas ilícitas pela entrevistada e por familiar, de acordo com características selecionadas, Brasil, 2012.

Características	Uso de drogas ilícitas	
	Pela entrevistada	Uso danoso por familiar
Idade	(n=3936 p=0,000)	N=3934 p>0,05
16 a 24 anos	8,2	29,9
25 a 44 anos	6,1	27,3
Mais de 45 anos	2,0	24,6
Raça/cor da pele	(n=3932 p=0,000)	N=3931 p=0,000
Branca	4,7	22,2
Preta	7,4	36,8
Parda	3,5	26,3
Amarela	7,5	33,3
Indígena	7,7	40,0
Região	(n=3934 p=0,000)	N=3931 p=0,000
Norte	3,0	29,6
Nordeste	3,7	23,2
Centro-Oeste	4,1	22,2
Sudeste	5,2	31,9
Sul	6,8	18,6
Faixa de renda	(n=3601 p>0,05)	N=3596 p<0,05
Até 1SM	6,0	30,7
1 a 3SM	5,0	28,3
3 a 5SM	4,9	22,7
Mais de 5SM	4,3	25,2
Tem filhos	(n=3931 p=0,000)	N=3928 p<0,05
Sim	3,9	28,0
Não	7,9	22,9

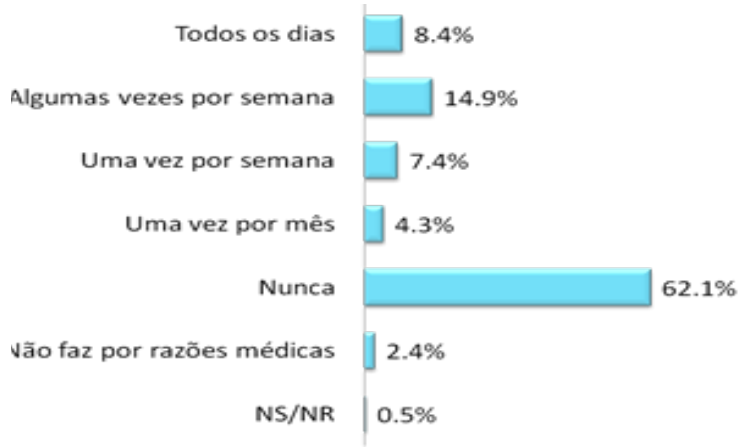
Em 72% dos casos o familiar que apresentou problemas com o uso de drogas não era muito próximo. Em quase 19,3% dos casos foram os filhos e em 8,1% das situações foram os maridos que vivenciaram essa situação. Os parceiros representaram a maior proporção entre as mulheres na faixa de idade intermediária, entre as residentes na região Sul e entre aquelas situadas na primeira e terceira faixas de renda. Já os filhos, como esperado, aparecem mais nas respostas das mulheres mais velhas. Chama a atenção a baixa frequência das respostas nesses dois casos pelas mulheres de renda mais alta, quando comparadas às demais.

Tabela 69 – Uso danoso de drogas por familiar da entrevistada, de acordo com faixas de idade e renda, região e paridade, Brasil, 2012.

Características	Familiar que fez uso danoso de outras drogas		
	Parceiro	Filho/a	Outro
Idade (n=1071 p=0,000)			
16 a 24 anos	3,4	2,1	93,7
25 a 44 anos	12,6	9,3	77,7
Mais de 45 anos	5,1	40,2	53,9
Raça/cor da pele (n=1072 p>0,05)			
Branca	8,4	21,1	69,6
Preta	7,6	18,3	74,1
Parda	8,1	18,0	73,4
Amarela	8,1	21,6	67,6
Indígena	9,1	18,2	72,7
Região (n=1070 p=0,000)			
Norte	3,4	17,5	77,4
Nordeste	8,3	21,9	69,8
Centro-Oeste	3,4	12,3	80,3
Sudeste	8,8	19,2	72,0
Sul	10,2	19,2	68,4
Faixa de renda (n=1007 p<0,05)			
Até 1SM	10,7	16,7	72,2
1 a 3SM	7,6	22,8	69,3
3 a 5SM	10,2	17,2	71,1
Mais de 5SM	4,3	9,0	85,8
Tem filhos (n=1073 p=0,000)			
Sim	9,5	23,2	66,7
Não	2,6	4,8	91,8

Menos de um terço das mulheres pratica atividades físicas regularmente (todos os dias, algumas vezes na semana ou semanalmente). A maior parte delas nunca se exercita, como se vê no gráfico abaixo.

Gráfico 80 – Frequência de realização de atividades físicas, Brasil, 2012.



N=3947

As mais sedentárias são, como esperado, as mulheres negras e as mais pobres, cuja condição sócioeconômica tanto lhes retira o tempo necessário quanto lhes impede de utilizar os parcos recursos financeiros em atividades desse tipo. No outro extremo, é entre as mulheres com maior rendimento que encontramos a maior proporção das que se exercitam regularmente (pelo menos uma vez por semana): 46,5%. Na região Centro-Oeste mais de um terço das mulheres enquadram-se nessa categoria e a região Nordeste é a que apresenta a maior concentração de mulheres sedentárias. Finalmente, não surpreende a diferença observada de acordo com a situação de paridade das mulheres: 40,6% daquelas que não tem filhos exercitam-se regularmente contra 27,5% das que são mães.

Tabela 70 – Frequência de realização de atividades físicas, de acordo com faixas de idade e renda, região e paridade, Brasil, 2012.

Características	Frequência de realização de atividade física					
	Diária	Algumas vezes por semana	Semanal	Mensal	Nunca	Impedida*
Idade (n=3930 p=0,000)						
16 a 24 anos	10,8	15,3	7,9	3,9	60,9	1,0
25 a 44 anos	8,0	13,9	8,5	4,8	63,1	1,4
Mais de 45 anos	7,9	15,6	6,1	3,9	61,7	4,1
Raça/cor da pele (n=3926 p<0,05)						
Branca	9,0	16,6	8,0	4,4	59,0	2,6
Preta	7,1	11,3	8,2	3,9	66,2	2,8
Parda	7,9	15,4	6,4	4,3	63,4	2,1
Amarela	15,0	9,3	7,5	4,7	62,6	0,9
Indígena	13,2	10,5	10,5	5,3	60,5	-
Região (n=3927 p=0,000)						
Norte	11,0	14,3	7,2	6,0	57,1	2,8
Nordeste	7,6	12,6	6,9	3,6	65,7	3,5
Centro-Oeste	10,7	19,6	6,5	5,1	52,2	4,8
Sudeste	8,4	15,7	8,0	2,9	62,9	1,7
Sul	7,8	14,6	7,3	8,2	60,3	1,0
Faixa de renda (n=3596 p=0,000)						
Até 1SM	6,6	9,7	5,3	2,9	71,6	3,5
1 a 3SM	7,1	13,6	7,6	5,5	64,0	1,8
3 a 5SM	10,5	18,8	8,0	3,0	56,5	2,4
Mais de 5SM	15,0	23,7	7,8	4,1	45,2	3,7
Tem filhos (n=3925 p=0,000)						
Sim	7,3	13,4	6,8	3,6	65,6	2,7
Não	11,9	19,3	9,4	6,0	51,3	1,6

* Por razões médicas

Pouco mais de metade das mulheres (57,4%) das mulheres realizaram o teste de glicemia nos 12 meses anteriores à realização da pesquisa. A aferição de pressão arterial foi mais frequente: 71,7% das mulheres relataram ter feito esse procedimento neste mesmo período. Como esperado, quanto maior a faixa de idade maior a proporção de mulheres que realizou os dois exames e, do mesmo modo, é também maior entre as mães, que estão mais expostas aos serviços de saúde. As demais variações não foram muito significativas.

Tabela 71 – Exames realizados nos 12 meses anteriores à realização da pesquisa, de acordo com faixas de idade e renda, região e paridade, Brasil, 2012.

Características	Exames realizados no último ano	
	Glicemia	Pressão arterial
Idade	N=3938 p=0,000	N=3939 P=0,000
16 a 24 anos	33,3	49,8
25 a 44 anos	53,5	67,6
Mais de 45 anos	72,1	85,8
Raça/cor da pela	N=3939 p=0,000	N=3936 P>0,05
Branca	62,0	73,1
Preta	54,0	73,3
Parda	55,4	69,8
Amarela	40,7	68,9
Indígena	59,0	74,4
Região	N=3939 p>0,05	N=3938 p<0,05
Norte	55,7	66,3
Nordeste	58,6	74,3
Centro-Oeste	53,0	70,0
Sudeste	57,9	72,1
Sul	56,6	69,6
Faixa de renda	N=3604 p>0,05	N=3602 p>0,05
Até 1SM	55,4	70,7
1 a 3SM	57,7	71,9
3 a 5SM	57,4	71,4
Mais de 5SM	58,9	58,9
Tem filhos	N=3937 p=0,000	N=3934 P=0,000
Sim	62,8	76,7
Não	40,4	56,1

A pesquisa revela que as consultas de pré-natal estão praticamente universalizadas: 91,1% das mulheres fizeram o pré-natal na última gestação. Mas há diferenças importantes a serem observadas. É maior a proporção de jovens que realizou o pré-natal, o que revela a progressiva universalização da atenção básica nos últimos anos. Esse processo, no entanto, não se deu de forma homogênea em todo o território nacional e é provável que seja essa a razão para as regiões Nordeste e Centro-Oeste apresentaram uma concentração menor de mulheres que recebeu assistência pré-natal. Além disso, a renda novamente parece determinar o menor acesso a serviços: entre os dois extremos das faixas de renda há uma diferença de 10% no acesso ao pré-natal. Entre as mulheres indígenas, apenas 71% informou ter feito ao menos uma consulta de pré-natal, proporção muito inferior à encontrada para os outros grupos.

Tabela 72 – Acesso à assistência pré-natal e razões de não-acesso, de acordo com faixas de idade e renda e região, Brasil, 2012.

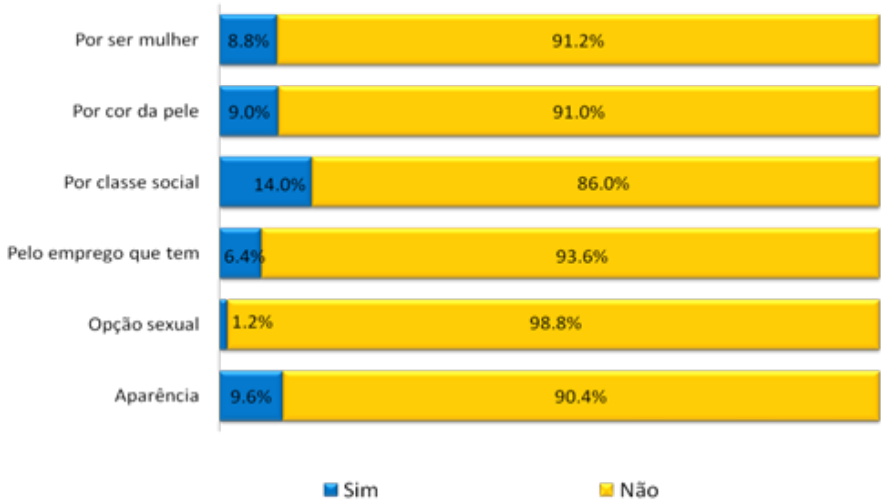
Características	Fez pré-natal	Razões para não ter feito pré-natal					
		Falta de tempo	Não sabia onde fazer	Tentou mas não conseguiu	Muito distante	Não teve dinheiro	Outros motivos
Idade	N=2999 p=0,000	N=255 p<0,05					
16 a 24 anos	96,6	27,1	10,4	4,6	0,0	0,0	57,9
25 a 44 anos	96,3	21,1	23,3	4,8	6,3	0,7	43,7
Mais de 45 anos	85,0	10,6	33,0	2,9	23,7	2,5	26,2
Raça/cor da pele	N=2998 p=0,002	N=253 p=0,000					
Branca	91,4	13,3	34,7	3,1	17,3	3,1	28,6
Preta	92,6	27,9	25,6	9,3	18,6	-	18,6
Parda	91,1	6,5	31,5	1,1	21,7	-	39,1
Amarela	87,8	-	37,5	-	25,0	25,0	-
Indígena	71,9	28,0	14,3	-	14,3	-	42,9
Região	N=3000 p=0,000	N=255 p<0,05					
Norte	92,9	13,9	14,0	8,1	14,0	2,8	47,2
Nordeste	87,0	16,9	36,9	1,3	14,6	0,0	28,9
Centro-Oeste	88,5	3,7	11,0	5,4	41,9	1,8	32,6
Sudeste	93,0	9,1	27,5	4,5	25,2	2,3	31,4
Sul	93,4	17,3	30,5	3,3	19,7	2,1	30,4
Faixa de renda	N=2753 p=0,000	N=229 p>0,05					
Até 1SM	85,9	13,6	36,6	5,3	11,2	1,2	32,1
1 a 3SM	91,7	14,2	26,6	3,1	28,9	2,4	23,6
3 a 5SM	93,8	15,7	40,4	0,0	4,0	3,1	36,8
Mais de 5SM	95,9	17,1	21,6	0,0	10,7	0,0	50,6

Entre os motivos para não ter realizado a assistência pré-natal, os principais são o desconhecimento dos locais que oferecem esse tipo de atenção e a distância entre as unidades de saúde e a residência das mulheres. Os dois motivos indicam que a rede de atenção básica, que oferece o pré-natal, não chegou aos territórios em que vivem as mulheres e, assim, demonstram as deficiências na universalização da rede pública de saúde. Deve-se advertir, porém, que são muito altas as freqüências encontradas na categoria “outros motivos”, o que pode ter distorcido as outras respostas.

XII. Discriminação e Violência

No conjunto, apenas 7,9% das mulheres referiu ter sofrido algum tipo de discriminação nos 12 meses anteriores à realização da pesquisa. A discriminação de classe foi a mais relatada pelas mulheres (14%), seguida pela discriminação motivada pela aparência (9,6%). As perguntas não detalham as características desse tipo de discriminação, mas pode-se supor que estejam ligadas a inadequações aos modelos predominantes de beleza, como o sobrepeso ou cabelos cacheados, podendo, assim, se associar à discriminação racial e à discriminação de gênero, que apresentaram proporções de respostas muito próximas, 9% e 8,8%, respectivamente. Finalmente, 6,4% das mulheres referiram ter sofrido discriminação em função do emprego, que pode estar associada à discriminação por classe social. A discriminação devida à opção sexual recebeu a menor proporção de respostas, mas isso se deve ao pequeno número de mulheres que revelou se relacionar com outras mulheres e uma vez que não se espera que a heterossexualidade seja fator de discriminação. A discriminação religiosa foi vivenciada por mulheres de todas as religiões, com exceção da católica, o que reforça a natureza hegemônica deste credo, que exerce pressão sobre as outras religiões.

Gráfico 81 – Experiência de discriminação, por tipo, Brasil, 2012.

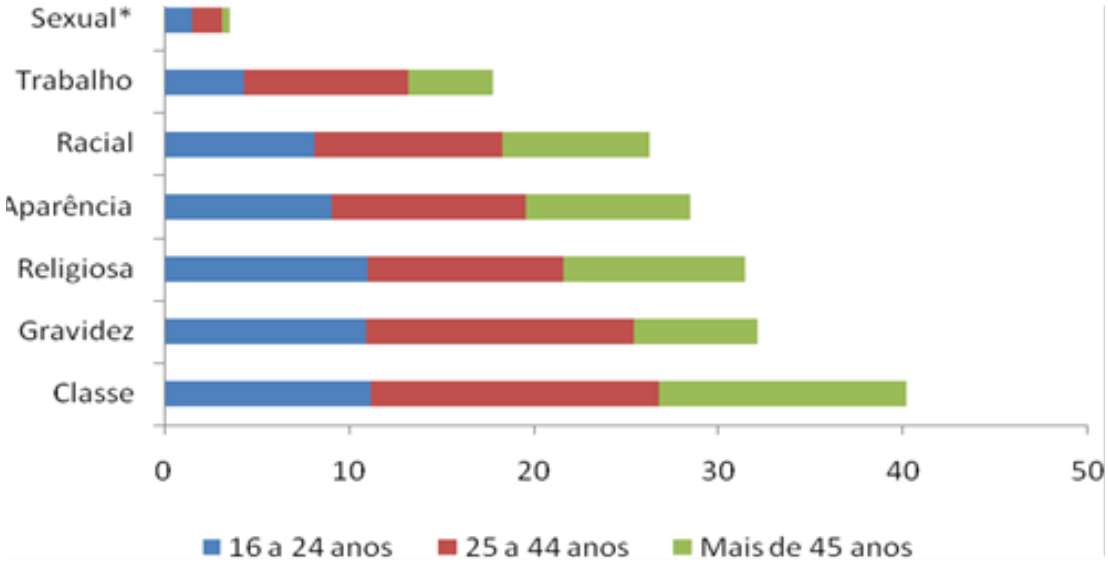


N=3947

Os gráficos abaixo apresentam os tipos de discriminação sofrida pelas mulheres, de acordo com faixas de idade, de renda e região. Em todos os grupos, a principal discriminação sofrida é a de classe, o que chama a atenção não apenas para a persistência das desigualdades sociais em nosso país, mas para o complexo sistema de

valores a elas associado, que produz discriminação e violência. Como esperado, é entre as mulheres mais jovens que se registra a maior proporção de discriminação associada à gravidez. É provável que isso se dê pelo viés de memória, quando recorda-se mais aquilo que é mais recente, levando as mulheres mais velhas – mais distanciadas do momento da gravidez – a reportarem menos situações vividas nesse período. É entre as mulheres de 25 a 44 anos, idade de maior atividade econômica, que se encontra a maior proporção de discriminação em função do trabalho.

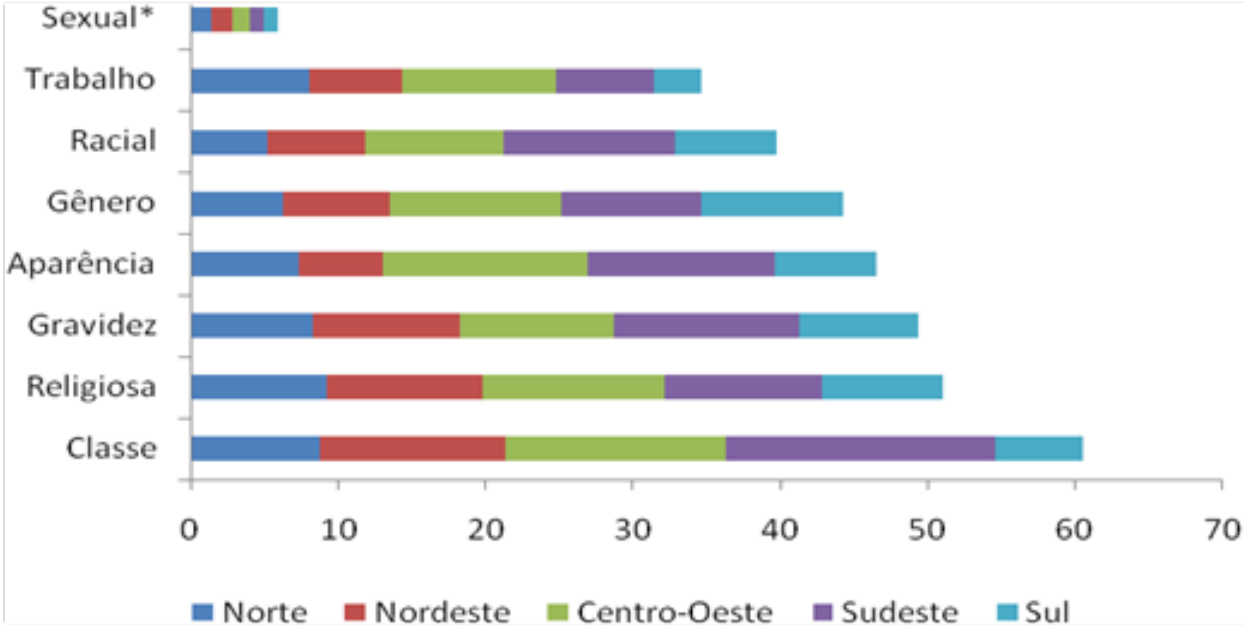
Gráfico 82 – Experiências de discriminação, por tipo, de acordo com faixa de idade, Brasil, 2012.



N=3926

No que se refere às regiões do país, vê-se que as mulheres residentes no Sudeste vivenciaram mais situações de discriminação de classe e de raça, quando comparadas às que residem em outras áreas. As situações de discriminação ligadas à gênero, aparência e ao trabalho são mais fortes no Centro-Oeste.

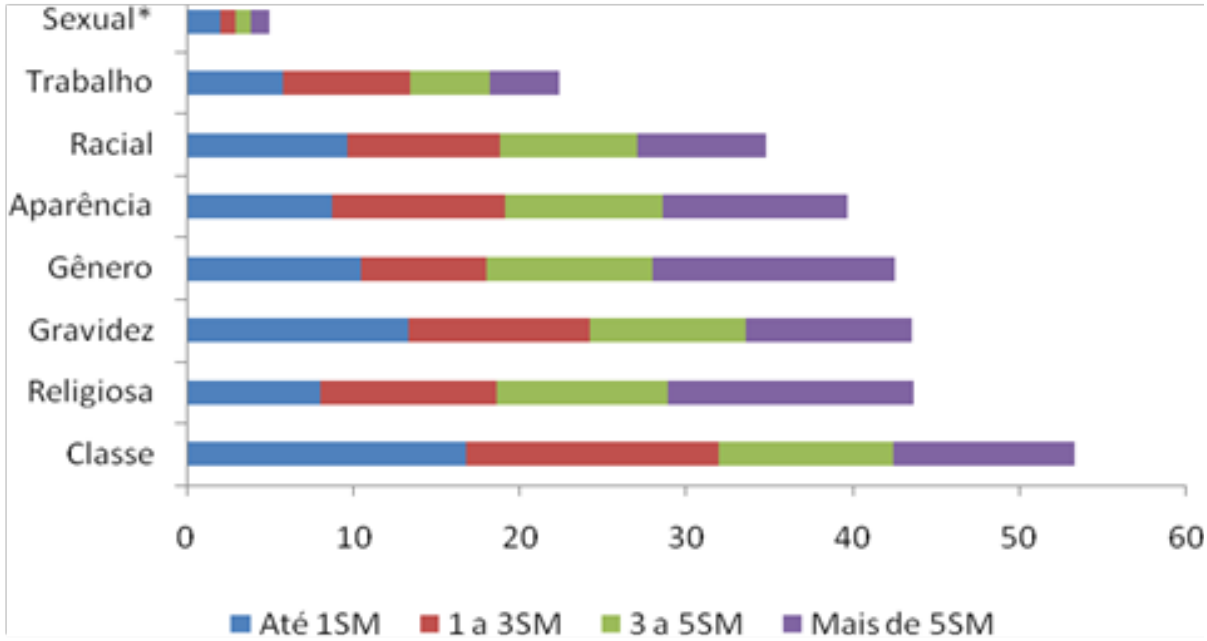
Gráfico 83 – Experiências de discriminação, por tipo, de acordo com grandes regiões, Brasil, 2012.



N=3926

Com relação à renda, as situações de discriminação racial e aquelas ligadas ao trabalho e à gravidez foram mais referidas pelas mulheres mais pobres. Entre as mulheres que auferem maiores rendimentos foi maior a referência à discriminação religiosa e de gênero, que se amparam menos na condição sócio-econômica, ou seja, que resistem às mudanças de posição social das mulheres. O mesmo pode ser dito com relação à discrminação racial, que se apresentou de forma muito semelhante nas três faixas de renda.

Gráfico 84 – Experiências de discriminação, por tipo, de acordo com faixas de renda, Brasil, 2012.



N=3594

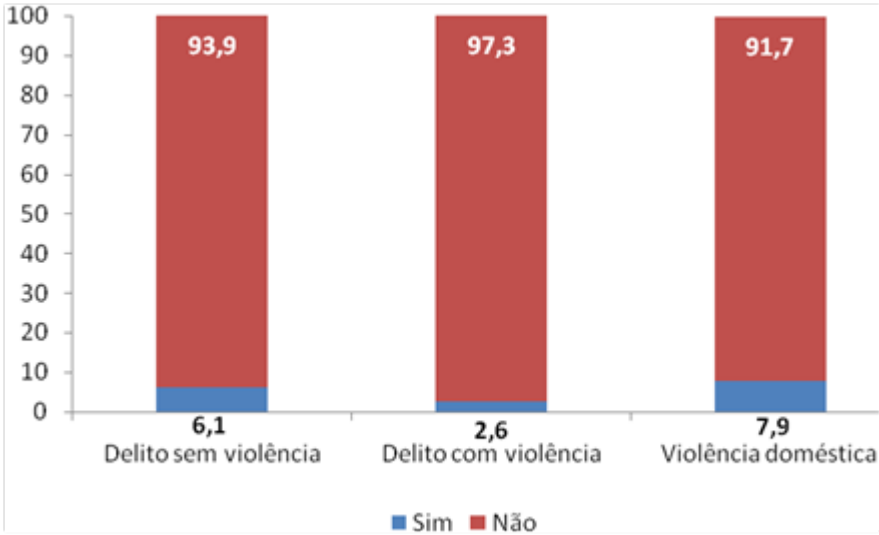
A tabela na próxima página apresenta as respostas em cada uma das categorias. A discriminação de gênero está mais presente entre as mulheres de 25 a 44 anos, pretas e indígenas, residentes no Centro-Oeste e situadas na faixa de renda mais alta. A discriminação racial e de classe destaca-se entre as mulheres pretas e indígenas e residentes no Sudeste. A discriminação por razões de trabalho destaca-se no Centro-Oeste e a sexual entre as indígenas. Finalmente, foram as mulheres pretas e pardas que mais referiram ter sofrido discriminação religiosa.

Tabela 73 – Situações de discriminação, por tipo, de acordo com características selecionadas, Brasil, 2012.

Características	Motivo da discriminação sofrida							
	Gênero	Racial	Classe	Trabalho	Sexual*	Aparência	Gravidez	Religiosa
Idade	n=3926	N=3925	N=3926	N=3922	N=3920	n=3295	N=3927	N=3925
	p>0,05	p>0,05	p<0,05	p=0,000	p=0,009	p>0,05	p=0,000	p>0,05
16 a 24 anos	8,3	8,1	11,2	4,3	1,5	9,1	10,9	11,0
25 a 44 anos	9,9	10,2	15,6	8,9	1,6	10,5	14,5	10,6
Mais de 45 anos	7,9	8,0	13,4	4,6	0,5	8,9	6,7	9,8
Raça/cor da pele	N=3926	N=3923	N=3922	N=3919	N=3919	N=3925	N=3924	N=3924
	p>0,05	p=0,000	p=0,000	p>0,05	p>0,05	p=0,001	p=0,000	p>0,05
Branca	8,9	2,5	9,9	5,3	1,4	8,1	9,2	9,3
Preta	10,6	27,1	21,6	7,5	1,0	12,6	15,9	11,7
Parda	7,8	7,0	14,7	6,9	0,9	9,5	9,7	11,1
Amarela	8,5	7,5	14,3	7,5	1,9	17,0	11,3	7,5
Indígena	15,4	20,5	20,5	7,7	2,6	7,7	17,9	7,7
Região	N=3926	N=3926	N=3925	N=3922	N=3921	N=3297	N=3926	N=3924
	p>0,05	p=0,000	p=0,000	p=0,000	p>0,05	p=0,000	p=0,011	p>0,05
Norte	6,3	5,2	8,8	8,1	1,4	7,3	8,3	9,2
Nordeste	7,2	6,7	12,5	6,2	1,5	5,8	10,0	10,6
Centro-Oeste	11,7	9,3	15,0	10,5	1,1	13,8	10,4	12,3
Sudeste	9,5	11,7	18,3	6,7	1,0	12,7	12,6	10,7
Sul	9,6	6,8	5,9	3,1	0,9	6,9	8,0	8,2
Faixa de renda	N=3593	N=3594	N=3594	N=3586	N=3588	N=3593	N=3593	N=3592
	p=0,001	p>0,05	p<0,05	p<0,05	p>0,05	p>0,05	p>0,05	p=0,030
Até 1SM	10,5	9,7	16,8	5,8	2,0	8,7	13,3	8,0
1 a 3SM	7,5	9,1	15,1	7,6	0,9	10,4	10,9	10,6
3 a 5SM	10,0	8,3	10,5	4,8	1,0	9,5	9,4	10,3
Mais de 5SM	14,5	7,7	10,9	4,2	1,1	11,1	9,9	14,7

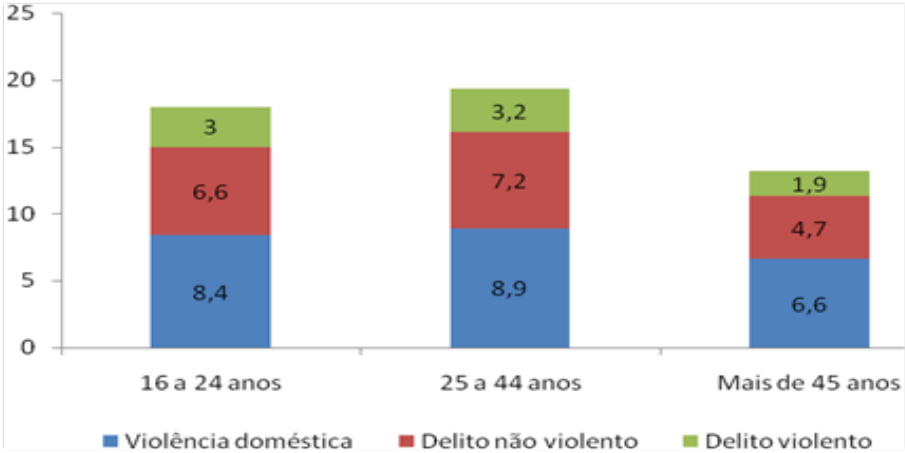
Assim como na população em geral, e indo de encontro ao senso comum, é reduzido o número de mulheres que foram vítimas de delitos. Cerca de 6% sofreram algum tipo de delito sem violência e apenas 2,6% relataram terem sido vítimas de delitos violentos. Mas, seguindo as tendências observadas em pesquisas semelhantes, quando se trata de violência doméstica, cujas vítimas preferenciais são do sexo feminino, a proporção de respostas positivas aumenta. Quase 8% das mulheres afirmaram já terem vivenciado pelo menos um episódio deste tipo nos 12 meses anteriores à realização da pesquisa. Observe-se que a delimitação desse período de tempo recente pode ser um indicativo de que as mulheres estejam, na verdade, em uma situação de violência atual, uma vez que a violência doméstica se caracteriza por um processo e não por um único episódio de agressão.

Gráfico 85 – Vitimização, por tipo, Brasil, 2012



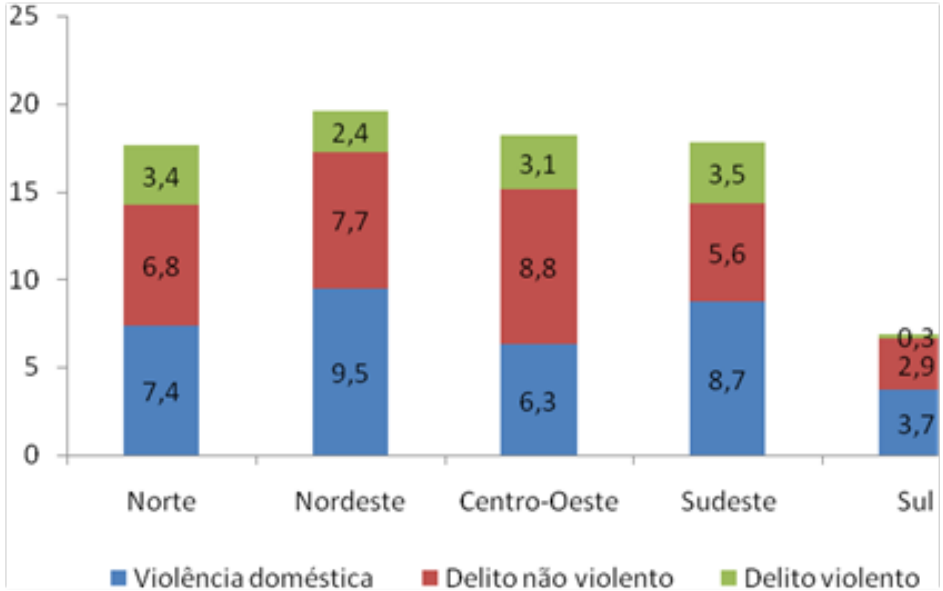
A maior proporção de violência doméstica foi encontrada entre as mulheres mais jovens que, provavelmente, estavam vivendo uma relação amorosa no momento de realização da pesquisa. O recorte temporal exclui experiências passadas de violência doméstica, o que pode explicar a menor proporção de respostas por parte das mulheres mais velhas.

Gráfico 86 – Vitimização por tipo, de acordo com faixa etária, Brasil, 2012.



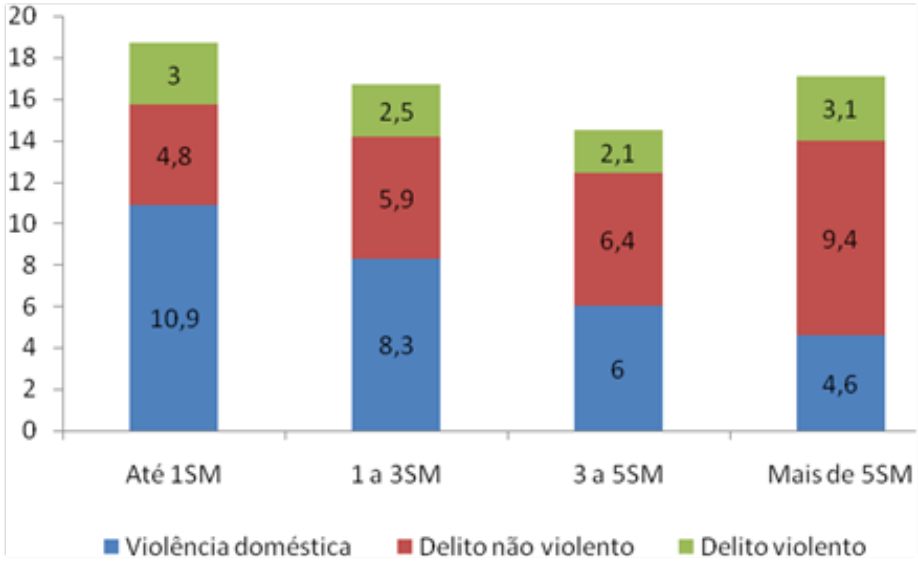
As diferenças regionais chamam a atenção, sobretudo pela disparidade entre as regiões Sul e Nordeste. Nessa última região, a violência doméstica foi quase três vezes maior do que o encontrado na região Sul. O mesmo se aplica aos outros tipos de violência. No caso dos delitos violentos, as mulheres residentes na região Sul praticamente não reportaram esse tipo de experiência de vitimização: apenas 0,3% delas responderama afirmativamente a essa questão. Nas demais regiões, essa proporção variou de 2,4%, no Nordeste, a 3,5%, no Sudeste.

Gráfico 87 – Vitimização por tipo, de acordo com grande região, Brasil, 2012.



A principal variação das respostas se deu entre as faixas de renda: há um claro gradiente relativo à violência doméstica, no qual observa-se que, quanto menor a renda, maior a ocorrência de violência. Contextos de pobreza, como se sabe, são também contextos de menor acesso a serviços e a redes de apoio, o que dificulta às mulheres o enfrentamente das situações de violência. Mulheres com maior renda – que, em geral, também tem melhores níveis de escolaridade – encontram mais facilmente os meios de evitar e escapar das mesmas situações. Acontece o inverso com relação aos delitos não violentos, cuja ocorrência cresce de acordo com renda das mulheres, o que pode sinalizar para crimes contra o patrimônio. Já para os delitos violentos, que ocorrem mais frequentemente em vias públicas e estão associados à eficácia das políticas públicas de segurança, não se encontrou variação de acordo com as faixas de renda das mulheres.

Gráfico 88 – Vitimização por tipo, de acordo com faixa de renda, Brasil, 2012.



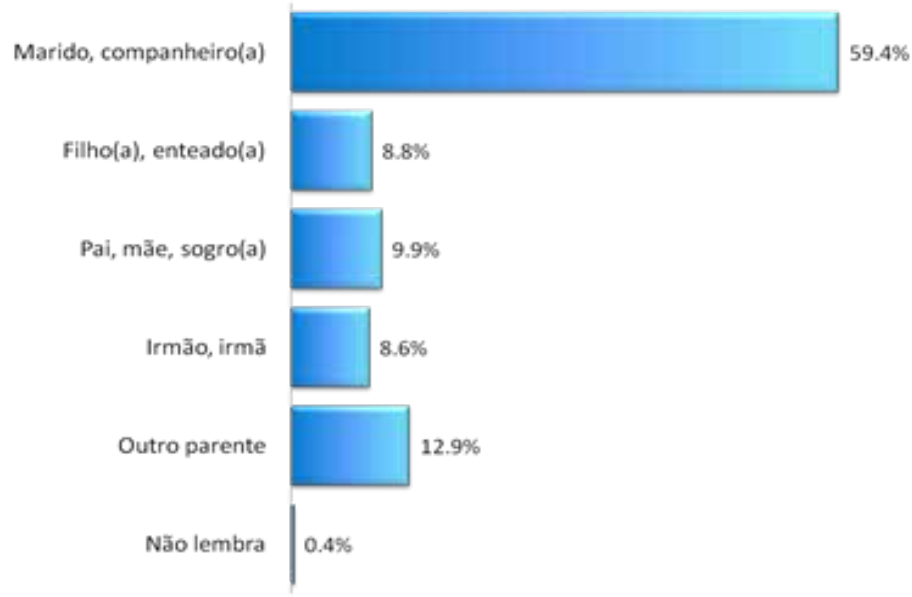
Finalmente, entre as mulheres que tem filhos encontrou-se uma maior proporção de violência doméstica quando comparada às demais, provavelmente pelo fato de estarem vivenciando uma relação amorosa no momento de realização da pesquisa. A violência doméstica é mais presente entre as mulheres pretas, amarelas e indígenas.

Tabela 74 – Vitimização por tipo, de acordo com faixa de idade e renda, região e paridade, Brasil 2012.

Características	Vitimização		
	Delito não violento	Delito violento	Violência doméstica
Idade	N=3926 p<0,05	N=3927 p>0,05	N=3914 p<0,05
16 a 24 anos	6,6	3,0	8,4
25 a 44 anos	7,2	3,2	8,9
Mais de 45 anos	4,7	1,9	6,6
Raça/cor da pele	N=3925 p>0,05	N=3926 p>0,05	N=3910 p=0,000
Branca	6,1	2,1	6,0
Preta	5,6	3,5	12,2
Parda	6,2	2,8	7,7
Amarela	6,6	4,7	10,4
Indígena	7,7	2,5	10,3
Região	N=3925 p<0,05	N=3925 p<0,05	N=3913 p=0,000
Norte	6,8	3,4	7,4
Nordeste	7,7	2,4	9,5
Centro-Oeste	8,8	3,1	6,3
Sudeste	5,6	3,5	8,7
Sul	2,9	0,3	3,7
Faixa de renda	N=3593 p<0,05	N=3591 p>0,05	N=3580 p<0,05
Até 1SM	4,8	3,0	10,9
1 a 3SM	5,9	2,5	8,3
3 a 5SM	6,4	2,1	6,0
Mais de 5SM	9,4	3,1	4,6
Tem filhos	N=3922 p<0,05	N=3922 p>0,05	N=3911 p=0,000
Sim	5,5	2,9	8,7
Não	7,7	2,0	5,2

No que se refere especificamente à violência doméstica, verifica-se que o principal agressor é parceiro. Quase 60% das mulheres enquadraram-se nessa situação, mas as demais foram agredidas por outros parentes. Há, porém, diferenças importantes quando se observa os grupos de mulheres de acordo com suas características sóciodemográficas.

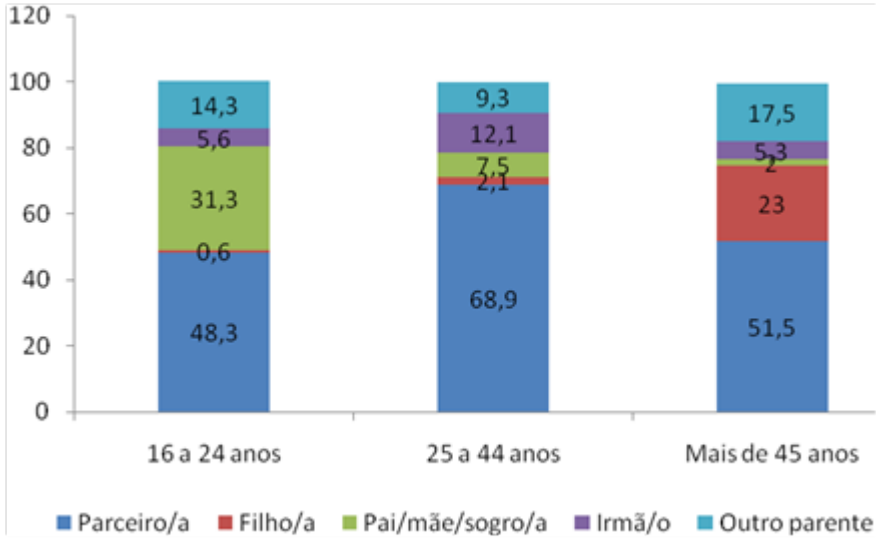
Gráfico 89 – Relação com o responsável pela agressão, Brasil, 2012.



N=309

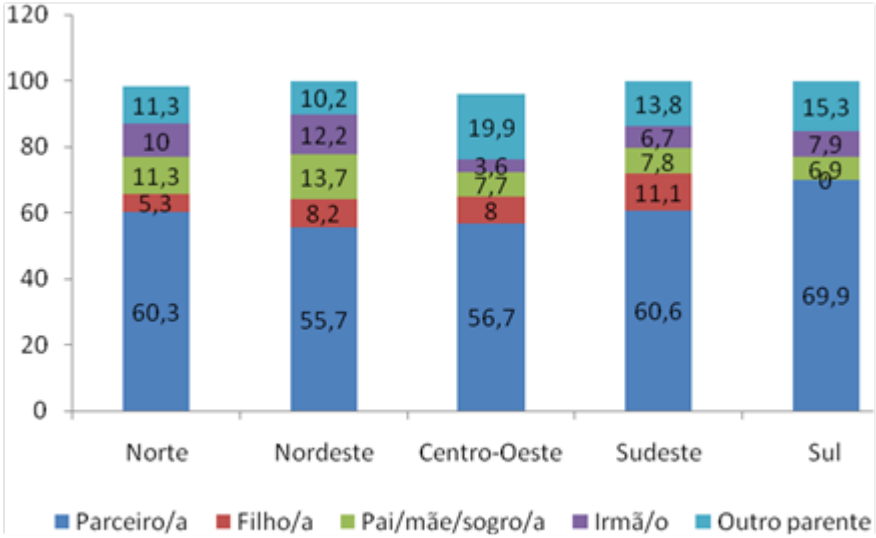
Assim, é na faixa intermediária de idade que se encontra a maior proporção de violência cometida por parceiro, enquanto que entre as mais jovens está a maior proporção de violência cometida por pais e/ou sogros. Entre as mais velhas, cujos filhos já chegaram à adolescência ou idade adulta, a proporção de casos cometidos por filhos chega a 23%, ou seja, quase uma entre quatro mulheres dessa faixa de idade sofreu essa modalidade de agressão.

Gráfico 90 – Relação com o responsável pela agressão, de acordo com faixa de idade, Brasil, 2012



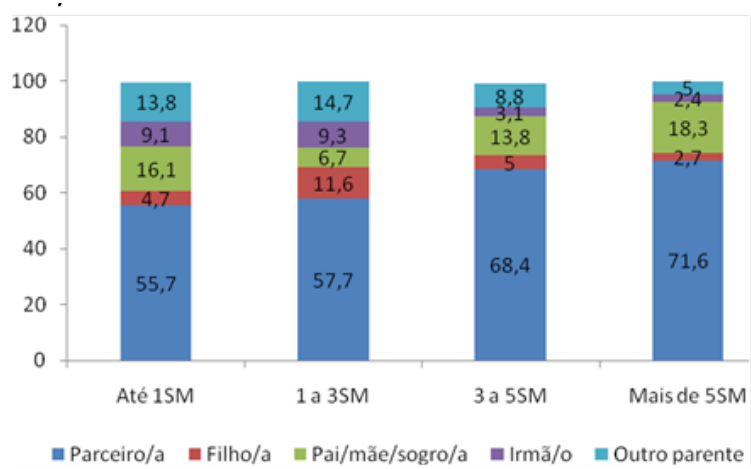
No que se refere às regiões, a variação é bem menor. Destaca-se a presença do parceiro como agressor em quase 70% dos casos reportados na região Sul e a menor frequência desses na região Nordeste (55,7%), onde foi mais relatada a violência cometida pelos pais e por irmãos.

Gráfico 91 – Relação com o responsável pela agressão, de acordo com grande região, Brasil, 2012



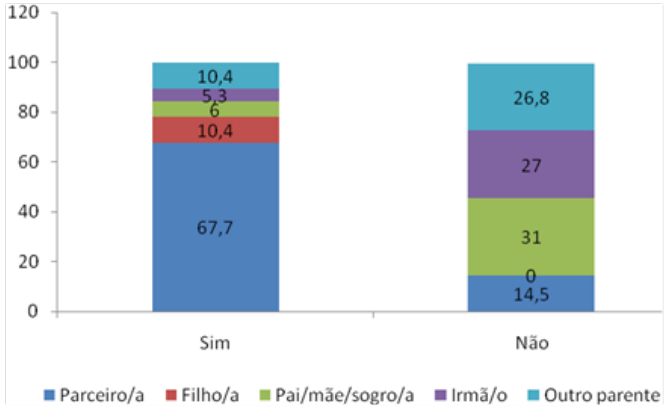
O mesmo acontece com relação às faixas de renda. As mulheres de maior renda registraram uma maior proporção de situações de violência cometida pelo parceiro, enquanto entre as de menor renda foi maior a proporção de irmãos e outros parentes como agressores. O que se percebe é que quanto menor a renda maior a exposição a diferentes tipos de agressores. Á medida que a renda melhora a violência parece haver uma concentração dos casos que tem pais e parceiros como agressores.

Gráfico 92 – Relação com o responsável pela agressão, de acordo com faixas de renda, Brasil, 2012



Mas é quando se analisa o grupo de mulheres que tem filhos que as diferenças saltam aos olhos: quase 70% sofreram violência do parceiro, enquanto que entre as demais essa proporção foi de 14,5%. Essas últimas, que também são mais jovens, sofreram violência principalmente dos pais, irmãos e outros parentes.

Gráfico 93 – Relação com responsável pela agressão, de acordo com paridade, Brasil, 2012



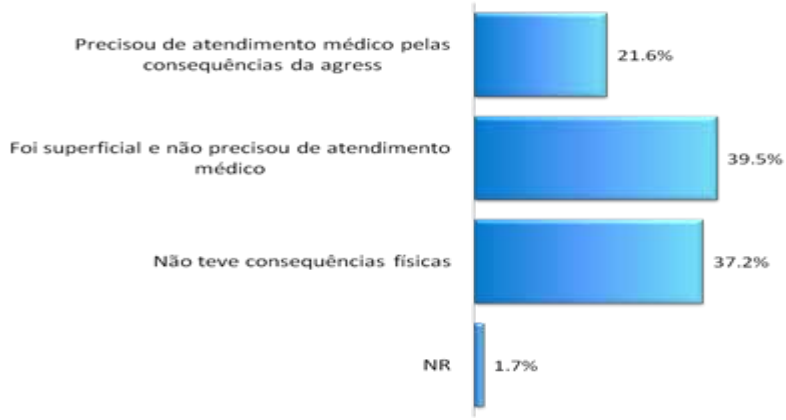
A tabela abaixo apresenta o conjunto dos resultados para essa questão e, nela, destaca-se a alta proporção de indígenas agredidas pelos parceiros.

Tabela 75 – Relação com responsável pela agressão, de acordo com faixas de idade e renda, grande região e paridade, Brasil, 2012

Características	Relação com o agressor				
	Parceiro/a	Filho/a	Pai/mãe/sogro/a	Irmã/o	Outro parente
Idade					
N=308 p=0,000					
16 a 24 anos	48,3	0,6	31,3	5,6	14,3
25 a 44 anos	68,9	2,1	7,5	12,1	9,3
Mais de 45 anos	51,5	23,0	2,0	5,3	17,5
Raça/cor da pele					
N=307 p>0,05					
Branca	62,2	10,2	10,2	7,1	10,2
Preta	55,3	10,6	9,4	9,4	15,3
Parda	61,5	5,5	10,1	7,3	14,7
Amarela	45,5	18,2	9,1	18,2	9,1
Indígena	75,0	-	25,0	-	-
Região					
N=306 p>0,05					
Norte	60,3	5,3	11,3	10,0	11,3
Nordeste	55,7	8,2	13,7	12,2	10,2
Centro-Oeste	56,7	8,0	7,7	3,6	19,9
Sudeste	60,6	11,1	7,8	6,7	13,8
Sul	69,9	0,0	6,9	7,9	15,3
Faixa de renda					
N=287 p>0,05					
Até 1SM	55,7	4,7	16,1	9,1	13,8
1 a 3SM	57,7	11,6	6,7	9,3	14,7
3 a 5SM	68,4	5,0	13,8	3,1	8,8
Mais de 5SM	71,6	2,7	18,3	2,4	5,0
Tem filhos					
N=309 p=0,000					
Sim	67,7	10,4	6,0	5,3	10,4
Não	14,5	0,0	31,0	27,0	26,8

Para 21,6% das mulheres as agressões sofridas foram graves o suficiente para precisarem de assistência médica. Não se deve desprezar, porém, a proporção daquelas que sofreram lesões mas não precisaram procurar assistência, uma vez que há lesões que são curadas em casa mas não são necessariamente leves. Além disso, sabe-se que muitas mulheres não procuram os serviços de saúde por vergonha ou medo da reação do parceiro, mesmo quando estão muito machucadas.

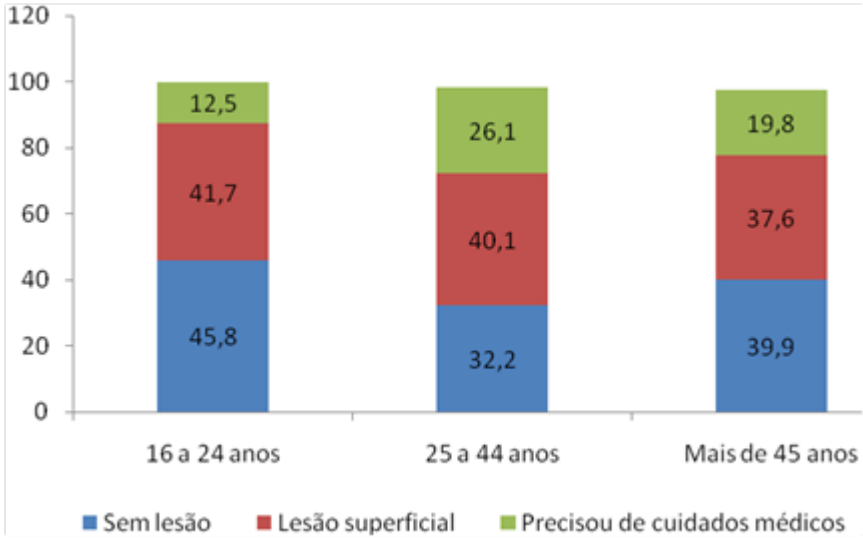
Gráfico 94 – Gravidade das agressões, Brasil, 2012.



N=308

A maior proporção de episódios de violência grave foi encontrada entre as mulheres de 25 a 44 anos, que, provavelmente, são aquelas que estão unidas e que tem filhos pequenos: mais de um quarto dos episódios de violência vivenciados por essas mulheres resultou em atendimento médico. As lesões superficiais foram reportadas de forma semelhante nos três grupos de idade.

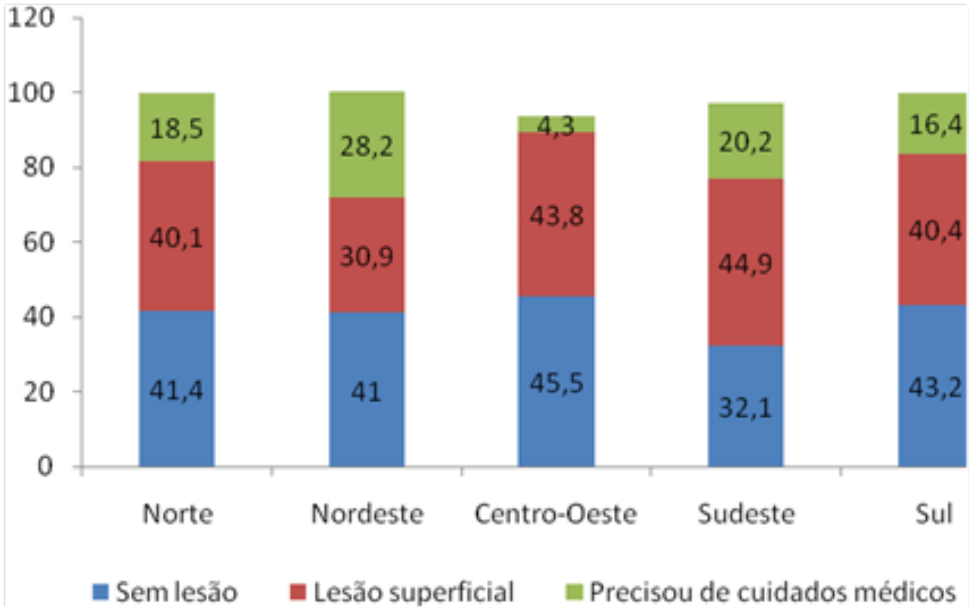
Gráfico 95 – Gravidade das agressões, de acordo com faixa de idade, Brasil, 2012



N=

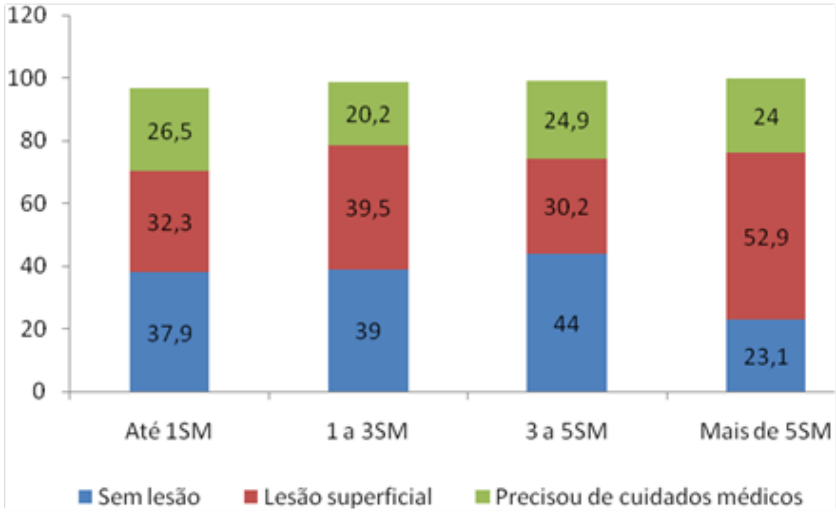
Analisando-se os dados de acordo com a região de residência das mulheres, chama a atenção a alta proporção de violência grave na região Nordeste e, inversamente, a baixíssima proporção encontrada na região Centro-Oeste, bastante destoante do espectro encontrado para o país. Não se deve negligenciar aqui a hipótese de que as dificuldades de acesso a serviços de saúde tenham orientado essas respostas, ou seja, pode ser a razão de as mulheres não procuraram assistência e não necessariamente a gravidade da lesão.

Gráfico 96 – Gravidade das lesões, de acordo com grande região, Brasil, 2012



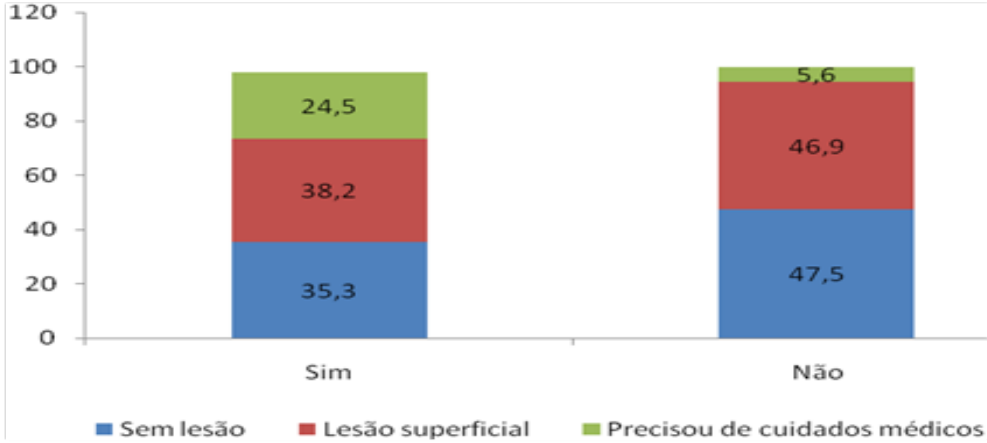
É menor a variação de acordo com as faixas de rendimentos familiares das mulheres, com exceção da lesão superficial, referida por uma proporção muito maior de mulheres de renda mais alta. Somando-se as situações de lesão grave e superficial, verifica-se que 76,9% das mulheres de maior renda vivenciaram situações de violência física que lhes provocaram algum tipo de machucado. Entre as mulheres de menor renda, essa proporção foi de 58,8%. Essa diferença chama a atenção e requer maior exploração.

Gráfico 97 – Gravidade das lesões, de acordo com faixa de renda, Brasil, 2012



É maior a proporção de violência grave entre as mulheres que tem filhos e, na soma dos dois tipos de lesão, há 10% a mais de mulheres nesse grupo do que no outro. Ou seja, as mulheres que tem filhos sofrem mais violência e é maior a gravidade dos episódios. A tabela seguinte apresenta os dados referentes a todas as categorias.

Gráfico 98 – Gravidade da violência, de acordo com paridade, Brasil, 2012



É entre as mulheres pretas que se encontra a maior proporção de lesões superficiais. As lesões graves foram mais referidas pelas mulheres pardas e amarelas.

Tabela 76 – Gravidade das lesões, de acordo com faixas de idade e renda, grande região e paridade, Brasil, 2012

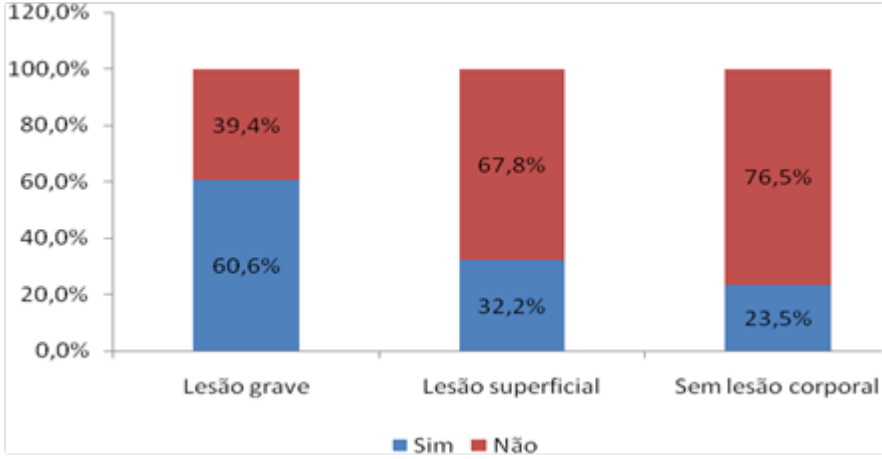
Características	Gravidade da agressão		
	Sem lesão	Lesão superficial	Precisou de cuidados médicos
Idade			
N=307 p>0,05			
16 a 24 anos	45,8	41,7	12,5
25 a 44 anos	32,2	40,1	26,1
Mais de 45 anos	39,9	37,6	19,8
Raça/cor da pele			
N=306 p>0,05			
Branca	35,1	44,3	18,6
Preta	36,5	49,4	14,1
Parda	38,5	33,0	26,6
Amarela	45,5	9,1	45,5
Indígena	50,0	25,0	25,0
Região			
N=308 p>0,05			
Norte	41,4	40,1	18,5
Nordeste	41,0	30,9	28,2
Centro-Oeste	45,5	43,8	4,3
Sudeste	32,1	44,9	20,2
Sul	43,2	40,4	16,4
Faixa de renda			
N=286 p>0,05			
Até 1SM	37,9	32,3	26,5
1 a 3SM	39,0	39,5	20,2
3 a 5SM	44,0	30,2	24,9
Mais de 5SM	23,1	52,9	24,0
Tem filhos			
N=309 p<0,05			
Sim	35,3	38,2	24,5
Não	47,5	46,9	5,6

Nas duas últimas décadas, vem se instituindo no Brasil um conjunto de leis, políticas e serviços voltados para a prevenção e coibição da violência contra as mulheres, que inclui uma rede de atendimento às vítimas. É uma rede ainda frágil, que está longe de alcançar a universalização e um padrão de qualidade que garanta às mulheres o acesso ao atendimento eficaz em serviços policiais, jurídicos, de saúde e assistência social, entre outros. A Lei Maria da Penha, de 2006, além de regular as políticas nessa área, tem se constituído em um meio importantíssimo de problematização da violência contra as mulheres e de disseminação dos direitos das mulheres nessa área. No entanto, o processo de saída da situação de violência é complexo e não depende apenas da oferta de

serviços. Há um amplo conjunto de fatores que concorrem para que as mulheres procurem ou não a ajuda institucional, entre os quais sobressai a eficácia das instituições em realmente retirarem o agressor do cotidiano da mulher. Parte importante das mulheres não denuncia a agressão sofrida por que sabem que não terão a proteção necessária e que, uma vez denunciado, o agressor pode se vingar, tornando-se mais violento. O número relativamente pequeno de mulheres que denunciam seus agressores deve ser analisado, portanto, à luz da complexidade deste contexto.

Nessa pesquisa, quase todas as mulheres (96,2%) conheciam a Lei Maria da Penha, ou seja, sabiam que a violência doméstica é crime e que há mecanismos institucionais aos quais podem recorrer em busca de ajuda. Não obstante, apenas cerca de um terço das mulheres (34,2%) denunciaram as agressões. A gravidade das lesões parece ser um fator impulsionador da denúncia: 60,6% das mulheres que sofreram lesões graves denunciaram o agressor contra 23,5% daquelas que não sofreram lesão. Considerando, porém, o horizonte mais largo das últimas décadas, quando era ínfimo o número de mulheres que não busca ajuda institucional, não nos parece desprezível que um quarto das mulheres que não sofreram lesão corporal e um terço das que sofreram lesões superficiais tenham recorrido à polícia para denunciar o agressor.

Gráfico 99 – Denúncia à polícia, de acordo com a gravidade da agressão, Brasil, 2012.

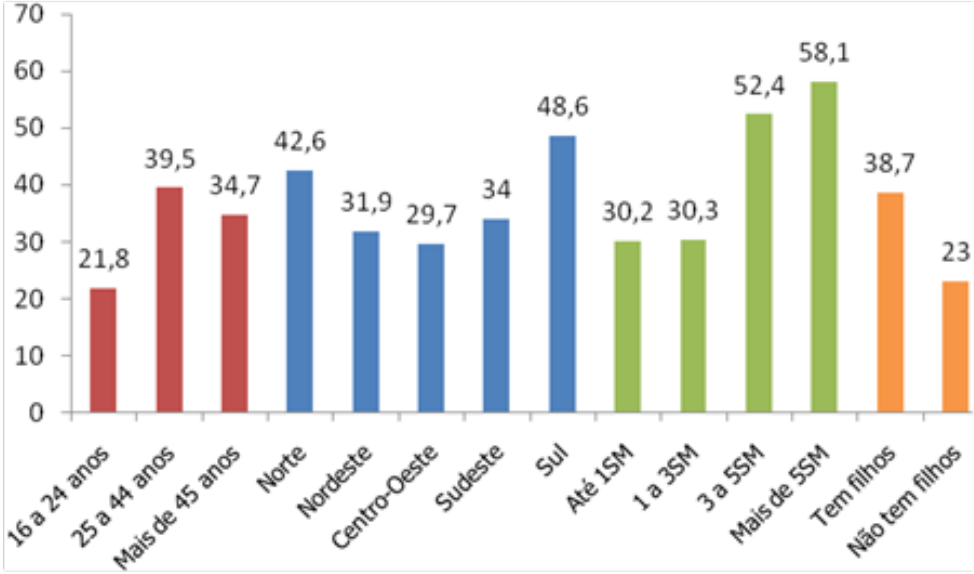


Em 47% dos casos, porém, a polícia não agiu após a denúncia, corroborando o mencionado acima a respeito da baixa eficácia da rede de atenção às mulheres. Nesse contexto, 45,9% das mulheres prosseguiram até o final do processo e as demais perdoaram o parceiro e retiraram a queixa. Observe-se que a pesquisa foi realizada antes da alteração da Lei Maria da Penha, que não mais permite que a vítima desista do processo.

É entre as mulheres de maior renda que se encontra a maior proporção de denúncias das agressões sofridas à polícia: quase 60%. No que se refere à região, são as mulheres do Sul e do Norte que mais denunciam.

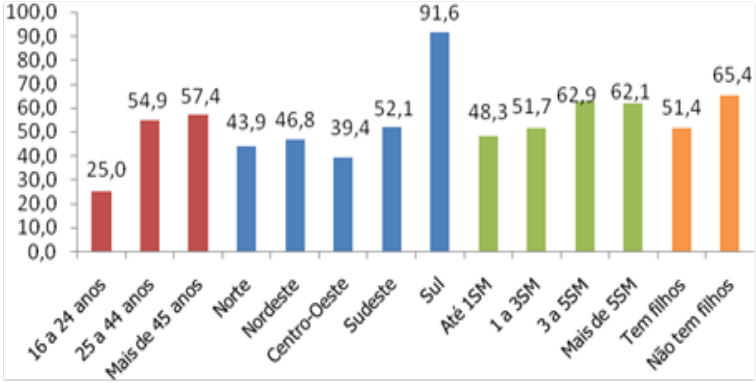
Considerando-se que essas duas regiões ocupam posições extremas no que se refere à organização e oferta de serviços públicos em geral, vale a pena explorar as razões pelas quais apresentam resultados tão próximos. As mulheres que tem filhos e as mulheres de 25 a 44 anos são as que mais denunciam em seus respectivos grupos.

Gráfico 100 – Denúncia à polícia, de acordo com faixas de idade e renda, grande região e paridade, Brasil, 2012.



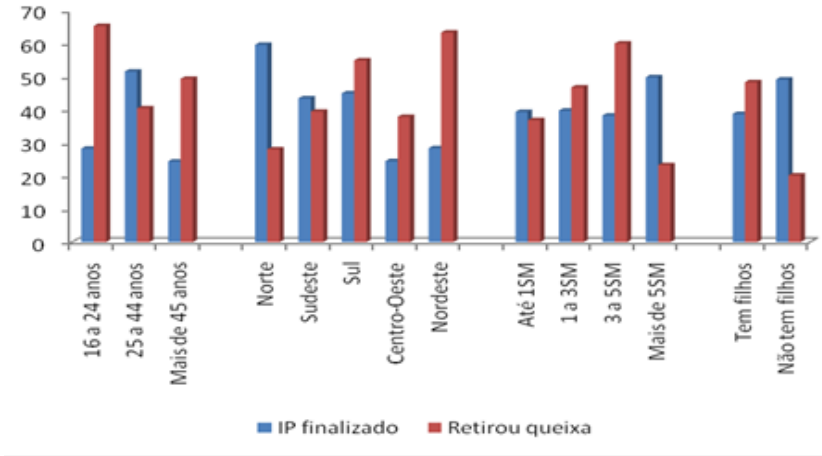
Uma vez feita a denúncia, é necessário que o inquérito policial seja instaurado e, nesse caso, as respostas dadas pelas mulheres residentes na região Sul apontam para a maior eficácia dos serviços nessa região: 91,6% responderam positivamente a essa questão. A segunda região mais próxima desse padrão de resposta é o Sudeste, mas fica muito abaixo, com 52,1%. A região Centro-Oeste é a que apresenta a menor proporção de mulheres que informou que os inquéritos foram instaurados. A renda parece influir positivamente no prosseguimento do processo criminal e isso pode se dar pelo fato das mulheres poderem pagas seus próprios advogados, sem dependerem da defensoria pública, ou de terem melhores condições de acompanhar o processo. Assim, 62,1% das mulheres de melhor renda tiveram seus inquéritos instaurados, enquanto na faixa mais pobre essa proporção foi de 48,3%. Chama a atenção ainda o fato de ser maior a proporção de mulheres sem filhos que teve o inquérito instaurado. É possível que, também aqui, a maior disponibilidade de tempo, dessa vez dada pela ausência de filhos, tenha ajudado no acompanhamento do processo.

Gráfico 101 – Instauração de inquérito policial sobre a agressão sofrida, de acordo com faixas de idade e renda, grande região e paridade, Brasil, 2012



São as mulheres jovens as que mais retiraram as queixas: 65,4% delas interromperam o processo criminal contra o agressor. Padrão semelhante encontra-se entre as mulheres que tem filhos, podendo-se supor mais uma vez que as jovens com filhos teriam mais dificuldades tanto de acessar os serviços – dadas pelo tempo que é tomado com os cuidados com crianças pequenas – quanto de lidar com eventuais ameaças do agressor surgidas após a denúncia. Entre as regiões, o Norte apresenta a menor proporção de retirada de queixas e o Nordeste, a maior. Mas apenas no Norte e no Sudeste a proporção de inquéritos finalizados é maior do que a interrupção dos processos. No caso das faixas de rendimento, apenas o grupo das mulheres de maior renda apresentou uma proporção menos de retirada de queixas do que de continuidade do processo. Em todos os demais grupos é muito alta proporção de mulheres que não dá continuidade ao processo.

Gráfico 102 – Inquérito finalizado e interrompido, de acordo com faixas de idade e renda, grande região e paridade, Brasil, 2012



A tabela abaixo apresenta os dados para cada uma das categorias e, nela, verifica-se ainda que são as mulheres brancas as que mais denunciam e as pardas e amarelas aquelas que mais retiram as queixas.

Tabela 77 – Processo de denúncia e conhecimento da Lei Maria da Penha, de acordo com faixas de idade e renda, grande região e paridade, Brasil, 2012.

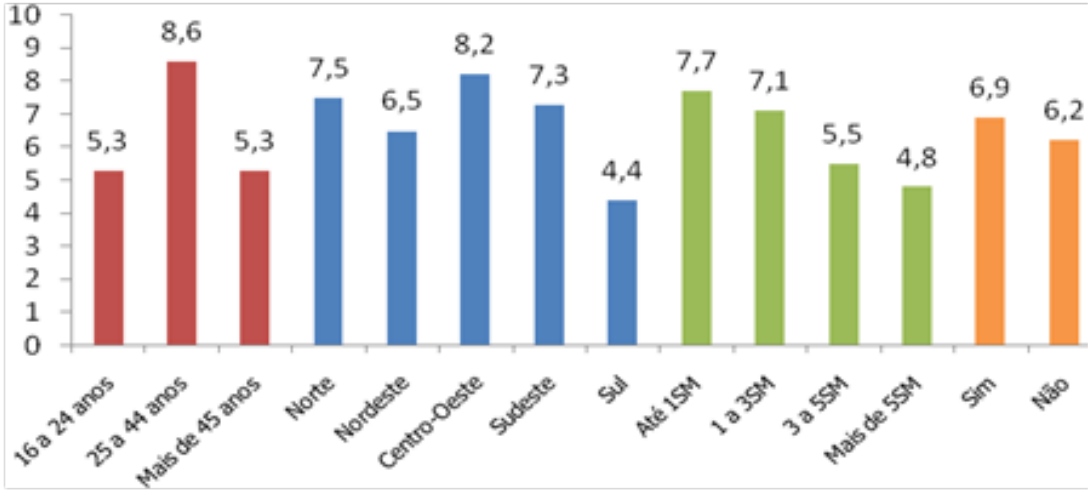
Características	Processo de denúncia				Conhece Lei Maria da Penha
	Denunciou	IP instaurado	IP finalizado	Retirou queixa	
Idade	N=307 p<0,05	N=126 p>0,05	N=120 p<0,05		N=3937 p=0,000
16 a 24 anos	21,8	25,0	28,3	65,4	98,1
25 a 44 anos	39,5	54,9	51,6	40,5	98,2
Mais de 45 anos	34,7	57,4	24,4	49,4	94,2
Raça/cor da pele	N=306 p>0,05	N=125 p>0,05	N=120 p>0,05		N=3936 p<0,05
Branca	37,1	64,3	50,0	45,0	95,5
Preta	31,8	51,5	41,9	38,7	97,9
Parda	36,7	42,6	30,4	52,2	98,2
Amarela	18,2	-	-	100,0	95,3
Indígena	25,0	100,0	100,0	-	100,0
Região	N=306 p>0,05	N=124 p<0,05	N=123 p>0,05		N=3937 p>0,05
Norte	42,6	43,9	59,7	28,1	98,0
Nordeste	31,9	46,8	28,4	63,4	97,3
Centro-Oeste	29,7	39,4	24,5	37,9	97,5
Sudeste	34,0	52,1	43,5	39,5	96,8
Sul	48,6	91,6	45,0	55,0	95,1
Faixa de renda	N=285 p<0,05	N=116 p>0,05	N=113 p>0,05		N=3600 p>0,05
Até 1SM	30,2	48,3	39,4	36,9	96,1
1 a 3SM	30,3	51,7	39,8	46,8	96,5
3 a 5SM	52,4	62,9	38,3	60,1	97,4
Mais de 5SM	58,1	62,1	49,9	23,3	98,4
Tem filhos	N=307 p<0,05	N=124 p>0,05	N=121 p>0,05		N=3934 p>0,05
Sim	38,7	51,4	38,8	48,4	96,8
Não	23,0	65,4	49,2	20,2	97,3

Quase 7% das mulheres foram vítimas ou sofreram uma tentativa de abuso sexual e, dessas, 79,5% conheciam o agressor. A violência sexual é mais difícil de ser reconhecida pelas mulheres, especialmente quando é cometida pelo parceiro ou por um familiar próximo. Muitas vezes, é confundida com 'obrigações conjugais' ou afetivas em relações hierárquicamente constituídas dentro da família. Do mesmo modo, ainda que seja reconhecida como tal, as mulheres encontram mais dificuldades para denunciar essa modalidade de violência do que,

por exemplo, a violência física, ma vez que, frequentemente, a sua própria conduta sexual é colocada em causa durante o processo. Assim, não surpreende que apenas 21,2% das mulheres tenham denunciado o agressor.

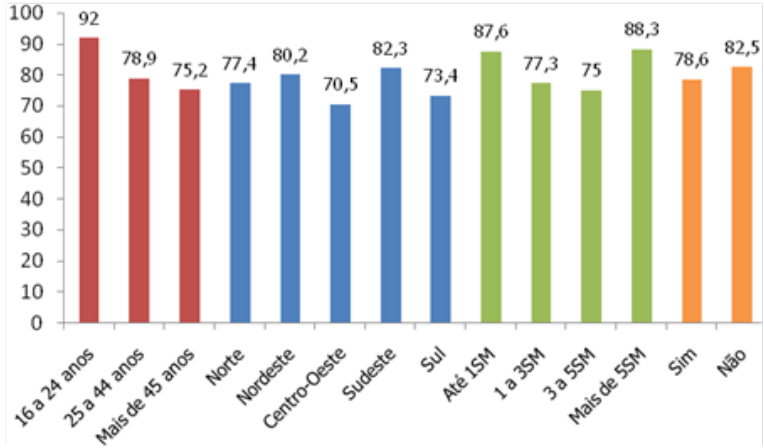
A região Centro-Oeste se destaca como a região que apresenta o mais alto índice de abuso sexual e a região Sul apresenta a menor proporção desse tipo de agressão. As mulheres de 25 a 44 anos foram as que mais reportaram experiências de abuso sexual e, com relação à renda, observa-se novamente aqui o gradiente que indica que quanto menor a renda maior a proporção de mulheres que sofreu violência sexual. Já o fato de ter ou não ter filhos não parece influenciar esse tipo de situação.

Gráfico 103 – Experiência de abuso sexual, de acordo com faixas de idade e renda, grande região e paridade, Brasil, 2012.



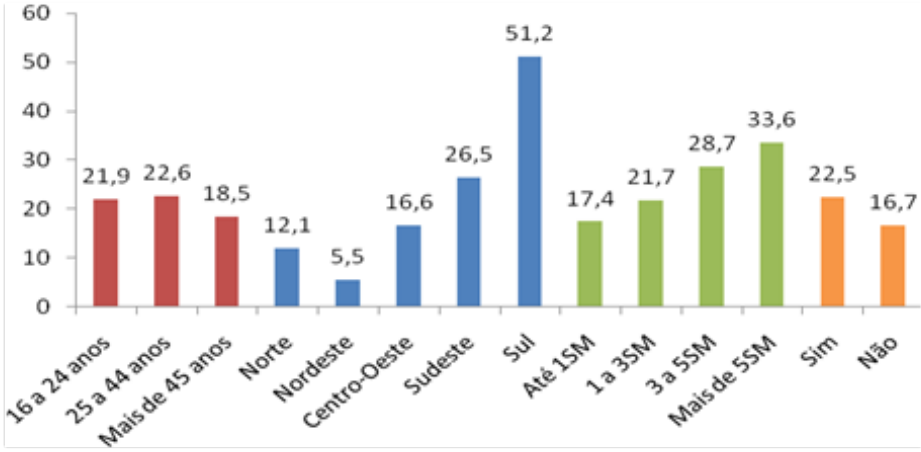
Observe-se que, no que se refere à relação próxima da mulher com o responsável pelo abuso sexual, é pequena a variação das respostas em todos os grupos. Assim, a menor proporção de mulheres que afirmou conhecer o agressor foi encontrada na região Centro-Oeste (70,5%) e a maior entre as mulheres jovens (92%). No interior de cada grupo, as diferenças são relativamente semelhantes, observando-se um gradiente apenas quanto às faixas de idade: quanto mais jovens maior a proximidade com o agressor, possivelmente por que o abuso deve ter se dado na infância ou adolescência, quando é mais provável que aconteça a violência intrafamiliar.

Gráfico 104 – Agressor conhecido da vítima, de acordo com faixas de idade e renda, grande região e paridade, Brasil, 2012.



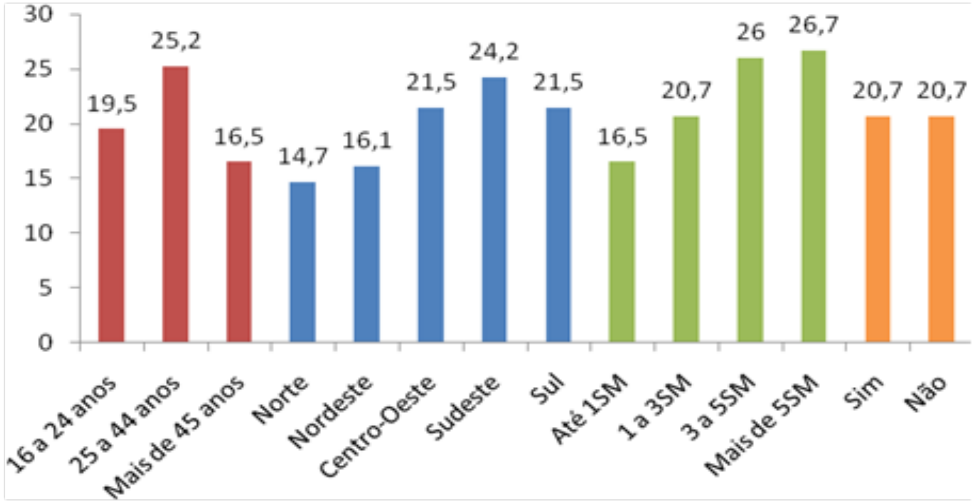
No que se refere à denúncia da agressão, são marcantes as diferenças entre os grupos de mulheres. Chama a atenção no gráfico abaixo, a posição absolutamente diferenciada ocupada pelas mulheres residentes na região Sul: 51,2% delas denunciaram o agressor, sendo que a região que vem em seguida, que é o Sudeste, alcança apenas metade dessa proporção. No Nordeste, apenas 5,5% das mulheres denunciaram o agressor. Igualmente importante é o gradiente encontrado no grupo diferenciado pelas faixas de renda: quanto maior a renda maior o percentual de denúncias. No topo da escala a proporção de mulheres que denunciou é praticamente o dobro daquela encontrada na base. A idade e o fato de ter ou não ter filhos parecem influenciar pouco a decisão e/ou a possibilidade de denunciar.

Gráfico 105 – Denúncia da agressão sexual, de acordo com faixas de idade e renda, grande região e paridade, Brasil, 2012.



Finalmente, perguntou-se se as mulheres haviam sofrido ou haviam presenciado alguma atitude de abuso ou assédio sexual em locais públicos e 20,7% delas responderam afirmativamente. Foi entre as mulheres de maior renda, aquelas residentes no Sudeste e as que tem de 25 a 44 anos que se encontrou as maiores proporções de respostas positivas a essa questão, mas as diferenças com relação aos outros grupos não são muito marcadas, seguramente pelo fato da pergunta incluir a experiência ou o testemunho da experiência alheia.

Gráfico 106 – Experiência ou testemunho de agressão sexual em espaços públicos, de acordo com faixas de idade e renda, grande região e paridade, Brasil, 2012.



Finalmente, as mulheres indígenas são as que referiram ter sofrido mais violência sexual, mas o agressor conhecido foi uma realidade para quase todas as mulheres, independentemente da raça/cor da pele.

Tabela 78 – Abuso e violência sexual, de acordo com faixas de idade e renda, grande região e paridade, Brasil, 2012.

Características	Abuso/violência sexual			
	Já sofreu	Agressor conhecido	Denunciou	Em local público
Idade	N=3926 p<0,05	N=286 p>0,05	N=283 p>0,05	N=3935 p=0,000
16 a 24 anos	5,3	92,0	21,9	19,5
25 a 44 anos	8,6	78,9	22,6	25,2
Mais de 45 anos	5,3	75,2	18,5	16,5
Raça/cor da pele	N=3924 p>0,05	N=287 p>0,05	N=283 p>0,05	N=3934 p=0,000
Branca	6,3	74,1	30,7	19,0
Preta	7,1	83,3	15,1	26,5
Parda	6,6	82,3	12,2	20,1
Amarela	9,3	100,0	21,4	18,1
Indígena	15,4	71,4	50,0	24,3
Região	N=3926 p<0,05	N=285 p>0,05	N=284 p=0,000	N=3936 p=0,000
Norte	7,5	77,4	12,1	14,7
Nordeste	6,5	80,2	5,5	16,1
Centro-Oeste	8,2	70,5	16,6	21,5
Sudeste	7,3	82,3	26,5	24,2
Sul	4,4	73,4	51,2	21,5
Faixa de renda	N=3593 p>0,05	N=261 p>0,05	N=258 p>0,05	N=3603 p<0,05
Até 1SM	7,7	87,6	17,4	16,5
1 a 3SM	7,1	77,3	21,7	20,7
3 a 5SM	5,5	75,0	28,7	26,0
Mais de 5SM	4,8	88,3	33,6	26,7
Tem filhos	N=3923 p>0,05	N=286 p>0,05	N=284 p<0,05	N=3933 p>0,05
Sim	6,9	78,6	22,5	20,7
Não	6,2	82,5	16,7	20,7

XIII. Autopercepção sobre a Condição da Mulher e Presença de Organizações e Serviços para a Mulher

Foi apresentado às mulheres um conjunto de afirmações relativas aos valores que sustentam as desigualdades de gênero. O que se observa é que, em geral, as mulheres concordam com as afirmações progressistas, que referendam a igualdade entre os sexos. Assim, quase 97% das mulheres repudia a violência, ainda que seja justificada como manutenção da família. Os valores da justiça e da integridade física, portanto, sobrepõem-se aos valores familiares, mais associados aos papéis tradicionais da mulher, sugerindo a presença entre as mulheres de uma concepção de si baseada na noção de sujeito autônomo e de indivíduo. Essa foi a frase que obteve maior rejeição por parte das mulheres. Em seguida, quase 85% das mulheres rejeitaram a idéia de que o homem é o chefe da casa, cabendo a ele a palavra final nas decisões domésticas. É menor, porém, a rejeição ao papel de dona de casa, seguramente pela sua maior proximidade com as funções de cuidados com as crianças, aceitas pela maior parte das mulheres como sendo uma responsabilidade feminina. Assim, pouco mais de um terço das mulheres acredita que os cuidados com a casa são a sua função mais importante e 60% acreditam que são as responsáveis pelos cuidados com as crianças. Apesar disso, a maior parte das mulheres (66%) acredita que hoje se alcançou uma situação em que os direito de homens e mulheres são iguais. Mas não se deve negligenciar a proporção de 34% das mulheres que acreditam que essa situação não é realidade.

Gráfico 107 – Valores relacionados a gênero, Brasil, 2012

N=3947

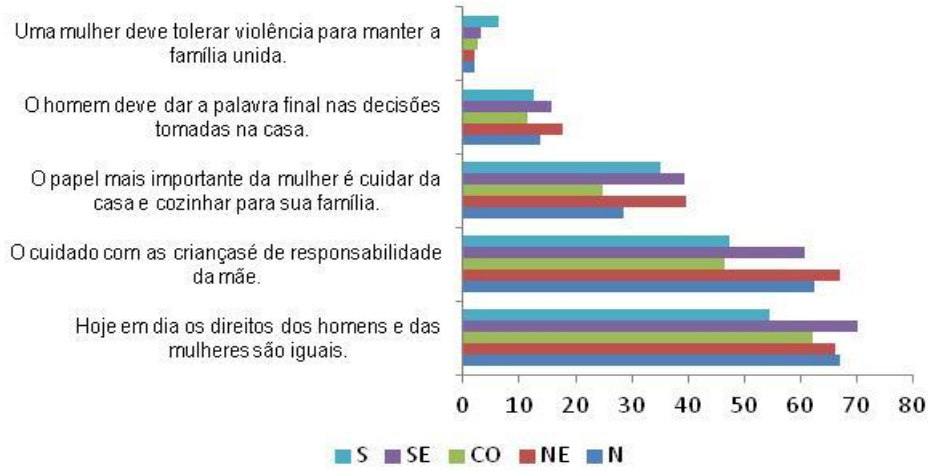
É entre as mulheres mais velhas que encontramos a maior proporção de respostas que tendem ao conservadorismo, havendo mesmo, nesses casos, um gradiente em que esse tipo de resposta aumenta de acordo com a idade, sendo as mulheres mais jovens mais abertas para o tema da igualdade entre homens e mulheres. Ainda assim, 55% das mais jovens acreditam que os cuidados com as crianças são de responsabilidade das mulheres, o que demonstra a força do ideário de gênero no que se refere à maternidade. As duas questões que produziram as respostas mais homogêneas são aquelas que ocupam os extremos do espectro da desigualdade: aquela que admite a submissão absoluta da mulher por meio da aceitação da violência masculina e a que defende a igualdade entre os sexos. Nos dois casos, as diferenças entre os grupos etários muito pequenas.

Gráfico 108 – Valores relacionados a gênero (concordância), de acordo com faixa de idade, Brasil, 2012.

N=3947

As regiões mais conservadores são o Nordeste e o Sudeste e, no caso da afirmação mais radical, que é a que trata da violência, as mulheres da região Sul surpreendem ao apresentarem uma proporção de concordância três vezes maior do que a encontrada nas regiões Norte e Nordeste. De modo consistente com essa tendência, é na região Sul que se encontra também a menor proporção de concordância com a existência de uma situação de igualdade de direitos entre homens e mulheres. É possível que o reconhecimento da desigualdade seja resultado do conhecimento dessas mulheres com relação ao grau de violência existente na região.

Gráfico 109 – Valores relacionados a gênero, de acordo com grande região, Brasil, 2012.



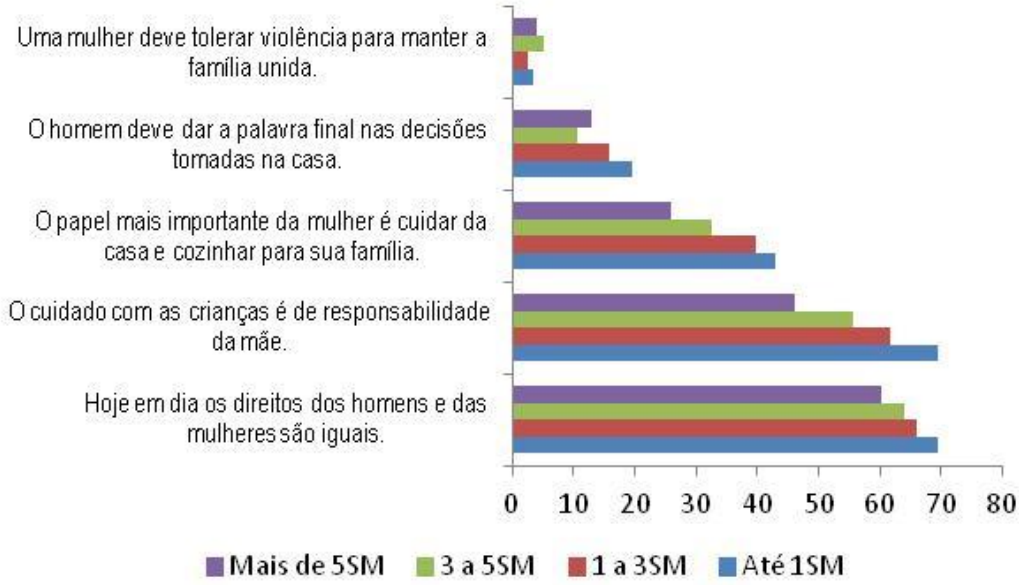
N=3947

Gráfico 110 – Valores relacionados a gênero, de acordo com raça/cor da pele, Brasil, 2012.

N=3947

No que se refere às faixas de renda observa-se novamente um gradiente: quanto menor a renda maior a proporção de concordância com as afirmações que reforçam os papéis tradicionais de gênero no âmbito da organização doméstica e familiar. O gradiente se desfaz, porém, quando se trata do tema da violência: a maior proporção de concordância com a submissão das mulheres à violência está entre as mulheres que ganham de três a cinco salários mínimos. A afirmação relativa à igualdade encontrou maior concordância entre as mais pobres, retomando-se aqui o gradiente.

Gráfico 111 – Valores relacionados a gênero, de acordo com faixa de renda, Brasil, 2012.



N=3947

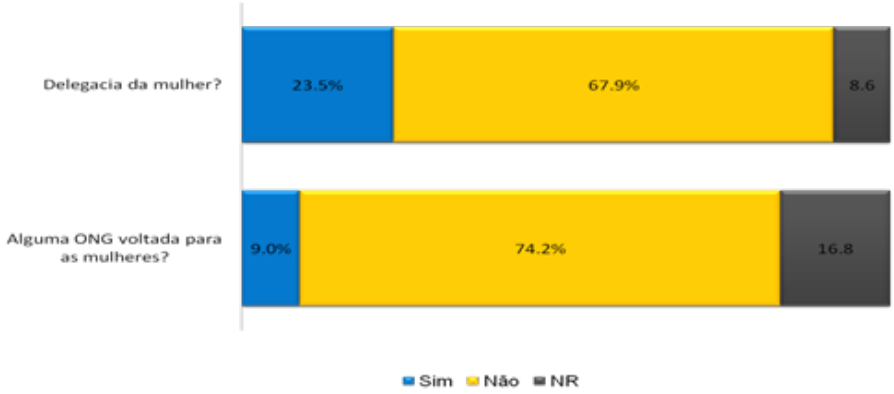
Finalmente, as mulheres que tem filhos apresentaram respostas mais conservadoras do que as respostas das mulheres que não tem filhos. A exceção é a afirmação sobre violência, na qual não se verifica diferença entre os dois grupos. A afirmação sobre igualdade recebeu respostas próximas pelos dois grupos.

Gráfico 112 – Valores relacionados a gênero, de acordo com ter ou não ter filhos, Brasil, 2012.

N=3947

É precária a existência de serviços de apoio à mulher nos locais de residência das entrevistadas. Menos de um quarto das mulheres referiu a existência de delegacia da mulher próxima à suas casas. E menos de 10% contam com a presença de organizações não governamentais voltadas para as mulheres.

Gráfico 113 – Serviços de apoio à mulher, Brasil, 2012.



N=3947

As regiões Sul e Sudeste são as que registraram a maior proporção de indicações de existência desses serviços. Do mesmo modo, são as mulheres de renda mais alta que mais referiram a presença dos serviços em seus locais de residência, o que sugere que as áreas de maior pobreza são também as menos assistidas.

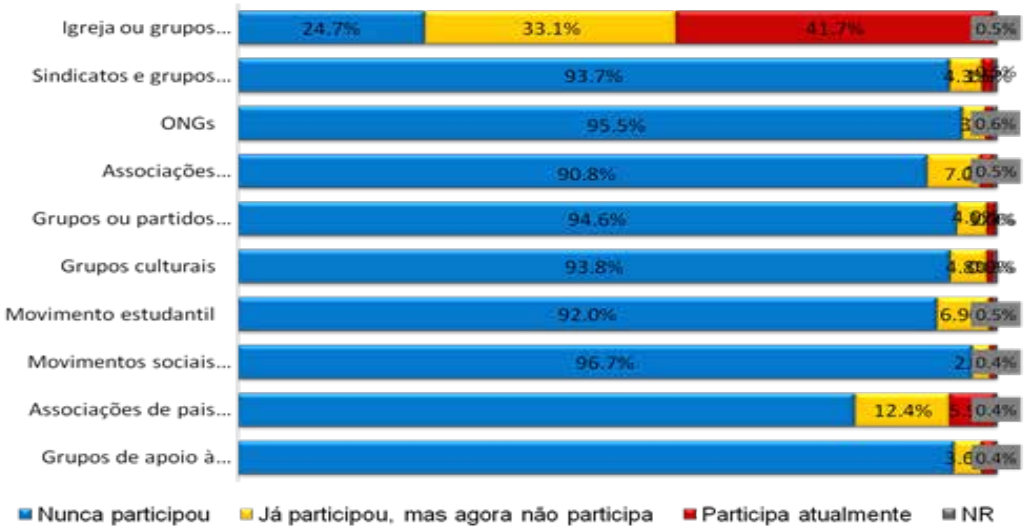
Tabela 79 – Serviços de apoio à mulher, de acordo com grande região e faixa de renda, Brasil, 2012

Características	Delegacia	ONG
Região	N=3946 p=0,000	N=3942 p=0,000
Norte	20,9	5,1
Nordeste	15,1	4,4
Centro-Oeste	10,9	5,4
Sudeste	23,8	8,9
Sul	44,8	21,4
Faixa de renda	N=3607 p=0,000	N=3606 p=0,000
Até 1SM	17,6	4,3
1 a 3SM	22,4	7,9
3 a 5SM	33,7	15,8
Mais de 5SM	30,8	16,9
Raça/cor da pele	N=3941 p=0,000	N=3938 p=0,000
Branca	28,4	11,6
Preta	16,9	8,9
Parda	20,9	6,1
Amarela	18,7	3,8
Indígena	46,2	23,1

XIV. Confiança nas Instituições e Participação Política e Cidadã

Uma parte bastante significativa das mulheres nunca participou de grupos e associações, margeando os 90% em cada uma das categorias representadas no gráfico, excetuando-se apenas a participações na Igreja ou grupos religiosos.

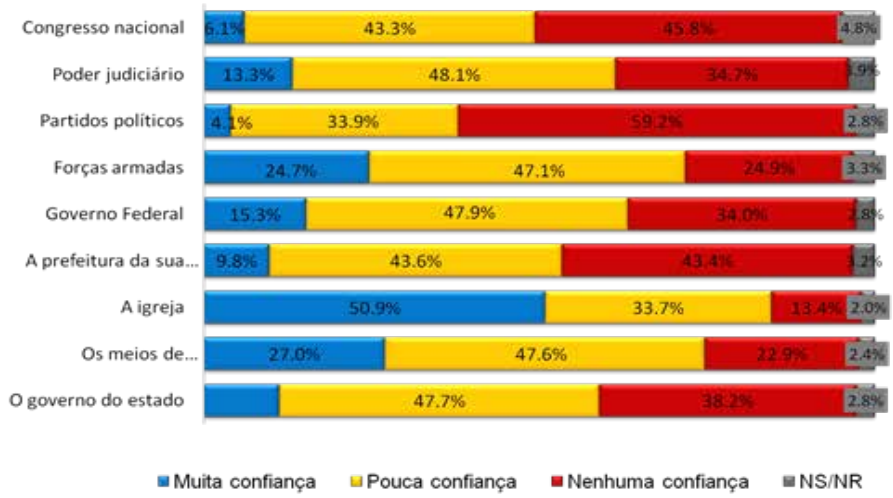
Gráfico 114 - Nível de participação em grupos e associações, Brasil, 2012



N=3947

A elevada participação das mulheres nas instituições religiosas reflete na confiabilidade nessa instituição. Disso decorre maior aceitação da Igreja como a instituição mais confiável, em contraste com a desconfiança maciça com relação aos partidos políticos, 95,9% de rejeição. Como apontado nos dados do gráfico a seguir, há uma desconfiança importante em relação aos partidos políticos e nessa esteira, representantes dos governos estaduais, federais e municipais.

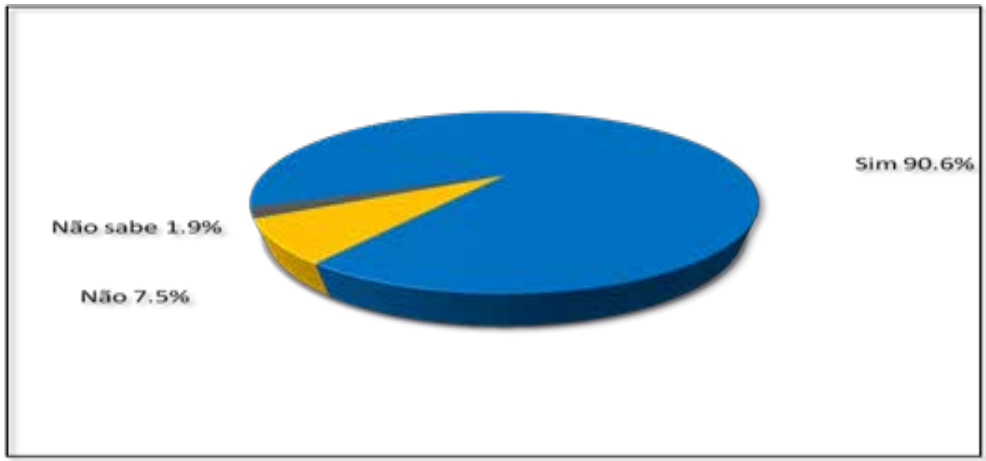
Gráfico 115 - Confiança nas instituições, Brasil, 2012



N=3947

Tal desconfiança poderia apenas indicar um retraimento da participação política das mulheres e uma avaliação negativa ou pequena sobre o papel e importância da política em suas vidas. Mas 90,6% das mulheres acreditam que é importante a particiapação política das mulheres.

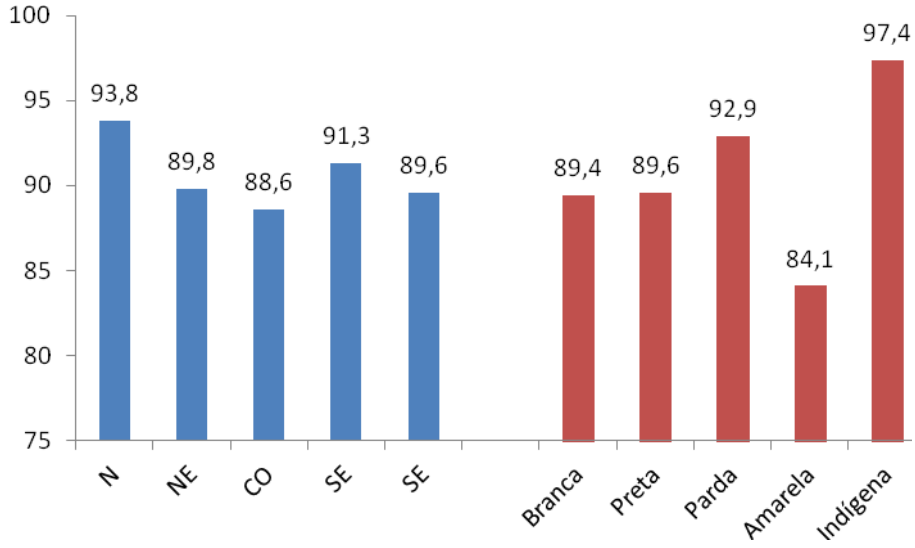
Gráfico 116 – Importância da participação política das mulheres, Brasil, 2012



N=3947

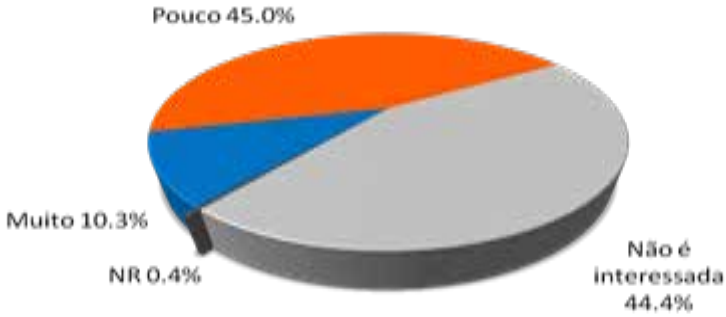
Essa crença é mais forte nas regiões Norte e Sudeste e entre as mulheres pardas e indígenas.

Gráfico 117 - Importância da participação política das mulheres, de acordo com grande região, 2012



Apesar da importância atribuída à participação na política, apenas 55% das mulheres se interessa por política.

Gráfico 118 - Interesse por política



N=3947

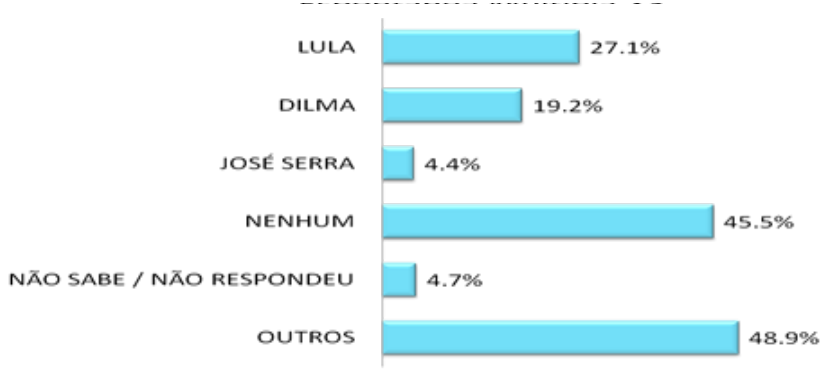
Como esperado, é a faixa etária intermediária a que mais se interessa pela política e as muito jovens são as que demonstram menor interesse. A renda é um fator que influencia no interesse pela política: cresce o interesse de acordo com o aumento da faixa de renda.

Tabela 80 – Grau de interesse por política, de acordo com características selecionadas, 2012

Características	Participação política das mulheres é importante	Interesse por política		
		Muito	Pouco	Nenhum
Idade	N=3942 p<0,05		N=3941 p<0,05	
16 a 24 anos	90,0	7,6	43,6	48,6
25 a 44 anos	92,6	12,1	46,4	41,3
Mais de 45 anos	88,7	9,6	44,1	45,8
Raça/cor da pele	N=3938 p=0,000		N=3937 p-0,000	
Branca	89,4	10,3	48,5	40,8
Preta	89,6	12,1	43,8	44,1
Parda	92,9	8,7	43,0	48,1
Amarela	84,1	11,2	30,8	56,1
Indígena	97,4	33,3	41,0	25,6
Região	N=3940 p=0,000		N=3941 p=0,000	
Norte	93,8	11,0	38,9	49,5
Nordeste	89,8	10,3	39,1	49,8
Centro-Oeste	88,4	13,0	40,2	45,1
Sudeste	91,3	8,1	48,0	43,9
Sul	89,7	15,1	52,1	32,8
Faixa de renda	N=3604 p>0,05		N=3605 p=0,000	
Até 1SM	88,5	8,3	40,0	51,0
1 a 3SM	91,3	9,1	46,2	44,4
3 a 5SM	90,6	12,2	48,9	38,8
Mais de 5SM	93,0	18,7	43,3	37,6
Tem filhos	N=3938 p>0,05		N=3937 p>0,05	
Sim	90,2	10,6	44,0	45,0
Não	91,9	9,3	47,9	42,5

Algumas iniciativas do governo Lula em matéria de políticas sociais tais como a abrangência do programa de transferência de renda Bolsa Família impactaram na evolução da renda. O aumento do salário mínimo atuou nesse conjunto como símbolo de um governo que aparece como preocupado com os menos favorecidos, ganhando assim sua defesa e simpatia. Sendo as principais responsáveis pela organização interna da economia familiar, não é à toa que o presidente Lula aparece entre as mulheres como o político mais admirado, com 27,1%, seguido por Dilma Rousseff, do mesmo partido e defensora do mesmo projeto.

Gráfico 119 - Políticos que admira, Brasil, 2012



N=3947

Na região Sudeste essa admiração é mais expressiva do que no Nordeste, ao contrário do que se poderia esperar, já que essa região apresentava maior precariedade e necessidade de maiores investimentos e, ainda, pelo fato de ter sido a região mais beneficiada por projetos e programas sociais, quando comparado aos investimentos de governos anteriores.

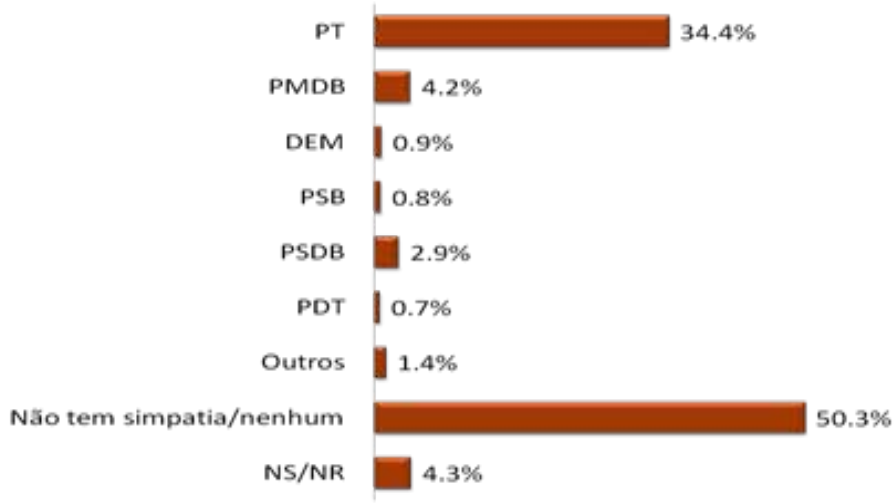
A admiração por esses políticos (Lula e Dilma) não está restrita as classes econômicas mais baixas, uma vez que entre as mulheres de menor renda 27,5% disseram admirar Lula, um percentual não muito diferente do encontrado entre as mulheres com renda superior a cinco salários mínimos, 25,4%.

Tabela 81 – Políticos que admira, de acordo com características selecionadas, 2012

Características	Políticos que admira				
	Lula	Dilma	José Serra	Nenhum	Outros
Idade					
16 a 24 anos	23,2	17,0	3,8	51,6	42,7
25 a 44 anos	29,0	20,8	4,2	43,8	51,1
Mais de 45 anos	26,7	18,5	4,8	44,6	49,3
Região					
Norte	21,8	15,2	1,4	51,0	45,8
Nordeste	22,2	12,7	1,2	50,4	44,6
Centro-Oeste	20,7	13,7	3,1	46,1	44,0
Sudeste	33,1	23,3	6,5	40,2	55,0
Sul	24,0	23,5	6,3	48,8	48,9
Faixa de renda					
Até 1SM	27,5	19,3	2,7	46,7	49,8
1 a 3SM	28,4	20,2	5,0	44,2	49,2
3 a 5SM	24,2	16,9	5,3	49,7	45,8
Mais de 5SM	25,4	15,0	4,8	41,1	53,6

Apesar da maioria das mulheres ter afirmado que não possuíam preferência por nenhum partido (50,3%), é interessante perceber que o Partido dos Trabalhadores (PT), apesar dos escândalos nos quais esteve envolvido com forte cobertura midiática, surge como o partido de maior preferência entre as mulheres, 34,4%.

Gráfico 120 - Partido de maior simpatia, Brasil, 2012



N=3947

Note-se também a discrepância entre a simpatia pelo PT e pelo PMDB, partido com segundo melhor percentual. É na faixa etária intermediária que se concentra a maior preferência pelo PT, 39,8%. Entre as mais velhas esse valor cai para 29,3%. A região em que predominou a preferência pelo PT foi a região Sul, com 42,5% de respostas afirmativas. O nível de renda em que a preferência pelo PT foi relativamente maior foi entre as mulheres que recebiam entre três e cinco salários mínimos (36,2%).

Tabela 82 – Partido de preferência, de acordo com características selecionadas, 2012

Características	PT	PMDB	DEM	PSB	PSDB	PDT	Outros	Nenhum
Idade (n=3493 p=0,000)								
16 a 24 anos	33,0	2,1	1,1	1,1	3,5	0,1	1,3	55,0
25 a 44 anos	39,8	4,0	1,0	0,7	2,2	0,6	1,5	47,0
Mais de 45 anos	29,3	5,3	0,8	0,7	3,4	1,1	1,4	51,9
Raça/cor da pele (n=3942 p<0,05)								
Branca	36,5	4,1	0,2	0,9	3,5	0,8	1,7	49,1
Preta	36,7	4,2	2,1	0,3	1,1	0,6	1,1	48,7
Parda	31,8	4,3	1,0	0,9	2,9	0,7	1,3	52,2
Amarela	24,3	5,6	1,9	1,9	2,8	0,9	1,9	50,5
Indígena	51,3	5,1	2,6	-	7,7	-	-	33,3
Região (n=3940 p=0,000)								
Norte	26,1	4,9	0,1	0,9	2,3	0,4	0,1	61,8
Nordeste	28,5	4,4	2,4	1,1	0,8	0,3	0,5	56,2
Centro-Oeste	30,2	7,2	1,7	0,8	3,2	0,1	1,9	45,5
Sudeste	37,4	3,8	0,2	0,6	3,8	1,2	1,6	48,5
Sul	42,5	3,2	0,4	0,7	4,1	0,6	2,6	41,6
Faixa de renda (n=3604 p>0,05)								
Até 1SM	31,0	3,9	1,5	0,5	1,8	1,2	1,2	54,8
1 a 3SM	35,3	5,0	0,9	1,0	2,5	0,5	1,1	49,1
3 a 5SM	36,2	3,4	0,4	0,4	4,1	0,6	1,4	50,2
Mais de 5SM	35,9	3,3	1,3	1,0	4,7	0,7	2,0	48,2
Tem filhos (n=3938 p=0,000)								
Sim	34,4	4,5	0,9	0,4	2,4	0,7	1,2	51,1
Não	35,5	3,2	1,1	1,8	4,3	0,6	2,1	47,7

No tocante ao poder, 24% das entrevistadas disseram acreditar que, no Brasil, o Governo Federal é a instituição que possui mais poder e os sindicatos os que possuem menos poder, 1,2%.

Gráfico 121 – Detentores de maior poder no país, Brasil, 2012

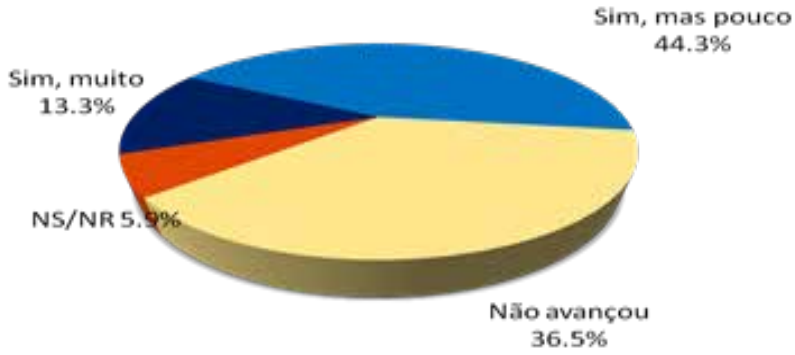
N=3947

Tabela 83 – Detentores do poder no Brasil, de acordo com características selecionadas, 2012

Características	Detentores do poder								
	Grandes empresas	Militares	Sindicatos	Mídia	Bancos	Partidos	Governo Federal	Congresso	Não sabe
Idade (n=3932 p=0,000)									
16 a 24 anos	11,8	5,1	1,2	7,7	4,5	19,1	24,9	10,5	15,2
25 a 44 anos	118,	4,2	1,1	7,5	6,7	17,8	23,9	14,1	12,9
Mais de 45 anos	12,9	6,0	1,3	4,5	4,6	15,5	23,8	11,1	20,3
Raça/cor da pele (n=3929 p<0,05)									
Branca	14,1	4,4	1,0	7,6	5,7	16,7	23,4	12,2	14,9
Preta	11,7	5,6	1,5	5,3	5,4	19,8	23,5	11,9	15,2
Parda	10,4	5,1	1,3	5,5	5,3	16,7	25,3	12,8	17,6
Amarela	13,3	5,7	-	4,8	3,8	17,1	21,9	12,4	21,0
Indígena	10,3	10,3	-	12,8	10,3	5,1	30,8	10,3	10,3
Região (n=3934 p=0,000)									
Norte	12,6	6,0	1,4	5,2	6,8	12,6	24,4	14,2	16,7
Nordeste	9,1	4,7	1,5	3,5	4,5	18,5	29,2	9,7	19,3
Centro-Oeste	9,8	2,2	0,8	10,6	8,8	15,1	23,0	11,8	18,0
Sudeste	11,4	6,0	0,4	7,6	4,5	15,9	23,9	15,2	15,0
Sul	20,9	3,9	2,9	6,7	8,2	20,9	15,4	8,0	13,2
Faixa de renda (n=3600 p=0,000)									
Até 1SM	9,7	5,6	0,9	4,4	2,9	17,1	28,2	8,9	22,4
1 a 3SM	11,4	6,0	1,1	6,5	5,4	19,7	22,5	11,6	15,7
3 a 5SM	16,5	2,6	2,0	6,5	6,9	14,2	25,8	13,8	11,8
Mais de 5SM	15,6	3,3	1,0	10,3	7,3	11,3	22,8	17,9	10,6
Tem filhos (n=3930 p<0,05)									
Sim	11,9	4,9	1,0	5,8	4,9	17,5	25,0	12,1	16,8
Não	13,1	5,8	1,7	8,1	7,3	15,8	21,1	12,9	14,3

O combate à corrupção no Brasil nos últimos dois anos, na opinião de grande parte das mulheres abordadas, parece ter avançado, ainda que muito pouco (44,3%). Mas mais de um terço das mulheres acreditam que não houve avanço algum, 36,5%. E uma minoria acha que houve um avanço importante no combate à corrupção, 13,3%.

Gráfico 122 – Avanços no combate à corrupção, Brasil, 2012



N=3947

A faixa etária em que predomina a avaliação segundo a qual não houve avanço algum no combate à corrupção está entre as mulheres com 16 a 24 anos, 41,3%. Entre as mais velhas, na faixa com mais de 45 anos, esse percentual cai para 34,5 %, seguramente pela maior perspectiva histórica dada pela idade, que permite comparar diferentes momentos históricos.

A região Sul apresentou o maior percentual, 54,1%, entre as que acreditam que o combate à corrupção no Brasil nos últimos dois anos avançou pouco. A região Nordeste é a mais cética, tendo 44.4% das mulheres opinado que o Brasil não avançou nada no combate à corrupção e apenas 9,9% avaliou que avançou muito.

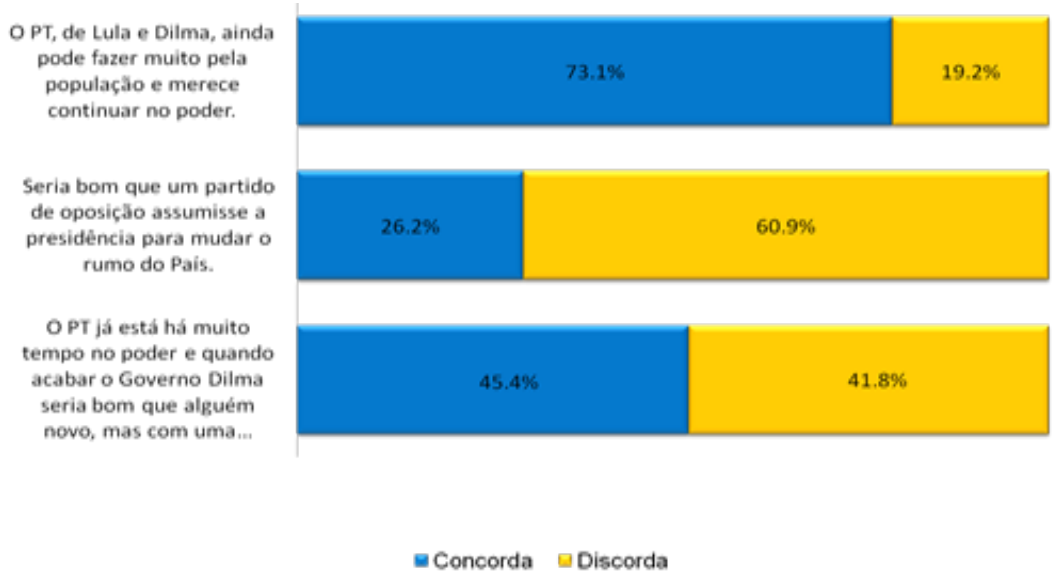
É interessante observar que, no que tange à renda, entre aqueles de menor renda é maior a proporção que acredita que não houve avanço algum: 40,5% (até 01 salário mínimo). De forma correlata, é maior entre elas a proporção das que acham que o Brasil avançou muito contra a corrupção, apenas 11,3 %.

Tabela 84 – Percepção dos avanços no combate à corrupção, de acordo com características selecionadas, 2012

Características	Avanços no combate à corrupção		
	Muito	Pouco	Não avançou
Idade (n=3933 p=0,000)			
16 a 24 anos	9,7	42,4	41,3
25 a 44 anos	14,3	45,2	36,4
Mais de 45 anos	13,8	44,2	34,5
Raça/cor da pele (n=3933 p=0,000)			
Branca	16,1	44,8	33,4
Preta	13,0	41,1	41,0
Parda	10,6	46,7	36,0
Amarela	6,5	30,8	54,2
Indígena	20,5	41,0	38,5
Região (n=3934 p=0,000)			
Norte	15,8	42,8	35,4
Nordeste	9,9	37,2	44,4
Centro-Oeste	11,2	42,3	41,2
Sudeste	11,5	45,9	36,7
Sul	24,5	54,1	19,9
Faixa de renda (n=3599 p=0,000)			
Até 1SM	11,3	39,9	40,5
1 a 3SM	11,9	46,5	35,7
3 a 5SM	17,7	45,9	32,8
Mais de 5SM	16,2	43,9	36,1
Tem filhos (n=3930 p>0,05)			
Sim			
Não			
Brasil	13,2	44,3	36,5

A admiração revelada pelas mulheres por Lula e Dilma e consistente com o elevado percentual, 73,1%, que concordam que Lula e Dilma podem fazer muito e merecem continuar no poder. Todavia, 45,4% das mulheres também concordam que o PT já está há muito tempo no poder e que quando o Governo Dilma acabar seria bom que alguém novo, mas com uma ideologia parecida assumisse.

Gráfico 123 - Teste de argumentos, Brasil, 2012

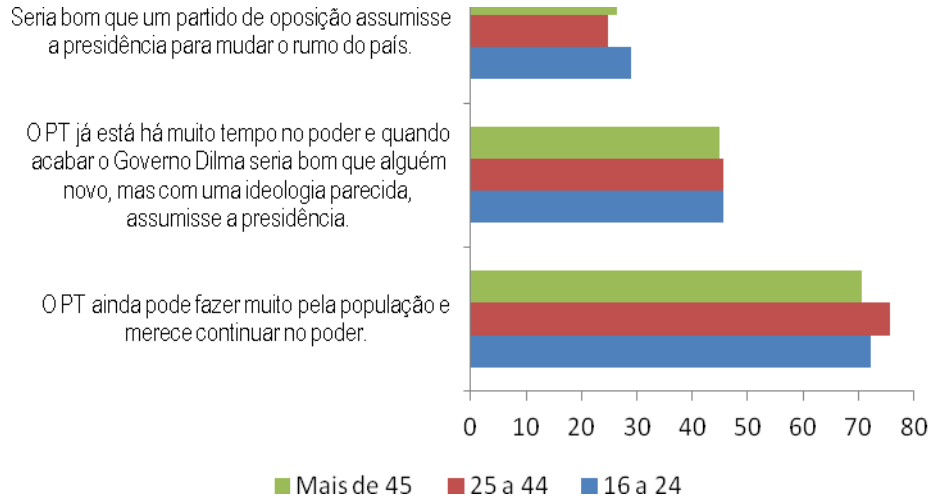


N=3947

Nesse sentido o teste de argumentos utilizado na pesquisa comprova a aprovação da grande maioria da população aos governos Lula e Dilma. Apenas 26,2% das mulheres acha que seria bom um partido da oposição assumisse o poder para mudar o rumo do país.

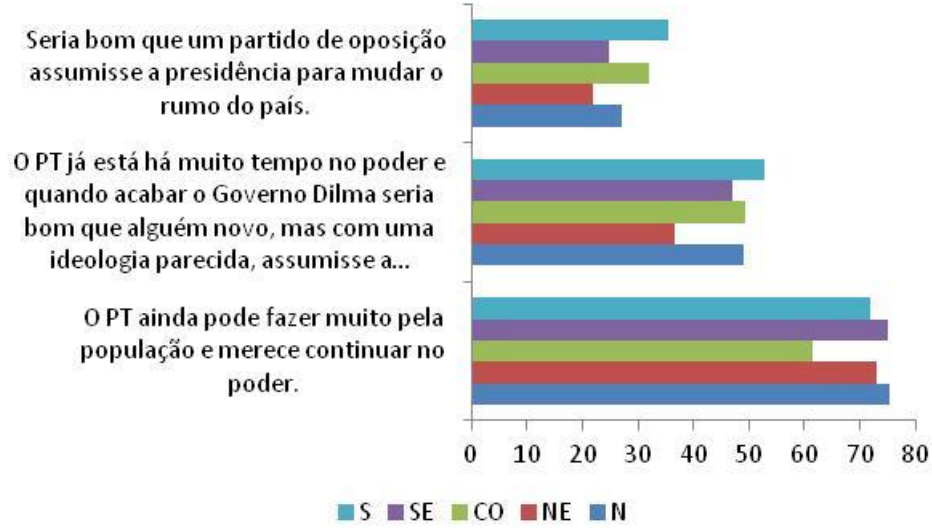
Os gráficos abaixo apresentam os argumentos do teste de acordo com as características selecionadas estudadas até então. Neles, verifica-se que há poucas variações nas respostas de acordo com a faixa etária e a raça/cor das mulheres. Entre as regiões, é no Sul que as mulheres mais concordam com uma mudança moderada de rumos, ou seja, dos atuais governantes para alguém com ideologia semelhante: 52,8% das mulheres defendem que o PT está há muito tempo no poder e, por isso, seria bom ver alguém novo no poder, mas que professe uma ideologia semelhante à da atual governante. A região Nordeste é onde se encontra a menor proporção dessa opinião: apenas 36,7% concordam com ela. Mas a mudança radical de rumo também não é bem vista no Nordeste: 61,3 % discorda da proposição segundo a qual seria bom um partido de oposição assumir o pode no país.

Gráfico 124 – Teste de argumentos, de acordo com faixa de idade, 2012.



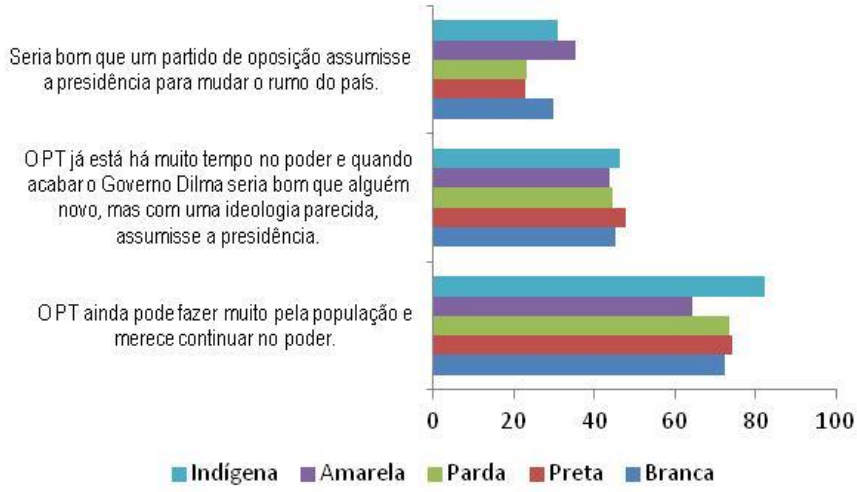
N=3947

Gráfico 125 – Teste de argumentos, de acordo com grande região, 2012.



N=3947

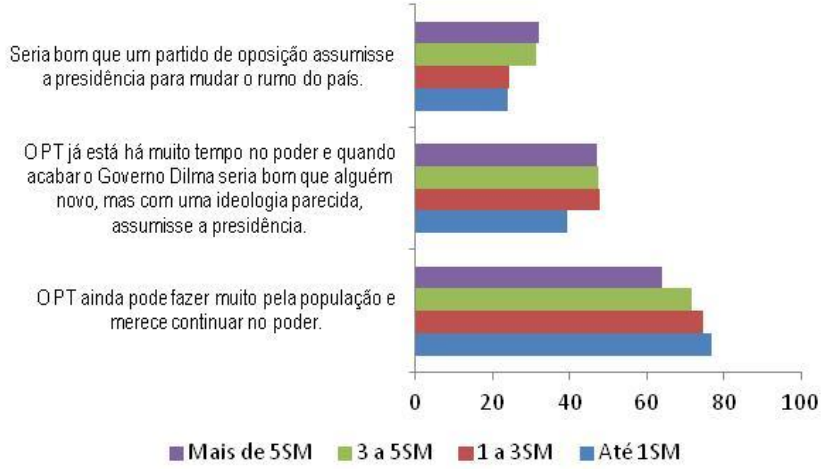
Gráfico 126 – Teste de argumentos, de acordo com raça/cor da pele, 2012.



N=3947

As mais pobres, corroborando a ideia segundo a qual os impactos dos investimentos e programas sociais contribuem para um saldo positivo na avaliação dos governos, são as que mais concordam com a continuidade do PT no poder. Essa concordância arrefece em função do crescimento da renda, saindo de 76,7% entre as que ganham até um salário mínimo e chegando a 64,% entre as que ganham mais de cinco salários mínimos.

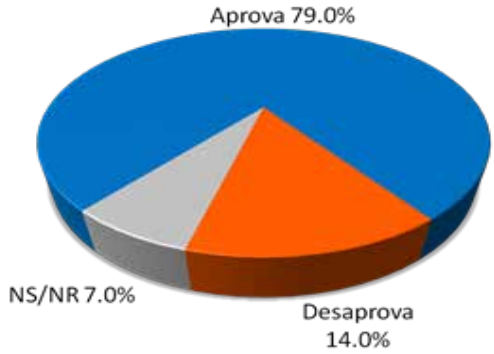
Gráfico 127 – Teste de argumentos, de acordo com Faixa de renda, 2012.



N=3947

O reflexo dessas opiniões sobre continuidade e mudança aparece nas avaliações diretas do governo Dilma: 79% das mulheres aprovam a sua administração e apenas 14% das mulheres desaprovam o seu governo. Como se pode verificar nas tabelas 87 e 88, há pouca variação nas respostas, de acordo com as características selecionadas da amostra.

Gráfico 128 - Aprovação da administração da presidente Dilma Rousseff, Brasil, 2012



N=3947

Gráfico 129 – Avaliação da administração da presidente Dilma Rousseff, Brasil, 2012

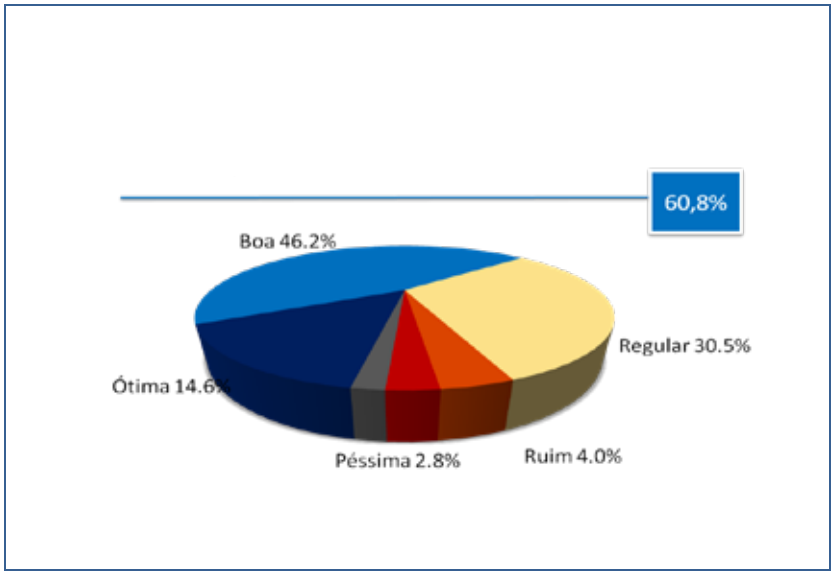


Tabela 85 – Opinião sobre a administração Dilma Roussef, de acordo com características selecionadas, 2012

Características	Opinião sobre administração Dilma Roussef				
	Ótima	Boa	Regular	Ruim	Péssima
Idade (n=3941 p=0,000)					
16 a 24 anos	15,1	42,7	30,4	5,0	5,2
25 a 44 anos	14,3	49,3	28,7	4,0	2,8
Mais de 45 anos	14,8	44,3	32,5	3,7	1,8
Raça/cor da pele (n=3941 p=0,000)					
Branca	14,8	49,3	28,5	3,8	1,9
Preta	13,0	42,3	33,4	5,3	3,5
Parda	15,3	46,1	30,8	3,0	3,3
Amarela	9,3	33,6	40,2	9,3	5,6
Indígena	22,5	52,5	20,0	2,5	2,5
Região (n=3939 p=0,000)					
Norte	19,9	44,3	30,7	2,1	2,1
Nordeste	15,1	45,1	29,2	4,6	3,1
Centro-Oeste	12,7	36,2	35,9	6,5	4,3
Sudeste	12,9	47,1	31,7	4,0	3,0
Sul	17,4	50,9	26,7	2,9	1,5
Faixa de renda (n=3602 p>0,05)					
Até 1SM	16,3	46,4	27,5	4,4	3,7
1 a 3SM	13,5	46,7	32,0	3,6	2,5
3 a 5SM	14,9	45,7	29,9	5,2	2,6
Mais de 5SM	15,0	46,7	30,3	4,1	2,7
Tem filhos (n=3937 p>0,05)					
Sim	15,1	46,6	29,9	3,9	2,7
Não	13,3	45,1	32,1	4,6	3,2

Tabela 86 - Opinião sobre a administração da presidente Dilma Rousseff, de acordo com grande região, Brasil, 2012

Características	Opinião sobre administração Dilma Roussef	
	Aprova	Desaprova
Idade (n=3940 p=0,000)		
16 a 24 anos	76,1	17,6
25 a 44 anos	80,7	13,9
Mais de 45 anos	78,3	12,5
Raça/cor da pele (n=3938 p=0,000)		
Branca	80,6	12,0
Preta	77,4	16,1
Parda	79,5	14,0
Amarela	67,0	25,5
Indígena	82,5	15,0
Região (n=3939 p=0,000)		
Norte	78,9	12,9
Nordeste	80,4	13,2
Centro-Oeste	65,8	21,4
Sudeste	77,9	14,4
Sul	85,7	11,0
Faixa de renda (n=3604 p<0,05)		
Até 1SM	80,6	14,2
1 a 3SM	80,1	13,3
3 a 5SM	76,0	15,6
Mais de 5SM	80,8	14,2
Tem filhos (n=3937 p<0,05)		
Sim	79,9	13,1
Não	75,9	16,8